

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MOISÉS ALVES SOARES

**O DIREITO EM CONTRAPONTO A PARTIR DO ITINERÁRIO
DA TEORIA GERAL DA HEGEMONIA EM ANTONIO GRAMSCI**

CURITIBA

2017

MOISÉS ALVES SOARES

**O DIREITO EM CONTRAPONTO A PARTIR DO ITINERÁRIO
DA TEORIA GERAL DA HEGEMONIA EM ANTONIO GRAMSCI**

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Doutor em Direito, no
Curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de
Ciências Jurídicas, Universidade Federal do
Paraná.

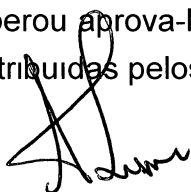
Orientador: Prof. Dr. Abili Lázaro Castro de
Lima

CURITIBA

2017

PARECER

A Comissão Julgadora da Tese apresentada pelo doutorando **Moisés Alves Soares**, sob o título **O DIREITO EM CONTRAPONTO A PARTIR DO ITINERÁRIO DA TEORIA GERAL DA HEGEMONIA EM ANTONIO GRAMSCI**, após arguir o candidato e ouvir suas respostas e esclarecimentos, deliberou aprova-lo por unanimidade de votos, com base nas seguintes notas atribuídas pelos Membros



Prof Dr Abili Lazaro Castro de Lima - 10,00 (dez inteiros)

Prof Dr Alysson Leandro Barbate Mascaro - 10,00 (dez inteiros) — via SKYPE



Prof^a Dr^a Anita Helena Schlesener - 10,00 (dez inteiros)



Prof Dr Celso Luiz Ludwig - 10,00 (dez inteiros)



Prof Dr Andre Peixoto de Souza - 10,00 (dez inteiros)

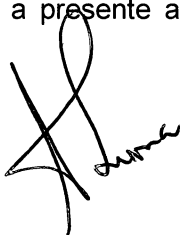
Em face da aprovação, deliberou, ainda, a Comissão Julgadora, na forma regimental, opinar pela **concessão do título de Doutor em Direito ao candidato Moisés Alves Soares**

E o parecer

Curitiba, 6 de março de 2017

Ata da reunião da Comissão Julgadora da Tese apresentada pelo doutorando **Moisés Alves Soares**, realizada no dia seis de março de dois mil e dezessete, as quatorze horas

No dia seis de março do ano de dois mil e dezessete, as quatorze horas, nas dependências do Programa de Pós-graduação em Direito do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR – 3º andar, em sessão pública, reuniu-se a Comissão Julgadora da Tese apresentada pelo doutorando **Moisés Alves Soares**, sob o título “**O DIREITO EM CONTRAPONTO A PARTIR DO ITINERÁRIO DA TEORIA GERAL DA HEGEMONIA EM ANTONIO GRAMSCI**” Comissão esta constituída pelos Professores Doutores Abili Lazaro Castro de Lima (Orientador-Presidente/UFPR), Alysson Leandro Barbate Mascaro (USP), Anita Helena Schlesener (UTP), Celso Luiz Ludwig (UFPR) e Andre Peixoto de Souza (UNINTER) respectivos Membros, nos termos da decisão do Colegiado deste Programa. Abrindo a sessão, declarou o Senhor Presidente que o exame inicia-se com a exposição sumária pelo doutorando, no prazo máximo de sessenta minutos, sobre o conteúdo de sua Tese, em seguida cada examinador arguirá o doutorando, no prazo máximo de trinta minutos, devendo a arguição ser respondida em igual prazo ou sessenta minutos quando haja diálogo na argumentação. Assim sendo, após a exposição oral, o doutorando foi arguido sucessivamente pelos Professores Doutores Abili Lazaro Castro de Lima, Alysson Leandro Barbate Mascaro, Anita Helena Schlesener, Celso Luiz Ludwig, Guilherme Roman Borges, Katie Silene Caceres Arguello e Andre Peixoto de Souza. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a sessão por dez minutos, passando a Comissão Julgadora, em sessão reservada, ao julgamento da Tese, atribuindo cada examinador a sua nota de zero a dez (equivalente de D a A). Reabrindo a sessão, foi, pelo Senhor Presidente, anunciado o resultado do julgamento, declarando ter sido aprovada a Tese, por unanimidade de votos, sendo-lhe atribuídas as seguintes notas: Abili Lazaro Castro de Lima, 10,00 (dez inteiros), Alysson Leandro Barbate Mascaro, 10,00 (dez inteiros), Anita Helena Schlesener, 10,00 (dez inteiros), Celso Luiz Ludwig, 10,00 (dez inteiros) e Andre Peixoto de Souza, 10,00 (dez inteiros), resultando a média 10 (dez inteiros), equivalente ao conceito A. Registre-se que o Membro Alysson Leandro Barbate Mascaro participou da banca via SKYPE. A seguir, emitiu a Comissão seu Parecer em separado, sendo a sessão encerrada pelo Senhor Presidente, o qual agradeceu a presença de todos. Do que para constar, eu, Eduardo Leo Baran, Assistente em Administração, lavrei a presente ata que segue assinada pelos Senhores Membros da Comissão Julgadora.

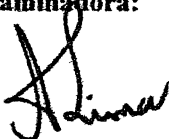


TERMO DE APROVAÇÃO

MOISÉS ALVES SOARES

O DIREITO EM CONTRAPONTO A PARTIR DO ITINERÁRIO DA TEORIA GERAL DA HEGEMONIA EM ANTONIO GRAMSCI

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Prof. Dr. Abili Lázaro Castro de Lima
Orientador – Universidade Federal do Paraná (UFPR).



Prof. Dr. Celso Luiz Ludwig
Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Prof. Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro
Universidade de São Paulo (USP)



Prof. Dra. Anita Helena Schlesener
Universidade Tuiuti do Paraná (UTP).



Prof. Dr. André Peixoto de Souza
Centro Universitário Internacional (UNINTER).

Curitiba, 06 de março de 2017.

AGRADECIMENTOS

Eu duvidei muito da possibilidade de colocar um ponto final nesta tese. A trajetória toda do doutorado foi muito dolorida. As viagens desgastantes combinadas com a intensificação da exploração do trabalho derivada da crise criaram um ambiente, em termos pessoais, anti-intelectual. Escrever sobre a destruição da subjetividade provocada pela alienação do trabalho é uma coisa, senti-la na pele é outra. Como se não bastasse, descobri uma doença grave, que quase me tirou a vida e afetou minhas condições de trabalho. Mas o velho Marx já dizia: fazemos história em condições que não escolhemos. E nós fizemos.

Falo em nós, porque sem o apoio incondicional da minha família e amigos, nada disso teria sido possível mesmo. Nadinha.

Eu preciso agradecer demais a Regina Teresa Pinheiro da Silva, minha companheira de todas as horas, meu amor, que segurou todo esse rojão comigo. Sem você nada teria sentido.

Aos meus pais, Moisés Volpatto Soares e Anamaeve Alves Soares, que são outros incansáveis em me aparar e me ajudar para tudo que preciso. Ao velho pai, que compartilha todas as minhas preocupações, inclusive as futebolísticas – termino a tese com o Avaí na série A, é bom que fique registrado. A minha mãe, que é o porto seguro de todos e nos enche de carinho e amor. Amo vocês!

A Frida, a cadelinha mais gramsciana do Brasil, que me acompanhou em todas as madrugadas da tese.

Tenho que agradecer a vários amigos também.

Ao casal mais sensacional, Junia e Marcel, que, só para variar, me salvaram na última hora.

Ao amigo, quase irmão, Eduardo Granzotto Mello – “o melhor de nós” –, com quem comecei a discutir Gramsci na graduação e, além do apoio moral, também forneceu os aparatos materiais da sua imensa biblioteca.

Ao camarada Ricardo Prestes Pazello, que foi o inventor dessa aventura de fazer doutorado na UFPR e com quem compartilho muitas reflexões. Agradeço, ainda, pela acolhida durante o período das disciplinas.

Ao apoio dos queridos Adailton Pires Costa e Fernanda Roberta Cavalcanti de Vasconcelos, que demonstraram toda sua amizade neste processo.

Ao Fernando Santana, o mítico professor de italiano de Joinville, que abriu as portas para leitura de Gramsci no original.

Ao grande Pedro Davoglio, que foi o maior quebrador de galhos desta tese. Valeu, meu velho!

Agradeço a todos os professores com quem convivi no nome do meu orientador, Prof. Abili Lázaro Castro de Lima. Obrigado!

Um agradecimento ao quadrado aos professores: Prof. Celso Ludwig, Prof. Anita Schlesener e Prof. Alysson Mascaro. Todos deram importantes contribuições na banca de qualificação e aceitaram participar da banca final. E agradeço, igualmente, ao Prof. André Peixoto também por ter aceitado o convite para banca final.

RESUMO

A obra de Antonio Gramsci, em especial os famosos *Cadernos do Cárcere*, é alvo de intensos debates teóricos em todas as áreas das denominadas ciências sociais. O pensamento do marxista italiano comporta certo charme, considerada por alguns quase como uma virtude, da fragmentariedade e do inacabamento. Nesse sentido, o método genético-diacrônico delineado por Gerratana e, posteriormente, por Francioni, utilizado na reconstituição dos fragmentos conceituais estruturados nos *Cadernos do Cárcere* em relação à totalidade do pensamento gramsciano – categorias centrais –, pode ser utilizado no tocante a sua concepção do fenômeno jurídico. Mas, para além deste remontar de Gramsci, é fundamental ver o direito na lógica do contraponto, tal como delineou Baratta, a partir do itinerário da sua monumental teoria geral da hegemonia. Para tanto, no primeiro capítulo começará pelos seus escritos de intervenção política direta, numa negação explícita de um eventual corte epistemológico entre a figura de um Gramsci jovem e maduro, onde já se encontra *in statu nascendi* a noção de hegemonia, que viria ser enriquecida posteriormente, e importantes traços de sua relação com o direito. Depois disso, já falando do período carcerário, não se pode negligenciar todo o processo de disputa pela arquitetura e recepção dos *Quaderni*, que, para todo o mundo, esculpira em redoma a imagem e os textos de Gramsci. Além disso, para romper com a assepsia causada pela disputa de seu legado, salienta-se um elemento fundamental que marcará o pensamento de Gramsci e o presente trabalho até o seu final: a noção de hegemonia inspirada em Lenin que se consubstancia na ideia de derrotar o adversário. Num terceiro momento, sem a pretensão de esgotar todo o seu aparato conceitual, expõe-se o arsenal de categorias da teoria geral da hegemonia de Gramsci. Uma exposição demarcada por posicionamentos teóricos e políticos fundamentais do início ao fim, sem os quais não seria possível aproximar-se do fenômeno jurídico. Por último, após esse indispensável caminho percorrido, embora o direito tenha aparecido tangencialmente, concentram-se as baterias sobre o lugar do direito e o significado de sua ampliação na teoria geral da hegemonia de Gramsci, tomando seu contraponto, em especial, com o jurista marxista soviético Piotr Stutchka.

Palavras-chave: Direito, Hegemonia, Contraponto, Diacronia, Revolução.

RIASSUNTO

L'opera di Antonio Gramsci, in particolare i famosi *Quaderni del Carcere*, è oggetto di intensi dibattiti teorici in tutte le aree delle cosiddette scienze sociali. Il pensiero del marxista italiano comporta un certo fascino, considerato da alcuni quasi una virtù, legato alla sua frammentarietà e incompletezza. Ma questa impronta impone una sfida rappresentativa nel tentativo di effettuare una lettura sistematica dei suoi scritti. Ed è appunto per questo che la definizione del percorso metodico diventa un elemento determinante nella scelta della strada da seguire e nei risultati di ogni ricerca su Gramsci. In questo senso, il metodo genetico-diacronico delineato da Gerratana e, successivamente, da Francioni, utilizzato nella ricostruzione dei frammenti concettuali strutturati nei *Quaderni del Carcere* nei suoi sforzi editoriali, è un prezioso strumento per l'avvicinamento al fenomeno giuridico nella totalità del suo disegno categoriale. Tuttavia, oltre a questo rimandare a Gramsci, è essenziale vedere il diritto nella logica del contrappunto, come ha delineato Baratta, a partire dal percorso della sua monumentale teoria generale di egemonia. A questo scopo, il primo capitolo inizierà dai suoi scritti su un intervento politico diretto, in una negazione esplicita di un'eventuale rottura epistemologica tra la figura di un Gramsci giovane e maturo, in cui si trovano già in *statu nascendi* sia la nozione di egemonia che sarebbe in seguito arricchita che delle importanti tracce del suo rapporto col diritto. Dopo di ciò, parlando già del suo periodo in carcere, non si può trascurare l'intero processo di lotta per l'architettura e per il concepimento dei *Quaderni*, che hanno scolpito l'immagine e i testi di Gramsci. Inoltre, per rompere con l'asepsia causata dalla disputa per il suo legato, occorre sottolineare un elemento chiave che segnerà sia il pensiero di Gramsci che il presente lavoro fino alla fine: la nozione di egemonia ispirata a Lenin che si concretizza nell'imperativo di sconfiggere l'avversario. In un terzo momento, senza però alcuna pretesa di esaurire il suo intero apparato concettuale, si espone l'arsenale di categorie della teoria generale dell'egemonia gramsciana. Un'esposizione segnata da posizioni teoriche e politiche fondamentali dall'inizio alla fine, senza le quali non sarebbe possibile avvicinarsi al fenomeno giuridico. Infine, dopo aver percorso questa indispensabile strada in cui il diritto appare solo tangenzialmente, le batterie sono concentrate sul luogo di diritto e il senso della sua espansione nella teoria generale dell'egemonia di Gramsci, prendendo il suo contrappunto, in particolare, dal giurista marxista sovietico Piotr Stutchka.

Parole-chiave: Diritto, Egemonia, Contrappunto, Diacronia, Rivoluzione.

ABSTRACT

The work of Antonio Gramsci, especially the famous *Prison Notebooks*, is the subject of intense theoretical debates in all areas of the so-called social sciences. The thought of the Italian Marxist carries a certain charm, considered by some almost as a virtue, of fragmentation and incompleteness. In this sense, the genetic-diachronic method delineated by Gerratana and later by Francioni, used in the reconstitution of the conceptual fragments structured in the *Prison Notebooks* in relation to the totality of the Gramscian thought - central categories -, can be used in the conception of the Legal phenomenon. But beyond this rematch of Gramsci, it is fundamental to see the law in the logic of the counterpoint, as outlined Baratta, from the itinerary of his monumental general theory of hegemony. The first chapter will begin with his writings of direct political intervention, in an explicit denial of an epistemological cut between the figure of a young and mature Gramsci, where he already finds *in statu nascendi* the notion of hegemony that would later be enriched and Important traits of its relationship with law. After that, already speaking of the prison period, one can not neglect the whole process of dispute over the architectural and reception of the *Notebooks*, who, for the whole world, sculpts in redoma the image and the texts of Gramsci. In addition, in order to break with the asepsis caused by the dispute over his legacy, a key element that will mark Gramsci's thinking and the present work to the end is highlighted: the notion of Lenin-inspired hegemony that is embodied in the idea of defeating the opponent. In a third moment, without the pretension of exhausting all its conceptual apparatus, the arsenal of categories of Gramsci's general theory of hegemony is exposed. An exhibition demarcated by fundamental theoretical and political positions from beginning to end, without which it would not be possible to approach the juridical phenomenon. Finally, after this indispensable journey, although law has appeared tangentially, the batteries are concentrated on the place of law and the significance of its extension in the general theory of Gramsci's hegemony, taking its counterpoint, especially, with the marxist soviet jurist Piotr Stutchka.

Keywords: Law, Hegemony, Counterpoint, Diachrony, Revolution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

<i>Filologia Vivente e Contraponto</i>	11
--	----

I - Um pensar em movimento: a questão da hegemonia *in statu nascendi* nos escritos políticos de Gramsci

1. <i>A unidade na descontinuidade entre os escritos políticos e a obra carcerária de Gramsci</i>	21
2. <i>O laboratório da práxis de Gramsci: a chegada a Turim</i>	27
3. <i>O Biennio Rosso e a aceleração da história: a insurreição frustrada dos Conselhos Operários</i>	35
4. <i>Anos de formulação e resistência ao fascismo: o período de 1921-1926</i>	43

II - Os caminhos em torno de uma teoria geral da hegemonia nos *Cadernos do Cárcere*

1. <i>O tortuoso caminho da gênese dos Cadernos do Cárcere</i>	61
2. <i>A disputa pela arquitetônica dos Quaderni</i>	69
3. <i>O extrato leniniano da questão da hegemonia em Gramsci: o imperativo de derrotar o adversário</i>	79
4. <i>Com e para além de Lenin: a irrupção de uma teoria geral da hegemonia</i>	88

III - O arsenal de categorias da teoria geral da hegemonia de Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*

1. <i>A presença da crítica da economia política: um Gramsci apesar de Marx?</i>	99
1.1 <i>O combate às formas de economicismo na ciência econômica: a vulgata liberal e soviética.</i>	102
1.2 <i>Para além da metáfora arquitetônica: a irrupção da noção de bloco histórico.</i>	109
2. <i>A concretude da crítica da economia política de Gramsci</i>	114
2.1 <i>A complexidade e tendências do(s) mercado(s) determinado(s)</i>	117
2.2 <i>As mutações de mercados determinados: a relação entre americanismo-fordismo e fascismo-corporativismo.</i>	122
3. <i>As formas de ampliação do Estado nos Quaderni</i>	131
3.1 <i>A ressignificação da concepção de ideologia e centralidade dos intelectuais</i>	134
3.2 <i>O redimensionamento do Estado: o rechaço a dicotomia entre sociedade política e sociedade civil</i>	143
4. <i>As diferentes estratégias de luta social decorrentes das transformações do exercício do poder hegemônico</i>	151

IV - A polifonia do direito e seus contrapontos no itinerário de Antonio Gramsci	163
1. <i>Entre a legalidade e a ilegalidade: os contornos da luta revolucionária nos escritos políticos de Gramsci</i>	167
1.1. Do programa mínimo dos direitos liberais ao programa máximo socialista no laboratório da práxis de Gramsci	168
1.2. A Luta Hegemônica entre Legalidade Industrial e Legalidade Proletária no Biennio Rosso	174
1.3. O eclipse das teorizações sobre a práxis jurídica na resistência ao fascismo	185
2. <i>As formas de um direito ampliado nos Quaderni: um contraponto com a crítica do direito de Piotr Stutchka</i>	192
2.1 O contraponto da dialética das formas do direito em Stutchka	195
2.2 O pulsar da hegemonia: a nova morfologia do Direito nos <i>Quaderni</i>	203
3. A questão dos usos do direito no cenário das estratégias/táticas para a transição a uma sociedade regulada	215
 CONCLUSÃO	
<i>Contra o Reformismo e o Maximalismo Jurídico</i>	226
 REFERÊNCIAS	234

Introdução

Filologia Vivente e Contraponto

A obra de Antonio Gramsci, em especial os famosos *Cadernos do Cárcere*, é alvo de intensos debates teóricos em todas as áreas das denominadas ciências sociais. O pensamento do marxista italiano comporta certo charme, considerada por alguns quase como uma virtude, da fragmentariedade e do inacabamento. É sempre um pensar em movimento, que exige do intérprete uma consciência ativa para desatar os nós, preencher as lacunas e superar antinomias do desenvolvimento diacrônico de suas intervenções políticas e suas notas/apontamentos carcerários. Para além do conteúdo de suas contribuições, que por si só, já são bastante heterodoxas para o marxismo em geral até hoje, a forma de seus escritos, uma espécie de metralhadora de *insights* criativos, permitem uma (dis)torção e um ampliar do arsenal de categorias gramscianas que, por vezes, constituem-se em detrimento de qualquer laço com seu pensamento originário.

Há, como se pode intuir, pela própria forma de sua produção teórica, inúmeros modos e métodos de ler Gramsci. Reconstituir o ritmo do seu pensamento é um desafio que vem sendo enfrentado de maneira sistemática em um exercício filológico fundamental, mas que, em certa medida, sempre estará no campo das hipóteses pelas dificuldades de datação exata das notas de sua principal obra, os *Quaderni*. É interesse notar que se posicionar acerca da formação dos significantes gramsciano não consiste em mero trabalho técnico-conceitual, mas em um repisar constante sobre o alcance e o significado revolucionário da contribuição do marxista sardo. Trata-se, ironicamente, de entrar na batalha pela hegemonia do legado gramsciano.

Existe, definitivamente, uma possibilidade real a partir de seu mosaico teórico, senão captado a partir de uma perspectiva de totalidade e tomado com base em extratos isolados, de engendrar várias expressões do pensamento gramsciano. Falar isso não consiste em condenação moral ou nada que o valha, mas abordar e definir um padrão metódico capaz de extrair de forma mais fidedigna e coerente, com a trajetória de Gramsci, o desenho de seu arsenal categorial. Por isso, um primeiro (não-)recorte deste trabalho foi, paradoxalmente, uma ampliação de seu intento inicial, isto é, a compreensão que para mapear os labirintos dos *Cadernos* era, absolutamente,

imprescindível abordar, mesmo que em breves linhas, os seus chamados “escritos políticos”.

Tal escolha vem na esteira, do delineado nos próprios *Quaderni*, que contêm em uma famosa nota, *Questões de Método* – primeira redação no *Caderno 4* e segunda no *Caderno 16* –, uma particular antevisão, ao tratar de Marx especificamente, de quais são os cuidados para a aproximação de um corpo textual tão heterogêneo e demarcado pela incompletude. De pronto, já deixa uma advertência, que acabou tornando-se um imperativo para esta investigação: “quando se pretende estudar a formação de uma concepção de mundo que nunca foi exposta sistematicamente pelo seu fundador (e cuja coerência essencial deve ser procurada não em escritos separados ou em série, mas em todo o desenvolvimento intelectual no qual os elementos da concepção estão implícitos) é necessário realizar preliminarmente um trabalho filológico minucioso”¹. Outra questão representativa, que se completa com a anterior, é a noção que “a busca do *leitmotiv*, do ritmo do pensamento em desenvolvimento, deve ser mais importante do que cada afirmação casual e dos aforismos separados”². Por consequência, como poderia ser estudada a potente e original teoria geral da hegemonia (o *leitmotiv*) de Gramsci sem remontar a sua construção durante o seu período de laboratório teórico e da práxis?

Mas esta “filologia minuciosa” não era, para Gramsci, apenas uma análise cuidadosa e honesta dos textos a serem esmiuçados, visto que, nos *Quaderni*, outra preocupação juvenil do pensador sardo se materializa e alcança outro nível: a linguagem. O marxista sardo vai além e formula a noção de uma “filologia vivente”, que se converte de uma preocupação acadêmica em veículo de mediação, tradução e catarse política entre várias linguagens. Nesse sentido, “a experiência em que baseia a filosofia da práxis não pode ser esquematizada; ela é a história mesma em sua infinita variedade e multiplicidade, cujo estudo pode dar lugar ao nascimento da ‘filologia’ como método de erudição na averiguação de fatos particulares e ao nascimento da filosofia como metodologia geral da história”³. Tal “filologia vivente” não significa

¹ GRAMSCI, Antonio. §2 *Quistioni di metodo* (C). **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Volume terzo. Quaderni I2-29 (1932-1935). Quaderno 16. Turim: Giulio Einaudi, 2007, p.1840.

² GRAMSCI, §2 *Quistioni di metodo* (C). **Quaderni del carcere**, Volume terzo, Quaderno 16..., 2007, p.1840.

³ GRAMSCI, Antonio. §2 *Riduzione della filosofia della práxis a una sociologia*. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Volume secondo. Quaderni 6-II (1930-1933). Quaderno 11. Turim: Giulio Einaudi, 2007, p.1428-29.

somente uma expressão racional, mais corretamente articulada aos fatos históricos, mas comporta a ilusão (a “paixão”), a capacidade de traduzir e constituir em “ideias-força, em palavras-força” uma “estreita ligação entre as grandes massas, o partido, o grupo dirigente e todo o conjunto, bem articulado, agindo como um ‘homem coletivo’”⁴.

A “filologia vivente” de Gramsci, portanto, aponta para a necessidade do constante movimento metódico do empírico e individual à totalidade e ao universal numa permanente interação dialética. Assim, “trata-se de uma ideia-chave tanto na ciência como na política, no âmbito teórico e prático, seja nas dimensões da pesquisa abstrata como na análise concreta”⁵. Essas dimensões de tal filologia devem ser, igualmente, aplicadas à filosofia da práxis construída no interior dos *Quaderni* com a intencionalidade de serem efetivas em diversos contextos sob pena da fossilização da teoria e de se tornar material para uma filologia tradicional.

Aqui, não se está a negar a importância para o trabalho de remontar o trajeto e ritmo da escrita gramsciana a partir do amadurecimento cronológico de suas notas – o chamado método genético-diacrônico –, afinal a filologia vivente não exclui um respeito ao produzido textualmente pelo autor como já foi aventando. No entanto, como Lenin se achava demasiado russo, Gramsci também é radicalmente italiano, sendo que ambos, fugindo do dogmatismo, tinham a consciência que era fundamental traduzir seu pensamento para outros campos do saber e nacionalidades. Então, elemento indispensável para revivificar esse corpo teórico é o conceito “novo”, que ganhou força através do estudo diacrônico gramsciano, de tradutibilidade e uma análise em contraponto como sugeriu Giorgio Baratta.

A noção de tradutibilidade, que será transversal à temática de todo este trabalho, possuía um estatuto de marginalidade no constructo gramsciano. Houve uma mudança significativa com o intenso trabalho de romper com a herança de Togliatti através de um esforço, sobretudo na Itália, de um estudo sistemático e “filológico dos *Cadernos*” a partir de uma leitura diacrônica dos conceitos gramscianos, que “difundem uma prática hermenêutica totalmente iluminada por esta linha”⁶. Recuperou-se sua preocupação acadêmica de juventude, observando como a luta de classes atravessa

⁴ GRAMSCI, §2 *Riduzione della filosofia della praxis a una sociologia*. **Quaderni del carcere**. Quaderno 11..., 2007, p.1428-29.

⁵ BARATTA, Giorgio. **As rosas e os Cadernos** – o pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p.18-19.

⁶ LIGUORI, Guido. *Los estudios gramscianos hoy*. In: MODONESI, Massimo (Coord.). **Horizontes Gramscianos**. Estudios en torno al pensamiento de Antonio Gramsci. Mexico: UNAM, 2013, p.36.

também o campo da significação contra certo pragmatismo, ao tratar que a “linguagem não é um instrumento do qual se possa utilizar arbitrariamente, mas é a forma concreta, real, que assume o pensamento; pelo contrário, consiste no próprio pensamento em sua estrutura histórica específica”⁷.

Nesse sentido, embora as menções explícitas à categoria de tradutibilidade não sejam muitas (“16 no total nos *Quaderni*, que se tornam uma centena se se considera a área semântica do ‘tradurre’ em toda a sua extensão”⁸), ela opera plenamente como um nexos vital do desenvolvimento do pensamento gramsciano. Pode-se, conforme Derek Boothman⁹, visualizar um conceito de tradutibilidade em geral, que se refere à capacidade de tradução de experiências e categorias entre culturas nacionais diversas, e um conceito de tradutibilidade em sentido restrito, cuja acepção consiste na transição de significados entre esferas de mediação social a partir de sua representação gnosiológica.

O primeiro sentido assenta-se, desde o *Caderno 1*, na necessidade de traduzir diferentes horizontes culturais e estratégias políticas em contextos distintos. Com inspiração leniniana, Gramsci observa “as relações de identidade substancial entre a linguagem filosófica alemã e a linguagem política francesa”, acrescentando que, no âmbito da filosofia da práxis, “uma pesquisa muito interessante e fecunda deve ser feita a propósito da relação entre a filosofia alemã, política francesa e economia clássica inglesa”¹⁰. Este é um ponto muito interessante do programa gramsciano, pois embora veja a relação da subalternidade, de forma intrincada, no plano internacional, Gramsci observa que os acontecimentos históricos se desenvolvem, verdadeiramente, não em um plano abstrato de uma teleologia histórica dada, mas nas contradições reais que se desdobram no solo nacional. Então, não pode haver um receituário fixo portador de uma verdade transcendente tido enquanto filosofia da práxis, na verdade, para ganhar vida e capacidade de golpear o poder dominante, ela deve se articular, de forma imanente, “as

⁷ FROSINI, Fabio. **Gramsci e la filosofia**: saggio sui Quaderni del cárcere. Roma: Carocci, 2003, p.99.

⁸ GUZZONE, Giuliano. **Il problema scientifico dell'economia nel pensiero di Antonio Gramsci** (1916-1933). 300 p., Tese. Dipartimento di Filosofia. Università di Pisa. Pisa. 2015, p.4.

⁹ BOOTHMAN, Derek. *Traduzione e traducibilità*. In: FROSINI, Fabio; LIGUORI, Guido (coord.). **Le parole di Gramsci**: per un lessico del Quaderni del carcere. Roma: Carocci, 2004, p.252.

¹⁰ GRAMSCI, §9 *Introduzione allo studio della filosofia. Immanenza speculativa e immanenza storicistica ou realistica (B) Quaderni del carcere*. Volume secondo, Quaderno 10 (La filosofia de Benedetto Croce – Parte II)...., 2007, p.1247.

diferentes tradições nacionais decodificadas como uma resposta a diferentes problemas históricos”¹¹.

Em seu âmbito mais restrito, a tradutibilidade aborda a noção de intercâmbio linguístico entre as mais variadas teorias de distintas áreas do conhecimento como condição para formular uma análise da unidade do diverso em realidades específicas. O marxista italiano chega a formular título específico sobre o tema – “Tradutibilidade das linguagens científicas e filosóficas” –, sendo tal operação possível “à medida que uma determinada cultura tenha alguma equivalência com outra pode traduzir-se nela, mesmo se as linguagens sejam historicamente diferentes. O que possibilita esta conversão é a relação da filosofia com a política, a sua força transformadora a partir da luta de classes”¹². Por isso, para Gramsci, “somente na filosofia da práxis a ‘tradução’ é orgânica e profunda, enquanto desde outros pontos de vista afiguram-se como um simples jogo de ‘esquematismos’ genéricos”¹³.

Como Lenin afirmara que era necessário traduzir os sentidos e caminhos da revolução russa para as línguas europeias, a mesma lição deve ser aplicada à rica teoria presente nos *Cadernos do Cárcere* para os contextos de nações periféricas e dependentes. Neste ponto, está o coração da “filologia vivente”, isto é, de uma forma ortodoxa em termos metódicos traduzir Gramsci sem deturpar os elementos centrais de seu conjunto de categorias. Mas dar vida à sua contribuição teórica não é justificativa para empreender, como se fez em praticamente todas as áreas das ciências sociais, os (ab)“usos” parciais das categorias gramscianas – tal como delineara Portantiero¹⁴. A tarefa da tradução não implica em rechaçar um maior rigor na reconstrução categorial do laboratório de Gramsci presente na filologia tradicional, mas combinar um estudo diacrônico com o exercício da tradutibilidade para evitar a “expropriação” pela interpretação – “expropriar Gramsci significa arrancar determinadas ideias ou passagens do contexto, para dar apoio ao projeto pessoal do expropriador, seja de que natureza for”¹⁵.

¹¹ FROSINI, Fabio. *Sulla “traducibilità” nei “Quaderni” di Gramsci*, **Crítica marxista**, 6, pp. 29-38, 2003, p.33.

¹² SCHLESENER, Anita Helena. *Algumas considerações sobre a linguagem em Gramsci*. **Textos SEAF**, Curitiba, vol.4, p.7-13, 1983, p.11.

¹³ GRAMSCI, §47, **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 11..., 2007, p.1468.

¹⁴ PORTANTIERO, Juan Carlos. **Los usos de Gramsci**. Mexico D.F.: Folios, 1981.

¹⁵ GERMINO, Dante. Interpretando Gramsci. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.131.

Uma metódica capaz de intentar esse imenso desafio é a proposta por Giorgio Baratta de uma lógica do contraponto. Utilizando-se das próprias pistas gramscianas sobre a centralidade das metáforas no plano linguagem¹⁶, evoca uma analogia musical para colocar em marcha o projeto da tradutibilidade do texto gramsciano. Nesse sentido, o contraponto, enquanto estilo/técnica de composição, harmoniza duas ou mais vozes, que se sobrepõem na mesma música. Assim, o *cantus firmus*, a figura rítmica que servirá de base ao contraponto, seria o texto polifônico dos *Quaderni*, sob o qual se sobrepõem em consonância ou dissonância outras vozes melódicas.

A metáfora do contraponto é retomada e empregada na análise do pensamento gramsciano por Baratta a partir da influência de Edward Said. O grande pensador palestino delineou um método de análise textual demarcado pela potência de desvelar o discurso imperialista, bem como estabelecer uma contra-hegemonia capaz de reescrever a experiência histórica dos subalternos: a “leitura em contraponto”. Para Said, com a base da textura hegemônica imperial, em contextos diversos, é possível alcançar e reescrever as contradições de significados em conflito. Assim, ler em contraponto quer dizer “levar em conta dois processos, o do imperialismo e o da resistência, que pode ser feito pela expansão do foco da leitura de textos de tal forma que seja incluído aquilo que foi anteriormente excluído a força”¹⁷.

Por esta via, Baratta compreende seguir o melhor da tradição gramsciana, pois, como se autodenominava, claramente, como um intelectual, colocava-o em contato com os seus: em contraponto com as periferias, com seus povos, culturas e territórios. Aqui, Gramsci se sente em casa. Então, “os *Cadernos do cárcere* – eles mesmos inspirados no princípio dialógico do contraponto – podem constituir terreno de verificação para a passagem, em termos gerais, da forma ‘sonata’ ao contraponto ou, também se poderia dizer, usando a sua terminologia, para reconsideração da dialética à luz da tradutibilidade: tradutibilidade das linguagens e culturas”¹⁸. Os *Quaderni*, de qualquer

¹⁶ “Fio condutor, ainda que sutil e raramente visível, das reflexões de Gramsci sobre o ‘fato linguístico’, é o conceito de ‘metáfora’. [...] ‘A linguagem é sempre metafórica’ (Q11, §28, p.1427), ‘é um contínuo processo de metáforas’ (Q11, §28, p.1438). [...] Nesse sentido, ‘metafórico’ na acepção gramsciana é indissociável de ‘extensivo’, ou seja, dos processos de assimilação, transposição, inovação, mas também de difusão, hegemonia, ampliação que caracterizam, no espaço e no tempo, a ‘historicidade’ da *linguagem*, que ‘se transforma ao se transformar toda uma civilização’ (Q11, §24, p.1428)” BARATTA, **As rosas e os Cadernos** – o pensamento dialógico de Antonio Gramsci..., 2004, p.226.

¹⁷ SAID, Edward. **Culture and Imperialism**. New York: Vintage Books, 1994, p.66-67.

¹⁸ BARATTA, Giorgio. **Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente**. São Paulo: Unesp, 2011, p.17.

forma, já são um grande diálogo em contraponto ou mesmo o terreno de uma batalha campal na formação progressiva de seu pensamento.

Ainda, para Baratta, “pode-se sustentar que entre dialética (contradição) e tradutibilidade (diferença) há um limite preciso, mas móvel, dentro de um espaço mais amplo que comodamente identificamos como o contraponto [...] Dialética e Tradutibilidade se excluem, e reclama âmbitos conceituais específicos. Mas também não se excluem, e reivindicam copresença e complementaridade”¹⁹. A noção de contraponto, portanto, na esteira da própria metódica gramsciana, amplia e catalisa a aplicabilidade e a potência crítica das notas presentes nos *Quaderni*.

Tal abertura a outros diálogos, a passagem metafórica e metódica da sonata ao contraponto, pode implicar na desmedida de uma transfiguração de “uma estratégia unitária a uma tática plural, do monismo ao pluralismo, do microfone direcional a escuta de uma sonoridade difusa”²⁰. Inclusive, Frosini, embora compartilhe de inúmeras meditações de Baratta, salienta o risco sempre presente “todas as vezes que se afasta da categoria de ‘totalidade’, é exatamente o de perder contato com a realidade, reduzindo-a a pensá-la em formas regionais ou diretamente metafóricas [...] não capazes de pensar aquele grandioso projeto revolucionário que Gramsci chama de ‘reforma intelectual e moral’”²¹. É, evidente, que fetichizar a metáfora do contraponto em detrimento do *cantus firmus* gramsciano, é um equívoco metódico que, sem dúvida, resultaria num salto à pós-modernidade fragmentada ao revés dos fragmentos demarcadamente orgânicos de Gramsci.

De maneira alguma, neste estudo, a alternativa delineada enquanto proposta metódica para analisar o direito almeja se constituir como um mergulho para além do marxismo, alguma estirpe de construções neogramsciana, tampouco uma utilização parcial de seu pensamento, mas uma reorganizar filológico – uma “filologia vivente ou viva” – em que dialética e tradutibilidade se encontram em movimento e organicamente imbricadas nos *Quaderni*. O contraponto se dá a partir da textura diacrônica e potencialmente polifônica de Gramsci e se combina de modo a assumir contornos

¹⁹ BARATTA, Antonio. **Gramsci em contraponto: diálogos com o presente**...., 2011, p.19.

²⁰ CLEMENTE, Pietro. *Per Giorgio Baratta. Prove d'orchestra*. **LARES** – Rivista quadrimestrale di studi demotnoantropologici, Firenze, n.3, anno. LXXVII, p.445-458, 2011, p.446.

²¹ FROSINI, Fabio. *As rosas e os Cadernos em contraponto*. In: BARATTA, Giorgio. **Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente**. São Paulo: Unesp, 2011, p.396.

particulares a cada realidade e espaço do conhecimento, não galgando em nenhum momento ser uma nova escrita que negue o itinerário gramsciano.

Dito isto, para compreender o lugar do direito e seus possíveis diálogos, é passo necessário continuar a seguir os conselhos do próprio marxista sardo, isto é, compreender o *leitmotiv*, que impulsionava, em condições tão adversas, Gramsci a escrever sua obra até seu corpo não mais resistir. Mais especificamente, no interior das brilhantes notas redigidas de modo reticular, qual é a categoria ou preocupação principal que move tal criatividade intrépida durante toda a sua vida intelectual. Dentre algumas escolhas legítimas e possíveis, o nexos principal que enfeixa toda sua obra é a vinculação entre teoria e práxis, cultura e revolução representada por sua original teoria geral da hegemonia.

O atributo de generalidade merece, antecipadamente, uma explicação em separado. Compreende-se, neste trabalho, que no itinerário do marxista sardo, ele formulou uma teoria da revolução (do exercício da hegemonia em concreto), mas, ao mesmo tempo, balizou uma verdadeira teoria materialista do poder. Tal como Marx, mesmo falando quase um século depois, uma impressionante ontologia da práxis, em que categorias mais simples e abstratas conseguem ascender à complexidade e à concretude a partir do seu arsenal de categorias formulados sob o signo das metáforas. Então, para trilhar o caminho árduo dos textos gramscianos e finalmente poder observar o direito em contraponto, é fundamental trilhar todo o itinerário dessa teoria marxista do poder em Gramsci.

A começar pelos seus escritos de intervenção política direta, numa negação explícita de um eventual corte epistemológico entre a figura de um Gramsci jovem e maduro, onde já se encontra *in statu nascendi* a noção de hegemonia que viria ser enriquecida posteriormente e importantes traços de sua relação com o direito. Estruturam-se os seus anos de formulação em 3 fases: o laboratório da práxis em Turim, lugar em que toma contato com o movimento operário e com o marxismo propriamente dito; a fase da aceleração da história no biênio vermelho, em que se tentou traduzir a fórmula da sublevação soviética para Itália – foram dois anos de brutal atividade política em que se forja sua liderança; por fim, os anos de formulação e resistência ao fascismo, demarcados pela criação do lendário Partido Comunista Italiano (PCI) e, simultaneamente, a ascensão tenebrosa do fascismo, que se encerraria com o encarceramento de Gramsci.

Depois disso, já falando do período carcerário, não se pode negligenciar todo o processo de disputa pela arquitetura e recepção dos *Quaderni*, que, para todo o mundo, esculpira em redoma a imagem e os textos de Gramsci. Além disso, para romper com a assepsia causada pela disputa de seu legado, salienta-se um elemento fundamental que marcará o pensamento de Gramsci e o presente trabalho até o seu final: a noção de hegemonia inspirada em Lenin que se consubstancia na ideia de derrotar o adversário. Mas do mesmo modo que há identidades, claramente, têm-se distinções, os *Quaderni* são produzidos com uma influência profunda do pensamento leniniano, mas a sua rica produção teórica, sem sombra de dúvida, vai além de Lenin, tomando os contornos de uma teoria geral da hegemonia.

Num terceiro momento, sem a pretensão de esgotar todo o seu aparato conceitual, expõe-se o arsenal de categorias da teoria geral da hegemonia de Gramsci. Uma exposição demarcada por posicionamentos teóricos e políticos fundamentais do início ao fim, sem os quais não seria possível aproximar-se do fenômeno jurídico. Podem-se demarcar três grandes questões dentre tantas discutidas nesse excursão: 1) a existência e, mais, a presença marcante da crítica da economia política em Gramsci; 2) a negação de todos os esquematismos, em especial, dos decorrentes entre sociedade civil e sociedade política; 3) uma compreensão de guerra de posição como guerra total e não como programa político, bem como sua relação intrínseca e inclusiva com outras estratégias e táticas de luta social.

Por último, após esse indispensável caminho percorrido, embora o direito tenha aparecido tangencialmente, concentram-se as baterias sobre o lugar do direito e o significado de sua ampliação na teoria geral da hegemonia de Gramsci. Tal avaliação será feita, conforme a metáfora metódica proposta por Baratta, através do grande contraponto com o pensamento do jurista marxista soviético Piotr Stutchka em sua obra *A Função Revolucionária do Direito e do Estado: Teoria Geral do Direito* de 1921, sobretudo, através de um grande diálogo (inaudito ou não) sobre a sua dialética das formas do direito – outros contrapontos secundários também figurarão: Lukács, Pachukanis, Boaventura, Lyra Filho, etc. Uma leitura que parte de uma enorme fecundidade em suas reflexões sobre direito na dialética entre legalidade e ilegalidade presente nos escritos políticos de Gramsci, estruturando, praticamente, em linhas gerais, as 3 grandes formas (legalidade industrial, legalidade formal e legalidade substancial) que o direito assumiria nos *Quaderni*. Para depois, especificamente, nos Cadernos do

Cárcere, em consonância com Stutchka, reconstruir em diacronia os caminhos e potencialidades da noção proposta por Gramsci de um direito ampliado. Além disso, por fim, como se trata de uma filosofia da práxis, deixam-se alguns apontamentos a respeito da possibilidade de uma práxis jurídica insurgente, visando a superação do que se denominou da crítica maximalista do direito e do reformismo jurídico.

I

Um pensar em movimento: a questão da hegemonia *in statu nascendi* nos escritos políticos de Gramsci

1. A unidade na descontinuidade entre os escritos políticos e a obra carcerária de Gramsci

O pensamento de Gramsci, apesar da multiplicidade de interpretações e esforços hermenêuticos de sincronicidade, é demarcado pelo caráter fragmentário e pelo inacabamento – além dos *Cadernos do Cárcere*, mesmo os seus textos de intervenção política imediata, padecem dessa provisoriedade²². Contudo, tal fato não retira o fascínio e a potencialidade que, o constante recriar/reapropriar de sua teoria e itinerário político, propiciam para a constituição de uma estratégia e tática no interior de uma tradição emancipatória comum entre as gerações em cena no contexto político do novo século. Nesse sentido, para uma “esquerda que não teme dizer seu nome”, em provocativo livro de mesmo título, Vladimir Safatle caracteriza a ação política da esquerda “pela decisão a respeito do que será visto como inegociável”²³. Talvez, o que melhor defina o projeto gramsciano não seja a concepção de concessões ao possível pela via parlamentar presentes em certos gramscismos, mas, justamente, o seu oposto, isto é, a imposição de uma derrota ao adversário em torno da hegemonia de um conjunto de valores ético-políticos irrenunciáveis constituintes para revitalização do projeto socialista.

Num mundo onde as polifonias identitárias – a diferença tão capturada pelos pós-modernos – parecem ser o *leitmotiv* das práticas sociais. Giorgio Baratta, em uma metáfora musical, reconhece tal atratividade do pensamento gramsciano, presente nos *Quaderni* particularmente, no princípio dialógico do contraponto. Uma teoria capaz de

²² O próprio Gramsci, explicitando o caráter conjuntural de seus textos, afirmou que “em dez anos de jornalismo escrevi linhas suficientes para encher quinze ou vinte volumes de quatrocentas páginas, mas estas linhas eram escritas no dia-a-dia, e, a meu ver, deviam morrer no fim do dia. Sempre me recusei a fazer coletâneas, mesmo limitadas”. GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. Volume 2: 1931-1937. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.83.

²³ SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2012, p.15.

“restaurar a lógica ou dialética do choque (luta de classes, imperialismo), mas ao mesmo tempo valorizar a lógica hegemônica do confronto (contraponto, de povos, culturas, territórios) no lugar de tantos fundamentalismos que fomentam descaradamente os ‘choques de civilizações’”²⁴. O arsenal de categorias desenvolvido pelo marxista italiano (Hegemonia, Bloco Histórico, Estado Integral, Intelectuais, Guerra de Posição e Movimento, Revolução Passiva, etc.) situa sua originalidade na condição alquímica da tradutibilidade²⁵ de teoria em práxis em diferentes situações concretas.

O ritmo do pensamento gramsciano, entretanto, não é fácil de ser compreendido. A escrita de sua obra principal, os *Cadernos do Cárcere*, organizada a partir de notas temáticas, institui um “monólogo-diálogo” – “rico de rigor (Cadernos) e de frescor (Cartas)”²⁶ –, que conduzem a uma difícil jornada de um pensar em movimento em que a verdade do texto em construção se apresenta móvel e experimental. Um diálogo simultâneo que, conforme Fernández Buey, caminha em três direções: “1) Com os clássicos da tradição [filosófico-política] (justamente para especificar em que eles inovam e por que a filosofia da práxis é uma filosofia autônoma) ; 2) com os contemporâneos mais próximos ([...] é neste sentido que se deve entender a polêmica com Bukharin e, mais circunstancialmente, com Trotski); e, finalmente, 3) um diálogo consigo mesmo, mas sem ensimesmamento, a partir das experiências vividas desde 1917”²⁷. Além disso, o texto de Gramsci impõe uma tarefa extra ao seu intérprete: a dificuldade de precisar as datações das notas redigidas sob a precariedade da estrutura carcerária – neste âmbito, a primeira publicação dos *Quaderni*, organizada tematicamente por Togliatti, só veio a turvar o horizonte de pesquisa.

Todas essas limitações à possibilidade de esmiuçar a teoria gramsciana em sua totalidade legaram uma gama de leituras parciais, quando não instrumentais,

²⁴ BARATTA, Antonio *Gramsci em contraponto...*, 2011, p.17.

²⁵ “A especificidade da filosofia da práxis está, para Gramsci, em ser uma teoria crítica da tradutibilidade, isto é, em ser capaz de decifrar as relações de conhecimento na sua dimensão prática, política. [...] A filosofia da práxis explica e torna compreensível, com a teoria da tradutibilidade das linguagens e das culturas nacionais, como por detrás das aparências de oposição (política x filosofia, prática x teoria) tratam-se de fenômenos fundamentalmente iguais”. A noção de tradutibilidade será um conceito transversal abordado em todo o texto. FROSINI, Fabio. **Gramsci e la filosofia: saggio sui Quaderni del cárcere**. Roma: Carocci, 2003, p.98-102.

²⁶ BARATTA, Antonio *Gramsci em contraponto...*, 2011, p.10.

²⁷ FERNÁNDEZ BUEY, Francisco. Gramsci no mundo de hoje. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.29.

denominadas por Portantiero, como “os usos de Gramsci” – uma importante face do objeto de estudo deste trabalho no que se refere às teorias críticas do direito. Nesse sentido, opera-se um alargamento/manipulação do sentido do texto, suas notas “transformam-se em um espaço vazio, apto para receber qualquer conteúdo, para ser submetido a usos diversos segundo as necessidades de cada momento”²⁸. As apropriações de Gramsci são das mais variadas: *marxista-leninista*, uma referência como continuador da obra já transformada em doutrina, e, portanto, um legitimador da linha soviética; *conselhistas*, uma espécie de profeta do operaísmo italiano; um anunciador de uma estratégia de frente ampla popular; *socialdemocrata*, um teórico da luta institucional por reformas graduais ao socialismo, etc.

Em oposição a tais usos de Gramsci, uma suposta visão heterodoxa e inválida, não se está a defender uma investigação ortodoxa, fiel ao texto, verdadeira em termos epistemológicos. No entanto, é necessário romper ou mesmo suprasumir no tocante às abordagens parciais e descontextualizadas do aporte categorial do marxista sardo, uma vez que, embora contribuições importantes possam ter sido produzidas a partir deste procedimento, em não poucos momentos, a utilização isolada de um conceito acaba por entrar em aberta dissonância com o delineado nos *Quaderni*. Por este motivo, ao mesmo tempo em que é fundamental realizar uma leitura não-inquisitorial (em contraponto) das teorizações gramscianas – como será realizado no último capítulo deste trabalho no âmbito jurídico –, também é conceber os *Cadernos do Cárcere* em sua natureza dialógica e escavá-lo em sua diacronia do ponto de vista filológico – a tal filologia vivente.

Para trilhar este caminho, em primeiro lugar, mesmo que de forma limitada, será discutido o processo de formação do pensamento gramsciano até a produção dos *Quaderni*. Nos denominados escritos políticos, os textos pré-carcerários (1914-1926), Gramsci produziu mais de 1700 títulos, referindo-se, frequentemente, “a fatos e personalidades políticas atualmente esquecidos, comentam ocorrências do cotidiano, criticam peças e montagens teatrais de que ninguém mais recorda hoje, nem mesmo na Itália”²⁹. No entanto, neste emaranhado de intervenções a respeito dos mais diversos temas encontra-se uma teoria da hegemonia como um sistema *in statu nascendi*, que deve ser explorada para compreensão de seu desenvolvimento posterior.

²⁸ PORTANTIERO, Juan Carlos. **Los usos de Gramsci**. Mexico D.F.: Folios, 1981, p.69.

²⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. *Introdução*. In: GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.11-12.

Falar em uma concepção *in statu nascendi* em Gramsci significa realizar uma analogia a como István Mészáros, ao analisar a obra de Marx, denomina os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Isto é, o marxista húngaro compreende-o enquanto um “sistema *in statu nascendi*, pois é neles que Marx explora sistematicamente, pela primeira vez, as implicações de longo alcance de sua ideia sintetizadora – ‘a alienação do trabalho’ – em todas as esferas da atividade humana”³⁰. Pode-se considerar o mesmo em relação aos escritos políticos de Gramsci, uma vez que, por óbvio, os contornos da teoria da hegemonia em tais textos não equivalem ao produzido nos *Quaderni*, contudo os elementos germinais já estão contidos e em expansão criativa.

Além disso, o exposto a respeito da não sistematicidade e incompletude dos *Quaderni*, vale também para os escritos políticos. Neste período, o discurso gramsciano compõe a cena política italiana, mas não consiste em uma presença passiva, ao revés disso, pretende enlaçar os conflitos políticos e transformá-los. Por isso, para Fernandes Dias, tais textos são duplamente fragmentários: 1) como produto e produtor de seu contexto histórico, estes textos combatem, pontualmente, o discurso dominante, estabelecendo um trabalho de “quebra e reconstrução”, pois “privilegia problemas, questões, desarticula-os do seu todo anterior”; 2) apresenta-se como um discurso jornalístico a respeito do cotidiano, mas o compreendo como “o lugar da luta de classes”³¹ portador de uma riqueza a dilapidar. E, como consequência, da mesma forma como nos *Cadernos*, aplica-se a questão de uma formulação sempre derivada de um diálogo, pois é sempre a partir de um debate concreto dos temas diários do movimento operário que emergem seus artigos.

Nesse sentido, tracejar, em breves linhas, tal itinerário demarcado pela (re)construção de um pensar em movimento no seu processo de luta política é das tarefas mais complexas. De pronto, uma óbvia, mas necessária, demarcação: os *Cadernos do Cárcere* e seu aparato conceitual são o ponto alto do pensamento gramsciano. Isso não significa, contudo, realizar, como outrora foi feito com Marx, um corte epistemológico entre um “Jovem Gramsci” – liberal, idealista, crociano, etc. – do período pré-carcerário, variando o momento decisivo da ruptura fundamental, e um “Gramsci Maduro”, notadamente, observado em seus escritos carcerários.

³⁰ MÉSZÁROS, Istvan. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006, p.23.

³¹ DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim*. A construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000, p.15.

Tal cisão é antidialética e inviabiliza uma investigação da totalidade do ritmo de criação teórico-prática das categorias do pensamento gramsciano a partir de um material tão fragmentado e preocupado com a atuação política em seu contexto histórico – esta ressalva vale tanto para os textos de intervenção pré-carcerários quanto para o labirinto reticular das notas carcerárias. Nesse sentido, trata-se de analisar nesta trajetória, como o próprio Gramsci aconselhara, os caminhos do *leitmotiv* de uma teorização, que, no caso do marxista sardo, é o percurso do conceito de hegemonia. E é, justamente, em torno deste ponto que se desenvolve um intenso debate acerca do significado do legado gramsciano.

Basicamente, ainda hoje, é germinal o embate dos sentidos da recepção de Gramsci no Brasil entre Carlos Nelson Coutinho e Edmundo Fernandes Dias. No que se refere ao âmbito conceitual especificamente, em síntese, Coutinho delimita que “foi no período que vai de 1921 a 1926, em particular nos três últimos anos, que teve lugar a efetiva transição de Gramsci para a maturidade: é nessa fase que começam a tomar corpo, a partir de muitos elementos da reflexão leniniana, alguns dos conceitos básicos que Gramsci irá desenvolver nos *Cadernos do Cárcere*”³². Mas é somente em *A Questão Meridional* e na *Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Soviético* (1926) que Gramsci inflexiona e coloca o problema da hegemonia, “da conquista do consenso”, como central na estratégia gramsciana, pois, através de sua leitura da desigualdade regional, pensa na classe operária como classe nacional capaz de exercer hegemonia sobre a maioria dos trabalhadores (aliança operário-camponesa). Por outro lado, Fernandes Dias criticava duramente a sombra do leninismo, que eclipsava a originalidade do pensamento de Gramsci, afirmando a inexistência de uma ruptura essencial, uma vez que “a temática central permanece. A forma como são trabalhados os conceitos é a mesma. Obviamente atualizam-se categorias, constroem-se novas. Mas o fio que perpassa toda a obra é o mesmo: a capacidade orgânica das classes trabalhadoras construir uma nova *civiltà*”³³. Por sua vez, ainda, concebeu a raiz do conceito de hegemonia em um período anterior ao contato direto com o pensamento de Lenin, para ele, “a questão da hegemonia já está presente em 1916, em estado prático. E,

³² COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.63.

³³ DIAS, Edmundo Fernandes. *Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos*. DIAS, Edmundo Fernandes et alli. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xama, 1996, p.107.

seguramente, no *biennio rosso*, no período dos Conselhos (1919-1920), o conceito está, no fundamental, elaborado”³⁴.

Não há dúvida acerca da importância de Coutinho no cenário gramsciano – inclusive o diálogo estabelecido entre Gramsci/Lukács (ontologia da práxis/ontologia do ser social) é um marco tomado pelo presente trabalho, ao revés da complementaridade entre Gramsci/Trotsky –, contudo a provocação de Fernandes Dias a respeito do corte estabelecido no pensamento gramsciano é certa: “no caso de Marx, era ‘necessário’ reafirmar a unidade do seu pensamento, no de Gramsci a ‘necessidade’ é outra, a de afirmar o salto leninista que o libertou do ‘provincianismo’”³⁵. Por óbvio, a alternativa não se centra em engendrar continuidade perenes desde os primeiros escritos aos *Quaderni*, mas há, sem dúvida, um grande elemento de continuidade na descontinuidade deste pensar em movimento: a centralidade da luta cultural/ideológica no interior de uma estratégia revolucionária socialista.

Esses elementos, *Cultura e Revolução*, assinalados, por Anita Schlesener, como conceitos fundantes da totalidade do pensamento gramsciano, que “se delineiam nos textos pré-carcerários a partir da ação política junto ao movimento operário de Turim”³⁶, desenvolvendo-se até os *Cadernos do Cárcere*, constituem-se enquanto pedras angulares da irrupção da noção de hegemonia. Um percurso em que será privilegiado a sua intervenção e formação teórico-política como estrategista do movimento socialista³⁷, que opera com “as armas da crítica”, constituindo, assim, seu arsenal de categorias, pois “é o seu posicionar-se ao lado das massas turinenses, o seu viver a imprensa socialista, mantendo a cabeça aberta, que torna possível a elaboração de uma teoria nova, contrastada com todos esses elementos ideológicos e teóricos”³⁸.

É a partir dessa chave de leitura que, sumariamente, será abordado o pensamento pré-carcerário de Gramsci como uma ponte para compreender o surgimento dos *Quaderni* em sua forma e conteúdo. Para tanto, o caminho será dividido em três momentos: o primeiro período que vai até 1918, com um importante marco em seu escrito *Socialismo e Cultura* de 1916, onde seu laboratório da práxis começa a fervilhar;

³⁴ DIAS, **Gramsci em Turim...**, 2000, p.14.

³⁵ DIAS, *Sobre a leitura dos textos gramscianos...*, 1996, p.107.

³⁶ SCHLESENER, Anita Helena. **Revolução e Cultura em Gramsci**. Curitiba: Ed.UFPR, 2002, p.7

³⁷ Como já foi dito, em seu “monólogo-diálogo”, Gramsci realiza um debate crítico com autores clássicos, contemporâneos e consigo próprio. Haverá um maior espaço para abordar às relações com estes interlocutores (Marx, Maquiavel, Hegel, Bukharin, Croce, Sorel, Labriola, etc.) na constituição de seu pensamento no segundo capítulo.

³⁸ DIAS, **Gramsci em Turim...**, 2000, p.241.

o segundo intervalo, entre 1919 e 1920, comumente denominado como *Biennio Rosso*, interim em que Gramsci realiza um grande ensaio geral de seu corpo categorial no campo da insurreição dos conselhos; e, por fim, um espaço de tempo de grandes transformações políticas e pessoais (fundação do PCI, ascensão do fascismo, luta na clandestinidade, etc.), que antecedem seu encarceramento até no ano em redige *A Questão Meridional* (1926).

2. O laboratório da práxis de Gramsci: a chegada a Turim

A formação teórico-política juvenil de Gramsci, embora alcance delineamentos fundamentais em sua estada em Turim (1911), encontra traços importantes em sua vivência na Sardenha. Além do enfrentamento de condições difíceis de vida em uma das regiões mais empobrecidas da Itália e da luta travada para concluir seus estudos, ele toma contato com a imprensa socialista, o *Avanti!*, através de seu irmão Genaro, bem como participa de reuniões do movimento socialista local de acentuada tendência regionalista e autonomista. Prova disto é sua redação, *Oprimidos e Opressores* (1910), onde afirma a respeito das guerras, que “partimos para levar a civilização e, de facto, agora aqueles povos afeiçoaram-se-nos (sic) e agradecem ao céu a sua sorte. Mas é sabido: *sic vos non vobis* [uns trabalham e outros recebem a recompensa]. A verdade, pelo contrário, consiste numa avidez insaciável que todos têm de explorar o seu semelhante, de lhes arrancar aquele pouco que puderam poupar com privações”³⁹. E, finaliza, referindo-se ao processo revolucionário francês, a respeito da historicidade do processo de exploração, dizendo que “os privilégios e as diferenças sociais, sendo produto da sociedade e não da natureza, podem ser superados. A humanidade tem necessidade de um outro banho de sangue para cancelar muitas destas injustiças; que os dominantes não venham a arrepender-se de ter deixado as massas num estado de ignorância e de ferocidade tal como estão agora!”⁴⁰

Mas é, de fato, somente em Turim, que Gramsci estabelecerá seus grandes embates no âmbito do movimento socialista. Talvez, o primeiro deles, esteja situado,

³⁹ GRAMSCI, Antonio. *Oprimidos e Opressores*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976, p.62

⁴⁰ GRAMSCI, Antonio. *Oprimidos e Opressores...*, 1976, p.63-64.

como diria Coutinho, em sua “contraditória formação juvenil”⁴¹, quando “realizou-se o primeiro e verdadeiro encontro do jovem Gramsci com o socialismo italiano, sua original formação político-cultural sindicalista-sardista, influenciada pelo pensamento de Attilio Deffenu pelo meridionalismo livre-cambista de Gaetano Salvemini”⁴². Tal postura antiprotecionista, presente em virtude da temática constante em seu pensamento da desigualdade norte-sul, leva a Domenico Losurdo a afirmar que “Gramsci começa de alguma maneira como liberal”⁴³. Contudo, apesar deste diálogo com a tradição liberal, o “sardismo” de Gramsci é um dos elementos de sua postura tática anticapitalista, na medida que o protecionismo cimenta um bloco conservador entre os industriais do norte e os latifundiários do sul, bem como é um meio de “quebrar a tentativa reformista de integração do proletário nortista (ou de sua camada superior) no bloco dominante”⁴⁴

A partir da estada em Turim, o marxista sardo se aproxima cada vez do Partido Socialista Italiano (PSI) e na batalha cultural pela emancipação da classe trabalhadora. Nesse sentido, Gramsci, já em sua primeira intervenção como jornalista, no texto *Neutralidade Ativa e Operante*, atingirá em cheio questões a respeito da estratégia e tática do partido presente nos anos seguintes, que girará em torno dos conflitos com os “reformistas” e “maximalistas”. Nesse artigo, o revolucionário italiano coloca em discussão a tese de neutralidade absoluta frente ao contexto da guerra imperialista que começara. Não admite que o PSI seja incapaz de tomar resoluções nacionais, mesmo inseridas num protagonismo internacionalista da classe operária, para situação organizativa nacional. Pensa na função do partido como “um Estado em potência, que vai amadurecendo, antagonista do Estado burguês, que procura, na luta constante com este último e no desenvolvimento da sua dialética interior, criar os órgãos para o superar e absorver. E é autônomo no desenvolvimento desta sua função, não dependendo da Internacional a não ser em relação ao fim supremo a alcançar e ao caráter que esta luta deve sempre apresentar como luta de classes”⁴⁵. E critica qualquer abordagem fatalista ou mecanicista da revolução, pensando-a “como criação do próprio espírito, feita de uma série ininterrupta de rupturas operadas sobre as outras forças

⁴¹ COUTINHO, Gramsci..., 2012, p.5.

⁴² NATOLI, Claudio. *Grande Guerra e Renovação do Socialismo nos Escritos do Jovem Gramsci (1914-1918)*. In: AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio; VACCA, Giuseppe (Orgs.). **Gramsci no seu tempo**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p.33.

⁴³ LOSURDO, Domenico. **Antonio Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”**. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p.23.

⁴⁴ COUTINHO, Gramsci..., 2012, p.9.

⁴⁵ GRAMSCI, *Neutralidade Ativa e Operante...*, 1976, p.66.

activas e passivas da sociedade, e preparando o máximo de condições favoráveis para a ruptura definitiva”⁴⁶. Desde cedo, portanto, estava colocado o fio condutor “da necessidade dos socialistas pensarem sua atuação como relação de forças, como intervenção da vontade consciente na luta e na história”⁴⁷ – a postulação fundamental, que amadurecerá, entre ação cultural/ideológica e revolução.

Com o aprofundamento da articulação de Gramsci no interior do PSI, cada vez mais fica clara a sua insatisfação perante o falso dualismo entre a corrente reformista e maximalista – como já assinalado, mesmo que indiretamente, em 1914. Não concordava com os reformistas (Turati era sua grande figura) pela sua política de conciliação de classe e a incapacidade de visualizar o caráter contraditório do processo de reforma no tocante às correlações de força. Igualmente, contudo, não poderia endossar a tese dos maximalistas (com importantes representantes como Serrati e Bordiga), pois, embora simpatizasse com sua postura radical, era contrário à postura determinista da ideia de revolução – a espera do acirramento “natural” do conflito final de classes –, que implicava o verbalismo abstrato e passividade política. Em contraposição a tais tendências, como consequência de seu antipositivismo/antievolucionismo, não sem uma importante pitada de idealismo, Gramsci considera central o trabalho de base cultural e educativa para criar os elementos subjetivos da práxis revolucionária.

Relevante marco na construção teórico-política de Gramsci sobre essa ação cultural revolucionária é o artigo *Socialismo e Cultura* (1916) – Fernandes Dias⁴⁸ chega a afirmar que nesse texto encontra-se, germinamente, sua teoria da hegemonia. Nele, o marxista italiano nega a ideia de cultura como um conhecimento enciclopédico próximo do pedantismo e, no sentido oposto, pensa que “é organização, disciplina do próprio *eu* interior, é tomada de posse da própria personalidade, a conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres”⁴⁹. O homem é, em essência, espírito, produção cultural, que é uma criação histórica, da sociabilidade, e não biológica ou natural. E, assim sendo, observa que o processo de dominação e libertação – a existência de “explorados e exploradores, criadores de riqueza e seus consumidores

⁴⁶ GRAMSCI, *Neutralidade Ativa e Operante...*, 1976, p.67.

⁴⁷ DIAS, **Gramsci em Turim...**, 2000, p.54.

⁴⁸ DIAS, **Gramsci em Turim...**, 2000, p.68.

⁴⁹ GRAMSCI, *Socialismo e Cultura...*, 1976, p.83

egoístas”⁵⁰ – somente se explica completamente a partir de uma disputa no âmbito cultural.

É neste ponto que o laboratório da práxis de Gramsci começa a fervilhar, pois, com base nessa ideia de cultura, pode analisar que “cada revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeabilização de ideias através de agregados de homens, primeiro refractários e somente virados para resolver dia a dia, hora a hora, o seu problema econômico e político, sem laços de solidariedade com os outros que se encontram nas mesmas condições”. E é com base na “reflexão inteligente, primeiro por alguns e depois por toda classe”⁵¹, que se compreende as transformações sociais, acentuando o papel da vontade política nos rumos da história. Nesse sentido, “a cultura apresenta-se, pois, como crítica, uma crítica elaborada com base nos acontecimentos sociais e políticos, que permite explicitar a situação e unir indivíduos dispersos [...] de uma compreensão fragmentária e imediata dos fatos para uma visão universal e coletiva”⁵².

Além disso, em *Socialismo e Cultura*, aparecerá também o intelectual como um formador e aglutinador de formas culturais. Critica diretamente a tradição do conceito de intelectual, uma espécie de “intelectualismo flácido e incolor”, como alguém que pensa “ser superior ao resto da humanidade porque armazenou na memória uma certa quantidade de dados e de datas, que aproveita todas as ocasiões para estabelecer quase uma barreira entre si e os outros”⁵³. Ao revés, para Gramsci, o intelectual cultiva o terreno árido da cultura e prepara o campo de batalha das grandes mudanças. Ele cita, como exemplo, o papel que os intelectuais franceses (D’Lambert, Diderot, Voltaire, etc.) tiveram na agitação cultural, a criação de uma “internacional espiritual burguesa”, que precedeu a revolução francesa – “as baionetas dos exércitos de Napoleão encontravam a estrada já aplanada por um exército invisível de livros, de opúsculos, enxameados de Paris desde a primeira metade do século XVIII e que tinham preparado homens e instituições para a renovação necessária”⁵⁴.

Ainda sobre a questão, em escrito posterior, *Filantropia, Boa Vontade e Organização* (1917), desenvolve ainda mais sua concepção de intelectual, ao considerar

⁵⁰ GRAMSCI, *Socialismo e Cultura...*, 1976, p.83

⁵¹ GRAMSCI, *Socialismo e Cultura...*, 1976, p.83.

⁵² SCHLESENER, **Revolução e Cultura em Gramsci...**, 2002, p.46.

⁵³ GRAMSCI, *Socialismo e Cultura...*, 1976, p.82.

⁵⁴ GRAMSCI, *Socialismo e Cultura...*, 1976, p.84.

cultura como o “exercício do pensamento, aquisição de ideias gerais, hábito de conectar causas e efeitos. Para mim, todos já são cultos, porque todos pensam, todos conectam causas e efeitos. Mas o são empiricamente [...] não organicamente”⁵⁵. O conceito de intelectual, portanto, desde sua juventude, não representa uma figura distinta e distante dos subalternos, mas todos são intelectuais em potencial e operam uma função ideológica e organizativa em relação a uma classe social.

É esta articulação entre cultura e revolução mediada pela figura do intelectual que explicita, para Fernandes Dias, “em estado prático, a teoria dos intelectuais – que se expressará de forma mais clara nos *Quaderni*”⁵⁶. Da mesma forma, pode-se afirmar que o *leitmotiv* gramsciano também irrompe nestes escritos políticos, pois “toda revolução digna desse nome é viabilizada pelo processo de construção de hegemonia da classe revolucionária”⁵⁷. Trata-se, então, da gestação do conceito de hegemonia anterior a própria influência leniniana, contudo, isto não significa, por óbvio, subestimar a importância fundamental de Lenin na construção de tal categoria, mas somente ressaltar a originalidade das preocupações gramscianas.

Nos anos seguintes, que precedem o *Biennio Rosso*, há um aprofundamento de tais preocupações germinais com um acento no papel representando pelo Estado, em virtude, sobretudo, do terremoto político causado pela Revolução Russa e suas repercussões teóricas – a reflexão cada vez mais intensa sobre o pensamento marxiano e marxista (Lenin, em especial).

Com o protagonismo crescente na imprensa socialista e a relevância na discussão sobre os rumos políticos do PSI, mesmo em textos de atuação política imediata, Gramsci realiza um debate mais refinado sobre os contornos do Estado e seus limites/potencialidades no interior de um projeto socialista. Delineando, em *A Intransigência de Classe e a História Italiana* (1918), praticamente, ricos trechos de Teoria Geral do Estado. Observa que o “Estado compõe juridicamente os dissídios internos de classe, os atritos de interesses contrastantes, unifica os sectores e dá a imagem plástica da classe inteira. [...] O governo é o prêmio do partido, do sector burguês mais forte, que, por esta força, conquista o direito de regular o poder do Estado,

⁵⁵ GRAMSCI, ANTONIO. *Filantropia, Boa Vontade e Organização. Scritti Giovanili* (1914-1918). Turim: Einaudi, 1975, p.519.

⁵⁶ DIAS, Gramsci em Turim..., 2000, p.68.

⁵⁷ DIAS, Gramsci em Turim..., 2000, p.67.

de dirigi-lo para determinados fins, de plasmá-lo prevalentemente segundo os seus programas econômicos e políticos”⁵⁸.

Em artigo do ano anterior, *Três Princípios, Três Ordens* (1917), o marxista sardo concretiza a forma-Estado em um programa político e estabelece uma crítica de suas funções ideológicas. Analisa que “como ideia-limite, o programa liberal cria o Estado ético, isto é, um Estado que idealmente está acima das competições de classe, do cruzamento e choque dos agrupamentos que compõem a realidade econômica e tradicional. [Mas] este Estado é mais uma aspiração política do que uma realidade política; existe apenas como modelo utópico mas este seu ser é precisamente uma miragem que o torna robusto e o transforma numa força de conservação”⁵⁹. Esta ideologia, que é ideia-força do Estado burguês, acaba por enredar o movimento socialista em planos reformistas, transmutando o programa mínimo – os direitos liberais – em programa máximo. Para Gramsci, trata-se não de substituir a ordem estatal, mas de instaurar uma nova sociabilidade a partir de um processo revolucionário, cuja máxima seria “possibilidade de actuação integral da própria personalidade humana, concedida a todos os cidadãos”⁶⁰.

Mas a nova sociedade socialista não viria de nenhum processo espontaneísta ou fatalista dos movimentos históricos, haveria a necessidade de intervenção concreta e constante na realidade para criar as condições culturais da revolução. A reafirmação ou “intransigência”⁶¹ deste princípio rendeu a Gramsci o confronto direto com os maximalistas italianos, com quem compartilhava a radicalidade política, uma vez que consideravam tal caminho um horizonte voluntarista e utopista.

A resposta de Gramsci, em sua ontologia da práxis nascente, articula tanto o terreno dos acontecimentos políticos, onde o “utopismo leninista” prevaleceu na

⁵⁸ GRAMSCI, *A Intransigência de Classe e a História Italiana...*, 1976, p.231.

⁵⁹ GRAMSCI, *Três Princípios, Três Ordens...*, 1976, p.113.

⁶⁰ GRAMSCI, *Três Princípios, Três Ordens...*, 1976, p.119.

⁶¹ No texto *Intransigência-Tolerância, Intolerância-Transigência* (1917), uma postura de intransigência política significa “não permitir que se adoptem — para alcançar um fim — meios não adequados ao fim e de natureza diversa do fim. [...] No momento da acção, todos devem estar unidos e solidários porque no fluir da discussão foi-se formando um tácito acordo e todos se tornaram responsáveis pelo insucesso. Pode-se ser intransigente na acção só quando se foi tolerante na discussão e quando os mais preparados ajudaram os menos preparados a acolher a verdade, quando as experiências singulares foram postas em comum, quando todos os aspectos do problema foram examinados e não se criou nenhuma ilusão”. GRAMSCI, *Intransigência-Tolerância, Intolerância-Transigência...*, 1976, p.171-72. “Para que tudo fique mais claro, basta ler radicalidade onde se lê intransigência e sectarismo no lugar de intolerância. E veremos que a radicalidade no terreno dos princípios é o oposto de sectarismo. Em uma postura radical, se se está convencido de que o princípio e/ou a acção são justos, pode-se discutir tolerantemente”. DIAS, *Gramsci em Turim...*, 2000, p.69.

revolução, quanto o campo teórico da domesticação e ortodoxia do pensamento marxista. Mas antes é interessante notar, que mesmo com uma negação do termo utopia – tomado como concepção abstrata de mundo e irrealizável –, Gramsci opera algumas vezes de forma irônica, ressignificando o conceito, tal como fez Ernst Bloch em sua “utopia concreta”⁶², como a necessidade de se projetar o futuro a partir das possibilidades (o que ainda-não-é) e transformá-lo em real através da práxis política.

Neste contexto de efervescência histórica, em *Notas sobre a Revolução Russa* (1917), para defender sua posição de ação cultural/revolução, Gramsci parte de dois pressupostos: do seu caráter socialista – um acerto quase profético, visto que o texto é de Abril – e da postura antijacobina – um erro de leitura que não invalida seu argumento de fundo.

O primeiro ponto é admitido pelo próprio Gramsci enquanto uma análise conjuntural realizada a partir de poucas informações, contudo ressaltava que, embora não tivesse “notícias verdadeiramente concretas” para “uma demonstração exaustiva”, a “revolução russa é, para além de um facto, um acto proletário que deve naturalmente desaguar no regime socialista”⁶³. E é, justamente, ancorada na ideia de ação proletária conduzida de forma revolucionária pelos bolcheviques, analisada em *Os Maximalistas Russos* (1917), que se baseia a avaliação de Gramsci, pois “eles encarnam a ideia-limite do socialismo: querem todo o socialismo. E tem esta função: impedir que se chegue a um compromisso definitivo entre o passado milenário e a ideia [utopia concreta socialista]”⁶⁴. Nesta questão fica explícita a diferença entre os maximalistas russos e italianos, enquanto os últimos são abstencionistas e passivos, os primeiros são os motores do processo revolucionário em sua participação efetiva na política.

A respeito da presença do jacobinismo na revolução russa – Gramsci o definira como um “fenômeno puramente burguês” derivado da ausência de um “programa universal” e que implica a imposição autoritária de uma nova ordem pela força –, o

⁶² Para Ernst Bloch, o mundo não é um sistema fechado ou um processo acabado, pelo contrário, possui um horizonte aberto e é cheio de possibilidades ainda-não concretizadas. A realidade não aparece somente como a que se tornou existente, sem vida, mas “como [um] entrelaçamento de caminhos dos processos dialéticos, que ocorrem num mundo inacabado, num mundo que jamais seria modificável sem o gigantesco futuro, *possibilidade real*, nele contido”⁶². BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Vol. 1. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005, p.221. Daí emerge a ideia de uma utopia concreta estruturada nas bifurcações das possibilidades do real, visto que “a função utópica é a única transcendente que restou, e a única que é digna de permanecer: uma função transcendente sem transcendência”. BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Vol. 2. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2006, p.146.

⁶³ GRAMSCI, *Notas sobre a Revolução Russa...*, 1976, p.138.

⁶⁴ GRAMSCI, *Os Maximalistas Russos...*, 1976, p.143.

marxista italiano afasta tal possibilidade, porque não se trata de um projeto em que uma minoria institui sua vontade, mas a “destruição do autoritarismo” e a “substituição pelo sufrágio universal”, que poderá “exprimir-se num ambiente de liberdade espiritual absoluta”⁶⁵. Embora o processo histórico não tenha correspondido inteiramente a essa antevisão, à defesa do antijacobinismo como a rota fundamental do processo revolucionário subjaz uma concepção de uma luta política através de um intenso trabalho cultural e de agitação. Para Gramsci, então, porque não houve um período jacobino, se “continua a lutar, se vai avante; todos seguem em frente porque há pelo menos um grupo que quer sempre seguir em frente, e trabalha com as massas, e suscita sempre novas energias proletárias e organiza novas forças sociais que ameaçam os cansados, que os controlam, que se mostram capazes de substituí-los, de eliminá-los se não se renovam, se não se reanimam antes. Assim, a revolução não para, não fecha o seu ciclo”⁶⁶.

Essa posição antijacobina do pensamento gramsciano consiste em uma crítica ao marxismo embotado italiano, eivado de determinismo histórico e radicalismo abstrato, por um marxismo vivo pensado em movimento. Nestas condições, Lenin e seu partido foram capazes de “converter o seu pensamento em força operante da história. [...] Estão nutridos de pensamento marxista. São revolucionários, não evolucionistas. E o pensamento revolucionário nega o tempo como factor de progresso. [...] É necessário, pelo contrário, agitar as consciências, conquistar as consciências”⁶⁷. Os bolcheviques, deste modo, para Gramsci, foram marxistas contra os supostos ensinamentos de *O Capital* – na Rússia, “era mais o livros dos burgueses que dos proletários”⁶⁸, pois seria a própria teoria revolucionária de Marx que indicaria a necessidade etapista de uma revolução burguesa como condição da libertação do proletariado –, uma vez que impulsionaram uma revolução socialista em um território com baixo desenvolvimento das forças produtivas. Assim, em detrimento de certos cânones do materialismo histórico, não “renegaram o pensamento imanente vivificador” de Marx, apenas “não compilaram a partir da obra do Mestre uma doutrina exterior, afirmações dogmáticas e indiscutíveis”⁶⁹. No sentido oposto da “esterilização operada pelos socialistas

⁶⁵ GRAMSCI, *Notas sobre a Revolução Russa...*, 1976, p.138.

⁶⁶ GRAMSCI, *Os Maximalistas Russos...*, 1976, p.144.

⁶⁷ GRAMSCI, *Os Maximalistas Russos...*, 1976, p.144-45.

⁶⁸ GRAMSCI, *A revolução contra “O Capital”...*, 1976, p.161-62.

⁶⁹ GRAMSCI, *A revolução contra “O Capital”...*, 1976, p.162.

positivistas da doutrina de Marx”, tornada na “doutrina da inércia do proletariado”⁷⁰, defendendo a dinâmica entre Cultura/Revolução a partir da materialização da ideia através da atividade política (“o dever da organização”) estruturada na vontade revolucionária, que não implica voluntarismo, mas “noção exacta da própria força e dos meios para a exprimir na ação”⁷¹.

Este período, portanto, aqui denominado de o Laboratório da Práxis de Gramsci, não pode ser considerado como um período liberal ou apenas matéria de estudo biográfico da juventude, pelo contrário, é no desenrolar de seus embates políticos em Turim ao redor do movimento socialista (PSI), que já germinam a sua concepção de hegemonia e uma teoria dos intelectuais. Igualmente, retoma a crítica de Marx sob abalo da revolução russa, “acentuando o papel ideológico do Estado e alertando para a necessidade de enfrentar a questão cultural no processo de organização política do proletariado”⁷². E, estruturado no signo da vontade coletiva na história, enfrenta o positivismo marxista e o historicismo idealista, ao colocar a centralidade da práxis no que se refere à “relação entre objetividade e subjetividade e da própria previsibilidade da história”⁷³. Perspectiva que seria colocada à prova e alimentada em densidade histórica e reflexão teórica nos dois anos seguintes, intitulados de *Biennio Rosso*.

3. O Biennio Rosso e a aceleração da história: a insurreição frustrada dos Conselhos Operários

Em Turim, especificamente, Gramsci vive, entre 1919 e 1920, num momento em que a pluralidade dos tempos históricos, com seus ritmos ou durações (acontecimento/conjuntura/longa duração)⁷⁴, parecem convergir para uma era de

⁷⁰ GRAMSCI, *A Crítica Crítica...*, 1976, p.184.

⁷¹ GRAMSCI, *O Nosso Marx...*, 1976, p.220.

⁷² SCHLESNER, **Revolução e Cultura em Gramsci...**, 2002, p.37.

⁷³ NATOLI, *Grande Guerra e Renovação do Socialismo nos Escritos do Jovem Gramsci (1914-1918)...*, 2010, p.43.

⁷⁴ É Braudel que pensa em uma análise dos processos históricos, onde “deve se reencontrar o jogo múltiplo da vida, todos os seus movimentos, todas as suas durações, todas as suas rupturas, todas as suas variações”. BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p.33. Além disso, “a Arquitetura braudeliana articula-se em torno de três temporalidade diferentes, três patamares: o tempo do acontecimento, o tempo conjuntural e cíclico, e por fim, a longa duração”.

rupturas anunciada pela revolução russa. Um período pós-guerra demarcado por intensa mobilização operária (uma grande jornada de greves que culminaram com a ocupação das fábricas), particularmente, no norte da Itália, onde insurge uma célula organizativa capaz de condensar atividade política, econômica e cultural: os conselhos operários. Imerso no coração da agitação revolucionária italiana, logo o marxista sardo se entusiasma e se coloca a trabalhar no âmbito formativo e estratégico para não perder a oportunidade da temporalidade aberta aos trabalhadores.

Em primeiro lugar, é necessário frisar que Gramsci não estava em um lugar qualquer no *Biennio Rosso*, mas residia na cidade industrial por excelência da Itália. Como Turim perde o papel de centro político do Estado piemontês – a capital fora transferida para Roma –, boa parte de sua pequena-burguesia se transfere para a nova sede, cedendo lugar a um numeroso proletariado empregado pelo sistema de fábricas da Fiat. “A cidade assumiu naturalmente a volta de uma indústria que ‘governa’ e mantém uma configuração concentrada e organizada de todo movimento urbano e lhe regula os movimentos. Turim é a cidade do automóvel”⁷⁵. Pelo mesmo motivo, como o outro polo da contradição, Turim também é potencialmente uma cidade operária por excelência. Ainda mais, pelo domínio de um mesmo parque industrial, o que acaba por unificar o proletariado urbano. Em síntese, é nesta cidade em que o conflito de classes ocorre em campo aberto, que Gramsci pensa a necessidade de estabelecer um enfrentamento no campo ideológico junto à classe subalterna.

Nesse sentido, o marxista italiano materializa seus experimentos teóricos dos anos anteriores, em um projeto editorial para travar a batalha da cultura: *L’Ordine Nuovo*. Uma revista que, apesar de girar desde o início em torno dos problemas do controle operário, nasce sem um programa real ou um plano de ação instituído. Nas palavras de Gramsci, nos primeiros números, “o programa foi a ausência de um programa concreto, uma vã e vaga aspiração de problemas concretos. [...] Nenhuma ideia central, nenhuma organização íntima do material literário publicado”⁷⁶. Isto ocorreu até número 7, quando Gramsci e Togliatti, apoiados por Terracini, com base na

DOSSE, François. O traje do presidente Braudel. In: LOPES, Marco Antônio. **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.46.

⁷⁵ GRAMSCI, Antonio. O programa de “Ordine Nuovo” (II). **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977, p.185-86.

⁷⁶ GRAMSCI, *O programa de “Ordine Nuovo” (I)...*, 1977, p.179.

recusa de Tasca da proposta de centrar todas as “energias a ‘descobrir’ uma tradição soviética na classe operária italiana”, impuseram um “golpe de Estado redacional”⁷⁷.

A partir desta virada, os três insurretos do *L'Ordine Nuovo* foram convidados a dirigir círculos educativos, participar de assembleias de fábrica e, até mesmo, discutir em reuniões restritas dos Comitês Internos com os representantes dos operários. O programa do semanário havia sido forjado: “o problema do desenvolvimento da Comissão Interna tornou-se problema central, tornou-se a *ideia* de *Ordine Nuovo*; era posto como problema fundamental da revolução operária, era o problema da ‘liberdade proletária’”⁷⁸. Desta forma, em diálogo e problematizando a questão do poder operário, o *L'Ordine Nuovo* transformou-se em “o jornal dos Conselhos de Fábrica”. O motivo principal desta adoção por parte do movimento proletário deve-se aos “artigos de *Ordine Nuovo* não eram frias arquitecturas intelectuais, mas brotavam da nossa discussão com os operários [...] porque [...] eram quase um actuar de acontecimentos reais, vistas como momentos de um processo de intima libertação e expressão de si própria por parte da classe operaria”⁷⁹.

Os Conselhos de Fábrica, para Gramsci, afiguravam-se como um gérmen nacional do modelo revolucionário dos soviets, que possuía enquanto grande característica a de aderir “plasticamente as necessidades multiformes (econômicas e políticas), permanentes e vitais da grande massa do povo russo que incarna e satisfaz as aspirações e as esperanças de todos os oprimidos do mundo”⁸⁰. Por isso, era, absolutamente indispensável, pensar o funcionamento desta instituição que conformará a “ossatura do Estado Socialista”⁸¹ em relação com as outras formas de organização do proletariado: o sindicato e o partido.

O primeiro ponto a ser debatido são as distinções e confluências entre os dois órgãos de representação dos trabalhadores em sua atividade produtiva pela teorização do *L'Ordine Nuovo*. Como já anotado, na tradição soviética, o marxista italiano visualiza as Comissões Internas de Fábrica (tornando-se Conselhos) como o centro pulsante da democracia operária, que “desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substitui o capitalismo em todas as suas

⁷⁷ GRAMSCI, *O programa de “Ordine Nuovo”* (I)...., 1977, p.180.

⁷⁸ GRAMSCI, *O programa de “Ordine Nuovo”* (I)...., 1977, p.181.

⁷⁹ GRAMSCI, *O programa de “Ordine Nuovo”* (I)...., 1977, p.181.

⁸⁰ GRAMSCI, *A medida da história*...., 1976, p.330.

⁸¹ GRAMSCI, *Democracia operária*...., 1976, p.337. (Em colaboração com Togliatti)

funções úteis, de direcção e administração”⁸². Por sua vez, embora não negue a importância no âmbito de diminuir a exploração, define os sindicatos como uma “forma da sociedade capitalista”, que “organiza os operários não como produtores, mas como assalariados, isto é, como criaturas do regime capitalista de propriedade privada, como vendedores de mercadoria-trabalho”⁸³.

Por esta via, o sindicato é uma forma de regulação do trabalho, típica dos regimes capitalistas, que busca um equilíbrio mais vantajoso da contradição de classes. Assim sendo, acaba por instituir uma forma de disciplina no movimento, que, sem dúvida, é um estorvo para a burguesia, contudo, ao mesmo tempo, é uma forma política estruturada na capacidade de “contrair pactos” em “uma legalidade industrial”⁸⁴, baseada na “*solvibilidade* do sindicato, pela confiança que o empresário tem na capacidade de o sindicato obter, por parte das massas operárias, o respeito das obrigações contraídas”⁸⁵. Por outro lado, os conselhos são esferas de organização política revolucionária, engendrando em suas ações a consciência de classe e materializando a “negação da legalidade industrial”, visando “conduzir a classe operária para a conquista do poder industrial, a fazer com que a classe operária passe a ser a fonte do poder industrial”⁸⁶.

A própria constituição dos Sindicatos em comparação com os Conselhos gera uma profunda consequência em termos de pertencimento a uma instância representativa. Há um elemento morfológico fundamental: os conselhos possuem um carácter público, enquanto os sindicatos são associações de carácter privado. “No Conselho de fábrica, o operário entra como produtor, em consequência do seu carácter universal, em consequência da sua posição e da sua função na sociedade, do mesmo modo que o cidadão entra no Estado democrático parlamentar”⁸⁷. Já no sindicato, característica que compartilha com o partido, o operário estabelece uma relação contratual, de alienação jurídica, tal como realiza com sua força de trabalho. Além disso, “se o sindicato se baseia na diferenciação profissional, o Conselho baseia-se unidade orgânica e concreta da profissão que se actua na disciplina do processo industrial”⁸⁸. Nos conselhos, então,

⁸² GRAMSCI, *Democracia operária*..., 1976, p.339. (Em colaboração com Togliatti)

⁸³ GRAMSCI, *Sindicalismo e Conselhos*..., 1977, p.60.

⁸⁴ A tensão entre esta legalidade industrial e uma legalidade proletária será abordada na parte a respeito do Direito no quarto capítulo.

⁸⁵ GRAMSCI, *Sindicatos e Conselhos* (1920)..., 1977, p.162.

⁸⁶ GRAMSCI, *Sindicatos e Conselhos* (1920)..., 1977, p.162.

⁸⁷ GRAMSCI, *O programa de “Ordine Nuovo” (II)*..., 1977, p. 184.

⁸⁸ GRAMSCI, *Sindicatos e Conselhos* (1919)..., 1977, p.45.

os trabalhadores não estão estratificados em categorias profissionais como nos sindicatos, onde são representados por uma burocracia distante, mas são constituídos em unidades de trabalho com representação direta de seus pares.

Mesmo com ascensão dos conselhos operários na luta política italiana, Gramsci continua crendo no partido como a organização política fundamental para construção do socialismo. A questão concreta a ser colocada em marcha pelo partido é a do “poder”, isto é, “o problema dos modos e das formas pelos quais seja possível organizar toda a massa dos trabalhadores italianos numa hierarquia que organicamente culmine no partido, [...] que garanta a todas as tendências anticapitalistas a liberdade e a possibilidade de se tornarem partidos de governo proletário”⁸⁹. Desta maneira, o partido assume a função de intelectual coletivo – “o órgão de educação comunista, o fogo da fé, o depositário da doutrina, o poder supremo que harmoniza e conduz a meta as forças organizadas e disciplinadas da classe operária e camponesa”⁹⁰ –, que deve dar impulso, organicidade e direção ao movimento operário.

No *Biennio Rosso*, portanto, o marxista sardo aposta nos conselhos como um órgão representativo, que, em sua essência, carrega a insurgência do poder proletário frente à “legalidade industrial”. E, embora a forma partido e sindicato seja demarcada por ser uma esfera de mediação contratual, a tarefa dos comunistas é articular sua ação com a dos conselhos, visando “organizar as condições externas gerais (políticas) em que o processo [da] revolução tenha a sua máxima celeridade, nas quais as forças produtivas libertadas encontrem a máxima expansão”⁹¹. Para a destruição do Estado Burguês, o “partido e o sindicato não devem colocar-se como tutores ou como superestruturas já constituídas desta nova instituição na qual toma forma histórica controlável o processo histórico da revolução”⁹², mas devem atuar como sujeitos coletivos na batalha cultural para preparação da conquista do poder.

É neste ponto que se pode notar o amadurecimento e materialização da noção hegemonia, uma vez que “a revolução comunista não pode ser realizada com um golpe de mão”, uma tomada de assalto do Estado, ressaltando, inclusive, que se o proletariado, sem o devido trabalho cultural, “conseguisse, com a violência, apoderar-se do poder,

⁸⁹ GRAMSCI, *O problema do poder...*, 1977, p.81.

⁹⁰ GRAMSCI, *Democracia operária...*, 1976, p.338. (Em colaboração com Togliatti)

⁹¹ GRAMSCI, *O conselho de fábrica...*, 1977, p.160.

⁹² GRAMSCI, *O conselho de fábrica...*, 1977, p.160.

esta minoria seria derrotada, no dia seguinte”⁹³. Deve-se pensar a ideia recorrente na teoria marxista da conquista do Estado enquanto a “criação de um novo tipo de Estado, gerado pela experiência associativa da classe proletária, em substituição do Estado democrático-parlamentar”⁹⁴. Em síntese, dissociando tomada do Estado e revolução (realização da hegemonia), Gramsci é preciso, ao afirmar que “a criação do Estado proletário não é [...] um acto taumatúrgico, é um modo de fazer, um processo de desenvolvimento. Pressupõe um trabalho preparatório de sistematização e de propaganda”⁹⁵. E tal trabalho cultural não brota espontaneamente, sendo necessário que uma “vanguarda revolucionária suscite, com os seus meios e os seus sistemas, as condições materiais e espirituais de modo que a classe proprietária não consiga governar pacificamente as grandes massas de homens”⁹⁶ – frente de luta que, no período, foi exercido, em conjunto com os conselhos operários, a partir do *L'Ordine Nuovo*.

Nesse sentido, já neste estágio do desenvolvimento do pensamento gramsciano, é possível assinalar uma disputa de hegemonia (guerra de posição) na sociedade, visto que o “Estado socialista” não é uma construção posterior à revolução, mas “existe já potencialmente nas instituições de vida social características da classe trabalhadora explorada”⁹⁷. Deste modo, ao contrário das análises reformistas e maximalistas, os trabalhadores seriam capazes de “criar desde já uma verdadeira e própria democracia operária, em contraposição eficiente e activa com o Estado burguês, preparada desde já para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio”⁹⁸. Por esta via, ao considerar que o processo revolucionário indissociável da construção de “instituições de tipo novo, de tipo estatal, [...] radicadas nas consciências das grandes massas”, Gramsci, opera um alargamento do cenário de lutas social e uma ampliação gradativa do seu conceito de Estado para além de seus aparelhos de coerção.

Mas apesar do salto organizativo, da intensa agitação cultural e da erupção política, o Biênio Vermelho resultou em uma grande derrota para a experiência dos conselhos e em uma crise profunda no PSI. Depois de uma fase de fortalecimento dos conselhos operários, os grandes embates aconteceram, especificamente, em 1920,

⁹³ GRAMSCI, *Os revolucionários e as eleições...*, 1977, p.66.

⁹⁴ GRAMSCI, *A conquista do Estado...*, 1976, p.357.

⁹⁵ GRAMSCI, *A conquista do Estado...*, 1976, p.359.

⁹⁶ GRAMSCI, *Os revolucionários e as eleições...*, 1977, p.66.

⁹⁷ GRAMSCI, *Democracia operária...*, 1976, p.337. (Em colaboração com Togliatti)

⁹⁸ GRAMSCI, *Democracia operária...*, 1976, p.338. (Em colaboração com Togliatti)

podendo ser caracterizados em dois grandes momentos: as grandes greves de março-abril e as ocupações das fábricas em setembro, que atingiram cerca de 500 unidades por todo país.

Em 28 de março, em contraposição a uma alteração da jornada de trabalho pela decretação do horário de verão agravadas pelas memórias das péssimas condições durante a guerra, deflagra-se a denominada greve dos ponteiros sob a liderança dos conselhos operários. Como reação ao crescimento de tal instância de organização dos trabalhadores, os industriais sitiaram a cidade, “com o respaldo militar, que transforma Turim numa praça cercada por mais de por mais de cinquenta mil soldados, [e] anunciam a serrata, isto é, o fechamento das indústrias”⁹⁹, tendo como exigência para o retorno das atividades, a renúncia do protagonismo assumido pelos conselhos – sobretudo, uma alteração dos métodos de eleição. Em resposta, em 13 de abril, foi proclamada declara-se greve geral dos trabalhadores, tendo uma adesão de “inicialmente cerca de duzentos mil trabalhadores, atingindo quinhentos mil na cidade e nos campos do Piemonte”¹⁰⁰, contudo não se espalhando por toda Itália. Nesse interim, muitos erros táticos expostos posteriormente pelo próprio Gramsci, mas “o mais grave, o decisivo foi o ‘corpo mole’ do PSI e da CGT [Confederação Geral do Trabalho]”¹⁰¹. Tal boicote realizado contradiz totalmente as relações sinérgicas que partido, sindicatos e conselhos deveriam estabelecer, implicando uma atitude de turva colaboração entre a burguesia e os órgãos de representação contratuais do proletariado para abafar o movimento dos conselhos.

Logo, em 24 de Abril, ocorre uma importante vitória da burguesia com o esgotamento da greve e o retorno da disciplina interna da fábrica pelo poder diretivo das empresas. Até agosto, o acirramento dos conflitos somente se acentua, “quando, no curso das reivindicações salariais, os operários metalúrgicos, ante a resistência patronal às negociações, decidem pelo ostrucionismo, que tem início em toda Itália a partir do dia 20”¹⁰². Mais uma vez, os industriais ensaiam um *Lockout*, entretanto, por seu turno, os trabalhadores tomam a dianteira e ocupam as fábricas, gerindo o processo de produção completamente.

⁹⁹ SCHLESENER, *Revolução e Cultura em Gramsci...*, 2002, p.115.

¹⁰⁰ SCHLESENER, *Revolução e Cultura em Gramsci...*, 2002, p.115.

¹⁰¹ DIAS, *Gramsci em Turim...*, 2000, p.201

¹⁰² SCHLESENER, *Revolução e Cultura em Gramsci...*, 2002, p.119.

O estabelecimento do controle operário, mesmo sob um cenário adverso, causa uma imensa crise no sistema político, pois a “ocupação é a crítica radical da estrutura industrial [...] porque nega o capitalismo em todas as suas instituições: nega a apropriação privada e a disciplina-coerção que a torna possível e a garante”¹⁰³. Nesse sentido, mediante outro alheamento dos representantes sindicais e partidários, os conselhos de fábrica assumem a direção do movimento. Contudo, como seria de se esperar, não houve uma reação violenta por parte do Estado em relação às ocupações, apostou-se na inanição do movimento frente ao isolamento nacional das ocupações, em outras palavras, “a resistência armada dá lugar à contrapropaganda, à sabotagem, ao boicote comercial”¹⁰⁴. Ficava claro, então, “os limites da concepção ordinovista, porém, se impõem duramente: mais uma vez abandonados pela direção do PSI e pelos sindicatos, os operários de Turim são obrigados a negociar em posição desfavorável. Conseguem ainda conservar as Comissões Internas, mas praticamente no nível anterior à guerra: como simples órgãos de defesa dos direitos trabalhistas da fábrica”¹⁰⁵.

A derrota política da insurgência operária no *Biennio Rosso* realça as preocupações de Gramsci a respeito das formas e necessidade da batalha por hegemonia, bem como, já antes do raquitismo demonstrado durante as jornadas de 1920, colocam no centro vivo de sua teorização a questão do partido revolucionário. Observava, em meados de Janeiro de 1920, quando a posição reformista já havia perdido a direção e com a entrada do partido na Terceira Internacional no Congresso de Bolonha, que o “Partido Socialista deve renovar-se se não quer ser arrastado e destruído pelos acontecimentos ameaçadores; deve renovar-se porque a sua derrota significaria a derrota da revolução”¹⁰⁶. E, de certa forma, embora não tenha sido o único fator, significou.

O marxista italiano pensava na urgência em construir um partido com dentes – até então, pouco antes da greve geral de abril, não via como horizonte estratégico deixar o PSI. Em detrimento do imobilismo ou colaboracionismo das correntes predominantes, defendia que “de partido parlamentar pequeno-burguês deve passar a partido do proletariado revolucionário que luta pelo futuro da sociedade comunista através do Estado operário, um partido homogêneo, coeso, com a sua própria doutrina, uma sua

¹⁰³ DIAS, *Gramsci em Turim...*, 2000, p.213.

¹⁰⁴ SCHLESNER, *Revolução e Cultura em Gramsci...*, 2002, p.122.

¹⁰⁵ COUTINHO, *Gramsci...*, 2012, p.37.

¹⁰⁶ GRAMSCI, *Primeiro: Renovar o Partido...*, 1977, p.113.

tática, uma disciplina rígida e implacável”¹⁰⁷. Para tanto, compreende que a ala reformista do partido deve ser expulsa, objetivando uma unidade na direção, desprovida de preocupações com a pacificação e o equilíbrio das tendências, para organizar e aglutinar as forças revolucionárias.

Mas como o PSI não se mostrou à altura dos desafios do *Biennio Rosso*, tampouco apresentou capacidade de transformação interna, Gramsci defenderia, ardorosamente, a cisão do partido até o final de 1920. Em outubro, afirmaria, no *L'Ordine Nuovo*, que dentro do “mais breve espaço de tempo possível, seja constituída a fração comunista do Partido Socialista Italiano, a qual, para o bom nome do proletariado italiano, deve tornar-se, no Congresso de Florença, de nome e de facto, no Partido Comunista”¹⁰⁸. A entrada em cena do mais importante Partido Comunista do Ocidente acabou não ocorrendo em Florença, visto que o fascismo já dava as caras na cidade, então restou a Livorno abrigar o congresso, onde nasceria o Partido Comunista Italiano (PCI).

4. Anos de formulação e resistência ao fascismo: o período de 1921-1926

Este período, aqui demarcado, pela fundação do PCI (1921) abrangerá – por óbvio, não sem um quê de arbitrariedade, na medida que seriam possíveis outras subdivisões – a fase da ascensão do fascismo, fenômeno este subestimado pelo PCI como um todo, apesar de algumas ressalvas importantes feitas por Gramsci; consequentemente, seu período de resistência, legal e depois clandestina guiados pela formulação da frente única; e, por fim, serão abordados dois escritos do ano de encarceramento do marxista sardo (1926), onde o signifiante hegemonia aparece claramente: *Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Soviético* e *A Questão Meridional* – como visto, para Coutinho, são os textos que alçam Gramsci a sua maturidade teórica.

Em Livorno, então, no primeiro mês de 1921, o cenário para cisão estava montado. Era previsível que os reformistas perderiam a maioria no partido, contudo não era certo uma conformação de maioria capaz de expulsá-los e realizar uma refundação

¹⁰⁷ GRAMSCI, *Para uma Renovação do Partido Socialista...*, 1977, p.139.

¹⁰⁸ GRAMSCI, *O Partido Comunista (II)*..., 1977, p.204.

comunista. Neste processo, a figura do dirigente napolitano Amadeo Bordiga foi fundamental. Em torno de seu jornal *Il Soviet* em 1919, já articulava uma fração comunista do PSI denominada como maximalistas abstencionistas – bem antes de Gramsci pensar na necessidade de tal ruptura. Ao contrário do marxista sardo, “o partido comunista que Bordiga tinha em mente, [...] era um destacamento de doutrinários intransigentes, à espera do ‘grande dia’, no qual teriam lugar ao mesmo tempo a *primeira* vitória e a vitória *final*”¹⁰⁹. Contudo, apesar das flagrantes discordâncias, para disputar o Congresso do PSI, se compuseram em uma corrente “formada pelos abstencionistas bordiguianos, pelo grupo de L’Ordine Nuovo, por uma ala dos maximalistas majoritários liderada por Gennari e por alguns parlamentares agrupados em torno de Graziadei e de Marabini – [que] obtém 58.783 votos, quase quatro vezes mais do que a votação obtida pela corrente reformista (liderada por Turati), que alcança apenas 14.685 votos. Mas a fração ‘centrista’ de Serrati, a velha corrente maximalista (provisoriamente rebatizada de ‘comunista unitária’), detém a maioria do Congresso: 98.028 votos”¹¹⁰.

Mesma com a estrondosa derrota dos reformistas, Serrati, embora reafirme a sua fidelidade formal à Internacional Comunista (IC), se recusa tanto a expulsar os reformistas, quanto renomear o partido como um Partido Comunista. Desta maneira, a política conciliatória de Serrati em conjunto com a intransigência da “fração comunista”, diga-se de passagem apoiada pela delegação da IC presente, tornarão o processo de cisão irrefreável. Os delegados comunistas retiraram-se do Congresso e foram para outro espaço fundar o lendário Partido Comunista Italiano. De um comitê central com 15 membros, 13 deles seguiam a tendência bordiguiana e apenas dois ordinovistas (Gramsci e Terracini). Igualmente, o *L’Ordine Nuovo*, que já era desde 1 de janeiro o órgão de divulgação da fração comunista do PSI, torna-se o jornal oficial do novo Partido. “Gramsci continua a ser seu diretor responsável, mas a linha do jornal é agora claramente definida pela direção partidária, ou seja, por Bordiga”¹¹¹.

Neste momento histórico, havia uma inundação de esperança no sentido de Bloch, sem a redução da “consciência antecipadora a um vago utopismo”¹¹², derivado da abertura de possibilidades proporcionada pela revolução russa em sua concretização

¹⁰⁹ COUTINHO, Gramsci..., 2012, p.45.

¹¹⁰ COUTINHO, Gramsci..., 2012, p.45.

¹¹¹ COUTINHO, Gramsci..., 2012, p.46.

¹¹² FURTER, Pierre. **Dialética da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p.112.

internacional. Prepara-se, de fato, um partido para alargar o processo revolucionário e realizá-lo no âmbito nacional. Entretanto, na ocasião do surgimento do PCI, a “derrota do movimento operário diante da ofensiva do capital já se fazia sentir, quando a crise econômica já provocava desocupação e pressão sobre os salários e a crise político do bloco de poder e ideologia liberal buscava solução no desencadeamento do processo de fascistização”¹¹³. Inclusive, a direção bordighiana por ter uma análise de conjuntura diversa, apontando para ascensão das lutas operárias, compreende equivocada e não segue a fórmula política da frente única disposta pelo III Congresso da IC – “os PCs devem buscar acordos com os partidos e sindicatos social-democratas, tanto pela base quanto pela cúpula, para impedir que a burguesia monopolista descarregue sobre a classe operária e sobre as massas trabalhadoras os ônus da crise econômica do pós-guerra”¹¹⁴ – e a participação nas eleições do mesmo ano, defendendo o abstencionismo, o que levou a uma baixa votação do PCI. Em tom irônico, defendendo-se da crítica dos socialistas pelo erro tático da ruptura, Gramsci analisa que “o pobre Partido Comunista só, pensa em dissolver-se, em cindir-se, em desagregar-se [...] São quatro gatos (imaginem que obtiveram apenas 298 341 votos nas eleições e tem na câmara apenas 15 deputados!)”¹¹⁵.

Nesse sentido, não foram capazes de analisar, com a devida profundidade, os contornos e os perigos do fascismo como uma resposta ideológico-política de fôlego ao contexto da crise italiana. Assim, “os comunistas preferiam ver no fascismo um mero instrumento de reação burguesa e governamental, indicativo da debilidade do domínio das classes proprietárias, e não o início de uma ofensiva destinada a recompor o bloco de poder e alterar o próprio perfil da classe operária”¹¹⁶. Esperavam, ao contrário da avalanche fascista, um rearranjo através de um governo de coalização entre liberais e socialistas, possibilitando aos comunistas herdar parte da base política órfã por tal movimento político. Em síntese, embora a cena política apontasse para a ascensão vertiginosa dos fascistas, a análise de conjuntura projetava em curto prazo uma ofensiva por parte PCI. Mas o que se viu, talvez tardiamente, é que eram tempos de resistência.

O marxista sardo, se durante os dois primeiros anos do PCI, acaba por aderir voluntariamente ou não às teses bordighianas, também publica uma série de escritos sob

¹¹³ DEL ROIO, Marcos. **Os prismas de Gramsci**: a fórmula política da frente única (1919-1936). São Paulo: Xamã, 2005, p.51.

¹¹⁴ COUTINHO, Gramsci..., 2012, p.48.

¹¹⁵ GRAMSCI, *Pobre Partido Comunista...*, 1977, p.305.

¹¹⁶ DEL ROIO, **Os prismas de Gramsci...**, 2005, p.55.

os limites da disciplina partidária, que inserem muitos elementos contraditórios em relação à avaliação do fascismo e, conseqüentemente, aos rumos do partido. Desde o início do fascismo, mesmo que, por vezes, tenha desacreditado o seu poder de mobilização e superestimado suas crises, Gramsci foi, certamente, um dos poucos dirigentes comunistas e socialistas de seu tempo, a alertar sobre a possibilidade da tomada de assalto ao poder, bem como buscar analisar a natureza de classe e as especificidades do movimento liderado por Mussolini.

Em *O Povo dos Símios* (1921), Gramsci já advertia a respeito da novidade do fascismo enquanto um movimento reacionário de massas baseado na disforme pequena-burguesia italiana, que perdera força em virtude das transformações do capitalismo monopolista e da desestruturação do aparelho de Estado. Neste contexto, a grande característica da pequena-burguesia seria “macaquear” a forma de atuação do proletariado – em especial, as grandes manifestações. Então, tal classe que “tinha se enfeudado no poder governativo através da corrupção parlamentar, muda a forma da sua prestação de trabalho, torna-se antiparlamentar e procura corromper a rua”¹¹⁷. Às vestes do fascismo, portanto, revelavam a essência servil da pequena-burguesia enquanto força subsidiária do “capitalismo e da propriedade das terras, de agente da contra-revolução”¹¹⁸.

Além disso, o marxista sardo alertara para a estratégia de militância dos fascistas, que trabalhavam na dinâmica da legalidade e, igualmente, no campo da ilegalidade para consolidar a face de uma organização pronta para qualquer tipo de confronto – atividade esta exercida na impunidade pela cumplicidade do Estado (Administração, Segurança Pública, Magistrados, etc.). Observa, assim, que uma de suas características principais é o exercício da violência, isto é, empregar “toda a força de que dispõem, para permanecerem impunes e para alcançarem o fim máximo de cada movimento: *a posse do governo político*”¹¹⁹.

Por esta via, Gramsci categoriza a latência dentro do fascismo de um subversivismo reacionário, que, embora tolerado ou até apoiado pelos aparelhos de Estado, opera “a partir de ‘baixo’, de movimentos situados à margem das instituições estatais, abandonando frequentemente o terreno da legalidade”¹²⁰. Um blanquismo, que

¹¹⁷ GRAMSCI, *O Povo dos Símios...*, 1977, p.237.

¹¹⁸ GRAMSCI, *O Povo dos Símios...*, 1977, p.239.

¹¹⁹ GRAMSCI, *Socialistas e Fascistas...*, 1977, p.302, grifo nosso.

¹²⁰ COUTINHO, *Gramsci...*, 2012, p.50-51.

seu líder Mussolini assume, capaz de materializar “golpes de mão na linha de um processo histórico”¹²¹. Desta forma, o marxista italiano já enxergava que “o golpe de estado dos fascistas, isto é, do estado-maior, dos latifundiários, dos banqueiros, é o espectro ameaçador que desde o início pesa sobre esta legislatura”¹²².

Esta dualidade entre legalidade/subversivismo, para Gramsci, estaria no cerne da contradição de classe que sustenta o fascismo em sua “dupla alma”, ou seja, o movimento pequeno-burguês urbano de matiz reacionária e a representação dos grandes latifundiários do *mezzogiorno*. Neste conflito, “enquanto os núcleos urbanos, colaboracionistas, vêm alcançado o objetivo que se tinham proposto, do abandono da intransigência classista por parte do Partido Socialistas e se apressam a registrar a vitória com o pacto de pacificação, os capitalistas agrários não podem renunciar a (única tática que lhes assegura a ‘livre’) exploração das classes camponesas sem aborrecimentos de graves e de organização”¹²³. A partir de tais interesses de classe, Gramsci aposta em uma cisão insolúvel entre os dois projetos, que enfraqueceria profundamente o fascismo, implicando uma análise de conjuntura equivocada. Apesar de todas as ressalvas de golpismo em escritos anteriores, vê uma tendência de coalização, compartilhada pelo PCI, onde a “parte parlamentar, encabeçada por Mussolini, apoiando-se na classe média (empregados, pequenos comerciantes e industriais), tentará a sua organização política orientando-se necessariamente para a colaboração com os socialistas e populares”¹²⁴.

Nota-se, portanto, uma incapacidade de explicar do ponto de vista ideológico, da batalha da hegemonia, a dimensão que o fascismo poderia alcançar na captura do espírito popular. Isto “fundamentalmente porque o fascismo era visto exclusivamente em sua dimensão repressiva e violenta, não se percebendo seu alcance como movimento capaz de possibilitar a reorganização do bloco no poder e o estabelecimento de um regime com base de massa”¹²⁵. Por este motivo, não foi possível avaliar o fascismo como um fenômeno da reação de tipo novo e com envergadura de reestruturar o padrão de acumulação capitalista sob outro pacto de classes e, conseqüentemente, elaborar uma estratégia de resistência à altura da ofensiva capitalista.

¹²¹ GRAMSCI, *Subversão Reaccionária...*, 1977, p.312.

¹²² GRAMSCI, *Socialistas e Fascistas...*, 1977, p.302-303.

¹²³ GRAMSCI, *Os Dois Fascismos...*, 1977, p.356-357.

¹²⁴ GRAMSCI, *Os Dois Fascismos...*, 1977, p.357.

¹²⁵ DEL ROIO, *Os prismas de Gramsci...*, 2005, p.57.

Mas mesmo antes de uma ruptura clara com a direção bordiguiana, que rejeitava a tese da frente única, Gramsci criticava os socialistas por nunca ter se colocado “seriamente a questão da possibilidade de um golpe de estado e dos meios a predispor para se defenderem e passarem a ofensiva [...] O que pensam fazer os socialistas e os dirigentes confederais para impedir que sobre o povo italiano venha a alastrar a tirania do estado-maior, dos latifundiários e dos banqueiros? Estabeleceram um plano?”¹²⁶. Embora adira a tese do PCI, que apenas aceita a unidade do setor popular no âmbito sindical, comentando a *Aliança do Trabalho*¹²⁷, deixando clara a necessidade de unidade real e com disciplina revolucionária, ao afirmar que “com a tática da unidade de frente, puderam agrupar-se nos comitês do primeiro de Maio grandes multidões operárias mesmo onde era bem claro na consciência, desde a última intervenção, que não se tratava da costumada e tradicional coreografia, mas de uma jornada de luta. [...] O fascismo não será sufocado por unanimidades platônicas [...] não tem o número mas tem a organização, unitária e centralizada, e nisso consiste a sua força, integrada na centralização do poder oficial burguês”¹²⁸. Neste sentido, o marxista sardo já apontava, com ressalvas é verdade, derivadas do recente processo de cisão com o PSI, para a formação de uma resistência conjunta e relevante, senão o caminho seria demarcado por uma ascensão fascista ao poder.

A origem de tal proposta de frente única foi concebida no III Congresso da IC (22 de junho a 12 julho de 1921), que debatera sobre as táticas para enfrentar a situação de ofensiva do capital e enfraquecimento dos processos revolucionários – não sem resistência por parte da esquerda comunista, que era adepta de uma teoria ofensiva/insurrecional. A avaliação era, por ora, que as forças burguesas teriam capacidade de esmagar qualquer sublevação, bem como poderiam instigar levantes prematuros do proletariado antes que este estivesse devidamente unido numa poderosa frente. Deste modo, a aliança com o campo progressista, em especial a social-democracia, visava gerar uma sincronia na contraposição ao avanço burguês, bem como estabelecer uma contra-hegemonia dentro da frente na esfera da luta cotidiana por

¹²⁶ GRAMSCI, *Socialistas e Fascistas...*, 1977, p.302.

¹²⁷ A Aliança do Trabalho foi constituída em 20-2-1922 entre os dirigentes da Confederação Geral do Trabalho, a Unido Sindical Italiana, a União Italiana do Trabalho, o Sindicato dos Ferroviários e a Federação Nacional dos Trabalhadores dos Portos. Gramsci temeu, desde a sua fundação, que a Aliança se tornasse num organismo burocrático e estimulou a sua transformação em bases democráticas, eleitas nos locais de trabalho, na periferia. GRAMSCI, Antonio. *Ensinamentos*. **Escritos Políticos**. Volume III. Lisboa: Seara Nova, 1977, p.60.

¹²⁸ GRAMSCI, *Ensinamentos...*, 1977, p.60.

melhorias nas condições de vida e trabalho. Nesse sentido, o evento foi um marco, por dar “por encerrado o momento da cisão, [e] consagrou a palavra de ordem ‘às massas’ e conclamou a formação da ‘frente única do proletariado’, mas expressou com toda clareza que essa fórmula nascia sob o signo da debilidade e indefinição”¹²⁹.

Mas a necessidade da frente única só vai ser realmente assumida e capitaneada por Gramsci, quando da sua ruptura pública com as teses de Bordiga a partir de sua ida a Moscou enquanto representante do PCI junto à IC (maio de 1922), culminando nas *Teses de Lion* (1926) e sua ascensão a dirigente majoritário do PCI. Faz pesadas críticas ao imobilismo do partido gerado por concepções deterministas do marxismo à Bordiga, ao dizer que o partido ficou entregue “ao fatalismo [...] na doce ilusão que os acontecimentos se podem desenvolver segundo uma determinada linha de desenvolvimento por nós prevista, na qual encontrarão infalivelmente o sistema de diques e canais por nós predisposto, nele se canalizando e tomando forma e potência histórica”¹³⁰. Em suma, o partido não tomou o leme da história, “fomos – é preciso dizelo — arrastados pelos acontecimentos, fomos, sem o querer, um aspecto da dissolução geral da sociedade italiana”¹³¹.

Sobre a paralisia na condução do PCI, em sua fração dominante liderada por Bordiga, Gramsci reputa, em boa parte, aos traços flagrantes de maximalismo existentes em sua teorização, que pode ser definido como “uma concepção fatalista e mecânica da doutrina de Marx”. A postura do maximalista no interior do PCI “é intransigente e não oportunista [crítica feita acirradamente ao partido maximalista], mas também crê que é inútil mover-se e lutar no dia-a-dia. Ele espera o grande o dia”¹³². Desta forma, realiza uma autocrítica, porque, via disciplina ou consciência, acabou por aderir a tais teses e visualizou que a fórmula da frente única expressada no conselho que Lênin dera a Serrati a respeito das cisões servia, igualmente, à fração comunista: “*‘Separem-se de Turati [reformista] e depois façam aliança com ele’*. Esta fórmula deveria ter sido por nós adoptada na cisão, verificada de forma diversa da prevista por Lenine. Isto é, como era indispensável, e historicamente necessário, devíamos nos separar não só do

¹²⁹ DEL ROIO, Os prismas de Gramsci..., 2005, p.64.

¹³⁰ GRAMSCI, *Contra o pessimismo...*, 1977, p.84.

¹³¹ GRAMSCI, *Contra o pessimismo...*, 1977, p.85.

¹³² GRAMSCI, Antonio. *Maximalismo e Extremismo. Escritos Políticos*. Volume 2 (1921-1926). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.312.

reformismo, mas também do maximalismo”¹³³. Assim sendo, era indispensável a ruptura para excluir disputas estéreis na vanguarda do partido, contudo também era urgente aglutinar as forças políticas de esquerda e disputá-las em sua base.

Nesse sentido, ao contrário do partido de “poucos e bons”, Gramsci defendia que o PCI deveria se tornar um partido de massas, lutando pela ampla hegemonia dos setores populares. Assim, para concretizar tal estratégia, converter-se num “grande partido”, era fundamental “atrair para às nossas organizações o maior número possível de operários e camponeses revolucionários, para os educar para a luta, para formar organizadores e dirigentes de massa, para os elevar politicamente”¹³⁴. Um partido que leve em conta uma temática que perpassa toda a obra de Gramsci: a questão do *mezzogiorno*. Pois era vital dar materialidade nacional aos rumos do PCI, estabelecer uma tradutibilidade italiana à noção de *governo operário e camponês*, “o que não pode acontecer se não se examinam os problemas mais vitais e urgentes das massas camponesas”¹³⁵, que estão sobre o controle político dos fascistas e esmagadas pela aliança entre o latifúndio (sul) e a indústria (norte).

Um grande partido capaz de enfrentar a já flagrante ameaça do fascismo, inclusive, ao cenário do exercício dos direitos liberais – análise que não encontra mais titubear nos escritos políticos de Gramsci: o grande inimigo a ser combatido era o Partido Nacional Fascista em sua face legal/parlamentar e subversiva/milícias. Para combater tal poderoso inimigo – “movimento que a burguesia considerava simples ‘instrumento’ de reação nas suas mãos e que, pelo contrário uma vez evocado e desencadeado, é pior do que o diabo e não se deixa dominar, mas avança por sua conta”¹³⁶ – era, absolutamente, central defender a estratégia da frente única de todos os trabalhadores em suas expressões políticas, isto é, “a classe operaria deve utilizar todas as ranhuras que se manifestam na muralha adversaria e não recusar qualquer aliado para a derrubar”¹³⁷.

Nesta direção, em *Oportunismo e Frente Única* (1925), ao revés dos detratores que acusam o PCI de ser uma seita, em razão do interesse maior dos trabalhadores, defende que “a plataforma da frente única é ‘proposta’ pelo PC e que o programa

¹³³ GRAMSCI, Antonio. *O Significado e os Resultados do III Congresso do Partido Comunista d'Italia*. **Escritos Políticos**. Volume IV. Lisboa: Seara Nova, 1978, p.88.

¹³⁴ GRAMSCI, *A Crise Italiana...*, 1977, p.134.

¹³⁵ GRAMSCI, *Problemas de Hoje e de Amanhã...*, 1977, p.108.

¹³⁶ GRAMSCI, *A Queda do Fascismo...*, 1977, p.139.

¹³⁷ GRAMSCI, *Sim, A Hora da Coerência...*, 1977, p.115.

efectivo não pode deixar de ser discutido, definido e aceito em comum”¹³⁸. Essa coalisão, particularmente, estruturada em torno da classe operária e camponesa, deveria “organizar-se de maneira autônoma segundo a sua própria experiência, criando instituições sociais próprias que dariam materialidade à subjetividade antagônica em desenvolvimento”¹³⁹. A construção de uma hegemonia antifascista e anticapitalista que abarque amplos setores populares e seja capaz de realizar um efetivo trabalho de unificação e mobilização de massas frente ao fascismo.

As famosas *Teses de Lyon* (1926), redigidas por Gramsci com a colaboração principal de Togliatti e aprovadas pelo III Congresso do PCI realizado clandestinamente na França, consolidam, em definitivo, talvez tardiamente, a tática da frente única como modo de enfrentar o fascismo “como um órgão de combate da burguesia, mas também como um movimento social”¹⁴⁰. Como tese vencedora com aproximadamente 90% dos votos, instituiu-se uma política de unidade “destinada a desmascarar partidos e grupos ditos proletários e revolucionários que têm uma base de massa, está estritamente ligada ao problema da direcção das massas, por parte do Partido Comunista, e ao problema da conquista da maioria”¹⁴¹. Deste modo, com base em Lenin, o marxista sardo compreende que não se pode descartar nenhum aliado – “ainda que incerto, oscilante e provisório” –, uma vez que “todo período pré-revolucionário se apresenta como uma atividade predominantemente tática, voltada para a aquisição pelo proletariado de novos aliados, para desagregação do aparelho organizativo de ataque e de defesa do inimigo, para o esgotamento de suas reservas”¹⁴². Um passo importante, portanto, para o processo revolucionário é alcançar a hegemonia política entre os operários e camponeses – “na medida em ele [PCI] ainda está longe de conquistar”¹⁴³ – para travar uma disputa efetiva pelo poder sob a condução de uma vanguarda política produzida pelos quadros do partido.

A partir do maior contato com o pensamento leniniano, Gramsci vai desenvolvendo uma elaboração conceitual mais precisa da temática da hegemonia que, como visto, inicia-se, inclusive, antes do *Biennio Rosso*, centrando-se na batalha cultural/ideológica imprescindível para a vitória de uma revolução proletária. Tais

¹³⁸ GRAMSCI, *Oportunismo e Frente Única...*, 1978, p.84.

¹³⁹ DEL ROIO, *Os prismas de Gramsci...*, 2005, p.183.

¹⁴⁰ DEL ROIO, *Os prismas de Gramsci...*, 2005, p.138.

¹⁴¹ GRAMSCI, *A Situação Italiana e as Tarefas do PCI (Teses de Lyon)...*, 1978, p.238.

¹⁴² GRAMSCI, Antonio. *Maximalismo e Extremismo...*, 2004, p.312.

¹⁴³ GRAMSCI, *A Situação Italiana e as Tarefas do PCI (Teses de Lyon)...*, 1978, p.238.

preocupações gramscianas acentuam-se, cada vez mais, pela incontestada frustrada revolução no ocidente e, por isso, era preciso repensar as motivações deste malogro da esquerda, sobretudo projetando outros métodos de ação capazes de semear a vitória. Os contornos definitivos da noção de hegemonia surgirão nos *Quaderni*, no entanto, em seus últimos escritos pré-carcerários – especificamente, *A Questão Meridional* – emerge como força conceitual o signo da hegemonia, constituindo-se em uma categoria explicativa da realidade italiana.

Nesse âmbito, um escrito pouco lembrado a respeito da construção do conceito de hegemonia é a *Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Soviético*, onde Gramsci coloca uma crítica potente às repercussões da crise existente no PC da URSS no movimento internacionalista. De maneira alguma, “contestava o papel dirigente do Estado soviético, mas, antes, instava os líderes da URSS a desempenhar adequadamente este papel, isto é instava-os à consciência da hegemonia”¹⁴⁴. Uma postura pouco comum na relação entre os partidos comunistas ocidentais e o soviético, quase sempre orientada de maneira vertical.

A escalada do conflito interno, portanto, entre os defensores da Nova Política Econômica (NEP) e os que sustentavam a ideia de uma rápida industrialização combinada com uma coletivização das terras, que poderia implicar a cisão entre os grupos, gerava instabilidade para o desenvolvimento da política nacional de todos os PCs. O marxista sardo, junto com o PCI, deu seu apoio a primeira linha, pois preocupava-se imensamente que os custos de tal aceleração do processo histórico caíssem sobre ombros do numeroso campesinato. E esta inflexão, para Gramsci significaria um duro golpe ao “princípio e a prática da *hegemonia do proletariado*, [...] as relações fundamentais de aliança entre operários e camponeses que são perturbados e postos em perigo, isto é, os pilares do Estado operário e da Revolução”¹⁴⁵.

Sobre a questão da dinâmica política entre o bloco operário-camponês, Gramsci debruça-se sobre o tema, tentando traçar um paralelismo entre o problema russo e o italiano, uma vez que em ambos os países os trabalhadores rurais constituem a maioria da população. Contudo, frisa que “todos os problemas inerentes à *hegemonia do proletariado* apresentar-se-nos-ão certamente de forma mais complexa e aguda do que

¹⁴⁴ PONS, Silvio. *O Grupo Dirigente do PCI e a “Questão Russa” (1924-1926)*. In: AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio; VACCA, Giuseppe (Orgs.). **Gramsci no seu tempo**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p.169.

¹⁴⁵ GRAMSCI, *Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Soviético*, 1978..., p. 164.

na própria Rússia, porque a densidade da população rural, em Itália, é enormemente maior, porque os nossos camponeses têm uma riquíssima tradição organizativa e sempre conseguiram fazer sentir muito sensivelmente o seu peso específico de massa na vida política nacional”¹⁴⁶. Além disso, observa que, fincado como uma lança na tradição do campesinato, está uma instituição milenar, o “aparelho organizativo eclesiástico”, enraizada na construção ideológica e articulação política dos camponeses como em nenhum outro lugar. Agora, no que se refere à indústria, admite ser muito mais desenvolvida que a russa e o proletariado possui uma base material notável, entretanto por não deter matérias-primas no próprio país está sempre mais exposto a crises; por tais motivos, Gramsci antevê que o “proletariado só poderá desenvolver a sua função dirigente se for muito rico de espírito de sacrifício e se se tiver libertado completamente de todos os resíduos de corporativismo reformista ou sindicalista”¹⁴⁷.

Neste ponto, materializam-se, em uma análise de conjuntura, categorias fundamentais para compreensão da questão da hegemonia em Gramsci: a noção de conformação do poder enquanto *classe dominante* e *classe dirigente*. É, justamente, tal chave de leitura que o faz tomar o lado dos defensores da NEP, pois, mesmo em sociedades menos complexas – como se refere ao contexto russo – não se pode abrir mão do exercício da hegemonia sobre a sociedade, apontando já para a universalidade da temática independente das relações de poder apresentar-se na morfologia ocidental ou oriental. Com um movimento político que agravasse as condições dos camponeses, Gramsci alertava para iminente ruptura entre o pacto entre as classes, transmutando, assim, o proletariado de *classe dirigente* (uma liderança ético-política) para somente classe dominante (posição garantida pela força).

Nesse sentido, para além do intuito principal de intervenção imediata, a *Carta* caracteriza o exercício do poder através de uma combinação entre coerção e construção de consensos. Embora ainda se ressinta de um conceito de sociedade civil, que consubstanciará a noção de hegemonia, “a idéia da articulação entre dominação e direção, entre criação do novo Estado Proletário e hegemonia, quer dizer, a distinção (na unidade) entre as *funções* de *dominação* e *hegemonia*, essa é uma ideia que já aparece em 1926”¹⁴⁸. Igualmente, neste escrito, ao abordar a contradição entre os trabalhadores dos centros urbanos e campo no processo revolucionário, aparece a temática que seria

¹⁴⁶ GRAMSCI, *Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Soviético*, 1978..., p. 163, grifo nosso.

¹⁴⁷ GRAMSCI, *Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Soviético*, 1978..., p.164.

¹⁴⁸ COUTINHO, *Gramsci...*, 2012, p.69.

tratada de forma ampla no último escrito de Gramsci antes da prisão e seria uma preocupação constante nos *Quaderni*: a questão da desigualdade regional na Itália.

Em *A Questão Meridional*, escrito inacabado devido a prisão de Gramsci pelo regime fascista, esta temática, que não é nova em suas preocupações, é alçada como condição central a ser enfrentada para realizar uma revolução socialista na Itália. O próprio marxista sardo foi considerado, como visto, por alguns importantes teóricos, um liberal em sua juventude por enfrentar a temática do protecionismo, contudo é digno de nota que esse aprofundamento do problema do *mezzogiorno* provenha de um debate acerca da posição dos comunistas sobre a denominada “fórmula mágica” pela redação do *Quarto Stato* (revista de orientação socialista fundada e dirigida por Carlo Rosselli), isto é, uma posição do grupo do *L’Ordine Nuovo*, que supostamente defenderia a repartição das terras dos latifundiários entre os proletários rurais.

Em sentido contrário, ressalta Gramsci que, embora passados 7 anos e a abordagem deveria sofrer um aprimoramento de concepções e conceitos, o essencial para elucidar este “superficial diletantismo” já havia sido colocado, no período do Biênio Vermelho, em janeiro de 1920. Ele afirma que o “conceito fundamental dos comunistas torineses não foi a ‘fórmula mágica’ da divisão do latifúndio, mas o da aliança política entre operários do Norte e camponeses do Sul para derrubar a burguesia do poder de Estado: e, mais ainda, os comunistas torineses (que todavia sustentavam, como subordinada a ação solidária das duas classes, a divisão das terras) punham-se precisamente de sobreaviso contra as ilusões ‘miraculosas’ da divisão mecânica dos latifúndios”¹⁴⁹. A partir disso, a sua teoria da hegemonia é cada vez mais enriquecida de aportes categoriais sob o signo do desenvolvimento desigual das temporalidades em um mesmo contexto histórico.

Nos escritos gramscianos, apesar de não se encontrar referências diretas à construção metódica realizada por Marx na famosa *Introdução de 1857*, salta aos olhos uma teorização marxista, decididamente, não determinista dos acontecimentos históricos e que os observa em sua pluridimensionalidade e ritmos. Em tal texto dos *Grundrisse* – obra de Marx que, talvez, mais se assemelhe em seu delineamento e usos com os *Quaderni* –, o revolucionário alemão expõe a contraditoriedade da articulação entre as diversas esferas de sociabilidade e frisa “a relação desigual entre o desenvolvimento da produção material com, por exemplo, o da produção artística. Não

¹⁴⁹ GRAMSCI, *A Questão Meridional...*, 1978, p. 173.

conceber de modo algum o conceito de progresso na abstração habitual. Com a arte moderna etc., essa desproporção não é tão importante nem tão difícil de conceber quanto [a que ocorre] no interior das próprias relações práctico-sociais”¹⁵⁰. Deste modo, Marx rompe com uma representação linear da história sustentada na ideia de progresso, isto é, “a grande linha da evolução do ser social – a crescente socialidade de todas as categorias, vínculos e relações – não pode se explicitar em linha reta, segundo uma “lógica” racional qualquer, mas se move em parte por vias travessas (deixando mesmo atrás de si alguns becos sem saída) e, em parte, fazendo com que os complexos singulares, cujos momentos reunidos formam o desenvolvimento global, encontrem-se individualmente numa relação de não-correspondência”¹⁵¹.

Não é preciso esperar a finalização do conjunto de notas dos *Quaderni* para observar a confluência das preocupações de uma nova escrita da história a partir do legado marxiano. Por óbvio, como já demarcado, nos *Cadernos* é que serão encontrados sua construção decisiva, contudo já se pode evidenciar, em *A Questão Meridional*, um importante amadurecimento de sua teoria da hegemonia vinculada à lógica da “não-correspondência” ou “relação desigual”. Além da basilar dinâmica entre o bloco do norte industrializado (burguesia/proletariado) e o bloco agrário do sul (latifundiários/camponato), Gramsci aprofunda sua teoria dos intelectuais, observando, claramente, um descolamento cultural no cenário italiano e, ao mesmo, o papel que tal intelectualidade cumpre em cimentar a contradição norte-sul.

Por esta via, para a concretização de uma hegemonia do proletariado nesta condição nacional, é indispensável estabelecer uma aliança de classe capaz de obter consenso das largas massas de trabalhadores camponeses. E, para tanto, o fio da meada entre Cultura e Revolução apresenta-se novamente. Sem um enfrentamento decisivo da “ideologia difusa de forma capilar pelos propagandistas da burguesia nas massas do Norte”, qualquer movimentação se daria no campo do adversário. Na esfera das práticas sociais tal combate significa travar uma batalha em relação à “influência da escola, do jornal, da tradição burguesa”¹⁵² – posteriormente conceituados como os aparelhos privados de hegemonia –, que obstaculizam a formação de um bloco revolucionário.

¹⁵⁰ MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2001, p.62, grifo do autor.

¹⁵¹ LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p.134.

¹⁵² GRAMSCI, *A Questão Meridional...*, 1978, p.175.

Em primeiro lugar, Gramsci aponta para a necessidade de uma revolução cultural do próprio proletariado, visando superar a sua perspectiva política e ideológica no interior da luta de classes italiana. É desgraçadamente fascinante a semelhança do discurso a respeito da parte sul da Itália e, ainda hoje, o norte/nordeste brasileiro: “o Mezzogiorno é a bola de chumbo que impede mais rápidos progressos ao desenvolvimento cívico da Itália, os meridionais são biologicamente seres inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos por destino natural”. Então, não consistia em apenas um delírio burguês, mas uma visão de mundo molecularmente disseminada aos extratos da classe trabalhadora e, por vezes, ainda sob o manto positivista, a “‘ciência’ era usada para esmagar os míseros e explorados” ¹⁵³. Isto tudo com um poderoso agravante: boa parte dos intelectuais do Norte, em torno do PSI, acabavam por reproduzir essa tacanha ideologia.

Agora, enfrentar uma luta por hegemonia no sul é questão ainda mais complicada. O marxista sardo define o *mezzogiorno* como “uma desagregação social; os camponeses, que constituem a grande maioria da sua população, não tem nenhuma coesão entre si. [...] A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais; a grande massa camponesa amorfa e desagregada, os intelectuais da pequena e média burguesia rural, os grandes proprietários das terras e os grandes intelectuais”¹⁵⁴. Os camponeses estão em uma condição subalterna numa região subalterna e como tal a sua situação é de eterna ebulição, entretanto não são capazes de materializar, autonomamente, suas aspirações e projetos, acabando capturados ideologicamente pelo extrato médio de intelectuais, que, em sua marcante presença no cenário meridional, ligava-os aos grandes proprietários de terra.

Para melhor compreender as possibilidades do bloco proletário-camponês, Gramsci confere maior musculatura em sua teoria dos intelectuais – “basta pensar que mais de 3/5 da burocracia estatal é constituída por meridionais”. Acaba por realizar uma distinção entre um intelectual de “velho tipo”, cuja característica era ser o elemento organizativo, sobretudo para ocupar as fileiras do Estado, de uma sociedade camponesa e artesanal; e um intelectual típico da industrialização, que é um “organizador técnico, um especialista da ciência aplicada” ¹⁵⁵. Também compreende os clérigos como um

¹⁵³ GRAMSCI, *A Questão Meridional...*, 1978, p.175.

¹⁵⁴ GRAMSCI, *A Questão Meridional...*, 1978, p. 187.

¹⁵⁵ GRAMSCI, *A Questão Meridional...*, 1978, p.188.

intelectual de tipo específico, mas que possuem diferenças, igualmente, relacionadas com a questão meridional e setentrional.

A relação entre Igreja e Estado, assim, está também intimamente ligada ao desenho societal. Como no norte, ocorreu uma maior separação do poder político e eclesiástico, houve uma grande expropriação dos bens da Igreja, contudo, no Sul, as paróquias e conventos preservaram, ou mesmo, adquiriram vultuosas propriedades imobiliárias e mobiliárias. Tais questões da estrutura da Igreja, evidentemente, implicam reflexos na prática social dos padres, que possuem, na porção setentrional, “sentimentos democráticos, está mais ligado a massa dos camponeses; moralmente é mais correcto do que o padre meridional, o qual frequentemente convive quase abertamente com uma mulher e por isso exerce um trabalho espiritual socialmente mais completo, isto é, é um dirigente de toda a actividade de uma família”. No *mezzogiorno*, portanto, a função intelectual do padre é muito mais interventiva e coloca-se ao campesinato, basicamente, em três grandes funções: “1) com um administrador de terras com o qual o camponês entra em conflito pela questão das rendas; 2) com um usurário que pede elevadíssimas taxas de juro e se serve do elemento religioso para receber seguramente a renda ou a usura; 3) como um homem submetido as paixões comuns (mulheres e dinheiro) e que, portanto, espiritualmente não merece confiança de discrição e imparcialidade”¹⁵⁶. É, justamente, por um quadro como esse de enredamento pelos intelectuais da igreja, que compõem os motivos da inexistência, mesmo com tamanha exploração, de uma rede de organizações de massa.

Além disso, retomando a caracterização dos intelectuais de “velho tipo” predominantes no *mezzogiorno*, eles operam cimentando as rachaduras do bloco agrário, impedindo que a eclosão de crises sociais transforme-se em sublevação. A intelectualidade meridional, em que pese não possuir grande abrangência enquanto uma organização de cultura média como no Norte, possui algumas academias de elevada erudição e os maiores intelectuais tradicionais da Itália. Na cena política e cultural italiana, é inolvidável a figura de Benedetto Croce – um dos grandes diálogos de Gramsci nos *Quaderni*. Ele foi capaz, mediando e concentrando as iniciativas culturais, que “a apresentação dos problemas meridionais não excedesse certos limites, não se tornasse revolucionária”. Em resumo, para Gramsci, “Croce cumpriu uma altíssima função nacional: separou os intelectuais radicais do *Mezzogiorno* das massas

¹⁵⁶ GRAMSCI, *A Questão Meridional...*, 1978, p.189.

camponesas, fazendo-os participar na cultura nacional e europeia e, através desta cultura, fê-los absorver a cultura burguesa e, portanto, o bloco agrário”¹⁵⁷.

Percebe-se, então, claramente, como Gramsci articula sua ideia de exercício da hegemonia através de uma camada de intelectuais, que cumprem a essencial tarefa, de por meio da ação cultural, conformar a estabilização da ordem social. O caminho do processo revolucionário, então, passaria por “uma fratura orgânica na massa dos intelectuais e se formasse uma tendência de esquerda, orientada para o proletariado industrial. Essa fração que se desprende do bloco intelectual deveria compor na frente única que os comunistas se empenham em construir”¹⁵⁸. Por este motivo, não faria sentido combater a *Rivoluzione Liberale*, nas figuras de Dorso e Gobetti, uma vez que eles, igualmente, pensavam o problema meridional enquanto uma questão nacional, reconhecendo no proletariado o sujeito histórico para conduzir a superação de tal contradição.

A formação político-intelectual de Gramsci culmina com a reflexão sobre o desafio de arrebentar a resistência de uma “armadura flexível”¹⁵⁹, que seria constituída pelo bloco de intelectuais que dão sustentação ao capitalismo italiano em suas particularidades regionais. Deste modo, Gramsci consegue, interpretando a realidade concreta, visualizar que um bloco histórico não se mantém no poder apenas por convergência de interesses econômicos ou políticos estritamente, mas pesam com grande intensidade os elementos de afinidade cultural – “a questão meridional e a questão vaticana”¹⁶⁰. A preocupação da batalha cultural dos primeiros anos de Turim, portanto, assume materialidade na atuação dos intelectuais e uma inegável centralidade na luta pela hegemonia proletária.

As reflexões gramscianas seriam brutalmente interrompidas com sua prisão, mesmo gozando de imunidade parlamentar, foi detido deixando o escrito *A Questão Meridional* inacabado – figurando, assim, na honrosa companhia de Marx como um teórico dos críticos, porém geniais manuscritos. O seu pensar em movimento não foi aprisionado nos anos de cárcere, pelo contrário, é neste penoso intervalo, estendido, praticamente, até a sua morte em 1937, que Gramsci travaria diálogos para além dos

¹⁵⁷ GRAMSCI, *A Questão Meridional...*, 1978, p.194.

¹⁵⁸ DEL ROIO, **Os prismas de Gramsci...**, 2005, p.174.

¹⁵⁹ GRAMSCI, *A Questão Meridional...*, 1978, p.197.

¹⁶⁰ GRAMSCI, *A Questão Meridional...*, 1978, p.174.

debates políticos imediatos, elevando a um outro patamar suas preocupações teóricas com a revolução no ocidente estruturadas nas famosas notas dos *Cadernos do Cárcere*.

II

Os caminhos em torno de uma teoria geral da hegemonia nos *Cadernos do Cárcere*

O fluxo deste pensar em movimento presente em todo o seu período anterior ao cárcere não se esgotaria com o cerceamento de liberdade. Demarcadamente, o período de clausura, delineado por uma série de privações físicas e intelectuais, impõe outro ritmo qualitativo de trabalho a Gramsci, exigindo uma expansão de suas preocupações imediatas da construção de resistência ao fascismo via PCI – o labor dos textos de intervenção política direta nacional e internacional – em direção a uma teorização, embora fincada na realidade italiana, de matriz mais abstrata e de maior profundidade analítica. Há, assim, uma relação dialética e não de ruptura com a produção pré-carcerária, pois “as reflexões carcerárias, graças ao tratamento ‘*fur ewig*’, elevam a um nível superior os elementos sistemáticos contidos nos escritos anteriores; mas, ao mesmo tempo, conservam a dimensão histórica destes, sua estreita vinculação com os problemas concretos do presente”¹⁶¹

Nesse sentido, a época de produção dos *Cadernos* impulsiona Gramsci a consolidar e ampliar seu leque categorial, bem como a estabelecer um programa de estudos capaz de esmiuçar uma crítica social e estratégia política condizente com sua temporalidade. Por óbvio, em momento histórico distinto, contudo fustigado por um contexto que guarda alguma semelhança – isto é, a emergência de uma crise mundial e uma onda de repressão violentíssima ao movimento operário –, Marx produz uma obra que, embora Gramsci não tenha tido acesso, possui grande afinidade com os *Quaderni: Grundrisse der Kritik der Politischen Oekonomie*¹⁶².

Os *Grundrisse*, conforme nota Baratta, consiste em manuscrito rico e mordaz esteticamente, onde se encontra desenvolvido o coração da crítica da economia política marxiana – a teoria do mais-valor ou mais-valia –, bem como inúmeros outros traços que não seriam levados a cabo em *O Capital*. Nos manuscritos de 1857-58, o

¹⁶¹ COUTINHO, Gramsci..., 2012, p.81.

¹⁶² Obra recentemente traduzida ao português (2011) sob a supervisão de Mario Duayer pela editora Boitempo, sendo intitulada como “*Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política”.

revolucionário alemão traceja a beleza e criatividade de um ensaio geral de sua crítica “madura” – lugar em que pulsa originalidade, abertura semântica e subjetividade revolucionária. Pelos mesmos motivos, em os *Cadernos do Cárcere*, há a constante tentação, de “atribuir um grande valor – quase um mérito – à evidente *incompleteude* e fragmentariedade dos seus escritos”¹⁶³. A grande diferença é que Marx fornece partes acabadas e revisadas de *O Capital* como referencial para um tratamento filológico comparativo. Em suma, os *Quaderni* afiguram-se como os *Grundrisse* sem um *O Capital*.

Com esta analogia, pode-se compreender que os *Cadernos do Cárcere*, em suas geniais notas, representam a potencialidade da temporalidade aberta de um manuscrito, mas carrega o peso do trabalho cuidadoso de uma reconstituição textual. Em sua escrita “múltipla, incisiva, espiralada” isenta de “uma ordem de exposição única e linear”¹⁶⁴ encontra-se, ao revés da fragmentariedade formal, “uma profunda unidade substancial em seu quadro teórico e conceitual”¹⁶⁵. Mas para, mesmo que de maneira limitada, apresentar alguns traços essenciais de tal unidade – compreendida, aqui, em torno do conceito de hegemonia até, em seu desenvolvimento diacrônico, uma teoria geral da hegemonia – é antes necessário visualizar, em breves linhas, as dificuldades do processo de produção e, talvez até mais importante por definir sua arquitetura, de divulgação dos *Quaderni*.

1. O tortuoso caminho da gênese dos Cadernos do Cárcere

A redação do primeiro caderno de Gramsci data de fevereiro de 1929, portanto somente mais de 2 anos após a prisão do marxista italiano, no exercício do seu mandato parlamentar pelo PCI, pela política fascista em novembro de 1926– recolhido na prisão de *Regina Coeli* em Roma, passando por um confinamento em *Ustica* e, finalmente, sendo destinado para aguardar seu julgamento no Cárcere de *San Vittore* em Milão. Em famoso processo, conduzido por um tribunal de exceção entre maio e junho de 1928,

¹⁶³ BARATTA, Giorgio. **As rosas e os Cadernos** – o pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 89

¹⁶⁴ BUCI-GLUCKMANN, Christine. **Gramsci e o Estado**: por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.24.

¹⁶⁵ FRANCIONI, Gianni. **L’Officina gramsciana**: ipotesi sulla struttura dei “Quaderni del carcere”. Napoli: Bibliopolis, 1984, p.22.

Gramsci, conjuntamente com outros importantes dirigentes comunistas, foram acusados de “atividade conspiratória, de instigação à guerra civil, de apologia de delito e de incitamento ao ódio de classe”¹⁶⁶. Antonio Gramsci declarou-se inocente de todas as acusações, exceto a de ser comunista, pois se “ser comunista importasse responsabilidade, o aceito [disse ele]”¹⁶⁷. Contudo, o famoso intento expresso pelo Ministério Público de “por 20 anos impedir que este cérebro funcione”¹⁶⁸, não encontrou eco no cumprimento definitivo de sua sentença no presídio de *Turi*, onde boa parte de suas icônicas notas foram redigidas.

Mesmo antes da “estada” em *Turi*, Gramsci já era alimentado intelectualmente através de uma conta aberta/ilimitada pelo amigo *Piero Sraffa*¹⁶⁹ na livraria Sperling & Kupfer de Milão, a mesma que irá fornecer as obras que chegam ao seu alcance nos anos seguintes. Manifesta em carta escrita a sua cunhada Tatiana Schucht, em março de 1927, sua ebulição teórica: “estou atormentado (e, este penso, é um fenômeno típico dos prisioneiros) por essa idéia: de que é preciso fazer algo *für ewig* [...] Em suma, segundo um plano preestabelecido, gostaria de me ocupar intensa e sistematicamente de alguns temas que me absorvessem e centralizassem minha vida interior”¹⁷⁰. Na mesma correspondência, esboçará um conjunto de preocupações que formariam um primeiro plano de trabalho dos *Quaderni* – como será visto adiante.

Apesar do acesso a materiais de leitura, embora a conta-gotas, o marxista sardo se via num imenso tormento físico para empreender qualquer estudo mais sistemático, uma vez que as penas a disposição exigiam uma destreza obsessiva para constituir uma razoável escrita. Por este motivo, em final de março de 1927, ao juiz de instrução do Tribunal Militar, solicita “permissão para ter permanentemente, em sua cela, caneta,

¹⁶⁶ FIORI, Giuseppe. **A vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.284.

¹⁶⁷ FIORI, **A vida de Antonio Gramsci...**, 1979, p.284.

¹⁶⁸ FIORI, **A vida de Antonio Gramsci...**, 1979, p.285.

¹⁶⁹ “O amigo mais íntimo de Gramsci durante seu tempo na prisão, Piero Sraffa, era um renomado economista profissional. Exatamente, durante o tempo que Antonio Gramsci foi mantido na prisão, Piero Sraffa estava trabalhando em Cambridge na primeira edição das obras e da correspondência de David Ricardo - junto com seu amigo e colega Maurice Dobb que era naquele tempo considerado como o principal economista marxista da Grã-Bretanha. Ao mesmo tempo, Sraffa empreendeu uma releitura séria do Capital de Marx, de acordo com as notas que podemos encontrar nos arquivos de Sraffa. A correspondência entre Sraffa e Gramsci mostra, vigorosamente, as trocas sobre questões relacionadas com o estudo da economia política – Gramsci perguntando sobre a edição de Ricardo, Sraffa informando seu amigo sobre o progresso do primeiro MEGA, por exemplo, sobre a primeira publicação de Manuscritos Economico-Filosóficos de Marx que Gramsci nunca viu”. KRÄTKE, Michael R. Gramsci and the Renewal of the Critique of Political Economy. **Historical Materialism**. Disponível em: <http://www.marxforschung.de/docs/080101kraetke.pdf>. Acesso em: 3 Out. de 2016.

¹⁷⁰ GRAMSCI, Antonio. *Carta a Tania em 19 de março de 1927*. **Cartas do Cárcere**. Volume 1: 1926-1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.128.

tinta e uma centena de folhas de papel para redigir trabalhos de caráter literário”¹⁷¹. Mas tal permissão não é concedida e, assim, Gramsci reclama, em carta de início de abril, que, por causa dessa dificuldade, escreve “nas duas horas e meia ou três horas em que cuidamos da correspondência semanal (duas cartas); naturalmente, não posso fazer anotações, isto é, na realidade não posso estudar de modo ordenado e proveitoso”¹⁷².

Ainda anterior à autorização definitiva de produzir textualmente no período carcerário (13 de agosto de 1928), Gramsci encarrega o irmão Carlo, para que em nome dele e da mãe, peticione a transferência para uma cela individual, pois seus companheiros de cárcere possuíam tuberculose, causando, portanto, enorme perigo a sua saúde já debilitada e uma incapacidade de concentração em qualquer trabalho intelectual – “de caráter literário e ao estudo de línguas”¹⁷³. Fruto deste pedido, a mãe de Gramsci dirige a Mussolini um requerimento (25 de agosto de 1928), “um ato de justiça reparadora”, por uma prisão individual para afastá-lo da “tuberculose”, que “o ameaça na forma de quatro companheiros de cela”, e reitera a reivindicação para que seu filho possua o “necessário para poder escrever e dedicar-se a alguns estudos”¹⁷⁴.

A respeito da questão do isolamento em cela individual, conseguiu um sucesso bastante rápido no pleito, contudo, no que tange aos materiais e a permissão de produção textual, tal possibilidade somente se concretiza, efetivamente, no final de janeiro de 1929. Nesta data, em carta a sua cunhada, Gramsci avisa que “agora que vou poder escrever, farei um plano de estudos e eu mesmo pedirei os livros de que preciso”¹⁷⁵. Contudo, é bom frisar, conforme Francioni, que “o fato de Gramsci ser capaz de possuir livros e escrever na cela não constitui – é oportuno esclarecer – uma concessão benevolente do poder instituído [fascista], mas o exercício de uma possibilidade expressamente constante nos regulamentos carcerários”¹⁷⁶. Assim, em 8 de fevereiro, ao assinar o *Caderno 1*, o marxista sardo começava sua monumental construção teórica que só teria um inconcluso término com a deterioração completa de sua condição de trabalho em 1935.

¹⁷¹ GRAMSCI, Antonio. *Carta ao Juiz de Instrução do Tribunal Militar Territorial em 27 de março de 1927. Cartas do Cárcere*. Volume 2: 1931-1937. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.440.

¹⁷² GRAMSCI, *Carta a Tania em 11 de abril de 1927. Cartas do Cárcere*. Volume 1..., 2005, p.140.

¹⁷³ GRAMSCI, *Carta a Carlo em 13 de agosto de 1928. Cartas do Cárcere...*, 2005, p.282.

¹⁷⁴ GRAMSCI, *Petição a S.Ex., o chefe de Governo, expedida em setembro de 1930. Cartas do Cárcere*. Volume 2..., 2005, p.441.

¹⁷⁵ GRAMSCI, *Carta a Tania em 29 de janeiro de 1929. Cartas do Cárcere*. Volume 1..., 2005, p.314.

¹⁷⁶ FRANCIONI, Gianni. Como lavorava Gramsci. In: GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere - Edizione Anastatica dei Manoscritti*. A cura di Gianni Francioni. V.1. Cagliari: L'Unione Sarda, 2009, p.39-40.

Evidentemente, os mesmos regulamentos prisionais que autorizam a leitura e escrita do apenado (normativa formulada em 1891 e o estabelecido em 1931), igualmente, impõem, sob a competência da direção carcerária, restrições discricionárias em relação ao conteúdo do material acessível e disciplinam o método de trabalho dos *Quaderni*. Nesse sentido, Gustavo Trombetti, um companheiro próximo a cela do marxista italiano, descreve que “Gramsci, como todos nós, poderia possuir em sua cela apenas 4 livros pessoais, mais alguns eventuais dicionários. Quando se desejasse consultar outros, pedíamos para ir ao depósito, onde cada um de nós guardávamos os livros excedentes ao número de 4”¹⁷⁷. Tais procedimentos de depósito e manutenção de um número fixo de 4 livros/cadernos na cela individual constituía um importante mecanismo de controle do trabalho de Gramsci, bem como delinearía mais um obstáculo a sistematização das notas – inclusive, em sua posterior datação, visto que alguns era guardados e depois retomados–, pois havia uma impossibilidade objetiva de possuir todo conjunto de *Cadernos* em mãos.

Sobre o ritmo de produção dos *Quaderni* nos anos de Cárcere, Gerratana divide o período, aproximadamente, em três períodos: 1) demarca-se o período inicial com o surgimento do esboço de plano de trabalho exposto em correspondência em 1927, passando pelo primeiro projeto de pesquisa presente no *Caderno 1*(1929), até os primeiros dias de agosto de 1931, quando Gramsci tem uma grande crise de saúde – aqui, foram iniciados 7 Cadernos, fora os outros 3 compostos por traduções; 2) o segundo momento, que vai de 1931 até fins de 1933, é o intervalo em que, apesar das péssimas condições físicas, Gramsci agrupa sua produção em temas e escreve de forma intensa com grande vigor criativo – desse impulso “se somam outros dez, que conservam um lugar central na estrutura de os *Cadernos*, mesmo algum deles só finalizados no período seguinte”¹⁷⁸; por sua vez, a última fase constitui-se a partir da transferência do cárcere de *Turi* para clínica em *Formia*, quando a capacidade de redação diminui consideravelmente, contudo ainda escreve “outros dozes cadernos, ainda que a maior parte deles restou incompleto e alguns com apenas algumas páginas”¹⁷⁹.

¹⁷⁷ TROMBETTI, Gustavo *Apud* FRANCIONI, Gianni. Como lavorava Gramsci. In: GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere - Edizione Anastatica dei Manoscritti**. A cura de Gianni Francioni. V.1. Cagliari: L'Unione Sarda, 2009, p.41.

¹⁷⁸ GERRATANA, Valentino. Prefazione. In: GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Volume primo. Turim: Giulio Einaudi, 2007, p. XXVI.

¹⁷⁹ GERRATANA, *Prefazione*, **Quaderni del carcere**, Volume primo..., 2007, p. XXVIII.

Nesta direção, o grande empreendimento intelectual dos *Quaderni* começa com um esboço de planejamento, ainda sem as condições materiais para concretizá-lo, em março de 1927. Em carta a Tatiana, Gramsci expõe suas preocupações, que combinam objetos de sua formação juvenil – isto é, a linguística e sua atividade como crítico literário – com já uma forte dimensão política e social:

Pensei em quatro temas até agora, e já isto é um indicador de que não consigo me concentrar. São eles: 1) uma pesquisa sobre a formação do espírito público na Itália no século passado; em outras palavras, **uma pesquisa sobre os intelectuais italianos, suas origens, seus agrupamentos segundo correntes culturais, seus diversos modos de pensar**, etc., etc. [...] Você se recorda de meu texto, muito curto e superficial, sobre a Itália Meridional e sobre a importância de B.Croce? 2) Um estudo de linguística comparada! [...] que jamais foi tratado de modo completo e sistemático do novo ponto de vista dos neolingüistas contra os neogramáticos. [...] 3) Um estudo sobre o teatro de Pirandello e sobre a formação do gosto teatral italiano [...] 4) Um ensaio sobre os romances de folhetim e o gosto popular na literatura¹⁸⁰.

Neste primeiro esboço, embora incipiente, pode-se identificar algumas preocupações, que seriam absolutamente duradouras no projeto gramsciano. Em primeiro, a clareza da necessidade de estudar o processo de formação dos grupos dirigentes dos intelectuais italianos. Além disso, embora nem todos os 4 temas possuam um nexos imediato, há uma preocupação comum de observar o delineamento da cultura, apontando para sua dimensão ideológica no contexto geopolítico italiano (norte-sul), desde a linguística à literatura popular.

No primeiro plano constante no *Caderno 1*, em 8 de fevereiro de 1929, há um aprofundamento da temática disposta em sua correspondência e seu desdobramento em outras questões:

Notas e Apontamentos

Temas Principais:

- 1) *Teoria da história e da historiografia*
- 2) *Desenvolvimento da burguesia italiana até 1870*
- 3) *Formação dos grupos intelectuais italianos: desenvolvimento, atitudes*
- 4) *A literatura popular dos romances de folhetim e as razões de sua permanente influência*
- 5) Cavalcante Cavalcanti: a sua posição na estrutura e na arte da Divina Comédia
- 6) *Origens e desenvolvimento da Ação Católica na Itália e na Europa*
- 7) O conceito de folclore
- 8) Experiências na vida no cárcere
- 9) *A “questão meridional” e a questão das ilhas*
- 10) *Observações sobre a população italiana: sua composição, função da emigração*
- 11) *Americanismo e Fordismo*
- 12) *A questão da língua na Itália: Manzoni e G.I. Ascoli*

¹⁸⁰ GRAMSCI, *Carta a Tania em 19 de março de 1927, Cartas do Cárcere*. Volume 1..., 2005, p.128-29, grifo nosso.

13) *O Senso Comum*

14) *Tipos de revista*: teórica, crítico-histórica, de cultura geral (divulgação)

15) *Neogramáticos e neolinguistas* (“essa mesa redonda é quadrada”)

16) Os filhotes de Padre Bresciani¹⁸¹

Encontra-se nos temas elencados por Gramsci, portanto, uma íntima conexão com seu primeiro esboço, sendo que, aos temas de cultura presentes na carta, “somavam-se outros de teoria e análise social e política, tais como as questões de teoria da história, a formação da burguesia italiana e a ‘questão meridional’”¹⁸². Além da emergência de uma preocupação materialista do fenômeno político em seu constructo histórico, já se faz presente um elemento absolutamente negligenciado por certa recepção do pensamento gramsciano, quer dizer, a temática da economia política com a inclusão do “item sobre o americanismo e fordismo, resgatando temas que motivaram sua reflexão quando do *biennio rosso* em Turim”¹⁸³.

Nos primeiros meses de 1929, no entanto, a intensidade da produção era bastante lenta, uma vez que o marxista sardo dedica-se, como uma forma de organizar seus pensamentos, a exercícios de tradução. É somente na segunda metade de 1929 que o trabalho parece “marchar de forma regular, alcançando um relativo equilíbrio entre o desenvolvimento do plano de trabalho dos *Cadernos* e o uso do ‘meio terapêutico’ dos exercícios de tradução”¹⁸⁴. Mas até alcançar seu período de maior efervescência, Gramsci impõe certa desigualdade de desenvolvimento dos temas aludidos, visto que alguns previstos são apenas brevemente tratados, enquanto outros que sequer estavam explicitamente nos planos ganharam uma notável amplitude.

Houve outro importante rearranjo em seu plano de trabalho nos marcos da segunda etapa de sua produção, que já expressam, comparado aos esboços anteriores, uma “politização acentuada do projeto de pesquisa gramsciano”¹⁸⁵. É claro que o giro de preocupações, iniciado em meados de 1930, em direção à formulação de um arsenal de categorias para compreender os mecanismos de hegemonia, não consiste em uma virada idealista de Gramsci, mas um impulso causado pelos dilemas de resistência ao fascismo (a estratégia da constituinte), bem como pela crescente stalinização da URSS e da

¹⁸¹ GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Volume primo. Quaderni I-5 (1929-1932). Quaderno I. Turim: Giulio Einaudi, 2007, p.5.

¹⁸² BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci**: Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008, p.24.

¹⁸³ BIANCHI, **O laboratório de Gramsci**: Filosofia, História e Política..., 2008, p.24.

¹⁸⁴ GERRATANA, *Prefazione*, **Quaderni del carcere**, Volume primo..., 2007, p.XXII.

¹⁸⁵ BIANCHI, **O laboratório de Gramsci**: Filosofia, História e Política..., 2008, p.24.

sectarização da Internacional Comunista. Nesse contexto, embora haja uma imprecisão sobre sua datação – entre novembro e dezembro de 1931 (Francioni) e início de 1932 (Gerratana), a primeira nota do *Caderno 8*, intitulada “Notas esparsas e apontamentos para uma história dos intelectuais italianos”, claramente, redimensiona seu trajeto de estudo:

Ensaio principal: Introdução geral. Desenvolvimento dos intelectuais italianos até 1870: diversos períodos. – A literatura popular dos romances de folhetim. – Folclore e senso comum. – A questão da língua literária e dos dialetos. – Os filhotes do Padre Bresciani. – Reforma e Renascimento. – Maquiavel. A escola e a educação nacional. – A posição de B.Croce na cultura italiana até a guerra mundial. – O *Risorgimento* e o Partido de Ação. – Ugo Foscolo na formação da retórica nacional. – O teatro italiano. – História da Ação Católica: católicos integristas, jesuítas, modernistas. – A comuna medieval, fase econômico-corporativa do Estado. – Função cosmopolita dos intelectuais italianos até o século XVIII – Reações à ausência de um caráter popular-nacional da cultura da Itália: os futuristas. A escola única e o que ela significa para toda a organização da cultura nacional. – O “lorianismo” como uma das características dos intelectuais italianos – A ausência do “jacobinismo” o *Risorgimento* italiano. – Maquiavel como técnico da política ou como político integral ou em ato. *Apêndices: Americanismo e fordismo*¹⁸⁶.

Neste delineamento do constructo gramsciano, vários temas elencados nos meses anteriores reaparecem e são aglutinados em torno da potencialização dos caminhos de sua crítica à hegemonia do mundo do capital baseada no estudo do desenvolvimento concreto da história italiana. É, justamente, a partir desta reorganização, que o marxista italiano manifesta seu desejo a Tatiana de possuir pequenos cadernos – em carta de 22 de fevereiro de 1932 –, objetivando que seus escritos “não se transformem necessariamente em calhamaços miscelâneos cada vez mais confusos. De fato, gostaria de ter esses pequenos cadernos para reordenar estas notas, dividindo-as por temas e, assim, sistematizando-as [...] para conseguir uma certa ordem intelectual”¹⁸⁷. Tal movimento explicita-se na continuação da primeira nota do *Caderno 8* – que, para Francioni, tem redação posterior ao restante da nota e à carta (provavelmente entre março e abril de 1932) – denominada “Reagrupamentos de Matéria”:

1º *Intelectuais. Questões Escolares*

2º *Maquiavel*

3º *Noções Enciclopédicas e temas de cultura*

4º *Introdução ao estudo da filosofia e notas críticas a um ensaio popular de sociologia*

5º *História da Ação Católica. Católicos integristas – jesuítas – modernistas*

¹⁸⁶ GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Volume secondo. Quaderni 6-II (1930-1933). Quaderno 8. Turim: Giulio Einaudi, 2007, p.935-936.

¹⁸⁷ GRAMSCI, *Carta a Tania em 22 de fevereiro de 1932*, **Cartas do Cárcere**. Vol. 2..., 2005, p.161.

- 6° *Miscelânea de notas variadas de erudição* (Passado e Presente)
- 7° *Risorgimento italiano* (no sentido da *Età del Risorgimento italiano* de Omodeo, mas insistindo sobre os motivos mais estritamente italianos)
- 8° *Os filhotes do Padre Bresciani. A literatura popular* (Notas de Literatura)
- 9° *Lorianismo*
- 10° *Apontamentos sobre jornalismo*¹⁸⁸.

Esta última sistematização temática conjuntamente com o *Saggi Principali*, para Gerratana, “permanecerá, essencialmente, como o plano definitivo dos *Quaderni*, ainda que modificados no curso posterior de trabalho com alguns enriquecimentos e variações”¹⁸⁹. Assim sendo, com base nesses elementos, ocorreria a materialização do projeto aventado de cadernos monográficos, isto é, o desenvolvimento dos denominados “cadernos especiais” em paralelo aos “cadernos miscelâneos”. Por outro lado, Francioni, observando uma discrepância de datas no *Saggi* e nos *Raggruppamenti*, considera o último “um índice incompleto em relação ao plano por uma história dos intelectuais [*Saggi*], bem como à efetiva redação dos ‘Especiais’ e que, “somente parcialmente [...] se refletirá na redação final dos ‘Cadernos Especiais’”¹⁹⁰. Em síntese, mesmo com o aporte da diferente datação de Francioni dos “planos finais”, compreender o exato caminho intelectual entre o (re)projetado e o realizado nos *Quaderni* é alvo de extenso e inconcluso debate filológico – destinado a permanecer, talvez, no âmbito de hipóteses aproximativas entre os intérpretes do pensamento gramsciano.

O marxista italiano, então, definitivamente, abandona seus exercícios de tradução e põe em marcha um descomunal esforço em aprofundar e reestruturar sua pesquisa nesta nova série de cadernos temáticos. Portanto, nesta segunda fase, ele é muito produtivo, apesar de sua condição lancinante de saúde, pois a escrita dos “*Cadernos Miscelâneos* e os *Cadernos Especiais* se alternam e [...] Gramsci continua explorando o terreno de sua investigação, enquanto se esforça ao mesmo tempo para reordenar o material já recolhido, reescrevendo em segunda redação notas já esboçadas nos cadernos precedentes”¹⁹¹. Como visto, com a transferência do cárcere de *Turi*, em final de 1933, para uma Clínica em *Formia*, onde ficou em tratamento/detido até o final de outubro de 1934, inicia-se a última fase do tortuoso caminho da redação dos *Quaderni*.

¹⁸⁸ GRAMSCI, *Quaderni del carcere*. Volume secondo. Quaderno 8..., 2007, p.935-936.

¹⁸⁹ GERRATANA, Gramsci. Problemi di metodo..., 1997, p.38.

¹⁹⁰ FRANCIONI, L’*Officina gramsciana*..., 1984, p.86-87

¹⁹¹ GERRATANA, *Prefazione, Quaderni del carcere*, Volume primo..., 2007, p.XXVI.

Nesta última fase, já bastante debilitado, a melhora sensível de sua condição de acomodação e tratamento, acaba por não refletir em sua capacidade de trabalho e de seu estado de saúde. “Todos os cadernos de Formia são ‘cadernos especiais’, divididos – salvo poucas exceções – segundo o ‘*raggruppamenti di materia*’ [...] o trabalho prevalente consiste, portanto, em retomar as notas esparsas nos diversos cadernos miscelâneos para reagrupa-las segundo o argumento dos ‘cadernos especiais’”¹⁹². No entanto, apesar do esforço de reelaboração, grande parte das novas notas são apenas cópias mecânicas do período anterior. Em outubro de 1934, Gramsci obtém liberdade condicional e depois é novamente internado, porém sua disposição para o trabalho se evanesce. E, em 1935, o trabalho nos *Quaderni* se interrompe e resta incluso em suas notas geniais e reticulares.

2. A disputa pela arquitetônica dos *Quaderni*

O próprio Gramsci, quase que antevendo a disputa sobre o seu legado teórico, referiu-se algumas vezes sobre a possibilidade publicação dos seus escritos, sendo duas delas mais marcantes: a primeira, quando menciona o volume e a provisoriedade de seus textos políticos, que estariam destinados a morrer em seu aspecto conjuntural, recusando-se “a fazer coletâneas, mesmo limitadas”¹⁹³; a segunda, por sua vez, ao tratar da dificuldade de enfrentar o inacabamento dos manuscritos e obras de Marx, o marxista sardo alertava que “é evidente que o conteúdo destas obras póstumas deve ser tomado com muito discernimento e cautela, porque não pode se considerado como definitivo, mas só como material ainda em elaboração, ainda provisório; não se pode excluir que estas obras, especialmente se há muito em elaboração sem que o autor jamais decidisse completá-las, fossem no todo ou em parte repudiadas pelo autor ou compreendidas insatisfatórias”¹⁹⁴. Ainda neste último ponto, de forma quase premonitória, salienta a possibilidade de certo dirigismo que pode acontecer com tais textos, uma que “foram

¹⁹² GERRATANA, Gramsci. Problemi di metodo..., 1997, p.40

¹⁹³ GRAMSCI, Carta a Piero Sraffa em 11 de dezembro de 1926. **Cartas do Cárcere**. Volume 1..., 2005, p.83.

¹⁹⁴ GRAMSCI, Antonio. §2 *Quistioni di metodo (C)*. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Volume terzo. Quaderni I2-29 (1932-1935). Quaderno 16. Turim: Giulio Einaudi, 2007, p.1842.

publicados por amigos ou discípulos, não sem revisões, modificações, cortes, etc., ou seja, não sem uma intervenção ativa do editor”¹⁹⁵.

A arquitetura dos *Quaderni*, para além da fundamental análise de seu processo genético via planos de trabalho, é definida por sua editoração e publicação. Nesse sentido, após a morte do comunista italiano, Tatiana encarregou-se de recolher, preservar e realizar o desejo de enviar seus escritos carcerários a Moscou, onde residia a esposa de Gramsci. Assim, por meio da embaixada soviética em Roma, os *Cadernos* são remetidos a Rússia, chegando em julho de 1938, local em que morava também um dos mais importantes dirigentes do PCI: Palmiro Togliatti. Não cabe aqui explorar os (des)caminhos e disputas que pairam sobre a posse e responsabilidade de Togliatti na primeira editoração dos manuscritos gramscianos, mas o central é salientar que tal acontecimento teve uma significação decisiva no processo de divulgação e nos contornos da recepção do legado teórico de Gramsci em todo o mundo.

A estrutura assumida pelos *Quaderni* continua envolta em inúmeras polêmicas políticas e filológicas, possuindo em sua língua originária, basicamente, três grandes edições: a organizada por Togliatti até 1951, que consiste em 6 volumes agrupados tematicamente em desacordo com o processo de produção de Gramsci; a edição crítica sob a responsabilidade de Valentino Gerratana, que almejou reconstituir o ritmo de escrita no cárcere, entre cadernos miscelâneos e especiais, tendo como inovação, ainda, um aparato crítico para consulta do leitor; e, por último, a intitulada edição nacional de Gianni Francioni, que propõe novas datações às notas de Gramsci e acrescenta os cadernos dedicados à tradução – contudo, tal iniciativa encontra-se em estágio de desenvolvimento.

Por sua vez, existem duas edições brasileiras dos *Quaderni* também: no contexto da ditadura militar (entre 1966 e 1968), Ênio Silveira em sua editora *Civilização Brasileira*, inspirado na edição de Togliatti, sob a tradução de Leandro Konder, Luiz Mário Gazzaneo e Carlos Nelson Coutinho, foram publicados 4 dos 6 volumes e mais uma antologia das Cartas do Cárcere; já, na última edição brasileira, com a coordenação de Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques, optou-se por manter elementos da edição temática, visando tornar a leitura mais

¹⁹⁵ GRAMSCI, Antonio. §2 *Quistioni di metodo (C)*. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 16..., 2007, p.1842.

facilitada ao leitor, bem como alguns traços da edição crítica em seus aportes cronológicos.

A primeira edição dos *Cadernos do Cárcere* levou em torno de 15 anos para ser finalizada. É verdade que os obstáculos no plano nacional e internacional não eram poucos – recrudescimento do fascismo, a guerra mundial, os expurgos na URSS e o processo de stalinização dos PCs, etc –, mas um elemento determinante era a potencialidade heterodoxa do material que Togliatti possuía em mãos. Em “operação” controversa – seja para resguardar o nome de Gramsci na Internacional Comunista, seja para galvanizar seu nome como grande líder do PCI, apropriando-se dos escritos do marxista sardo e do stalinismo –, Togliatti, logo após sua morte (1937), em *Antonio Gramsci capo della classe operaia italiana*, procura situar, em não poucas referências, o pensamento gramsciano na tradição do “marxismo-leninismo”, isto é, como alguém que nas “questões teóricas da natureza do partido [...] sente mais forte a influência profunda [...] pela obra de Stalin”¹⁹⁶.

Além disso, já em 1941, ao se opor perante o desejo da família de Gramsci em possuir uma cópia de seus escritos, escreve para G. Dimítrov (secretário-geral da IC), afirmando, com pleno conhecimento das notas carcerárias, que os “escritos contêm materiais que só podem ser utilizados depois de uma cuidadosa elaboração [...] alias, algumas partes do mesmo, se forem utilizadas na forma em que se encontram atualmente, poderiam ser não úteis ao partido”¹⁹⁷. Assim, pode-se observar que, mesmo envolvido na luta nacional e internacional (delegado da IC na Espanha) contra o fascismo, Togliatti detinha uma leitura bastante acurada das armas da crítica presentes nos *Quaderni*, que necessitariam ser moldadas ou costuradas por uma “cuidadosa elaboração” em seu projeto editorial.

Nesse sentido, ao revés de privilegiar o pensamento em construção de Gramsci representado por suas espiraladas notas entre cadernos especiais e miscelâneos, Togliatti empreende uma sistematização temática não existente nos *Quaderni* – a perigosa “intervenção ativa do editor”¹⁹⁸ como alertara em nota metódica. Tal projeto editorial tem como marco o ano de 1947, quando ocorreu a publicação das *Lettere dal Carcere*.

¹⁹⁶ TOGLIATTI, Palmiro. *Antonio Gramsci capo della classe operaia italiana*. In: **Scritti sur Gramsci**: a cura di Guido Liguori. Roma: Riuniti, 2001, p.82.

¹⁹⁷ TOGLIATTI, Palmiro apud COUTINHO, Carlos Nelson. *Introdução*. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.22.

¹⁹⁸ GRAMSCI, Antonio. §2 *Quistioni di metodo (C)*. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 16..., 2007, p.1842.

Posteriormente, entre 1948 e 1951, um conjunto de seis títulos foi publicado como expressão dos *Cadernos do Cárcere: Il materialismo storico e la filosofia de Benedetto Croce* (1948); *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura* (1949); *Il Risorgimento* (1949); *Note sul Macchiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno* (1949); *Letteratura e vita nazionale* (1950); e, por último, *Passato e presente* (1951).

Deter-se nesses elementos de estruturação de forma e conteúdo da arquitetura dos *Quaderni*, em especial na influência de Togliatti, não se trata de elemento menor ou material destinado a certa assepsia academicista. Pelo contrário, o modo de apresentação da principal obra de Gramsci para o mundo influiu diretamente na reconstrução do movimento comunista, bem como contribuiu para construção da imagem de um pensamento gradualista, transformando sua negação do economicismo, em um culturalismo/idealismo domesticado (um liberalismo crítico).

As razões que levam a edição de Togliatti constituir esse legado à teoria gramsciana são múltiplas. Em primeiro lugar, em termos formais, para aproximar tematicamente a fragmentariedade das notas, é necessário misturar escritos dos cadernos miscelâneos e especiais, evidentemente excluindo notas, atribuindo certa ordem “lógica” em textos redigidos em momentos totalmente diferentes. Assim, essas modificações “induzem o leitor a considerar o texto gramsciano como um todo plenamente acabado e coerente”¹⁹⁹. Além desta aparência de totalidade ordenada, ao fugir das indicações dos planos de trabalho em temas principais, Togliatti acabou por agrupá-las “conforme uma ‘enciclopédia das ciências’ de tipo tradicionalmente humanista e, no fundo, acadêmico. Filósofos, historiadores, políticos, letrados poderiam, assim, encontrar textos de interesse deles”²⁰⁰.

No que se refere à estruturação do conteúdo, além de uma série de notas suprimidas – sobretudo, notas A – a fim de dar organicidade ao texto, como editor, Togliatti “eliminou importantes passagens consideradas comprometedoras pelo Partido Comunista Italiano. Foram acrescentados, também, textos introdutórios que tinham por objetivo orientar o leitor em determinadas direções”²⁰¹. É evidente que com tal opção editorial perdem-se todos os traços do “ritmo do pensamento” gramsciano e a real densidade dos conceitos por ele formulados, sendo assim este procedimento fez com

¹⁹⁹ BIANCHI, *O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política...*, 2008, p.37.

²⁰⁰ BARATTA, *As rosas e os Cadernos...*, 2004, p.65.

²⁰¹ BIANCHI, *O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política...*, 2008, p.36.

que, até mesmo, “a emergência da crítica da política na sua produção carcerária perdesse a força original e o autor assim reconstruído se aproximasse muito da imagem de um crítico da cultura e teórico das superestruturas, tão divulgado” ²⁰².

Mas, como já foi dito, o período entre a gênese e a divulgação dos *Quaderni* é dos mais conturbados na história mundial e no interior do próprio espectro comunista. Então, embora até aqui se ressaltou os inegáveis elementos negativos das escolhas de Togliatti, não é possível estabelecer somente uma análise unilateral de seu trabalho. Perante a censura e repressão do stalinismo e do fascismo – não abstraindo, de forma alguma, os seus próprios interesses –, Togliatti foi eficaz em transformar Gramsci de um importante dirigente/mártir comunista em um dos clássicos do pensamento marxista. Com sua “edição temática”, ele “foi responsável por uma enorme difusão do pensamento de nosso autor, tanto na Itália como no mundo” ²⁰³. Inclusive, Gerratana está de acordo que ordenar as notas por argumentos e temas homogêneos “era o meio mais adequado para assegurar a mais ampla circulação dos *Quaderni*” e que “era, no fundo, uma escolha possível que o próprio Gramsci poderia fazer se tivesse decidido dar uma forma definitiva ao seu trabalho” ²⁰⁴.

O ponto é que, embora possível conforme aludiu Gerratana, Gramsci não realizou tal escolha de sistematização temática de suas notas e o sucesso da edição de Togliatti foi determinante para a constituição ideológica do legado gramsciano. A ocorrência de certa “instrumentalização da reflexão gramsciana na seleção temática e na adaptação de sua teoria às exigências da política imediata condicionaram uma imagem de Gramsci que, por ter sido a primeira e a mais divulgada, tornou-se difícil de mudar”²⁰⁵. A possibilidade de desconstrução dessa leitura “hegemônica” de Gramsci só se concretizou com a publicação da denominada “Edição Crítica” sob a coordenação do próprio Gerratana em 1975.

A nova edição, que se situa a 25 anos de distância da primeira aproximadamente, responde, além de um importante esforço editorial, a um imperativo de reinterpretação da práxis política que o Gramsci de Togliatti condicionava. Esse novo espaço geracional permitia contestar “uma leitura de Gramsci ressentida do

²⁰² BIANCHI, **O laboratório de Gramsci**: Filosofia, História e Política..., 2008, p.36-7.

²⁰³ COUTINHO, Carlos Nelson. *Introdução*. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.16.

²⁰⁴ GERRATANA, *Prefazione*, **Quaderni del carcere**, Volume primo, 2007, p.XXXIII.

²⁰⁵ SCHLESENER, Anita Helena. **Antonio Gramsci e a Política Italiana**: pensamento, polêmicas, interpretação. Curitiba: UTP, 2005, p.113.

‘compromisso histórico’ e da ‘unidade nacional’, do terrorismo, bem como do ‘fazer-se Estado’ do PCI e dos sindicatos”²⁰⁶. Contudo, a possibilidade deste rastrear filológico só viria à tona com os *Quaderni* de Gerratana, que “trouxe à luz a totalidade dos cadernos escritos por Gramsci na prisão – com a exceção dos quatro dedicados à tradução –, organizados cronologicamente”²⁰⁷. Tal edição objetivava dar ao leitor a capacidade de compreender as notas de Gramsci em seu movimento diacrônico e inacabamento, isto é, como costumeiramente se designa, expor o autor nas contradições e processos de seu “laboratório”.

A edição crítica, por esta via, visava realizar, como o próprio Gerratana acentuou em seu prefácio parafraseando Gramsci, “um trabalho filológico minucioso, conduzido com o máximo de escrúpulo de exatidão, de honestidade científica, de lealdade intelectual, de ausência de qualquer preconceito, apriorismo ou tomada de posição”²⁰⁸. Para tanto, abonda-se a suposta unidade temática encapada por Togliatti, e se reproduz, integralmente, os *Quaderni*, numerando-os de 1 a 29 pelo critério cronológico, sendo que 17 foram produzidos em Turi e 12 no período de Formia – excetuando, como já foi dito, os 4 cadernos de tradução. Além disso, conforme as indicações de Gramsci, os cadernos foram divididos em miscelâneos, onde se reúnem notas de diversas temáticas (presentes nos volumes 1 a 9, 14, 15 e 17), e especiais, em que Gramsci reorganiza sua produção a partir de unidades temáticas (encontram-se nos volumes 10 a 13, 16, 18 a 29).

Neste esforço de conferir sistematicidade a sua produção, consoante já analisado na resignificação de seus planos, Gramsci reescrevia suas notas, visando refinar, cada vez mais, sua construção categorial. Para poder avaliar, mesmo que de forma aproximada, tais passos, a edição crítica classificou em *textos A*, àquelas que foram escritas nos cadernos miscelâneos e possuem outra redação (independente de ocorrer uma mudança completa ou apenas uma cópia). Por sua vez, os denominados *textos B* compõem com notas de uma única formulação apenas. Em último lugar, os *textos C* estão, em geral, nos cadernos especiais e imprimem uma revisão ou confirmação dos *textos A*. Ainda, para auxiliar na tradução da crueza deste material, tal publicação contém um aparato crítico que possui, para Gerratana, a “função de proporcionar ao leitor todos os instrumentos úteis para uma compreensão mais exata e

²⁰⁶ MORDENTI, Raul. “*Quaderni dal Carcere*” di Antonio Gramsci. Torino: Einaudi, 1996, p.20.

²⁰⁷ BIANCHI, O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política..., 2008, p.43.

²⁰⁸ GERRATANA, *Prefazione, Quaderni del carcere*, Volume primo, 2007, p. XL-XLI.

para o aprofundamento do estudo da obra gramsciana [...] evitando toda prevaricação de caráter interpretativo, que pretendesse condicionar as decisões que correspondem a responsabilidade e o senso crítico do leitor”²⁰⁹.

A edição crítica, portanto, fornece os elementos para uma aproximação do próprio ritmo da escrita gramsciana sem as censuras e as escolhas políticas sobrepostas por Togliatti. Proporciona, qualitativamente, um salto nas pesquisas gramscianas não apenas em um horizonte típico das ciências sociais, mas em observá-lo, em todos os contornos, potencialidades e ambiguidades, como um dos mais potentes pensadores revolucionários do século XX. Por isso, a edição de Gerratana tornou-se a grande referência nos estudos gramscianos e tem servido de base para novas traduções em diversas línguas direta ou indiretamente.

Apesar de sua inegável importância, a edição de Gerratana, evidentemente, não é isenta de críticas ou mesmo definitiva. A divergência mais importante é a do filólogo Gianni Francioni, que lança uma série de hipóteses de uma reconstrução da história interior das notas dos *Cadernos do Cárcere*, sendo algumas contraditórias e outras um complemento ao estimado trabalho de Gerratana. Como resultado dessas inflexões coloca-se em marcha, sob a coordenação do próprio Francioni, uma nova versão crítica dos *Quaderni*, a *Edição Nacional*, que seria remodelada em três grandes partes: *Cadernos de Tradução* – não reproduzidos por Gerratana; *Cadernos Miscelâneos e Especiais* – estes “redesenhados” em sua temporalidade interna.

As duas grandes oposições, em síntese, que fundamentam e norteiam a necessidade de uma nova edição por Francioni, são uma diferente concepção acerca da totalidade dos *Quaderni* enquanto obra “sistemática”, bem como uma compreensão distinta do processo de escrita de Gramsci. Ele não concorda com a ideia de Gerratana da coexistência de uma “fragmentariedade de forma” dos *Cadernos* com uma “unidade de inspiração”, mas sustenta a ideia da “coerência de fundo de um programa de investigação complexo”²¹⁰, isto é, a negação de uma abordagem sistemática mesmo que reconstituída no labirinto gramsciano e a defesa de um aprofundamento progressivo de respostas a partir de um conjunto de problemas de pesquisa em ressignificação. No mesmo sentido, pelo viés da forma, a edição de Gerratana impede a visualização do

²⁰⁹ GERRATANA, *Prefazione*, **Quaderni del carcere**, Volume primo, 2007, p.XXXIX.

²¹⁰ FRANCIONI, Gianni. *Lectura diacrónica de los «Cuadernos de la cárcel» de Gramsci*, **Memoria**, (México), n. 102, agosto 1997, pp. 41-49, p.44

desenvolvimento de tais problemáticas em virtude de seu processo de datação linear dos *Cadernos*. Neste ponto, o elemento decisivo para Francioni é o manusear simultâneo de diversos cadernos e, sendo assim, “há momentos da redação onde existe sucessão não de um caderno a outro, mas de uma nota a outra em alternância de diferentes cadernos”²¹¹.

Desde 2007, com base nestes pressupostos teóricos, está em andamento o trabalho para finalização da denominada *Edição Nacional dos Quaderni*, que pretende ser a mais completa edição crítica dos escritos gramscianos. Francioni, sobre o tema, na apresentação da edição anastática, aborda que é um trabalho que representará, quando finalizado, da forma mais fidedigna possível a frenética e críptica escrita gramsciana. Contudo, mesmo com o recurso a anástase²¹², revela a despreensão de uma leitura autêntica/originária – “como realmente são” ou “como Gramsci os escreveu” – por impossibilidades objetivas do processo escrita no cárcere. Além disso, ressalta a incapacidade de reproduzir os *Quaderni* “em um sentido, rigidamente, cronológico [...] pela falta de muitos elementos de datação”²¹³. Não se trata, certamente, de uma solução final, mas a materialização de uma publicação completa dos trabalhos carcerários de Gramsci, que fornecerão mais pistas do *leitmotiv* de sua produção e para formulação de estratégias políticas para o tempo presente.

A primeira edição brasileira, por sua vez, inspirada na organização temática gestada por Togliatti, possui o grande mérito do pioneirismo de inserir o pensamento gramsciano na vida brasileira, sobretudo perante as dificuldades da repressão política da ditadura militar. Contudo, a tradução e preparação de Coutinho, Gazzaneo e Konder conduziam, evidentemente, aos mesmos problemas de sua fonte inspiradora, mas adicionava outros mais ainda. Quer dizer, “os prefácios da edição italiana foram sumariamente suprimidos, deixando o leitor brasileiro sem saber que se tratava de uma reconstrução do texto original, mas as notas ‘esclarecendo’ passagens do original foram

²¹¹ FRANCIONI, *Lectura diacrónica de los «Cuadernos de la cárcel» de Gramsci...*, 1997, p.42.

²¹² A “edição anastática” ou fac-símile dos *Quaderni* “(na realidade, uma edição fotográfica) foi publicada em 2009, sob a edição de Francioni, com a colaboração de Giuseppe Cospito e Fabio Frosini; uma edição preciosa não somente porque reproduz os manuscritos de Gramsci – e que permite compreender plenamente a diferença entre o manuscrito e a edição –, mas também pela valiosa introdução a cada caderno”. LIGUORI, Guido. **Genesi e struttura dei Quaderni del carcere di Gramsci**. Seminario dell’8 ottobre 2013. Laboratorio permanente di studi gramsciani dell’Unical. Disponível em: <https://laboratoriogramscianounical.files.wordpress.com/2013/11/genesi-e-struttura-dei-quaderni-del-carcere-di-gramsci-g-liguori.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

²¹³ FRANCIONI, *Como lavorava Gramsci. Quaderni del Carcere - Edizione Anastatica dei Manoscritti...*, 2009, p.57.

mantidas”²¹⁴. O próprio Coutinho adverte que “tudo isso contribuiu para reforçar ainda mais no leitor brasileiro a falsa impressão que velha edição temática já havia provocado no leitor italiano: a de que Gramsci escrevera ‘livros’ mais ou menos sistemáticos, tratando de temas próprios das várias áreas das ‘ciências sociais particulares’”²¹⁵. A radicalização do regime de exceção impediram a popularização imediata do marxismo heterodoxo de Gramsci, inclusive determinando a não publicação de 2 volumes, no entanto com a relativa abertura política do final da década de 1970 tornou-a um sucesso editorial apesar de seus problemas estruturais.

A última edição organizada no Brasil, levada a cabo no final dos anos 90, contou, mais uma vez, com o trabalho de Coutinho, mas agora acompanhado de Nogueira e Henriques. Mesmo sob o impacto da edição crítica, a escolha não seguiu a risca a linha proposta por Gerratana, e sim formulou um modo de exposição das notas gramscianas, que congrega elementos de disposição temática com critério cronológico. Nas palavras do editor, “trata-se da execução de um projeto original, que recolhe sugestões não só da velha edição togliattiana, mas também da proposta de Gianni Francioni [...] e, sobretudo, da ‘edição Gerratana’, que se tornou, a partir de sua publicação, a base de qualquer edição doravante séria dos textos gramscianos”²¹⁶. Assim, em seus 6 volumes, a organização temática é mantida, entretanto os cadernos especiais são dispostos na totalidade seguidos de notas dos cadernos miscelâneos que se referem aos pontos já expostos. Todos estes com possibilidade de consulta de sua datação, porém há uma decisão de excluir todos os *textos A*, bloqueando, desta maneira, a possibilidade de uma leitura integral e diacrônica das notas gramscianas.

É evidente que Coutinho está ciente de tal problema, mas a decisão editorial opta, com esta mescla, fornecer um material compreensível a iniciantes no pensamento gramsciano e, ao mesmo tempo, imprimir certo rigor filológico com a demarcação das datações e o instrumental que permite uma comparação entre a atual edição brasileira com a edição de Gerratana. Certamente, longe de ser uma edição “temático-crítica”, privilegiou-se o prisma da divulgação do texto do marxista sardo a uma leitura árida e críptica própria dos Quaderni. O que pode ter sido uma escolha acertada em virtude da necessidade de popularizar um pensamento tão incisivamente relacionado com a revitalização do horizonte da práxis política, em que pese, para os fins de uma pesquisa

²¹⁴ BIANCHI, **O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política...**, 2008, p.42

²¹⁵ COUTINHO, *Introdução, Cadernos do cárcere*. Vol.1..., p.38.

²¹⁶ COUTINHO, *Introdução, Cadernos do cárcere*. Vol.1..., p.39.

acadêmica, a sua incompletude e o diminuto aparato crítico ainda torna a edição de Gerratana indispensável.

Nota-se, então, com essa brevíssima análise do seu contexto de produção, em seu constante aprofundamento e delimitação dos seus planos de trabalho, bem como, a partir da visualização do panorama geral dos delineamentos da forma assumida pelos *Quaderni* nas edições italianas e brasileiras, a dificuldade de reconstituir o ritmo e lógica de pensamento expresso por Gramsci em seu período carcerário. Delimitar categoria por categoria em seu ressoar genético e diacrônico na totalidade dos *Quaderni* consiste em uma tarefa de pesquisa para uma geração de marxistas, que, inclusive está em andamento. Nesse sentido, não há nenhuma pretensão neste trabalho – até porque seria uma impossibilidade objetiva – de reconstruir o léxico gramsciano com um todo para, posteriormente, aventurar-se na tarefa de aproximar-se dos sentidos do direito em Gramsci.

Mas percorrer um caminho já trilhado exaustivamente do ponto de vista filológico – como se fará nos próximos dois capítulos – não significa isenção e neutralidade epistêmica. Ler Gramsci e ensaiar uma exposição conceitual, por mais simples que seja, implica em posicionamentos políticos constantes. Isto porque, obviamente, num texto tão fragmentado e críptico, há várias leituras legítimas possíveis do pensamento do marxista sardo e, portanto, seguir uma determinada linha gramsciana sempre resulta, como se trata de uma venal filosofia da práxis, em tomadas de posição no campo político.

Certamente, a primeira grande decisão enquanto chave de leitura dos *Quaderni*, já foi exposta antes mesmo de adentrar no estudo dos escritos carcerários, isto é, compreender a obra de Gramsci como uma totalidade demarcada pelo *leitmotiv* do eixo estruturante entre hegemonia e revolução. Por isso, é fundamental clarificar as permanências e mudanças, numa perspectiva dialética, do formulado por Lenin, citado reiteradamente por todos os *Cadernos* como o grande teórico da hegemonia, em relação ao desenvolvido e descoberto pelo pensamento gramsciano. A partir disso, será possível esmiuçar como emerge uma monumental “teoria geral da hegemonia”, enquanto uma das mais criativas teorias marxistas do poder, e avaliar, com base na metódica marxiana, as suas mais simples determinações para, no capítulo seguinte, ser capaz de apresentar os traços mais complexos desta teorização.

3. O extrato leniniano da questão da hegemonia em Gramsci: o imperativo de derrotar o adversário

Como já destacado, a fragmentariedade dos *Quaderni* e suas múltiplas aberturas, dão ensejo a várias tentativas legítimas de nortear a análise da totalidade de suas notas. Não existe unanimidade acerca do nóculo central da teoria gramsciana: alguns enfatizam o papel da noção de intelectual orgânico – Piotte²¹⁷ e Santucci²¹⁸ –, outros defendem a essencialidade da concepção de Estado Ampliado – Buci-Glucksmann²¹⁹ e Bobbio²²⁰ –; também se situa o papel principal no conceito de Bloco Histórico – Portelli²²¹; da mesma forma, na ideia de revolução passiva – Kanoussi e Mena²²² –; e, ainda, a questão de sua teoria da personalidade – Ragazzini²²³.

Apesar de reconhecer a validade destas teses e sua evidente relevância na construção do pensamento gramsciano, em virtude de sua função constituinte e da reverberação em todos os outros conceitos delineados durante a trajetória do marxista sardo como um todo, neste estudo, como já restou claro no capítulo anterior, avança-se sobre a trilha de conceber a centralidade da categoria hegemonia no pensamento gramsciano, uma vez que consiste em elo estrutural de um arsenal de conceitos desenvolvidos para compreender a reprodução desigual do capitalismo – neste ponto, acompanha-se a posição de importantes gramscianos como Schlesener²²⁴, Coutinho²²⁵, Bianchi²²⁶, Laclau e Mouffe²²⁷, Gruppi²²⁸ e Sassoon²²⁹.

Evidentemente, o conceito de hegemonia não pode ser reduzido em breves linhas, pois, como já se tentou demonstrar, a preocupação com a centralidade da noção de luta política e cultural revolucionária, que daria base ao surgimento do signifi-

²¹⁷ PIOTTE, Jean Marc. **La pensee politique de Gramsci**. Paris: Anthropos, 1970.

²¹⁸ SANTUCCI, Antonio. **Antonio Gramsci 1891-1937: guida al pensiero e agli scritti**. Roma: Riuniti, 1987.

²¹⁹ BUCI-GLUCKSMANN, Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da Filosofia, 1980.

²²⁰ BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

²²¹ PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

²²² KANOUSI, Dora; MENA, Javier. **La revolución pasiva: una lectura a los Cuadernos de la Cárcel**. México D.F.: Universidad Autónoma de Puebla, 1985.

²²³ RAGAZZINI, Dario. **Leonardo nella società di massa: teoria della personalità in Gramsci**. Bergamo: Moretti Honegger, 2002.

²²⁴ SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e Cultura: Gramsci**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

²²⁵ COUTINHO, Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político..., 2012.

²²⁶ LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

²²⁷ BIANCHI, **O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política...**, 2008.

²²⁸ GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

²²⁹ SASSOON, Anne Showstack. **Gramsci's politics**. Minneapolis: University of Minnesota, 1987.

hegemonia no constructo Gramsci, é anterior aos próprios *Cadernos do Cárcere*. Na verdade, em sua diacronia, é a pedra de toque da totalidade do pensamento gramsciano. Mas é somente nos *Quaderni*, onde o conceito de hegemonia emerge com uma pulsante originalidade, que ele pode ser plenamente compreendido em seu desenvolvimento reticular articulado com outras categorias (econômicas, sociais, políticas, jurídicas, etc.), que lhe conferem substância e organicidade “na filologia viva” do pensamento gramsciano a partir de análises histórico-concretas.

Feitas tais ressalvas, é possível observar que, desde o primeiro caderno, a questão da hegemonia consiste em um eixo estrutural do pensamento gramsciano. Na nota 44 (A), *Direção política de classe antes e depois da chegada ao governo*, Gramsci afirma “que pode e deve existir ‘hegemonia política’ inclusive antes da chegada ao Governo e não é necessário contar somente com o poder e a força material que esse dá para exercer a direção ou hegemonia política”²³⁰. Há, desde essa nota, um gigantesco esforço para aprimorar uma teoria da hegemonia já presente em seus escritos políticos, contudo se pode dizer que há uma oscilação/transmutação, por um lado, em afinar a noção de hegemonia a ideia de direção política ou moral da sociedade através da construção de consensos em detrimento do componente do domínio realizado pela força e, por outro lado, considerar que a construção da hegemonia se assenta, justamente, na combinação, em sua reconfiguração do Estado, da dialética entre direção/consenso e domínio/força, não conferindo uma separação ontológica entre ambas as categorias.

A segunda posição, a qual se filia este trabalho, toma corpo com o delineamento posterior da teoria da hegemonia gramsciana. Entre tantos aportes, é muito singular uma nota (B) presente no *Caderno 6*, em que Gramsci efetua uma comparação entre Croce e Gentile, para visualizar o desenho categorial gramsciano. Embora o marxista sardo não se subsuma à posição de Gentile, afirma que “Croce procura manter uma distinção entre sociedade civil e política, entre hegemonia e ditadura [...] [Já] Gentile entende a fase corporativa[-econômica] como fase ética no ato histórico: hegemonia e ditadura são indistinguíveis, a força é consenso certamente: não se pode distinguir sociedade política da sociedade civil”²³¹. Por este caminho, há a abertura para afirmar, “sem ambiguidade, que Gramsci está propondo uma leitura forte da morfologia do poder na sociedade contemporânea. Um poder hegemônico, no qual –

²³⁰ GRAMSCI, *Quaderni del carcere*. Volume primo..., 2007, p.41.

²³¹ GRAMSCI, *Passato e Presente (B)*, *Quaderni del carcere*. Volume secondo. Quaderni 6..., 2007, p.691.

mais uma vez, dialeticamente – nenhum dos dois aspectos (força e consenso, direção e domínio) pode ser cancelado. Um poder hegemônico cujo sujeito é a classe, mas uma classe que – para ser verdadeiramente hegemônica – deve ‘fazer-se Estado’”²³².

O conceito hegemonia procura expressar, por esta via, em diferentes momentos históricos e situações concretas, “uma elaboração completa, integral das exigências de uma determina classe, enquanto aspira se situar na direção de uma sociedade nacional inteira”²³³. Em seu movimento expansivo em direção à universalidade, a hegemonia consiste na “elaboração de uma nova *civiltà*”, isto é, “diferenciar-se, contrapor-se como visão de mundo às demais classes, afirmar-se como projeto para si e para a sociedade [...] na construção de uma nova forma civilizatória”²³⁴. Mas, por óbvio, nessa combinação da categoria hegemonia enquanto análise/projeção – como será visto adiante – Gramsci tem lado: das classes e grupos subalternos.

Essa composição no campo da teoria da hegemonia entre força e consenso será mais bem detalhada no capítulo posterior com o esmiuçar de categorias operativas de tal relação: Bloco Histórico, Estado Integral ou Ampliado, Intelectuais, Ideologia, Guerra de Posição/ Movimento, Tradutibilidade, Subalternos, entre outros. Por ora, é interessante notar como este não é um mero debate filológico ou de “marxologia”, mas que tal compreensão implica diretamente no horizonte estratégico da práxis política.

O exemplo mais flagrante da outra bifurcação, evidentemente não o único, é a discutida organização da edição realizada por Togliatti e seu acento na figura de um Gramsci partidário de uma construção hegemônica pactuada da conquista do poder – “a hegemonia é pensada instrumentalmente”²³⁵ –, quer dizer, um teórico que aposta na produção de consensos com forças políticas mais amplas no interior dos marcos da democracia burguesa – não como passo conjuntural, mas como estratégia para o “ocidente” – e, portanto, numa posição de transição lenta e institucional ao socialismo: um caminho italiano ao socialismo.

Não se trata, aqui, de demonizar a grande figura da política italiana que foi Togliatti, mas, no plano teórico, ele consegue realizar um casamento, no mínimo, inusitado: identificar em Gramsci uma “adesão à exposição de princípios fundamentais

²³² LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p.21-22.

²³³ FROSINI, Fabio. *Hacia una teoria da hegemonia*. In: MODONESI, Massimo (Coord.). **Horizontes Gramscianos**. Estudios en torno al pensamiento de Antonio Gramsci. Mexico: UNAM, 2013, p.69.

²³⁴ DIAS, Edmundo Fernandes. *Hegemonia: racionalidade que se faz história*. DIAS, Edmundo Fernandes et alli. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xama, 1996, p.10.

²³⁵ DIAS, Edmundo Fernandes. *Hegemonia: racionalidade que se faz história...*, 1996, p.09.

do leninismo feita por Estaline”²³⁶ e uma opção reformista “no caminho da democracia, rumo ao socialismo”²³⁷. É claro que não se trata de mero academicismo, mas de uma instrumentalização do pensamento gramsciano, identificando-o nos cânones do *diamat* stalinista²³⁸ e, ao mesmo tempo, justificando as escolhas táticas/estratégias do PCI na mitificada figura de Gramsci²³⁹.

Ao inserir o pensamento gramsciano como uma espécie de precursor do eurocomunismo²⁴⁰, Togliatti estava convencido, com base na luta hegemônica consensual, em acelerar um processo de “democracia progressiva”, isto é, um processo “que destruirá todos os resquícios feudais e resolverá o problema agrário dando terra a quem trabalha; aquela que retirará dos grupos plutocráticos toda possibilidade de retornar ainda uma vez, concentrando em suas mãos todos os recursos do país [...] é aquela que organizará um governo do povo e para o povo, no qual todas as forças sãs do país terão o seu lugar”²⁴¹. Nesse sentido, imiscuindo-se em Gramsci, Togliatti defende que “a nossa luta pela unidade das forças populares e democráticas não é ditada por habilidades táticas, mas é uma exigência histórica, tanto para manter aquilo que já foi conquistado, para defender e salvar a democracia para a desenvolver”²⁴². Há, em suma, um rechaço pela possibilidade de uma estratégia insurrecional ou de abertura de outros espaços de concretização de uma democracia real e a assunção de uma via claramente

²³⁶ TOGLIATTI, Palmiro. **Antonio Gramsci**. Lisboa: Seara Nova, 1975, p.199.

²³⁷ TOGLIATTI, **Antonio Gramsci...**, 1975, p.188.

²³⁸ “A hipóstase da dialética no marxismo soviético em uma visão de mundo científica universal implica a divisão da teoria marxiana no materialismo dialético e histórico, sendo este último a ‘extensão’ e ‘aplicação’ do primeiro para o ‘estudo da sociedade e sua história’. [...] A história, que na teoria marxiana é a determinação e validação da dialética, consiste, no marxismo soviético, em um campo especial, no qual as leis históricas e supra-históricas se afirmam. Estas últimas, dispostas em um sistema de proposições, são apresentadas como as forças determinantes da história e da natureza”. MARCUSE, Hebert. **Soviet Marxism: a critical analysis**. New York: Columbia, 1969, p.144-45.

²³⁹ “Não há dúvida, contudo, que as divergências sobre a stalinização do partido assinala uma fratura com o continuísmo sintetizado no estereótipo relativo ao ‘partido de Gramsci e de Togliatti’ e ajudam a perceber as posições de social e política da época”. BERGAMI, Giancarlo. **Il Gramsci di Togliatti e l'altro: l'autocritica del comunismo italiano**. Firenze: Le Monnier, 1991, p.139-40. Gramsci como dotadas de ductilidade e capacidade de revisão e adaptação e correspondência com as mudanças e as emergências da situação

²⁴⁰ Para Claudin, o eurocomunismo caracteriza-se em, basicamente, dois aspectos: “1) a intenção de adequar a concepção de socialismo e a estratégia de transição as condições específicas do capitalismo desenvolvido; 2) o divórcio, cada vez mais claro, entre os partidos assim denominados e o ‘comunismo’ de Moscou. Com o eurocomunismo se delinea o ‘cisma do Ocidente’ do movimento comunista internacional, seguindo o ‘cisma do Oriente’ consumado nos anos sessenta”. CLAUDIN, Fernando. **Eurocomunismo y Socialismo**. Madrid: Siglo XXI, 1977, p.3.

²⁴¹ TOGLIATTI, Palmiro. A política de unidade nacional dos comunistas. In: **Socialismo e Democracia**. Obras Escolhidas (1944-1964). Rio de Janeiro: Muro, 1980, p.30-31.

²⁴² TOGLIATTI, Palmiro. **Antonio Gramsci...**, 1975, p.188.

reformista, quando não conciliatória com os interesses dominantes, que se legitimava através dos escritos gramscianos²⁴³.

Tal “caminho italiano para o socialismo” – que possui “seus objetivos realizáveis praticamente com a aplicação do método democrático, com a luta consequente contra as forças de conservação e reação”²⁴⁴ – negligencia um imperativo fundante e irrenunciável da teoria da hegemonia em Gramsci: derrotar o adversário! E isso não pode ser visualizado somente a partir da ideia de consenso, pois hegemonia também é exercício de dominação, de subjugar e subsumir em seu projeto outro grupo político e suas expressões sociais.

Essa característica da ideia de hegemonia, García Linera debita a influência leniniana – não do marxismo-leninismo –, considerando que o trabalho de derrota do adversário e o trabalho do convencimento convertem-se, na verdade, na mesma ação política. Assim, “há necessidade de derrotar previamente ao outro setor em sua moral, em sua intelectualidade, em sua percepção do mundo. E não basta derrotar o adversário se não tens a habilidade de incorporar ao adversário no projeto hegemônico dominante”²⁴⁵. Em síntese, se a nova classe dirigente não é capaz de absorver em seu bloco histórico boa parte dos quadros adversários ou reduzir o seu raio de influência radicalmente, a consequência direta é o rearranjo de outro polo conservador que, certamente, servirá de resistência e delimitará a expansão da hegemonia subalterna.

É, inclusive, com certa veemência que, nos *Cadernos do Cárcere*, o próprio Gramsci atribui a sua guinada teórica em direção a uma teoria da hegemonia ao revolucionário russo. Evidentemente, como foi tratado, a compreensão teórico-prática

²⁴³ “O partido comunista italiano foi o primeiro que concebeu a luta pela democracia como alternativa a ditadura fascista. Gramsci compreende esta luta, plenamente, no interior do esquema estratégico leninista, em que pese enriquecido com a análise das peculiaridades das estruturas sociais da Itália [...] mas sob a direção de Togliatti, tais ideias ficam a margem do partido italiano, que acaba por se adaptar a política ultra-sectária da IC no período de 1928-1934. Gramsci se opõe a esta política, mas a direção togliattiana impede que suas opiniões sejam conhecidas e discutidas pelo partido. A partir de 1934, Togliatti retoma a citada análise gramsciana, ainda que dentro de uma visão que, a grosso modo, pode se caracterizar por uma tendência ao estaticismo e ao gradualismo. Inspirando-se na democracia republicana espanhola da guerra civil, formula a ideia de uma ‘nova democracia’ em que a classe obreira conquistaria posições hegemônicas conservando as instituições e liberdades democráticas conquistadas sob o capitalismo, todavia, nos marcos deste, empreenderiam reformas socioeconômicas que tendessem superá-lo”. CLAUDIN, *Eurocomunismo y Socialismo*..., 1977, p.101.

²⁴⁴ TOGLIATTI, Palmiro. *O caminho italiano para o socialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 135-136.

²⁴⁵ GARCÍA LINERA, Álvaro. *Discurso de Aceptación del Doctorado Honoris Causa en la La Universidad Nacional de Cuyo*. Realizando em Mendoza (AR) durante o dia 27 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.universidad.com.ar/upload/discurso-de-acceptacion-del-doctorado-honoris-causa-de-alvaro-garcia-linera1.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016, p.5.

da necessidade de se empreender a tarefa de uma luta hegemônica é anterior ao efetivo contato com os textos de Lenin e sua primeira aparição enquanto um significante próprio situa-se nos escritos pré-carcerários (1926), mas tais considerações não resulta na negação do grande impacto teórico que o líder bolchevique provocou na ideia de revolução do marxista sardo.

Neste ponto, Gerratana, observa que, nos escritos políticos precedentes ao *biennio rosso*, havia um “uso inflacionário do termo revolução”, mas sem uma consistência conceitual e prática capaz de precisa-lo politicamente. Não raras vezes, encontrava-se indiferenciado com a noção, tão presente na história italiana, de subversivismo. Assim, o avanço nas investigações sobre a noção de revolução e luta hegemônica é provocado pelo acontecimento explosivo da revolução russa e o movimento dos conselhos, que levam Gramsci a refletir “sobre a experiência prática de Lenin que o aproxima da abordagem de Marx, e transforma uma contraposição em uma original convergência”²⁴⁶.

A sua originalidade emerge da sua capacidade de transitar do abstrato ao concreto no pulsar de sua experiência nacional e, ao mesmo tempo, situando-se dentro de um movimento tectônico internacional de mais longa duração. Ao visualizar que, no embate entre a postura dos maximalistas e reformistas, caíra em certo voluntarismo ou mesmo traço idealista, a não analisar a história como um mar revolto, mas sim enquanto um rio que, embora sinuoso e assoreado, possui a tendência de correr para sua foz (portadora de certa teologia subjetivista), coloca-se, através da experiência do *L'Ordine Nuovo*, a teorizar uma estratégia revolucionária marxista para a Itália. “Isto é, particularmente, evidente na temática dos conselhos, colocada por Gramsci como interpretação da experiência soviética, e para a teoria, de forma conexa, a questão da ditadura do proletariado”²⁴⁷.

Com a derrota da insurreição dos conselhos operários e o avanço do fascismo, a ressignificação e o desenvolvimento de uma teoria da hegemonia entre *L'Ordine Nuovo* e os *Quaderni* encontra seu elo na apreensão peculiar que o marxista sardo realiza de Lenin. Trata-se de uma inspiração/diálogo *sui generis*, pois Gramsci, de forma inequívoca intitula Lenin como o grande teórico da hegemonia, em virtude muito mais de uma visão de totalidade da formulação e intervenção política do grande

²⁴⁶ GERRATANA, Gramsci. Problema di metodo..., 1997, p.93.

²⁴⁷ GERRATANA, Gramsci. Problema di metodo..., 1997, p.101.

timoneiro da revolução russa do que, propriamente, do conteúdo produzido pelos escritos leninianos. “O Lenin que Gramsci conhecera (nenhum dos textos leninianos foram acessíveis no cárcere) era o Lenin estadista da revolução de Outubro. Contudo menos conhecido – e, em todo caso, menos familiar – deveriam ser os escritos precedentes de Lenin em defesa da hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa”²⁴⁸. Deste modo, embora a lição de Lenin esteja, absolutamente, presente na filosofia da práxis gramsciana, é importante salientar os traços de permanência e de inovação presentes na teoria da hegemonia do marxista sardo.

Sobre os elementos de um conceito de hegemonia em Lenin, em que pese sejam possíveis maiores estratificações tal como elabora Anna di Biaggio²⁴⁹, pode-se observar dois grandes momentos teórico-práticos de sua formulação: uma teorização pré-revolucionária, centrado na ideia de hegemonia do proletariado frente a uma transição democrático-burguesa (“luta pelo poder de Estado”); e, uma fase após a revolução de outubro, em que a necessidade do exercício do poder de Estado redesenha a noção de hegemonia entre a direção ético-política de classe e a produção institucional do domínio de classe via ditadura do proletariado (“luta no exercício do poder”²⁵⁰).

A maior expressão deste primeiro delineamento do conceito de hegemonia ocorre, em 1905, no contexto da ebulição social pela derrubada do czarismo e o surgimento de uma ordem democrática. A disputa se dá, justamente, a respeito dos contornos dessa nova ordem, uma vez que Lenin não admitia a postura economicista de situar o proletariado a reboque das forças burguesas, defendendo que, mesmo num contexto de uma revolução “burguesa”, poderia ocorrer uma hegemonia do proletariado²⁵¹.

²⁴⁸ GERRATANA, **Gramsci**. Problema di metodo..., 1997, p.119.

²⁴⁹ DI BIAGIO, Anna. *Hegemonia Leninista, Hegemonia Gramsciana*. In: AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio; VACCA, Giuseppe (Orgs.). **Gramsci no seu tempo**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

²⁵⁰ BUCI-GLUCKMANN. **Gramsci e o Estado**..., 1980, p.232.

²⁵¹ “O pensamento leniniano da organização significa *um rompimento com dois modos de fatalismo mecânico*: tanto o que apreende a consciência de classe do proletariado como produto mecânico de sua situação de classe quanto o que vê na própria revolução apenas um efeito mecânico de forças econômicas que se movem de modo fatalista e – uma vez atingida a ‘maturidade’ das condições objetivas da revolução – conduzem o proletariado à vitória, por assim dizer, automaticamente”. LUKÁCS, György. **Lenin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012, p.51, grifo do autor.

Nesta direção, embora faça menções clássicas no escrito *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*²⁵², a combatividade e a nitidez conceitual aparecem, de fato, em *Democracia Obreira e Democracia Burguesa* (1905), postulando a construção de um poder hegemônico, ao afirmar que “a ideia de hegemonia se produz, precisamente, neste apoio do único democrata consequente até o fim, isto é, o apoio do proletariado a todos os democratas inconsequentes (em suma, os burgueses). Somente uma concepção pequeno-burguesa, mercantilista, da hegemonia, concebe a sua essência no compromisso, no reconhecimento mutuo e nas condições verbais”. E, no que é mais fundamental, Lênin, salientando a condição central de derrotar o adversário, adverte que “desde o ponto de vista proletário, a hegemonia pertence, em uma guerra, a quem luta com maior energia que os demais, a quem aproveita todas as ocasiões para desferir golpes ao inimigo, àquele cujas palavras não diferem dos fatos e é, por isso, o guia ideológico da democracia e da crítica a toda ambiguidade”²⁵³. Assim, nesta primeira síntese conceitual, conforme Buciglücksman²⁵⁴, a questão da hegemonia comporta uma *direção de classe* (a classe operária como uma força política autônoma e capaz de exercer a vanguarda do processo), *a capacidade de dirigir uma política de alianças* (aglutinar forças com interesses para além dos conjunturais, em especial, a condução das massas camponesas) e *a legitimidade conquistada na luta* (luta esta que se exprime no plano político-militar, mas também no plano das ideologias).

Após a tomada do poder pelos bolcheviques, há uma rotação no conceito de hegemonia em Lenin, estruturada em torno da relação dialética “entre hegemonia do proletariado e exercício efetivo da ditadura (no sentido estatal), entre a classe em seu conjunto e sua vanguarda”²⁵⁵. Esta mudança fica clara, por exemplo, no debate a respeito do papel dos sindicatos, quando de uma função meramente corporativa ou a

²⁵² “Posto que a revolução é burguesa, devemos nos inclinar ante a vulgaridade burguesa e ceder-lhe passagem. Se nos deixamos guiar, sequer parcialmente, sequer por um minuto, pela consideração de que nossa participação pode obrigar a burguesia a das às costas à revolução, cedemos, por conseguinte, totalmente a hegemonia na revolução às classes burguesas. [...] Passamos, inteiramente, do terreno da luta revolucionária pela realização da democracia nos limites necessários ao proletariado, ao terreno do regateio com a burguesia, comprando, mediante nossa traição aos princípios, mediante a traição à revolução, o consentimento benévolo da burguesia”. LENIN, V.I. *Dos Táticas de la Socialdemocracia en la Revolucion Democrática*. In: **Obras Escogidas en Doce Tomos**. Tomo III (1905-1912). Moscou: Editorial Progreso, 1976, p.79-80.

²⁵³ LENIN, V.I. *Democracia Obrera y Democracia Burguesa*. In: **Obras Escogidas en Doce Tomos**. Tomo II (1902-1905). Moscou: Editorial Progreso, 1975, p.399-400.

²⁵⁴ BUCI-GLUCKMANN. **Gramsci e o Estado...**, 1980, p.233.

²⁵⁵ BUCI-GLUCKMANN. **Gramsci e o Estado...**, 1980, p.234.

perspectiva de uma estratégia de militarização tal como defendia Trotsky, Lenin esboça um caráter organizativo de direção ético-política dos trabalhadores.

Nesse sentido, compreendia que “os sindicatos criam o vínculo da vanguarda com as massas: com seu labor cotidiano, os sindicatos convencem as massas sobre a única classe capaz de nos conduzir do capitalismo ao comunismo. Isto, por um lado. Por outro, os sindicatos são ‘uma fonte’ de poder estatal. [...] Em geral, é impossível efetuar esta transição sem que exerça sua hegemonia a única classe educada pelo capitalismo para a grande produção e a única que está desligada dos interesses do pequeno proprietário”²⁵⁶. Os sindicatos, para Lenin, portanto, para além de uma posição delimitada em seus espaços de reivindicação econômico-corporativa, enquanto “fonte de poder estatal”, asseguram a coesão ideológica e política do próprio fracionamento do proletariado e atuam na importante mediação/direção sobre as massas conjunturalmente “amorfas”.

Mas isso não significa que os sindicatos realizaram sua hegemonia diretamente pela estrutura de Estado, isto é, a ditadura do proletariado não se confunde com as direções ou principais lideranças dos espaços produtivos. O revolucionário russo entende que “a ditadura somente pode ser exercida por uma vanguarda, que concentra, em suas fileiras, a energia revolucionária da classe. Teremos, assim, algo como uma série de rodas dentadas”²⁵⁷. No solo institucional, no que se refere à conformação da hegemonia proletária, há atividade dirigente no poder estatal da vanguarda operária constituída pelos principais quadros do partido comunista.

Há, em suma, neste segundo momento, um desdobramento de uma teoria da hegemonia, que se fará presente de modo muito mais elaborado em Gramsci, entre uma hegemonia, compreendida como totalidade dialética, tomada enquanto direção ideológica e política de classe pelas organizações de massa e outra hegemonia como produção de supremacia através dos aparatos de Estado. O horizonte de tal articulação “põe em jogo o conjunto das relações políticas e ideológicas que a classe operária mantém com as classes e camadas não proletárias. Tudo que faz do proletariado no poder ‘uma classe dominante e dirigente’, segundo a expressão de Lênin retomada, palavra por palavra, por Gramsci”²⁵⁸. Resta claro, pois, que este avanço concreto e

²⁵⁶ LENIN, V.I. *Sobre los sindicatos, el momento actual y los errores del camarada Trotsky*. In: **Obras Escogidas en Doce Tomos**. Tomo XI (1920-1921). Moscou: Editorial Progreso, 1973, p.138.

²⁵⁷ LENIN, *Sobre los sindicatos, el momento actual y los errores del camarada Trotsky*..., 1973, p.138.

²⁵⁸ BUCI-GLUCKMANN. **Gramsci e o Estado**..., 1980, p.235.

conceitual, não está em contradição com a noção de 1905, mas que se trata de um aprofundamento do pensamento leniniano, que responde a outra situação histórico-concreta e nem de longe pode se reduzir ao exercício da força por meios burocráticos.

4. Com e para além de Lenin: a irrupção de uma teoria geral da hegemonia

É, a partir deste rico legado como filósofo da práxis de Lenin²⁵⁹, que se pode remontar, nas palavras insistentes de Gramsci, a teoria da hegemonia. Neste caso, há, historicamente, uma tendência em subsumir Gramsci em Lenin (mais grave, no marxismo-leninismo) ou realizar o caminho oposto de ressaltar uma originalidade absoluta presente nos *Quaderni* (inclusive, talvez, até mais grave, dissociado de Marx). Ao contrário dessas duas abordagens reducionistas, trata-se de visualizar que “a relação de Marx e Lenin com Gramsci é uma relação de conservação/renovação, ou seja, uma relação de superação dialética (de *Aufhebung*, no sentido hegeliano da expressão)”²⁶⁰. Além do óbvio substrato marxiano, de Lenin, Gramsci capturou a necessidade de fundar uma subjetividade revolucionária em estreito contato com as possibilidades abertas pelas condições objetivas e, com base nos traços categoriais e políticos da construção da ideia de hegemonia leniniana – nunca é demais frisar que “o momento da direção cultural esteve presente em Lenin”²⁶¹ –, constitui sua extraordinária teoria da hegemonia.

A respeito da formulação gramsciana nos *Quaderni* especificamente, além da atribuição da gênese do conceito de hegemonia a Lenin, descrito acima, em várias notas, pode-se extrair três grandes elementos constitutivos, enquanto inovação teórica, da teoria da hegemonia gramsciana instigados pelo pensamento leniniano: 1) uma formulação, no interior da materialidade do Estado, da hegemonia como luta ideológica/gnosiológica; 2) a necessidade de repensar/recombinar a estratégia de ação

²⁵⁹ “Para Lênin, a teoria como conhecimento científico da realidade histórico-social, que se deseja transformar de acordo com fins revolucionários, de classe, é, pois, não só reflexão sobre a práxis, mas, acima de tudo, teoria da práxis, teoria que surge da prática, a ela serve e, ao mesmo tempo, está na própria prática como parte necessária e indissolúvel”. SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. Bueno Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007, p.216.

²⁶⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. *Os conceitos políticos de Gramsci segundo Valentino Gerratana*. In: **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011, p.142.

²⁶¹ DI BIAGIO, *Hegemonia Leninista, Hegemonia Gramsciana...*, 2010, p.112.

política de tomada de poder e derrota do adversário: a guerra de posição; e, 3) compreender que o processo revolucionário também passa pela capacidade de traduzir estratégias/linguagens da luta política para os diversos contextos nacionais.

O primeiro ponto, sem dúvida, é o mais abundante em considerações e riqueza de elementos, possuindo sua aparição substancial, de fato, no *Caderno 4* em extensa nota intitulada *Relações entre estrutura e superestrutura* (§38 – A). Nela, Gramsci, com a inspiração leniniana de combate a análises economicistas, esboça uma (re)leitura das relações entre estrutura e superestrutura, objetivando dar o devido valor as distintas formas de mediação social para compreender, efetivamente, o real estado das relações de força de uma sociedade. E, tal avaliação da situação concreta, “deveria ser feita na esfera do conceito de hegemonia”. Nesse sentido, “a afirmação de Marx que os homens tomam consciência dos conflitos econômicos no terreno da | ideologia, possui um valor gnosiológico e não psicológico e moral [...] e, portanto, deveria ser considerada a contribuição máxima de Lenin a filosofia marxista, ao materialismo histórico, um aporte original e criativo. Deste ponto de vista, Lenin não teria feito progredir o marxismo apenas na teoria política e na economia, mas também na filosofia”²⁶². Além disso, posteriormente acrescentaria no *Caderno 10*, que tal materialidade no campo das ideologias encontra sua “realização num aparato hegemônico”²⁶³, “construindo a doutrina da hegemonia como complemento da teoria do Estado-força”²⁶⁴.

Há, deste modo, o reconhecimento explícito da ideia de hegemonia em Lenin como avanço em direção a batalha ideológica e cultural, que, inclusive já se faziam presentes no *Caderno 3* (§48 – B), quando para estudar a suposta espontaneidade das massas afirmara que a necessidade de um estudo dos costumes intelectuais dos “estratos populares [...] inclusive o folclore [...] era, pelo menos, implícita (talvez, também explicitamente declarada) na doutrina de Lenin”²⁶⁵ e, igualmente, no *Caderno 4* (§45 – B), na preocupação a respeito da “escola unitária” e a construção de uma “igualdade concreta”²⁶⁶.

²⁶² GRAMSCI, *Quaderni del carcere*. Volume primo..., 2007, p.464-465.

²⁶³ GRAMSCI, §12 *Introduzione allo studio della filosofia (C) Quaderni del carcere*. Volume secondo, *Quaderno 10 (La filosofia de Benedetto Croce – Parte II)*..., 2007, p.1250.

²⁶⁴ GRAMSCI, §12 (B) *Quaderni del carcere*. Volume secondo, *Quaderno 10 (La filosofia de Benedetto Croce – Parte I)*..., 2007, p.1250.

²⁶⁵ GRAMSCI, *Quaderni del carcere*. Volume primo..., 2007, p.329.

²⁶⁶ GRAMSCI, *Quaderni del carcere*. Volume primo..., 2007, p. 472.

Nota-se nas considerações de Gramsci, mesmo se apoiando em Lenin, o descolamento de suas preocupações com a do líder bolchevique, alargando, na verdade, as pistas teóricas e escavando os caminhos, em termos de práxis política, com o êxito da revolução russa. É, justamente, esta unidade entre ação e pensamento na equação entre política e filosofia, que causava verdadeira fascinação no marxista sardo, o verdadeiro o verdadeiro extrato para avançar no terreno da filosofia da práxis. Assim, “tudo é política, inclusive a filosofia ou as filosofias [...] e a única ‘filosofia’ é a história em ação, ou seja, a vida propriamente. Neste sentido, [...] pode-se afirmar que a teorização e a realização da hegemonia realizada por Lenin foi também um grande acontecimento ‘metafísico’”²⁶⁷.

Ao ressaltar esse papel de sua teoria da hegemonia, negligenciada voluntariamente por certos usos de Gramsci, de “uma teoria de classe que se transformaria em Estado”, o revolucionário italiano, colocando-se como herdeiro da tradição de Marx e Lenin, formula uma interessante metáfora da relação Marx-Lenin com Cristo-Paulo. Ele pensa em Marx como um criador de uma *Weltanschauungen* (Cosmovisão), um iniciador de uma época histórica, mas isso não significa que Lenin possuísse um papel secundário ou menor. “Eles expressam duas fases: ciência-ação, que são simultaneamente homogêneas e heterogêneas. Assim como, historicamente, seria absurdo um paralelo entre Cristo e S. Paulo: Cristo-*Weltanschauungen*, S. Paulo-organização, ação, expansão da *Weltanschauungen*. Ambos são necessários na mesma medida, mas são da mesma estatura histórica”²⁶⁸.

Com esta metáfora, fica evidente, desde logo, que a ampliação e o alargamento de sua crítica da ideologia e da cultura encontra-se, absolutamente, dentro do campo do marxismo, não podendo reduzir Gramsci a um pensador das culturalista ou voluntarista. Pois visualizar a batalha hegemônica situada também no campo gnosiológico, não significa idealismo ou abstracionismo, mas compreender que “a hegemonia realizada significa a crítica real de uma filosofia, sua real dialética”²⁶⁹. Sem a capacidade de intervenção e transformação da realidade, a filosofia da práxis se converte em utopismo.

²⁶⁷ GRAMSCI, §35 *Materialismo e materialismo histórico (B)*. **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 7..., 2007, p.886.

²⁶⁸ GRAMSCI, §33 *Posizione del problema (B)*. **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 7..., 2007, p.882.

²⁶⁹ GRAMSCI, §33 *Posizione del problema (B)*. **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 7..., 2007, p.882.

Neste ponto, mais uma vez, credita a Lenin, uma de suas mais famosas contribuições teóricas no campo teórico-político: o conceito de guerra de posição.

Na nota 16 (B), presente no *Caderno 7*, cujo título é *Guerra de posição e guerra manobrada ou frontal*, Gramsci abria divergência com a perspectiva da “revolução permanente” proposta por Trotsky, indicando se ela não se constitua como consequência política da radicalização da estratégia de guerra manobrada/movimento, e buscava a abertura a outros modos de ação e organização capazes de concretizar a filosofia da práxis em contextos diferentes da situação russa. Uma das possíveis alternativas à eternização da guerra frontal seria a guerra de posição, que Gramsci atribui também a Lenin, ao dizer que “parece-me que Lenin havia compreendido que ocorreria uma mudança da guerra manobrada, aplicada de forma vitoriosa no Oriente em 1917, à guerra de posições que apenas era possível no Ocidente [...] Só que Lenin não teve tempo para aprofundar a sua fórmula, mesmo tendo em conta que ele podia somente aprofundá-la teoricamente”²⁷⁰. Tal reestruturação do horizonte de luta política, Gramsci identificava na defesa da fórmula da frente única realizada por Lenin no plano da Internacional Comunista.

É, precisamente, nesta direção, que se pode observar o último dos três pontos elencados da inspiração leniniana em conceitos fundamentais do pensamento gramsciano: a tradutibilidade. No *Caderno 11*, nota 46 (C)²⁷¹, Gramsci anota que “em 1921, tratando de questões de organização, Lenin escreve e diz (mais ou menos) o seguinte: não soubemos ‘traduzir’ nas línguas europeias a nossa língua”²⁷². O líder bolchevique se reportava “ao III Congresso da Internacional Comunista, onde foi votada uma resolução sobre a questão organizativa dos partidos comunistas, que no ano seguinte – no IV Congresso da Internacional – foi julgada por Lenin ‘como demasiada russa’”²⁷³. Evidentemente, o ponto central do sotaque russo da resolução não se refere à capacidade de tradução literal a outras línguas, mas sim por ela conter, em sua essência, as contradições encontradas no solo da revolução de outubro e ser inaplicável, sem as devidas mediações/traduições, a outros contextos nacionais. Essa preocupação de Gramsci, que se tornará um elemento fulcral de sua teoria da hegemonia, conjuga,

²⁷⁰ GRAMSCI, *Quaderni del carcere*. Volume secondo..., 2007, p.866.

²⁷¹ Esta nota C é, praticamente, identifica a nota §2 *Traducibilità dei linguaggi scientifici e filosofici presente no Caderno 7 (A)*. GRAMSCI, *Quaderni del carcere*. Volume secondo..., 2007, p.854.

²⁷² GRAMSCI, *Quaderni del carcere*. Volume secondo..., 2007, p.1468.

²⁷³ GERRATANA, Valentino. Note al testo. In: GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Volume quarto. Apparato critico. Turim: Giulio Einaudi, 2007, p. 2748.

portanto, suas preocupações juvenis com uma teoria da linguagem e a necessidade de traduzir a hegemonia política expressa e construída através dos signos linguísticos (estratégias, táticas, palavras de ordem, etc.) em diferentes situações concretas.

Os elementos constitutivos descritos sobre o legado do conceito de hegemonia em Lenin, que poderiam ser sintetizados no esforço teórico de desdobrar outras formas de ação a fim de concretizar o imperativo de derrotar ao adversário frisado por Garcia Linera, são um essencial ponto de partida da perspectiva gramsciana. Uma notável permanência, a luta por uma hegemonia do proletariado, que, contudo, em Gramsci, articula-se dentro de uma construção muito mais complexa e abrangente, definida por Gerratana, enquanto “uma teoria geral da hegemonia”²⁷⁴. Isto significa a construção de uma teoria do poder capaz de envolver o delineamento tanto da hegemonia proletária quanto da hegemonia burguesa em suas contradições e diferentes extratos. Por isso, a “hegemonia não é em Gramsci apenas um conceito estratégico [...], mas também um conceito analítico, que lhe permite analisar diferentes formas de supremacia de classe, do *Risorgimento* ao fascismo, do governo soviético ao americanismo”²⁷⁵.

Esta importante caracterização não se coaduna, de forma alguma, com a crítica feita por Francioni, que conceber uma teoria geral nos Quaderni “só serve para identificar a hegemonia como uma categoria de ciência política [...] numa proposição confusa e indiferenciada”²⁷⁶. Pelo contrário, como deixa claro Gerratana, consiste em um avanço lastreado na relação dialética entre teoria e ação política, que permite explicitar as formas de estruturação do poder, cujas “formas históricas da hegemonia, evidentemente, não são sempre as mesmas e devem variar segundo a natureza das forças sociais que a exercitam”²⁷⁷. Inclusive, na esteira dos traços metodológicos presentes na *Introdução de 1857* e no *Prefácio de 1859* de Marx, faz o movimento de abstrato ao concreto e observa que a hegemonia burguesa e proletária possuem dimensões, profundamente, distintas em sua forma de exercício e nos instrumentos de sua consolidação.

De maneira geral, não entrando na caracterização específica dos instrumentos típicos de um momento histórico determinado, Gerratana eleva como a principal

²⁷⁴ GERRATANA, **Gramsci**. Problema di metodo..., 1997, p.122.

²⁷⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. *Os conceitos políticos de Gramsci segundo Valentino Gerratana*, 2011, p.144.

²⁷⁶ FRANCIONI, L'Officina gramsciana..., 1984, p.163.

²⁷⁷ GERRATANA, **Gramsci**. Problema di metodo..., 1997, p.123.

diferença, entre hegemonia burguesa e a proletária, a forma de produção dos consensos da classe dirigente: passivo ou manipulado (burguês) e ativo (proletário). Assim, em torno do conceito de verdade/“alienação”²⁷⁸, Gerratana analisa que, sob uma “sociedade baseada economicamente na exploração de classe, a classe que quer perpetuar tal exploração [...] serve-se de uma forma de hegemonia que ocultam esta situação e a mistificam; necessitam, portanto, de formas de hegemonia capazes de suscitar um consenso manipulado”. Por sua vez, ao contrário de mascarar os antagonismos derivados do modo de produção capitalista, a hegemonia subalterna objetiva “o desvelar dos enganos ideológicos que ocultam a dialética da realidade”. E é, justamente, o objetivo de formular um consenso ativo capaz de destruir a hegemonia burguesa, que “demarca o marxismo enquanto filosofia da práxis”²⁷⁹.

Os *Quaderni*, então, possibilitam, na trilha metódica de Marx, a formulação de uma teoria crítica do poder, a teoria da hegemonia. Para compreender, como operam os diferentes níveis de hegemonia em sua totalidade ou organicidade como prefere Gramsci, é necessário decompor a forma mais complexa em abstrações mais simples²⁸⁰, objetivando que, em seu caminho de volta, do abstrato ao concreto, seja capaz de identifica-lo como, conceituara Marx, síntese de múltiplas determinações – unidade na diversidade. “O concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação”²⁸¹. Por esta via, primeiro, reduz-se a plenitude da representação a uma determinação abstrata, e, num segundo momento, as “as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento”²⁸².

Nesse sentido, no mesmo período histórico, em oposição ao determinismo econômico presentes nos debates da Internacional Comunista, Lukács, em *História e Consciência de Classe*, e Gramsci, nos *Quaderni*, utilizam-se, insistentemente, das

²⁷⁸ As duas publicações de Marx, *Os Manuscritos Econômico-Filosóficos* e os *Grundrisse*, onde há um tratamento exaustivo da questão da alienação, só seriam publicados em 1932 e 1939-41 respectivamente, não sendo, portanto, um material acessível de consulta a Gramsci na produção dos *Quaderni*.

²⁷⁹ GERRATANA, **Gramsci**. Problema di metodo..., 1997, p.124.

²⁸⁰ “Quer tomemos a própria totalidade imediatamente dada, quer seus complexos parciais, o conhecimento imediatamente direto de realidades imediatamente dadas desemboca sempre em meras representações. Por isso, essas devem ser melhor determinadas com a ajuda de abstrações isoladoras”. LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p.37.

²⁸¹ MARX, **Grundrisse**..., 2001, p.54.

²⁸² MARX, **Grundrisse**..., 2001, p.54.

categorias “totalidade”²⁸³ e “organicidade”²⁸⁴ respectivamente, visando exteriorizar um “tipo de análise onde o que predomina é a existência de certa ordem *genética e em movimento* (originada por contradições internas) e inserida na história e não em uma ordem estática, harmônica – isto é, sem contradições imanentes –, com funções predeterminadas e imodificáveis”²⁸⁵. E, para tanto, tal como Marx encontrou na mercadoria a forma elementar da sociedade capitalista, Gramsci observa, a partir dos apontamentos de Maquiavel²⁸⁶, a célula de uma teoria geral da hegemonia (“o primeiro elemento”) na relação social entre “governados e governantes, dirigentes e dirigidos [...] os pilares da política e de qualquer ação coletiva”²⁸⁷.

É importante observar que como o modo de aproximação e o delineamento da forma mercadoria enquanto elemento central da crítica economia política sofre mudanças no percurso de pesquisa de Marx, da mesma forma, com o despertar e a ressignificação das categorias mais complexas ocorrem mutações na abordagem do “primeiro elemento” da teoria crítica do poder de Gramsci. Mas há uma permanência decisiva, desde as primeiras aparições mais desenvolvidas da relação, que deve ser ressaltada: a coexistência e articulação dos pares categorias de “dirigentes e dirigidos, governantes e governados”²⁸⁸ (*Caderno 4*). A importância dessa coerência genética no elemento mais simples da uma teoria geral da hegemonia consiste na necessária relação entre práticas de construção de consenso e produção de situações de dominação. Enquanto houver a sociedade política, para compreender e concretizar a hegemonia de uma sociedade, um polo não pode prescindir do outro.

²⁸³ “A categoria da totalidade não reduz, portanto, seus elementos a uma uniformidade indiferenciada, a uma identidade; a manifestação de sua independência, de sua autonomia – autonomia que eles possuem na ordem de produção capitalista – só se revela como pura aparência na medida em que eles chegam a uma inter-relação dialética e dinâmica e passam a ser compreendidos como aspectos dialéticos e dinâmicos de um todo igualmente dialético e dinâmico”. LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.83-84.

²⁸⁴ “A recorrente referência em Gramsci à dimensão ‘orgânica’ do social alude, sim, ao caráter estrutural dos fenômenos sociopolíticos, mas ao mesmo tempo concebidos fundamentalmente como históricos e dinâmicos. Gramsci emprega o termo ‘orgânico’ por oposição a: (1) ‘conjuntural’ (isto é, aquele que reveste um caráter ocasional, quase acidental); (2) ‘burocrático’ (ou seja, aquele que só adquire um caráter justaposto, mecânico e sem nexos internos – como por exemplo o centralismo burocrático por oposição ao centralismo democrático –) e finalmente (3) “metódico” (fazendo referência à categoria epistemológica de uma distinção pertencente unicamente ao plano das abstrações do conhecimento – por exemplo a que separa Estado e sociedade civil – para diferenciá-la de uma distinção “orgânica”, isto é, estrutural e pertencente à mesma realidade”. KOHAN, Néstor. *Gramsci e Marx: hegemonia e poder na teoria marxista*. **Revista Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, vol.10, 1 semestre de 2007, pp.15-70, p.61-2.

²⁸⁵ KOHAN, Néstor. *Gramsci e Marx: hegemonia e poder na teoria marxista*..., 2007, p.62.

²⁸⁶ COUTINHO, **Gramsci**..., 2012, p.80.

²⁸⁷ GRAMSCI, §4 *Machiavelli. Elementi di politica (B)*. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderni 15..., 2007, p.1752.

²⁸⁸ GRAMSCI, §33 (A). **Quaderni del carcere**. Volume primo. Quaderno 4..., 2007, p. 472.

Numa reavaliação e aprofundamento da nota citada anterior, no *Caderno 11*, Gramsci demonstra numa tacada só o movimento da categoria mais simples a mais complexa de sua construção teórica, ao afirmar que “se a relação entre os intelectuais e o povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada por uma adesão orgânica em que o sentimento-paixão converte-se em compreensão e, portanto, em saber (não mecanicamente, mas em forma viva), só assim a relação é de representação e se produz o intercambio de elementos individuais entre governados e governantes, entre dirigidos e dirigentes, ou seja, que se realiza a vida como conjunto que é a força social, cria-se o ‘bloco histórico’”²⁸⁹. Nesta passagem, com a mediação e trabalho orgânico dos intelectuais com as massas dispersas, Gramsci explicita como através da coesão ideológica (do sentimento que se expressa depois no plano gnosiológico) forja-se as relações de representação e eleva-se uma relação simples de consenso/dominação numa grande força social, transformando-se num grande conjunto homogêneo em aparência, mas muito complexo em suas multiplicidades de interesses como um todo (o bloco histórico), que encontra amparo e desdobramentos no Estado.

Outro traço igualmente relevante da relação entre governante/governado e dirigente/dirigido se dá no interior do “moderno Príncipe”, o partido político, na sua forma de organização e na condução da política revolucionária frente às massas. Assim, Gramsci, embora compreenda a importância de movimentos, que se colocam como marginalizados, e uma multiplicidade de organizações, inclusive partidos políticos, que reúnem e integrem em certas unidades um conjunto de interesses, sem a devida unidade dos subalternos, todos estes agrupamentos assumem um viés reformista na prática. “Daqui a conclusão de que na construção dos partidos, há que se basear em um caráter ‘monolítico’ e não em questões secundárias, portanto, deve-se observar atentamente que haja homogeneidade entre os dirigentes e os dirigidos, entre comandantes [capi] e massa. Se nos momentos decisivos, os comandantes ultrapassam o seu ‘verdadeiro partido’, as massas permanecem truncadas, inertes e sem eficácia”²⁹⁰. Neste ponto, acaba por tratar da dimensão específica desta relação de poder nos embates duríssimos da condução de uma hegemonia subalterna.

O marxista sardo, desta forma, adequado a essa convergência com o método marxiano, em que a mercadoria é uma categoria essencial, mas apenas parte da grande

²⁸⁹ GRAMSCI, §67 (C). *Quaderni del carcere*. Volume secondo. Quaderno 11..., 2007, p.1505-1506.

²⁹⁰ GRAMSCI. §6 *Machiavelli. Concezioni del mondo e atteggiamenti pratici totalitari e parziali (B)*. *Quaderni del carcere*. Volume terzo. Quaderno 15..., 2007, p.1760.

estrutura de mediações de uma crítica da economia política ao mundo do capital, “o primeiro elemento” da relação entre dirigente/dirigido e governante/governo constitui-se enquanto ponto de partida de sua teoria crítica do poder em sua organicidade – “entre as quais se destaca a elaboração das determinações dialéticas da sociedade civil/aparelhos privados de hegemonia e da sociedade política/aparelhos estatais de coerção”²⁹¹. Além disso, Gramsci é explícito a respeito da profunda historicidade do elemento germinal de sua própria teorização– “um fato histórico [...]e, em última análise, remonta a divisão dos grupos sociais”²⁹² – e de sua ressignificação diante dos diferentes arranjos hegemônicos da sociedade.

Esse acento na dimensão política e cultural do exercício da supremacia de uma classe no modo de produção capitalista não implica uma postura politicista do marxista sardo, pois, para Gramsci, a hegemonia se estabelece, indiscutivelmente, a partir das relações estruturais. Sua teoria é capaz de realizar distinções gnosiológicas, separações metodológicas em nível abstrato (abstrações isoladoras), mas que captam a relação dialética entre economia e política em seu entrelaçamento no plano ontológico. Neste ponto, Coutinho é preciso em dizer, relacionando a iniciativa dos *Quaderni* ao entendimento da obra de Marx como uma Ontologia do Ser Social tal como afirmara o último Lukács, que, “apesar de resíduos idealistas em algumas de suas reflexões especificamente filosóficas, temos na obra de Gramsci os elementos essenciais de uma autêntica ontologia materialista da práxis política”²⁹³.

Ao buscar percorrer os diferentes caminhos do labirinto dos *Quaderni*, assentado na tormentosa gênese e conflituosa arquitetônica, observou-se que há, em Gramsci, uma potente teoria marxista do *poder* – não resumida à dimensão dos seus geniais contornos políticos. Uma construção que é, simultaneamente, uma teoria geral da hegemonia, e uma leitura da realidade, visando à concretude de um projeto revolucionário – o extrato leniniano de derrotar o adversário. Uma legítima ontologia da práxis que parte do “primeiro elemento” (a relação social entre dirigentes/dirigidos e governantes/governados) e que se desenvolve, enquanto totalidade, ao choque de blocos históricos pela disputa hegemônica da sociedade.

²⁹¹ COUTINHO, Gramsci..., 2012, p.80.

²⁹² GRAMSCI. §4 Machiavelli. Elementi di politica (B). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 15 (II)...., 2007, p.1752.

²⁹³ COUTINHO, Gramsci..., 2012, p.102.

Nesse sentido, pode-se esboçar uma síntese dessa primeira aproximação de uma teoria da hegemonia em Gramsci (“no sentido forte”), a partir da supressão do pensamento leniniano, com base na belíssima descrição do léxico elaborada por Giuseppe Cospito: “representaria a *tradução*, nas mutáveis condições histórico-políticas, da *doutrina marxiana* da *revolução permanente*, [...] ou num sentido, ainda mais significativo, como um elemento de enlace entre o momento do consenso e o da força (hegemonia civil ou política conexas e não contrapostas aquela cultural ou intelectual)”²⁹⁴. Embora tal conceito aponte, perfeitamente, para a dimensão mais abstrata da noção de hegemonia, ele sequer é capaz de apontar traços gerais do arsenal de categorias que dão concretude a uma teoria geral da hegemonia em Gramsci. Por isso, para escavar o lugar do direito na teoria geral da hegemonia de Gramsci, é necessário, antes, mesmo que se explore apenas os seus principais contornos, adentrar em dimensões mais complexas dos aparatos de dominação e construção de consensos construídos a partir da realidade italiana com o fim de subversão e vitória sobre os grupos dominantes.

²⁹⁴ COSPITO, Giuseppe. *Egemonia*. In: FROSINI, Fabio; LIGUORI, Guido (coord.). **Le parole di Gramsci**: per un lessico del Quaderni del carcere. Roma: Carocci, 2004, p.89.

III

O arsenal de categorias da teoria geral da hegemonia de Gramsci nos Cadernos do Cárcere.

Foi possível identificar, até aqui, a inspiração teórico-prática dos escritos políticos, evidentemente, com o desenvolvimento de novos contornos, nas notas e apontamentos dos *Cadernos do Cárcere*: o motor criativo da articulação entre hegemonia e revolução. Acentuou-se, inclusive, através da herança leniniana, o traço constituinte irrenunciável da práxis revolucionária presente no conceito de hegemonia nos *Quaderni* – a perspectiva de derrotar o adversário político –, sem o qual se pulveriza a significação de sua grande contribuição ao marxismo. Mas, no mesmo sentido, explicitou-se que Gramsci foi capaz de ir além de Lenin, pois elaborou nos seus escritos carcerários uma colossal teoria crítica do poder, estruturada, conforme delineou Gerratana, em uma teoria geral da hegemonia. Ainda, observou-se, em consonância com o método de Marx, embora a forma de exposição não permita uma demarcação clara, trilhando o seu percurso de pesquisa, que “o primeiro elemento” de tal formulação partia da relação dirigente/dirigido e governante/governado até a complexidade de uma análise da totalidade ou organicidade das colisões entre blocos históricos. Contudo, as importantes mediações que levam dos acontecimentos e partículas mais simples a visualizar os delineamentos hegemônicos da sociedade como um todo e de longa duração, não foram sequer tangenciadas.

Para tanto, neste capítulo, reforçando o alerta constante da despreensão de esgotar o léxico gramsciano, será realizado esse movimento do simples ao complexo para abordar as principais categorias do arsenal gramsciano. O itinerário é composto por quatro frentes consideradas indispensáveis para a compreensão do fenômeno jurídico no interior da teoria geral da hegemonia: a) analisar a persistência da centralidade da crítica da economia política marxiana no pensamento gramsciano enquanto um combate às formas de economicismo e superação da metáfora arquitetônica (estrutura e superestrutura) através da concepção de bloco histórico; b) realizar um salto ao concreto, mediado pelas categorias mercado determinado e lei tendencial da queda da taxa de lucro, e visualizar a relevância que o marxista sardo dá à economia política

crítica para analisar num duplo movimento dialético: cenário internacional (americanismo-fordismo) e cenário nacional (fascismo-corporativismo); c) demonstrar como a criativa, vasta e profunda inovação conceitual realizada por Gramsci no terreno da política e cultura, a partir do redimensionamento de sua concepção de Estado (Integral/Ampliado), fornece um potencial de análise das situações concretas de domínio e supremacia de classe em mercados determinados; d) discutir as diferentes estratégias de luta social decorrentes das transformações do exercício do poder hegemônico – em especial, a noção/cominação entre guerra de posição e movimento – catalisada pela categoria tradutibilidade enquanto um meio de ressignificar a luta política e cultural em distintas realidades nacionais e espaços mediação social.

1. A presença da crítica da economia política: um Gramsci apesar de Marx?²⁹⁵

O equívoco mais comum, deliberado ou não, dos “usos” ou interpretações gramscianas é obliterar a centralidade da categoria trabalho e, por consequência, a presença constante, mesmo que em alguns momentos inaudita, da crítica da economia política. O que implica exaltar um Gramsci apesar de Marx, quando não contra Marx. Esta operação de assepsia do pensamento gramsciano gera a figura bastante conhecida de Gramsci como o “teórico das superestruturas”²⁹⁶, repetida em diversas traduções e matizes. Mas deve-se, de imediato, rechaçar duas versões decorrentes desta leitura: a compreensão de um Gramsci liberal, quase um protohabermasiano, ou de um Gramsci pós-moderno, expoente dos estudos culturalistas.

Afirmar aqui, como já se fez, que há uma teoria geral da hegemonia em Gramsci – um conceito analítico e engajado na práxis revolucionária simultaneamente –

²⁹⁵ A interrogação sempre presente de um “Gramsci apesar de Marx” é de autoria de um companheiro de discussões gramscianas: Eduardo Granzotto Mello. Cf. MELLO, Eduardo Granzotto. *Entre a pequena e a grande política: a cidadania a partir de Gramsci*. Petardo: Anuário Pet, v. 1, p. 67-95, 2006.

²⁹⁶ No clássico debate sobre entre Norberto Bobbio e Jacques Texier, por caminhos opostos, acabam concordando a hipótese de leitura gramsciana como teórico das superestruturas. Para o filósofo italiano, a “sociedade civil [...] representa o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico. De modo que, em Marx, esse momento ativo e positivo é estrutural, enquanto em Gramsci é superestrutural” Assim, há, em Gramsci, um “privilegio concedido à superestrutura com relação à estrutura; a segunda, no privilegio atribuído, no âmbito da superestrutura, ao momento ideológico com relação ao institucional. BOBBIO, Norberto. **O Conceito de Sociedade Civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.33-41. Mesmo discordando das teses que afastam Gramsci de Marx, Texier acaba por convergir com Bobbio, ao afirmar que “se poder dizer que Gramsci foi um teórico das superestruturas, em outras palavras, da ciência política, 2das relações entre sociedade civil e Estado”. TEXIER, Jacques. *Gramsci, theoretician of the superstructures*. In: MOUFFE, Chantal (edit.). **Gramsci and Marxist Theory**. London: Routledge, 1979, p.48.

não consiste, evidentemente, em diminuir a importância do pensamento gramsciano na esfera da política, que é, de fato, extraordinária, contudo este passo não resulta numa negação da crítica da economia política marxiana sob pena de descaracterização completa do intento gramsciano. Por isso, quando se exaltou a estruturação de uma potente teoria crítica do poder nos *Quaderni*, estava presente, por óbvio, como elemento constitutivo o solo das relações econômicas – local privilegiado da produção e reprodução do poder. Nesse sentido, em nota do *Caderno 13*, Gramsci é bastante claro sobre a amplitude de sua crítica, ao expor que “se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter o seu fundamento nas funções decisivas que o grupo dirigente exerce no decisivo da atividade econômica”²⁹⁷.

Na verdade, é bom que se diga, a necessidade de se renovar o marxismo está presente desde seus primeiros cadernos. Um movimento teórico que deve abranger, igualmente, “uma teoria da história, uma teoria da política e uma teoria da economia”. “Isto como um esquema geral que deve, concretamente, assumir uma forma viva, não esquemática”. O pensador italiano, por esta via, argumenta pela necessidade de não cair em determinismos e explorar, no melhor da metódica de Marx, todas essas esferas enquanto uma totalidade, uma unidade orgânica. Assim, “depois de haver estudado a filosofia geral [isto é, o nexos orgânico de história-política-economia], estuda-se: como a história e a política se refletem na economia, como a economia e a política se refletem na história, como a história e a economia se refletem na política”²⁹⁸.

Além disso, uma leitura ou mesmo um folhear rápido dos *Quaderni* em seu próprio ritmo de desenvolvimento – isto é, não bloqueado pelas edições de Togliatti –, apresentam tantas referências diretas a questões econômicas, que chega ser indesculpável negligenciar essa dimensão do pensamento gramsciano. “Gramsci escreveu dezenas de notas intituladas ‘Pontos para Refletir para o Estudo de Economia’ ou ‘Notas Breves de Economia Política’ ou ‘Notas Breves de Economia’. Há também muito material em sua crítica a Croce, ou em pequenos trechos ou notas de outros autores (por exemplo, dos economistas Einaudi and Graziadei)”²⁹⁹. Já, do ponto de vista do conteúdo, este descolamento da crítica da economia política marxiana em relação ao

²⁹⁷ GRAMSCI. §18 *Alcuni aspetti teorici e pratici dell’ “economismo”* (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1591.

²⁹⁸ GRAMSCI, §39 *Sul “Saggio popolare”* (A). **Quaderni del carcere**. Volume primo. Quaderno 4..., 2007, p.465.

²⁹⁹ KRÄTKE, Michael. *Antonio Gramsci's Contribution to a Critical Economics*. **Historical Materialism**, Vol. 19, No. 3, nov de 2011, p. 63-105, p. 64.

pensamento gramsciano leva a dois grandes erros interpretativos: “com respeito a Gramsci – cujo trabalho na renovação e repensar do marxismo é retratado de forma distorcida [...]. Igualmente, com respeito a Marx – cuja crítica da economia política é, certamente, muito mais política do que a maioria dos amigos anti-economicistas podem imaginar”³⁰⁰.

Nesse sentido, para além da contribuição mais citada da vinculação entre “Americanismo e Fordismo”, pode-se encontrar, no interior da teoria da hegemonia gramsciana, conforme Giuliano Guzzone, um duplo campo de considerações na esfera econômica: como uma relação social constituinte de uma determinada totalidade histórica e enquanto uma teoria/ideologia no plano do discurso científico. Para Guzzone, ancorado na ideia de tradubilidade da linguagem e da prática social – que será abordada com mais especificidade à frente –, Gramsci elabora “uma tematização da economia não somente como aspecto da realidade, mas também da ciência econômica, enquanto um ‘saber’, enquanto um complexo de abstrações que, embora historicamente determinados, transmitem conhecimento”³⁰¹.

Não há dúvida que esses dois aspectos estão, profundamente, interligados, uma vez que não há como se aproximar de um fenómeno social sem transportá-lo/traduzi-lo para a linguagem científica por meio de abstrações. Mas a divisão proposta da abordagem econômica existente em Gramsci, proposta por Guzzone e, de certa forma, também presente também em Krätke, consiste em abordar a dupla função exercida pela dimensão econômica na produção de hegemonia, quer dizer, seu efeito mais concreto no campo da formação de um modo de produção e as disputas ideológicas sobre as leituras dessa realidade na esfera das teorias econômicas. Isso significa, “em primeiro lugar, um repensar sobre o ‘fato econômico’, da objetividade quase natural e do substrato metafísico da realidade [...], no efeito relativamente ‘permanente’ da eficácia da ideologia em ‘estabelecer’ as relações sociais, no aspecto prático da hegemonia alcançada; em segundo lugar, a reconsideração da ciência econômica (na sua fase ‘clássica’) como ‘efeito da verdade’ ou ‘do conhecimento’ do sucesso prático obtido pelo projeto burguês de sociedade”³⁰².

³⁰⁰ KRÄTKE, *Gramsci and the Renewal of the Critique of Political Economy...*, 2016, p.3.

³⁰¹ GUZZONE, Giuliano. **Il problema scientifico dell’economia nel pensiero di Antonio Gramsci** (1916-1933). 300 p., Tese. Dipartimento di Filosofia. Università di Pisa. Pisa. 2015, p.13.

³⁰² GUZZONE, **Il problema scientifico dell’economia nel pensiero di Antonio Gramsci**, 2015, p.14.

A partir desta pista, então, é possível, num primeiro momento, organizar uma exposição em dois flancos a respeito da crítica da economia política em Gramsci no confronto ideológico e político do discurso científico: 1) uma crítica à teoria econômica existente (neoclássica/liberal e o mecanicismo soviético/marxista), em especial, ao economicismo predominante na avaliação dos fatos históricos; 2) a partir da negação das leituras economistas, coloca-se, por todos os *Quaderni*, a resolver a tensão teórica representada pela metáfora arquitetônica marxiana entre base e superestrutura até a emergência da abordagem mediada pela categoria de bloco histórico.

1.1 O combate às formas de economicismo na ciência econômica: a vulgata liberal e soviética.

No campo da análise econômica, para formular uma filosofia da práxis coerente em uma perspectiva da crítica da economia política da sociedade capitalista, Gramsci, desde antes dos Quaderni, já no *Biennio Rosso*, confrontava-se com o economicismo – concebido “no duplo significado de cânone histórico (centralidade do fator econômico nos acontecimentos históricos) e de concepção teórica (rejeição da política)”³⁰³, que poderia assumir diferentes feições teóricas e expressões políticas³⁰⁴. Na Itália, particularmente, denuncia o equívoco teórico-prático, do “sindicalismo e dos sindicalistas, que entraram em uma curiosa aliança com a versão italiana do liberalismo no final do século XIX”³⁰⁵. Mas, também se colocava em profundo desacordo, com a vulgarização da filosofia da práxis produzida pelos manuais do marxismo soviético.

A confrontação mais direta, para Gramsci, era relação ao liberismo ou liberalismo econômico – definido pelo marxista sardo como um movimento economicista baseado no livre comércio em oposição às formas de protecionismo –,

³⁰³ GUZZONE, *Il problema scientifico dell'economia nel pensiero di Antonio Gramsci*, 2015, p.95.

³⁰⁴ “O economicismo se apresenta sob muitas outras formas que a do liberismo e do sindicalismo teórico. Fazem parte dele todas as formas de abstencionismo eleitoral (exemplo típico, o abstencionismo clerical italiano depois de 1970, após 1900 cada vez mais atenuado, até 1919 e a formação do Partido Popular: a distinção orgânica que os clérigos faziam entre a Itália Real e a Itália Legal era uma reprodução da distinção entre mundo econômico e mundo político-legal), que são muitas, no sentido de que pode haver um semi-abstencionismo, etc. Ao abstencionismo está ligada a forma do ‘quanto pior melhor’ e também a fórmula da chamada ‘intransigência’ parlamentar de algumas frações de deputados. Nem sempre o economicismo é contra a ação política e ao partido político, que, contudo, é considerado como mero organismo educativo de tipo sindical”. GRAMSCI. *§18 Alcuni aspetti teorici e pratici dell'“economismo” (C). Quaderni del carcere*. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1591.

³⁰⁵ KRATKE, *Antonio Gramsci's Contribution to a Critical Economics...*, 2011, p. 68.

uma vez que constituía e ainda constitui, com suas nuances e adequações a realidades nacionais, em uma ideologia orgânica dos grupos dirigentes e dominantes. Além de uma proposta de ciência econômica, Gramsci identifica, conjuntamente, no liberismo um “programa político” a ser realizado e uma reconfiguração do modelo de “regulamentação estatal”.

Por isso, a implementação do receituário econômico do liberismo assenta-se num brutal equívoco “teórico, cuja origem prática não é difícil de observar: a distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é convertida e apresentada como distinção orgânica”. Tal compreensão implica, para Gramsci, o sofisma de a atividade econômica ser característica da sociedade civil e que, portanto, para o seu melhor desenvolvimento, não deve haver intervenção estatal. Por outro lado, “como na realidade efetiva, sociedade civil e Estado se identificam, há que se estabelecer que o liberismo é uma ‘regulamentação’ de caráter estatal também, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva [pelo direito]: é um fato de vontade consciente de seus próprios fins e não a expressão espontânea, automática do fato econômico”³⁰⁶

O liberismo apresenta-se como uma emanção natural das necessidades econômicas e, por conseguinte, a expressão mais eficiente da alocação de recursos na sociedade. Na verdade, contudo, trata-se de uma expressão ideológica da hegemonia burguesa, “um programa político, destinado a mudar, quando triunfa, a fração política de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, mudar a distribuição da renda nacional”. Um rearranjo do poder hegemônico que, na reestruturação do modo de acumulação de capital, opera ativamente na forma jurídica – e isso é um acento da teoria geral da hegemonia de Gramsci que já pode se antecipar –, não mudando profundamente o Estado, mas somente o endereço de governo e o extrato da classe dirigente em seu comando. Desta forma, “se trata de uma rotação dos partidos dirigentes no governo, não da fundação e organização de uma nova sociedade política e menos ainda de um novo tipo de sociedade civil”³⁰⁷.

O raio de influência do pensamento liberista para ser “universal” deve se expandir para além de suas fronteiras de classe, sobretudo, infiltrando-se em partes

³⁰⁶ GRAMSCI. §18 *Alcuni aspetti teorici e pratici dell’ “economismo”* (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1590.

³⁰⁷ GRAMSCI. §18 *Alcuni aspetti teorici e pratici dell’ “economismo”* (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1590.

importantes da classe trabalhadora. O próprio Gramsci já identificara, desde o biênio vermelho, uma atração nociva entre as ideias de livre mercado e as formas de organização/reivindicação dos sindicatos. O sindicalismo, em sua morfologia, operava através da forma contratual, baseando-se na diferenciação profissional e na conquista gradual de direitos através da legalidade industrial. Afirmara, inclusive em um de seus últimos textos antes da prisão – *A Questão Meridional* (1926) –, que “o proletariado, para ser capaz de governar como classe, deve despir-se de todos os resíduos corporativos, de todos os preconceitos ou incrustações sindicalistas”³⁰⁸.

Até mesmo em suas versões anticapitalistas, os sindicalistas, geralmente, negam o marxismo e trabalham com os marcos de Proudhon ou outros socialistas utópicos, que visualizam suas transformações políticas baseadas na democratização da economia de mercado. Isto é, “a ideia corrente de uma organização de uma economia futura baseada nos ‘sindicatos’: empresas administradas pelos seus respectivos trabalhadores e que entre eles existia apenas uma federação. Os sindicalistas recusam a ideia do ‘Leviatã Proletário’ e sempre preferem um mercado (regulado) a um Estado central – baseado em planejamento e controle”³⁰⁹. É, portanto, com base nesses fundamentos, que Gramsci observa, não excetuando nem suas linhas mais radicais, uma “conexão entre o credo liberal – o apoio ao livre mercado e a liberdade comercial – e o sindicalismo teórico”³¹⁰.

Nos *Quaderni*, Gramsci mantém os traços dos escritos políticos, mas indica distinções e nuances, pois considera que a problemática do sindicalismo “apresenta-se muito mais complexa” a do liberismo. Pois, quando tal ideologia dos grupos dirigentes penetra, mesmo que parcialmente, em um dos principais aparatos de defesa dos grupos subalternos, ela acaba por impedir a formação da “consciência de sua força e de suas possibilidades e modos de desenvolvimento e, por isso, não é capaz de superar sua fase de primitivismo”³¹¹. Nesse sentido, o sindicalismo torna-se uma espécie de liberismo proletário, que posto em marcha “impede o grupo subalterno a chegar a ser dominante,

³⁰⁸ GRAMSCI, *A Questão Meridional...*, 1978, p.180.

³⁰⁹ KRÄTKE, *Antonio Gramsci's Contribution to a Critical Economics...*, 2011, p.70.

³¹⁰ KRÄTKE, *Antonio Gramsci's Contribution to a Critical Economics...*, 2011, p.68.

³¹¹ GRAMSCI. §18 *Alcuni aspetti teorici e pratici dell' "economismo" (C). Quaderni del carcere*. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1589.

desenvolver-se para além de sua fase econômico-corporativa para se elevar a fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e dominante no Estado”³¹².

Os mesmos canhões contra o determinismo econômico, Gramsci dirigiu também ao marxismo produzido dogmaticamente na União Soviética. Há, neste ponto, mais uma vez, sincronia com os escritos de Lukács, uma vez que, já em 1919, apontava para os riscos da transformação do marxismo em uma profissão de fé e a substituição da filosofia da práxis por uma escolástica dos textos marxianos. Defendia em oposição ao marxismo vulgar, a necessidade de um marxismo ortodoxo, que significa uma “convicção científica [...] antes e exclusivamente ao método”. Uma perspectiva que “implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, foi encontrado o método de investigação correto”³¹³, e, afastando toda forma de ecletismo, pode ser desenvolvimento como dialética revolucionária a partir “o predomínio metódico da totalidade”³¹⁴ como postularam seus fundadores.

O pensador italiano também opunha a noção de ortodoxia a um desenvolvimento vulgar do marxismo. Na verdade, avocava uma revitalização do conceito de ortodoxia, que “não deve ser buscado em este ou aquele seguidor da filosofia da práxis [...], mas na concepção fundamental de que a filosofia da práxis ‘basta a si mesma’, contem em si todos os elementos fundamentais para construir uma concepção de mundo total e integral”³¹⁵. Portanto, apesar de diferença entre Lukács e Gramsci serem sutis, Bianchi observa que “um ressaltava complicações metodológicas decorrentes da incorporação de teorias extrínsecas ao marxismo, o outro preocupava-se com os desdobramentos práticos dessa incorporação”³¹⁶. O que ocorre é que a ortodoxia, tornou-se uma ideologia fossilizada e oficial de Estado, que, já em sua gênese, Gramsci combatera.

As principais obras de divulgação do pensamento econômico marxista produzidas na URSS seguiam, justamente, o caminho oposto “com a canonização da crítica da economia política de Marx na década de 1920, formulando a doutrina

³¹² GRAMSCI. §18 *Alcuni aspetti teorici e pratici dell' "economismo" (C)*. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1590.

³¹³ LUKÁCS, **História e Consciência de Classe**..., 2003, p.64.

³¹⁴ LUKÁCS, **História e Consciência de Classe**..., 2003, p.78.

³¹⁵ GRAMSCI, §27 *Concetto di 'ortodossia' (B)* **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 11..., 2007, p.1434.

³¹⁶ BIANCHI, **O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política**..., 2008, p.65.

específica do ‘marxismo-leninismo’. Gramsci conheceu o *Precis d’Économie³¹⁷ Politique* compilada por Lapidus e Ostrovitianov, que foi traduzida em muitas línguas (Gramsci conheceu a edição francesa da Obra de 1929)”³¹⁸. E, igualmente, explicitou uma crítica ferrenha ao *Ensaio Popular* – intitulado como *A teoria do Materialismo Histórico – manual popular de sociologia marxista* – de Nicolai Bukhanin. Isto em um momento em que Bukharin gozava de grande prestígio no contexto russo, ao ponto de, posteriormente, “a edição temática elaborada por Togliatti não apresenta os Cadernos 10 e 11 em conteúdo integral, com a justificativa de que ‘havia a necessidade de inserir Gramsci na continuidade do marxismo-leninismo’”³¹⁹.

Em uma de suas várias notas sobre o “estudo da economia”, Gramsci dedica-se a analisar, sobretudo em uma série de nove comentários, as principais características do manual, *Princípios de Economia Política*. Antes de qualquer coisa, é importante deixar claro, que Gramsci é amplamente favorável à iniciativa de publicações mais simplificadas com a função de popularizar a crítica da economia política marxiana, mas vê o resultado obtido por Lapidus e Ostrovitianov como nocivo ao processo de formação de novos militantes comunistas. Dentre tantos motivos, podem-se destacar três deles: uma sistematização que se torna dogmatismo, a defasagem em termos de historicidade e, por último, não há uma organicidade entre a crítica econômica e a filosofia da práxis.

Para o marxista sardo, tal texto de formação, além de ser didático, deveria possuir uma “exposição crítica e polêmica” com o objetivo de responder os principais “problemas econômicos, em um determinado país, e a cultura econômica mais difundida pelos economistas oficiais em seu auge”. Ocorre que o esforço de Lapidus e Ostrovitianov, pelo contrário, apresenta-se “desde um ponto de vista ‘dogmático’, colocando suas afirmações e desenvolvimentos como isentas de serem ‘contestadas’ e rechaçadas radicalmente”. Além disso, é agravado pela incapacidade de traduzir os diferentes contextos nacionais (“a histórica econômica e a legislação do país” em particular), pois “toda concepção de economia crítica é historicista”, dando, inclusive, o exemplo do “tomo IV da *Crítica da Economia Política [O Capital]*”. E, por fim, não mesmo importante, como uma forma de potencializar a ação política, a necessidade da

³¹⁷ Em língua portuguesa: LAPIDUS Losif; OSTROVITIANOV, Konstantin. **Princípios de economia política**. São Paulo: Aldeia Global, 1979.

³¹⁸ KRÄTKE, Antonio Gramsci's Contribution to a Critical Economics..., 2011, p.73.

³¹⁹ SCHLESENER, Antonio Gramsci e a Política Italiana..., p.113.

presença “de uma exposição resumida da filosofia da práxis e dos princípios metodológicos mais importantes e essenciais, extraindo-os do conjunto das obras econômicas”³²⁰.

Na mesma linha de crítica ao economicismo, embora o diálogo/debate com Bukharin possua interpretações contraditórias³²¹, Gramsci opõe-se, duramente, ao *Ensaio Popular* no tocante aos seus traços deterministas nos *Quaderni*. De pronto, já no *Caderno 4*, o marxista sardo vê uma inconsistência em toda proposição inicial de Bukharin estampada no título da obra. Em primeiro lugar, porque não há uma teoria do materialismo histórico, uma vez que inexiste uma exposição “do ordenamento lógico de conceitos filosóficos que são conhecidos como o nome de materialismo histórico”. Não há sequer uma sociologia – criticada, por Gramsci, “como a filosofia dos não filósofos” –, mas algo “semelhante ao ‘materialismo histórico’”³²². E, igualmente, não é um ensaio/manual popular – “destinado, essencialmente, a uma comunidade de leitores que não são intelectuais de profissão” –, pois deveria “tomar como ponto de partida a análise crítica da filosofia do senso comum [...], ou seja, a concepção de mundo absorvida acriticamente pelos diversos ambientes sociais e culturais em que se desenvolve a individualidade moral do homem médio”³²³. O “*Ensaio Popular*”, ao contrário, possui a pretensão de constituir uma filosofia original das massas populares, contudo direcionada a alta intelectualidade e não para um público de iniciantes.

Do ponto de vista do conteúdo, embora o marxista russo tenha discutido o *Ensaio* com maior consideração do que o manual de Lapidus e Ostrovitianov, pois como o próprio Gramsci alertara deve-se enfrentar, no plano ideológico, as principais referências da esfera hegemônica a ser desconstruída, o *Ensaio Popular* foi duramente

³²⁰ GRAMSCI, §37 *Punti di meditazione per lo studio dell'economia (B) Quaderni del carcere*. Volume secondo. Quaderno 10 (La filosofia de Benedetto Croce – Parte II)..., 2007, p.1285-87.

³²¹ Embora não seja o objeto de estudo do presente trabalho, é importante compreender que “a relação de Gramsci como pensamento filosófico e político de Bukharin é extremamente complexa e até mesmo contraditória. Um tratamento da questão exclusivamente focado no *Quaderno 11*, no qual eram criticadas as posições teóricas do comunista soviético, pode oferecer o risco de simplificar essa relação. [...] A mudança de postura de Gramsci a respeito das posições teóricas do dirigente soviético é notável. É bastante conhecido que no primeiro semestre de 1925 organizou uma ‘escola de partido’, com o objetivo de ‘preencher o vazio existente entre aquilo que deveria ser e aquilo que não é’. [...] Chama a atenção que para essa primeira série de lições, ou seja, a que tratava do materialismo histórico, o comunista italiano tenha organizado o curso em torno da ‘tradução do livro do companheiro Bukharin, sobre a teoria do materialismo histórico’, que continha ‘um tratamento completo do argumento’”. BIANCHI, O **laboratório de Gramsci**: Filosofia, História e Política..., 2008, p.66-67.

³²² GRAMSCI, §13 *Note e osservazioni critiche sul “Saggio popolare” (A). Quaderni del carcere*. Volume primo. Quaderno 4..., 2007, p.434.

³²³ GRAMSCI, II – *Osservazioni e note critiche su un tentativo di “Saggio popolare di sociologia” §13 (C) Quaderni del carcere*. Volume secondo, Quaderno 11..., 2007, p.1396.

criticado, ao ponto de uma das facetas de Gramsci ser identificada como Anti-Bukharin. Ele avalia uma combinação de erros terríveis para um material que serviria de “guia” para formação de milhares de militantes comunistas: um formalismo positivista combinado com um determinismo econômico.

Em o *Ensaio*, a elaboração teórica de Bukharin, “caia de plano em dogmatismo e, portanto, em uma forma, ainda que ingênua, de metafísica; isto está claro desde o princípio, a partir do delineamento do problema, da vontade de construir uma ‘sociologia’ sistemática da filosofia da práxis; sociologia, neste caso, significa precisamente metafísica ingênua”. Por esta abstração antidialética e a tentativa de domesticar a realidade em torno da causalidade, Gramsci definia o *Saggio* enquanto “um aristotelismo positivista, uma adaptação da lógica formal aos métodos das ciências físicas e naturais”³²⁴.

É, justamente, esse equívoco metódico de contornos positivistas em relação à lei de causa e efeito, que leva a Bukharin ao marxismo vulgar e, por consequência, ao economicismo. Pois, o marxista russo, afirma “que os progressos das ciências são dependentes, como efeito de uma causa, do desenvolvimento dos instrumentos científicos. É este um corolário do princípio geral [...] sobre a função histórica do ‘instrumento de produção e trabalho’ que substitui o conjuntos das relações sociais de produção”³²⁵. A história das ciências é reduzida ao desenvolvimento das coisas e não das relações sociais em sua totalidade dialética. O resultado é um mecanicismo espantoso. Inclusive, retornando ao conceito de ortodoxia, o curioso é que os ditos verdadeiros marxistas ou “que se chamam ‘ortodoxos’ da filosofia da práxis caem na armadilha de conceber a sua própria filosofia como subordinada a uma teoria geral materialista (vulgar)”³²⁶.

³²⁴ GRAMSCI, §14 *Sulla metafisica* (C) **Quaderni del carcere**. Volume secondo, Quaderno 11..., 2007, p.1402.

³²⁵ GRAMSCI, §21 *La scienza e gli strumenti scientifici* (C) **Quaderni del carcere**. Volume secondo, Quaderno 11..., 2007, p.1420.

³²⁶ GRAMSCI, §27 *Concetto di ‘ortodossia’* (B) **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 11..., 2007, p.1435.

1.2 Para além da metáfora arquitetônica: a irrupção da noção de bloco histórico

Para superar essa visão economicista típica dos liberistas e que se tornava hegemônica na ciência marxista, convertendo-se inclusive em ideologia de Estado, Gramsci trabalha, substancialmente, a partir do famoso *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*, que “era, alias, considerado o texto canônico sobre o conceito de ‘base’ (base real) e de ‘superestrutura’”³²⁷. Mas o pensador italiano combina-o com elementos de a *Miséria da Filosofia*³²⁸, e, sobretudo, com uma perspectiva histórico-concreta presente em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*³²⁹. Desta forma, “a operação realizada por Gramsci com o objetivo de afirmar uma leitura não economicista dos textos metodológicos de Marx era levada a cabo com a mediação de seus textos históricos”³³⁰.

No *Prefácio de 59*, texto metódico mais citado por Gramsci, está presente o conhecidíssimo trecho, onde se afirma que “a totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”³³¹. Ainda, mais a frente, observa que “quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com a ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência deste conflito e o levam até o fim”³³². Em especial destes excertos, icônicos a respeito da elaboração da metáfora estrutura/superestrutura, forja-se “uma tensão quase insuportável, pois ao mesmo tempo, ele subordina inteiramente o processo histórico a uma teleologia preexistente, e afirma, entretanto, que o motor da transformação não é outra coisa senão as contradições da vida material ‘cientificamente

³²⁷ FROSINI, **Gramsci e la filosofia**..., 2003, p.90.

³²⁸ MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

³²⁹ MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

³³⁰ BIANCHI, **O laboratório de Gramsci**: Filosofia, História e Política..., 2008, p.121.

³³¹ MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.47.

³³² MARX, **Contribuição à crítica da economia política**..., 2008, p.48

constatáveis”³³³. Não é a toa, conforme Balibar, que durante a história do “materialismo histórico” tenham se realizado tantas interpretações para superar uma leitura linear e determinista do marxismo: as diversas noções de determinação em última instância, ação recíproca, ação de retorno, entre outras tentativas de fazer tal esquema suportar as contradições da realidade.

O próprio Gramsci intenta durante todos os *Quaderni*, em sua teoria geral da hegemonia, dar a melhor composição teórica para o “problema crucial do materialismo histórico”³³⁴. Ocorre que, numa leitura diacrônica feita dos *Quaderni* conforme Cospito³³⁵, pode-se avaliar uma transformação da centralidade categorial do nexo estrutura/superestrutura em sua ressignificação até um uso metafórico e instável e o aumento de importância de outras categorias como forças sociais objetivas/subjetivas na constituição dialética de um bloco histórico.

Por esta via, num percurso absolutamente sintético, desde o Caderno 1, figuram alternativas categoriais para amainar a tensão descrita por Balibar: “estrutura econômico-política (relativamente)” (Q.1, §43), “estrutura econômico-cultural” (Q.1, §73), “estrutura estatal” (Q.2, §152), “estrutura ideológica” (Q.3, §149), etc. Até o desembocar nas grandes reflexões do *Caderno 4*, em especial da nota 38 (A), onde descreve que a estrutura é “uma relação objetiva, é um dado ‘naturalístico’ que pode ser mensurado pelo sistema das ciências exatas ou matemáticas”³³⁶. Embora Gramsci coloque entre aspas a estrutura como um dado natural, acaba por ainda reproduzir certo economicismo no interior de sua filosofia da práxis.

Mas, ao passo que o marxista sardo vai afinando seu método de pesquisa, as notas posteriores sobre o tema da economia tomam outra forma. No *Caderno 7*, em Nota 24 (B), como necessidade para avançar no traçado marxiano, coloca a centralidade de absorver o “testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas”, pois se poderá ver quantas cautelas reais introduz Marx em suas investigações concretas, cautelas que não podiam achar lugar em obras gerais”³³⁷. Assim, Gramsci é

³³³ BALIBAR, Étienne. **A filosofia de Marx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 112.

³³⁴ GRAMSCI, §38 *Rapporti tra struttura e superstrutture* (A). **Quaderni del carcere**. Volume primo. Quaderno 4..., 2007, p.455.

³³⁵ COSPITO, Giuseppe. *Estructura y Superestructura. Un intento de lectura diacrónica de los cuadernos de la cárcel*. **Cinta de Moebio**. Revista de Epistemología de Ciencias Sociales, No. 10, 2001, p.58-63.

³³⁶ GRAMSCI, §38 *Rapporti tra struttura e superstrutture* (A). **Quaderni del carcere**. Volume primo. Quaderno 4..., 2007, p.457.

³³⁷ GRAMSCI, §24 *Struttura e superstruttura* (B). **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 7..., 2007, p.871.

capaz de radicalizar a interpretação do *Prefácio de 1859*, em virtude de estar sempre o lendo “a luz do conceito de práxis; o conhecimento é, em outros termos, sempre fundado sobre a relação entre teoria e prática, isto é, sempre histórica, sempre ligada à política”³³⁸. Por isso, introduz algumas cautelas metódicas que resultam numa crítica ao acesso essencialista das estruturas e seus “reflexos” superestruturais, ao ressaltar “a dificuldade de identificar, estaticamente (como imagem fotográfica instantânea), a estrutura; a política é, de fato, em cada ocasião o reflexo das tendências de desenvolvimento da estrutura, tendências as quais não devam, necessariamente, constituir-se como realidade”³³⁹.

Nesse sentido, Gramsci vaticina “a pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor cada flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da estrutura deve ser combatida teoricamente como um infantilismo primitivo”³⁴⁰. Impactos dessa alteração encontra-se na nota 17 (C) do *Caderno 13* – reelaboração de parte da nota 38 do *Caderno 4* –, quando exclui a possibilidade de ver a economia como um dado natural e acrescenta que, enquanto relação, “é uma realidade rebelde: ninguém pode modificar o número das empresas e seus empregados, o número das cidades com sua corresponde população urbana, etc. [...] quer dizer, permite controlar o grau de realismo e facticidade das diversas ideologias que nascem em seu mesmo terreno”³⁴¹.

Ao fim desse brevíssimo excursus, Gramsci encaminha-se a um uso mais eventual e exemplificativo da relação estrutura e superestrutura presente no *Prefácio de 1859*. Numa nota do *Caderno 11*, emblemática em seu próprio título – *História da terminologia e das metáforas* –, o marxista sardo alerta que “a expressão tradicional que a ‘anatomia’ da sociedade está constituída por economia é uma simples metáfora tomada das discussões que tiveram lugar nas ciências naturais [...] e a filosofia da práxis, propondo-se reformar intelectual e moralmente a extratos sociais culturalmente atrasados recorre a metáforas as vezes ‘grosseiras e violentas’ em sua popularidade”³⁴².

³³⁸ FROSINI, *Gramsci e la filosofia*..., 2003, p.91

³³⁹ GRAMSCI, §24 *Struttura e superstruttura (B)*. **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 7..., 2007, p.872

³⁴⁰ GRAMSCI, §24 *Struttura e superstruttura (B)*. **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 7..., 2007, p.871

³⁴¹ GRAMSCI, §17 *Analisi delle situazioni: rapporti di forza* (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1583.

³⁴² GRAMSCI, §50 *Storia della terminologia e delle metafore (C)*. **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 11..., 2007, p.1473-1474.

Essa reticência à simplificação da metáfora naturalista da economia aplica-se, igualmente, a metáfora arquetônica, que é muito útil para uma primeira aproximação, porém, absolutamente, insuficiente no delineamento da realidade efetiva.

Em suas análises das relações sociais ou de força como costumava chamar, Gramsci, conforme Cospito, passa a sua leitura definitiva, ao apontar, a superação da dualidade estrutura-superestrutura, “pela relação entre condições objetivas e condições subjetivas do evento histórico”. Assim, “parece evidente que nunca podem faltar às condições subjetivas quando existem as condições objetivas, enquanto se trata de simples distinção de caráter didático: portanto, é na medida das forças subjetivas e de sua intensidade sobre o que pode versar a discussão e, portanto, sobre a relação dialética entre as forças subjetivas em contraste”³⁴³. Com o desenvolvimento de seu pensamento, o marxista italiano “substitui estrutura e superestrutura pela dialética entre forças subjetivas e objetivas, muito menos dicotômicas, posto que para Gramsci objetivo significa ‘humanamente objetivo’ e, portanto, também humanamente subjetivo’ e ‘universal subjetivo’”³⁴⁴. Por este caminho, Gramsci visa captar mais concretamente e expressa em sua dialeticidade os movimentos da totalidade social e, para tanto, lança mão de uma nova categoria: bloco histórico.

Toda essa instabilidade na tentativa de dar uma resposta adequada à tensão estrutura/superestrutura, desde a grande formulação presente no *Caderno 4*, encontra uma proposta de leitura anti-economicista e ancorada numa perspectiva de totalidade no conceito de bloco histórico. Trata-se de uma formulação, um aporte, notadamente, original do pensamento gramsciano ao marxismo. “A origem vagamente soreliana [explicitada por Gramsci em várias notas] não deve levar a um engano, uma vez que, para Gramsci, o bloco não serve para pensar a validade psicologia dos ‘mitos’ [figura da greve geral], mas para pensar o modo no qual aquela validade adquire uma dimensão gnosiológica, isto é, uma realidade historicamente efetiva”³⁴⁵. Tal dimensão ontognosiológica expressa-se na “concepção de ‘bloco histórico’, onde, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias a forma – distinção de forma e conteúdo

³⁴³ GRAMSCI. §25 *Machiavelli (B). Quaderni del carcere*. Volume terzo. Quaderno 15 (II)..., 2007, p. 1781-1782.

³⁴⁴ COSPITO, *Estructura y Superestructura. Un intento de lectura diacrónica de los cuadernos de la cárcel...*, 2001, p.62.

³⁴⁵ FROSINI, *Gramsci e la filosofía...*, 2003, p.93

meramente didática –, porque as forças materiais não seriam concebíveis historicamente sem forma e as ideologias seriam caprichos individuais sem as forças materiais”³⁴⁶.

Uma categoria que realiza a síntese e encaminha para superação esquemática da metáfora arquitetônica, pois, através da noção de bloco histórico, visualiza-se que “se os homens adquirem consciência de sua posição e suas obrigações no terreno das superestruturas, isto significa que entre estrutura e superestrutura existe um vínculo necessário e vital”³⁴⁷. Mas, como todo conceito gramsciano está demarcado pela práxis, a formação e destruição de blocos históricos apontam para uma disputa estratégica de hegemonia da sociedade em sua organicidade, permitindo realizar leituras de relações de força no conjunto das mediações intersubjetivas. Nesta questão, mais uma vez Frosini é preciso, ao definir que “bloco histórico não seria nada mais que um sinônimo para a construção de uma vontade coletiva sobre a base de determinadas relações de produção na esfera do conceito de hegemonia”³⁴⁸.

Contrariamente aos textos gramscianos, por esta dimensão da práxis política, que, obviamente, em certas conjunturas implica acordos políticos, utilizou-se a noção de bloco histórico “como sinônimo de aliança de classes” – esta caracterização, frequentemente, encontra-se, em Togliatti, bem como “no uso que o Partido Comunista Italiano (PCI), passou a fazer da expressão no pós-guerra”³⁴⁹. Com base em tal interpretação, facilmente, opõe-se “bloco histórico dominante”, dirigido por uma aliança dirigida pelas classes dominantes, a futuro um “novo bloco histórico”, que seria um sistema hegemônico que reuniria uma composição conjuntural das classes subalternas. “Tal deformação revela uma incompreensão da noção de bloco histórico. Este reúne o conjunto da estrutura e superestrutura, portanto as classes subalternas e o sistema hegemônico”³⁵⁰. Com este entendimento, acaba por se reduzir, a um só tempo, o conceito de bloco histórico a uma perspectiva politicista (aliança estratégica organizada em torno da vontade política dos atores envolvidos) e economicista (prenúncio de um conflito estruturado a partir da iniciativa dirigente das duas classes fundamentais).

³⁴⁶ GRAMSCI, §21 *Validità delle ideologie (B)*. **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 7..., 2007, p.869.

³⁴⁷ GRAMSCI, §41 XII (C) **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 10 (La filosofia di Benedetto Croce – Parte II)...., 2007, p.1321.

³⁴⁸ FROSINI, **Gramsci e la filosofia**..., 2003, p.134

³⁴⁹ BIANCHI, **O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política**..., 2008, p.137

³⁵⁰ PORTELLI, **Gramsci e o bloco histórico**..., 2002, p.94

Na verdade, em uma acepção coerente, bloco histórico compreende uma ferramenta de análise crítica “com vistas à interpretação das relações históricas, portanto, concretas e moventes, existentes entre estrutura e superestrutura, condições objetivas e condições subjetivas, forças materiais de produção e ideologias”³⁵¹. Uma mirada que não retira a especificidade do momento econômico, mas que analisa como diferentes arranjos podem se constituir no interior de um mesmo bloco histórico e as alternativas de sua superação.

A capacidade de romper com a hegemonia formada em tais blocos está associada aos momentos, denominados por Gramsci de crise orgânica, em que há uma aceleração do tempo histórico, possibilitando desfechos e reconfigurações antes inesperados ou inusitados. E, para entender esses processos de mudança, além de seus conceitos políticos, lastreia-se, firmemente no esquecido campo da crítica da economia política gramsciana, em especial, nas categorias “mercado determinado” e “queda tendencial da taxa de lucro”. Aqui, passa-se, a avaliar como é, igualmente, determinante para Gramsci a dimensão objetiva para construção do seu pensamento, usando, como exemplo, seu tratamento do americanismo-fordismo e fascismo-corporativismo.

2. A concretude da crítica da economia política de Gramsci

A tematização dos contextos de crise, com explícita ou implícita referência ao acontecimento explosivo de 1929, é fator de irrupção, nitidamente, da problemática dos processos econômicos no cenário contemporâneo concretamente, tendo sua primeira sistematização do nexos, já referido, entre estrutura e superestrutura (Q.4, §38). Desde essa primeira sistematização no *Caderno 4*, Gramsci alerta que, na leitura das forças objetivas (estruturas), é preciso distinguir o permanente do ocasional. Assim, se “uma crise, que se prolonga por dezenas”, deve-se observar que “esta duração excepcional significa que na estrutura se tem revelado (chegou-se ao seu amadurecimento) contradições incuráveis e que as forças políticas operantes positivamente para conservação e defesa da estrutura | mesmo com os esforços, todavia, para sanar dentro

³⁵¹ BIANCHI, *O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política...*, 2008, p.138.

de certos limites e para superá-la”³⁵². Mais a frente, recusando qualquer análise economicista da relação crise-subjetividade-revolução, tal como fez Marx em os *Grundrisse*, aclara que “se pode excluir que, em si, a crise econômica, imediatamente, produzam eventos fundamentais; apenas criam um terreno mais favorável à difusão de certos modos de pensar, de colocar e resolver as questões que implicam toda o desenvolvimento ulterior da vida estatal”³⁵³.

Ao adentrar na discussão sobre as razões do *crack* da bolsa de valores de Nova Iorque, Gramsci, mais uma vez ressalta, que um processo de crise possui “muitas manifestações em que causas e efeitos se complicam e se sobrepõem. Simplificar significa desnaturalizar e falsificar”³⁵⁴. Mesmo procedimento, o marxista sardo utilizou para refutar o argumento determinista que deposita diretamente a causa da revolução francesa ao empobrecimento generalizado, pois “a questão particular do mal-estar ou bem-estar econômico como causa de uma nova realidade e histórica é um aspecto parcial das relações de força em seus vários graus”³⁵⁵. Mas recusar o economicismo não significa relegar a importância decisiva da esfera econômica enquanto fator constituinte das contradições sociais. Este ponto fica bem demarcado, quando Gramsci resume a crise de 1929 em três pontos: “1) a crise é um processo complicado; 2) inicia-se, pelo menos, com a guerra, embora esta não seja sua primeira manifestação; 3) *a crise tem origens internas, nos modos de produção e, portanto, de troca, e não em fatos políticos e jurídicos*”³⁵⁶.

Então, negar uma abordagem mecanicista dos processos de crise econômica, não resulta em convertê-la somente numa crise política e cultural. Pelo contrário, para Gramsci é fundamental compreender as modificações econômicas e estabelecer alguma capacidade crítica de análise e previsibilidade de seus movimentos. Para tanto, o marxista sardo opera com dois conceitos: conjuntura e situação. “A conjuntura diz respeito àquelas flutuações próprias do ciclo econômico. Distingue-se do conceito de

³⁵² GRAMSCI. §17 *Analisi delle situazioni: rapporti di forza*” (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1580.

³⁵³ GRAMSCI. §17 *Analisi delle situazioni: rapporti di forza*” (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1587.

³⁵⁴ GRAMSCI. §5 *Passato e presente. La crisi* (B). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 15 (II)...., 2007, p.1755.

³⁵⁵ GRAMSCI. §17 *Analisi delle situazioni: rapporti di forza*” (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1588.

³⁵⁶ GRAMSCI. §5 *Passato e presente. La crisi* (B). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 15 (II)...., 2007, p.1756, grifo nosso.

situação utilizado por Gramsci para destacar aqueles processos que se desenvolvem no longo prazo”³⁵⁷.

Tais definições encontram-se no desenvolvimento dos *Quaderni* entre a nota 130 presente no *Caderno 6* e sua segunda redação presente na nota 16 do *Caderno 15* (II). Na segunda passagem, em escrita mais elaborada, Gramsci descreve que “se pode definir a conjuntura como um conjunto de circunstâncias que determinam o mercado em uma dada fase, mas estas circunstâncias são concebidas como em movimento, isto é, como um conjunto que dá lugar a um processo de novas combinações sempre, processo que é o ciclo econômico [...] Por isso, a conjuntura foi também definida como a oscilação da situação econômica ou o conjunto das oscilações”³⁵⁸. A primeira escrita, embora mais truncada, traz elementos de esclarecimento das intenções gramscianas bastante importantes, quando discorre que “a conjuntura seria o complexo de características imediatas e transitórias da situação econômica e, para este conceito haveria que entender, então, as características mais fundamentais e permanentes da própria situação. O estudo da conjuntura, portanto, aproxima-se da política imediata, da ‘tática’ [e da agitação], enquanto que ‘a situação’ está ligada à ‘estratégia’ e à propaganda”³⁵⁹.

Para estudar os fenômenos a concretude dos fenômenos econômicos (conjuntura/situação), Gramsci, com inspiração de Ricardo, parte de dois conceitos, considerados por ele fundamentais, “de ‘mercado determinado’ e de ‘lei de tendência’ [...]. Não terá sido talvez a partir destes dois conceitos que houve um impulso para converter a concepção ‘imanentista’ da história – expressa com linguagem idealista e especulativa da filosofia clássica alemã – numa ‘imanência’ realista imediatamente histórica, na qual a lei de causalidade das ciências naturais foi depurada de seu mecanicismo”³⁶⁰. Reconhece, nesta Carta a Tania, o valor gnosiológico de tais conceitos que dentro de uma síntese teórica, ancorada na ideia das três fontes de Lenin, pode produzir uma nova concepção imanência a partir da centralidade da práxis.

³⁵⁷ BIANCHI, Alvaro. **Arqueomarxismo**: comentários sobre o pensamento socialista. São Paulo: Alameda, 2013, p.139-140.

³⁵⁸ GRAMSCI. §16 *Nozioni enciclopediche. Aporia (C)*. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 15 (II)...., 2007, p.1774.

³⁵⁹ GRAMSCI, §130 *Nozioni enciclopediche. Congiuntura (A)*. **Quaderni del carcere**. Volume secondo, Quaderno 6...., 2007, p.797.

³⁶⁰ GRAMSCI, *Carta a Tania em 30 de maio de 1932*. **Cartas do Cárcere**. Volume 2...., 2005, p.205.

Inclusive, Gramsci chega a dizer que, “em certo sentido, a filosofia da práxis é igual a Hegel + David Ricardo”³⁶¹.

2.1 A complexidade e tendências do(s) mercado(s) determinado(s)

É interessante observar como os recortes da conjuntura/situação do funcionamento do processo econômico capitalista em seus movimentos complexos são delineados a partir de *leis de tendência*. “Não se trata de ‘descobrir’ uma lei metafísica determinista e tampouco de estabelecer uma lei geral de causalidade. Se trata de verificar como no desenvolvimento histórico se constituem forças relativamente ‘permanentes’, que operam com certa regularidade e automatismo”³⁶². Assim, quando Gramsci expressa abstrações como regularidade, necessidade, automatismo e a própria noção de leis do mercado, ele objetiva desvendar tendências no interior de uma situação econômica, que pode se expressar ou não nos fatos históricos. Por isso, “a filosofia da práxis resultou, com a síntese de três correntes vivas [conexão de Ricardo, Hegel e Robespierre], a uma nova concepção de imanência, depurada de todo rastro de transcendência e teologia”³⁶³.

E estas leis tendências em uma economia política crítica³⁶⁴, para Gramsci, uma supressão dos princípios ricardianos, devem ser buscadas “no desenvolvimento da burguesia como ‘classe concretamente mundial’ e, portanto, na formação do mercado mundial já bastante ‘denso’ de movimentos complexos, para que dele se possam isolar e estudar as leis de regularidades necessárias [...], ou seja, a partir delas verificar o ‘mercado determinado’, que consiste em ambiente organicamente vivo e vinculado em

³⁶¹ GRAMSCI, §9 *Introduzione allo studio della filosofia. Immanenza speculativa e immanenza storicistica o realistica (B) Quaderni del carcere*. Volume secondo. Quaderno 10 (La filosofia de Benedetto Croce – Parte II)..., 2007, p.1247.

³⁶² GRAMSCI, §52 *Regolarità e necessità (C). Quaderni del carcere*. Volume secondo. Quaderno 11..., 2007, p.1479.

³⁶³ GRAMSCI, §9 *Introduzione allo studio della filosofia. Immanenza speculativa e immanenza storicistica o realistica (B) Quaderni del carcere*. Volume secondo. Quaderno 10 (La filosofia de Benedetto Croce – Parte II)..., 2007, p.1248.

³⁶⁴ Gramsci faz uma distinção entre três vertentes da economia política: a *economia política clássica* – que é, na sua visão, representada principalmente pela figura imponente de David Ricardo –, a *economia política crítica* – que é sua abreviação para a crítica da economia política de Marx e a economia política marxista – e a *economia pura*, que é, em grande parte, a mesma que a economia neoclássica ortodoxa, ainda em construção em seus dias. KRÄTKE, *Gramsci and the Renewal of the Critique of Political Economy*..., 2016, p.5.

seus momentos de desenvolvimento”³⁶⁵. Então, ao contrário do conceito de mercado determinado constituído pela economia pura, entendido como uma abstração arbitrária e com um valor convencional, compreende-se enquanto “o conjunto das atividades econômicas concretas de uma forma social determinada, assumida em suas leis de uniformidade, isto é, uma forma abstrata, mas sem que a abstração deixe de ser historicamente determinada”³⁶⁶. Em mais uma síntese, salientando a imbricação ontológica entre o momento objetivo e subjetivo (bloco histórico), Gramsci arremata que a categoria “‘mercado determinado’ equivale, portanto, a dizer ‘determinada relação de forças sociais em uma determinada estrutura do aparato de produção’, relação esta garantida (ou seja, tornada permanente) por uma determinada superestrutura política, moral e jurídica”³⁶⁷. Sendo assim, para Luigi Cavallaro, “Gramsci funda uma teoria da imanência capaz de avistar, no presente histórico, a coexistência de ‘mercados determinados’, de modos de produção diferentes, cada um em luta contra o outro para conseguir a hegemonia”³⁶⁸.

Aqui, chega-se a um ponto fundamental, pois, em virtude da claríssima negação da economia como único fator determinante na conformação de um bloco histórico e salientar o papel decisivo dos contornos das relações “superestruturais”, operou-se uma inversão subjetivista do pensamento gramsciano. Esta apreensão é de uma rotação de tamanha magnitude que Gramsci figura como um teórico da política precursor/constituente da centralidade da linguagem na luta intersubjetiva (um liberal/protohabermasiano³⁶⁹ ou um radical pós-moderno/culturalista³⁷⁰). Em suma,

³⁶⁵ GRAMSCI, §9 *Introduzione allo studio della filosofia. Immanenza speculativa e immanenza storicistica o realistica* (B) **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 10 (La filosofia di Benedetto Croce – Parte II)..., 2007, p.1247-8.

³⁶⁶ GRAMSCI, §32 *Punti di meditazione per lo studio dell'economia. Intorno ai Principi di Economia Pura del Pantaleoni* (B) **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 10 (La filosofia di Benedetto Croce – Parte II)..., 2007, p.1276-7.

³⁶⁷ GRAMSCI, §52 *Regolarità e necessità* (C). **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 11..., 2007, p.1477.

³⁶⁸ CAVALLARO, Luigi. *A economia política de Gramsci*. **Novos Rumos**, São Paulo, n. 38, 2002, p. 4-14, p.5.

³⁶⁹ “Habermas propugna, em sua análise sobre a sociedade contemporânea, que a centralidade do trabalho foi substituída pela centralidade da esfera comunicacional ou da intersubjetividade”. Então, “no nível mais abstrato, a sobrevalorização habermasiana se efetiva pela perda da relação de distância e prolongamento existente entre o trabalho e a práxis interativa, que assume a forma relacional entre esferas que se tornaram dissociadas, a partir da complexificação da vida societal. [...] Habermas, ao contrário, na disjunção que opera a partir da complexificação das formas sociais, conferirá à esfera da linguagem e da comunicação o espaço e o sentido privilegiado da emancipação”. Quando, então, avalia-se Gramsci enquanto um teórico da constituição de alianças políticas e formação de consensos “comunicacionais” na sociedade civil, opera-se uma redução reformista e, por que não dizer, protohabermasiana do marxista sardo. ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009, p.146 e p.157.

alguém que está além das fronteiras do marxismo. Como visto até agora, isto se trata de um brutal equívoco, uma vez que o revolucionário sardo, através de sua análise do mercado determinado, buscava no solo da crítica da economia política marxiana o amparo categorial para compreender a contraditória sociedade italiana. E, embora sua abordagem do fenômeno linguístico seja um elemento constitutivo e catalizador das potencialidades da teoria geral da hegemonia gramsciana, o pulsar de suas reflexões está ancorada nas relações derivadas do trabalho, quer dizer, em que pese o seu arsenal de criativas categorias mais representativas esteja situado na esfera política, não é lícito esquecer que se está a teorizar uma crítica da economia *política* e, portanto, compreender as dimensões do poder significa elucidar como se coloca em marcha as diferentes formas de exploração do trabalho. E, como não poderia deixar de ser, a teoria da mais-valia ou do mais-valor, que explica a produção e reprodução do capital através da extração de trabalho vivo, é um pilar sempre presente implícita ou explicitamente na condução dos estudos gramscianos.

Mas, no momento em que Gramsci tenta aclarar as contradições do “mercado determinado” com a crise de 1929, por meio dos escritos de Croce sobre Marx, a respeito das tendências em colisão entre o aumento crescente da taxa de extração de mais-valor e a queda da taxa de lucro, a abordagem dialética entre objetividade e subjetividade das forças sociais salta aos olhos. O grande filósofo idealista italiano objeta a tese de Marx como inconciliável, visto que uma tendência anularia a outra em termos de economia capitalista – o progresso técnico seria capaz de reverter à queda da taxa de lucro. Em sentido oposto, Gramsci coloca que “este problema está já delineado no tomo I da *Crítica da economia política* [O Capital], onde se fala da mais-valia relativa e do processo técnico como causa, precisamente, da mais-valia relativa; no mesmo ponto observa como neste processo se manifesta uma contradição, pois se, por um lado, o progresso técnico permite uma dilatação da mais-valia, por outro, determina,

³⁷⁰ “O pós-modernismo empurra a ótica comunista para um culturalismo desequilibrado, para um relativismo moral e para uma hostilidade aos universais”. Desde modo, “se o pós-modernismo constitui uma forma de culturalismo, é porque, entre outras razões, ele se recusa a reconhecer que o que os diferentes grupos étnicos têm em comum em termos sociais e econômicos é, no final das contas, mais importante que suas diferenças”. EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.80-90. Portanto, nesta constelação de subjetividades, “cada indivíduo é uma combinação original de pertencas múltiplas. Mas a maior parte dos discursos da pós-modernidade faz a crítica da vulgata ortodoxa até dissolver as relações de classes nas águas turvas do individualismo metodológico. BENSÂID, Daniel. **Os irredutíveis**: teoremas de resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008, p.44. Por esta via, desenvolvem-se uma série de estudos culturais que, embora importantes, ao negar a centralidade do trabalho, centram suas baterias no terreno da ruptura discursiva com os mecanismos hegemônicos de dominação (coloniais, raciais, gênero, etc.) e negligenciam o imperativo de derrotar o mundo do capital.

pela mudança que introduz na composição do capital, a queda tendencial da taxa de lucro e isso está demonstrado no tomo III”³⁷¹. Desta maneira, “o problema é colocado por Gramsci nos mesmos termos que Marx, ou seja, constata a existência de forças que se opõem à queda da taxa de lucro, atenuando ou freando sua velocidade. É a existência dessas forças o que definia o caráter tendencial da lei. Gramsci colocou o problema em uma dimensão histórica”³⁷².

Então, quando se fala em mercado determinado, não está se falando em leis naturais ou metafísicas, mas sim em seu caráter tendencial no contexto histórico-concreto. É necessário, portanto, formular qual é a tendência principal de uma situação histórica – que assume o aspecto de momento predominante³⁷³ ou, nas palavras de Gramsci, “a tendenciosidade converte-se em uma característica organicamente relevante”, em detrimento a outras contratendências conjunturais na complexidade do mundo econômico. Ao observar o ciclo econômico que culminara em 1929, Gramsci coloca que, “neste caso, no qual a queda da taxa de lucro é apresentada como o aspecto contraditório de outra lei, a produção do mais-valor relativo, na qual uma tende a suprimir a outra, com a previsão de que a queda da taxa de lucro será predominante”. Acrescenta, ainda, que “as forças contraoperantes” possuem limites no plano conjuntural/situacional para a implementação da mais-valia relativa, “por exemplo, tecnicamente pela resistencia elástica da matéria e socialmente pela medida suportável da desocupação em uma determinada sociedade. Ou seja, que a contradição econômica, se torna contradição política e se resolver politicamente em uma inversão da práxis”³⁷⁴.

³⁷¹ GRAMSCI, §33 *Punti di riferimento per un saggio su Croce (B) Quaderni del carcere*. Volume secondo. Quaderno 10 (La filosofia de Benedetto Croce – Parte II)..., 2007, p.1278.

³⁷² BIANCHI, **Arqueomarxismo**: comentários sobre o pensamento socialista..., 2013, p.139

³⁷³ Sobre o conceito de momento predominante, Lukács no rastro de Marx e Hegel, explica: “É claro: a interação tem muitos aspectos e se articula de diferentes modos. Mas também está claro que nessa relação entre determinações de reflexão tão ricamente articulada revela-se com toda evidência o traço fundamental da dialética materialista: nenhuma interação real (nenhuma real determinação de reflexão) existe sem momento predominante. Quando essa relação fundamental não é levada na devida conta, tem-se ou uma série causal unilateral e, por isso, mecanicista, simplificadora e deformadora dos fenômenos, ou então aquela interação carente de direção, superficialmente rutilante, cuja ausência de ideia Hegel criticou com razão em seu tempo, mas sem encontrar solução para o problema”. LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social I**. São Paulo: Boitempo, 2012, p.232. “Traduzindo o que Hegel entendeu corretamente para a linguagem ontológica que ele apenas subentendeu (porque para Hegel o conceito é simultaneamente lógico e ontológico), o núcleo intencionado por ele poderia ser expresso da seguinte maneira: a simples interação levaria a um estado estacionário e, em última análise, estático; caso se quera dar expressão conceitual à dinâmica viva do ser, ao seu desenvolvimento, é preciso indicar onde, na referida interação, pode ser encontrado o momento predominante”. LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013, p.184.

³⁷⁴ GRAMSCI, §33 *Punti di riferimento per un saggio su Croce (B) Quaderni del carcere*. Volume secondo. Quaderno 10 (La filosofia de Benedetto Croce – Parte II)..., 2007, p.1278.

Mas a expressão do mercado determinado, embora suas características sejam brutalmente nacionais, sobretudo, na configuração das forças sociais componentes do campo da produção e no enraizamento das relações política e culturais, as classes dirigentes para aprofundar as contratendências da queda da taxa de lucro visam incrementar as condições de influência ou mesmo anexar outros mercados determinados (“zonas coloniais”). Assim, Gramsci compreende que “todo grupo dirigente tende, em abstrato, a ampliar a base da classe trabalhadora da qual extrai mais-valor, mas a tendência abstrata transforma-se em concreta e imediata, quando a extração de mais-valia em sua base histórica se tornara difícil ou perigosa para além de certos limites”³⁷⁵. Então, apesar desta questão não se constuir num determinismo economicista, o marxista sardo vê a “origem das guerras” através do pano de fundo de disputas de classes dirigentes nacionais por outros “mercados determinados”. E, de certo modo, colocando a questão centro-periferia e da dependência, afirma que “em um Estado a história é a história das classes dirigentes, assim, no mundo, a história é a história dos Estados Hegemônicos. A história dos Estados subalternos se explica pela história dos Estados hegemônicos”³⁷⁶.

Nesse sentido, além desse movimento de forças militares ou mesmo submeter no plano político os setores dirigentes de Estados subalternos para ampliar o seu mercado determinado, a classe dirigente tende a utilizar-se do potencial legislativo de modo a conformar juridicamente outras possibilidades de intensificação de sua capacidade de extrair mais-valor. Contudo, ressalta Gramsci, que o “meio mais eficaz dos empresários, individualmente, para escapar da lei de queda é o de introduzir incessantemente novas modificações progressivas em todos os campos do trabalho e produção, sem esquecer que aportes mínimos em empresas muito grandes, multiplicados em grande escala, dão resultados muito apreciáveis”³⁷⁷. É a partir deste princípio que Gramsci, no contexto da crise mundial, analisa as modificações no campo produtivo introduzidas pelo americanismo-fordismo, que “significa uma luta contínua, incessante, para escapar da lei da queda da taxa de lucro, mantendo uma posição de

³⁷⁵ GRAMSCI. §34 *Sull'origine delle guerre (C)*. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1631.

³⁷⁶ GRAMSCI. §5 *Passato e presente. La crisi (B)*. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 15 (II)..., 2007, p.1759.

³⁷⁷ GRAMSCI, §36 *Punti di riferimento per un saggio su Croce (B)* **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 10 (La filosofia de Benedetto Croce – Parte II)..., 2007, p.1281.

superioridade sobre seus competidores”³⁷⁸. E, por outro lado, não vê no corporativismo-fascista um fenômeno de mesma estirpe, uma vez que a “orientação corporativa não teve origem nas exigências de uma transformação das condições técnicas da indústria e nem sequer em uma nova política econômica, mas nas exigências de uma política econômica, exigências agravadas pela crise de 1929 e ainda em curso”³⁷⁹.

Este duplo movimento de estudo – americanismo-fordismo e fascismo-corporativismo – é emblemático para compreender o ritmo de desenvolvimento do constructo gramsciano. Pois aponta, ao mesmo tempo, para a emergência de um fenômeno com tendência de expansão hegemônica global (americanismo-fordismo), e analisa, como pensador profundamente nacional, as características da resposta italiana à crise econômica mundial. O marxista italiano acaba por se aprofundar mais explicitamente e com mais exaustão no fenômeno social do Americanismo e Fordismo – o *Caderno 22* possui, inclusive, este título –, mas também discorre, embora em menor dimensão por causa da censura imposta no cárcere, na formulação corporativa enquanto um plano de redesenho econômico do mercado determinado da Itália frente às dificuldades de acumulação de capital potencializadas pelo acontecimento de 1929.

2.2 As mutações de mercados determinados: a relação entre americanismo-fordismo e fascismo-corporativismo.

Em especial, sobre o americanismo e fordismo, é imperativo dizer que não se trata de uma preocupação secundária nos *Quaderni*, uma vez que, como se pode consultar no trabalho, aparece desde os primeiros planos de elaboração de seus estudos carcerários. Para Gramsci, de maneira geral, o americanismo expressa um “fenômeno a um só tempo político, ideológico e econômico [...] como um modo de vida profundamente imbricado na esfera produtiva com o taylorismo – modelo de organização do trabalho – e com o fordismo – como mecanismo global de acumulação de capital”³⁸⁰. Então, o marxista sardo, com o caminhar de seus estudos até a

³⁷⁸ GRAMSCI, §36 *Punti di riferimento per un saggio su Croce (B) Quaderni del carcere*. Volume secondo. Quaderno 10 (La filosofia di Benedetto Croce – Parte II)..., 2007, p.1282.

³⁷⁹ GRAMSCI. §6 *Autarchia finanziaria dell'industria (C). Quaderni del carcere*. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p.2153.

³⁸⁰ BRAGA, Ruy. *Introdução*. In: GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e Fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008, p.12-13.

sistematização do *Caderno 22* desenvolve uma concepção, que, de forma simplificada, poderia ser definida com a compreensão do americanismo, no interior de uma acepção geopolítica e morfológica, enquanto uma expressão hegemônica possuidora de uma dimensão subjetiva\objetiva – expressada em valores ideológicos e culturais materializadas numa forma Estatal – e uma dimensão objetiva\subjetiva, técnico-produtiva, de extração de mais-valia associada ao fordismo.

Ao teorizar o fordismo como uma forma de resposta à queda tendencial da taxa de lucro e o americanismo como a forma hegemônica global de expansão desse processo histórico, realiza, nos *Quaderni*, “a internacionalização da ‘questão meridional’, examinada nos famosos *Temas* de 1926”³⁸¹. Nesse sentido, para Baratta, “Gramsci foi o primeiro marxista do século XX que considerou a unidade do mundo na sua configuração geopolítica, reconhecendo a função hegemônica assumida pelos Estados Unidos e o americanismo”³⁸². Isto não significa, contudo, reduzir o americanismo a somente o aspecto de demarcação geográfica de um polo de poder na relação internacional de subalternidade entre Estados nacionais (imperialismo), e sim uma forma hegemônica de organização da sociedade, que se apresenta como alternativa de sucesso para revitalização do capitalismo em crise. Por esta via, pode-se entender que “o americanismo é um fenômeno, ao mesmo tempo, americano (a nova ordem do capitalismo avistada nos Estados Unidos), europeu (a necessidade de imitação ou, ao contrário, ‘onda de pânico’ e mundial (hegemonia americana, imperialismo))”³⁸³.

Então, no plano econômico, o fordismo, enquanto padrão de acumulação de capital, exige duas ordens de alterações bastante significativas: uma plano objetivo, uma modificação que amplifique a eficiência na estrutura produtiva e viabilize a possibilidade de investimento através de mudanças nos setores financeiros; e outro no plano subjetivo do trabalho, a necessidade de se constituir um outro sujeito, um outro padrão de trabalhador, isto é, uma outra estrutura ideológica que construa um novo conformismo a partir da lógica industrial.

A respeito da relação entre capital produtivo e financeiro, Gramsci coloca que, para o desenvolvimento de um bloco industrial moderno, é necessário destruir os elementos parasitários da sociedade, que extraem mais-valor por meio de rendas

³⁸¹ BARATTA, Giorgio. *Americanismo e Fordismo*. In: FROSINI, Fabio; LIGUORI, Guido (coord.). **Le parole di Gramsci**: per un lessico del Quaderni del carcere. Roma: Carocci, 2004, p.17.

³⁸² BARATTA, *As rosas e os Cadernos...*, 2004, p.153.

³⁸³ BARATTA, *Americanismo e Fordismo*, 2004, p.20

financeiras derivadas de relações semifeudais. No sentido contrário, “a produção de poupança deveria converter-se em uma função interna (para melhorar o mercado) do próprio bloco produtivo, através de um desenvolvimento da produção a custos decrescentes, que permita, além de um maior volume de mais-valor, maiores salários, com a consequência de um mercado interno mais capaz, de alguma poupança operária e de mais altos lucros”³⁸⁴. A partir dessa mudança das relações econômicas, “as empresas poderiam dispor de liquidez financeira para financiar os processos de acumulação sem passar ‘através do intermediário dos produtores de poupança que, na realidade, são devoradores de mais-valia’”³⁸⁵.

Por sua vez, a ampliação da eficiência no parque produtivo, ocorre por meio da “atividade de organização científica do trabalho”³⁸⁶ representada pelo taylorismo, a fim de “com uma racionalização dos movimentos” fabris, gerar “uma produção relativa e absoluta maior que a anterior com a mesma força de trabalho”³⁸⁷. Com vistas a ganhos de produtividade, o trabalho coletivo estrutura-se em “uma linha rígida de produção [que] articulava os diferentes trabalhos tecendo vínculos entre as ações individuais das quais a esteira fazia as interligações, dando o ritmo e o tempo necessários para a realização das tarefas”³⁸⁸. Uma forma de intensificação do trabalho que combina a produção em série (fordista) com a aceleração e eficiência na execução de tarefas específicas (taylorismo).

Além disso, conforme Gramsci, outros fatores hegemônicos relevantes nas relações objetivas para formação do americanismo, facilitado em sociedades que não possuem a ossificação histórica de classes parasitárias, é o enfraquecimento dos aparatos de resistência operária e os maiores ganhos salariais. Assim, “combinando, habilmente, a força (destruição do sindicalismo obreiro de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima), consegue-se basear toda vida de um país sobre a produção”. Daqui, a famosa tese do marxista sardo de que a “hegemonia nasce da fábrica”³⁸⁹, isto é, a

³⁸⁴ GRAMSCI, §6 *Autarchia finanziaria dell'industria (C)*. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p.2155.

³⁸⁵ CAVALLARO, *A economia política de Gramsci...*, 2002, p.9.

³⁸⁶ GRAMSCI, § I (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 12..., 2007, p.1539

³⁸⁷ GRAMSCI, §41 VII (C) **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 10 (La filosofia de Benedetto Croce – Parte II)..., 2007, p.1312..

³⁸⁸ ANTUNES, *Os sentidos do trabalho...*, 2009, p.39.

³⁸⁹ GRAMSCI, §2 *Razionalizzazione della composizione demografica (C)*. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p.2146.

formação de um novo homem, fabricado para e no próprio processo produtivo, que atenda aos imperativos do mercado determinado em formação e expansão.

No americanismo, então, absolutamente conexa com essas mudanças no plano objetivo, faz-se presente uma profunda reconfiguração na dimensão subjetiva, em especial, no modo de vida do trabalhador industrial – “uma subjetividade que, para Gramsci, não pode nunca ser pressuposta, mas apenas produzida, posta”³⁹⁰. Nesse sentido, “na América a racionalização tornou necessário à elaboração de um novo tipo humano, conforme o novo tipo de trabalho e processo produtivo”³⁹¹. A indústria de Ford, justamente para exercer um poder monopolista perante o mercado – e, por isso, poderia conceder altos salários relativos –, tinha como um componente indispensável um operário de outra qualidade, que fosse disciplinado a ponto de suportar a nova lógica produtiva. Um tipo de qualificação, que nenhuma outra indústria de seu gênero requeria, “uma forma de consumo da força de trabalho e uma quantidade de força consumida pelo próprio tempo médio que são mais opressoras e mais extenuantes que em outros lugares, e que o salário não consegue compensar, nas condições dadas pela sociedade como está”³⁹². Deste modo, a relação entre americanismo e fordismo, para Gramsci, além do seu potencial repressivo, constitui-se como uma nova modalidade de submissão e sujeitamento dos trabalhadores – tese muito próxima que seria desenvolvida posteriormente por Michel Foucault com a noção de poder disciplinar³⁹³ e, inclusive, de biopolítica³⁹⁴.

³⁹⁰ FINELLI, Roberto. *As contradições da subjetividade: Americanismo e Fordismo em Antonio Gramsci*. **Educação em Foco**, V.5, n.2, Set-Fev, 2001, p.55.

³⁹¹ GRAMSCI, §2 *Razionalizzazione della composizione demografica (C)*. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p.2146.

³⁹² Q, 22, nota 13.

³⁹³ O poder disciplinar “centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos — tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano”. FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p.150. Assim, “o corpo assume uma significação totalmente diferente; ele não é mais o que deve ser supliciado, mas o que deve ser formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades, qualificar-se como corpo capaz de trabalhar”. FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003, p.119.

³⁹⁴ Por sua vez, o poder biopolítico, “que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida”. FOUCAULT, **História da Sexualidade 1...**, 2003, p.150.

Não se trata apenas de com mecanismos de coerção política ou mesmo de mercado impor aos trabalhadores outra rotina fabril, mas incutir uma “qualificação [que] é medida exatamente pelo seu desinteresse intelectual, ou seja, pelo mecanizar-se”. Mas o americanismo, não se reduz a figura taylorista do “gorila amestrado”, pois não pensar em um trabalho no momento de sua execução, ao invés de mumificar ou aniquilar espiritualmente os subalternos, pode fazê-los alcançar “um estado de complexa liberdade”³⁹⁵. Pois, se os trabalhadores como autômatos da máquina, compreendem-se enquanto tal, este processo de conscientização gradual pode fomentar um inconformismo operário (ativo). Por isso, o americanismo/fordismo supera o taylorismo e só pode ser compreendido a partir da introdução ideológico-cultural e da internalização de certa disciplina a partir da fábrica.

O marxista sardo avalia, portanto, que não se pode compreender a racionalização do trabalho na América sem os mecanismos proibicionistas, que, inclusive para além da fábrica, consistem, em primeiro lugar, em iniciativa dos próprios empresários para depois, caso não sejam capazes de vincular os operários ideologicamente – “as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados em algumas empresas para controlar a *moralidade* dos operários são necessidades do novo método de trabalho”³⁹⁶ –, tornar-se assunto Estatal propriamente dito. Todo este aparato moral-disciplinar consubstanciado nestas “iniciativas puritanas” possui “como fim a conservação, fora do trabalho, de certo equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção”, isto é, “o industrial americano se preocupa em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, da sua eficiência muscular e nervosa”³⁹⁷.

Para tanto, as denominadas iniciativas puritanas apontam, segundo Gramsci, para dois grandes inimigos: a ingestão de bebidas alcoólicas e a irregularidade sexual. Na época dos Quaderni, é importante ressaltar que, pela insuficiência de enfrentar o problema isoladamente, “a luta contra o álcool, o agente mais perigoso de destruição

³⁹⁵ GRAMSCI, §12 *Taylorismo e meccanizzazione del lavoratore (C)*. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p.2170.

³⁹⁶ GRAMSCI, §II *Razionalizzazione della produzione e del lavoro (C)*. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p. 2164-65.

³⁹⁷ GRAMSCI, §II *Razionalizzazione della produzione e del lavoro (C)*. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p.2166.

das forças de trabalho, se torna uma função de Estado”³⁹⁸. Deste modo, com a proibição legal do consumo de álcool, a dificuldade de acesso e o preço dificultam muito o acesso, mesmo com bons salários, de um trabalhador a um consumo excessivo da droga. Além disso, um bom trabalhador é aquele que descansa seu corpo para a jornada de trabalho do dia seguinte e, portanto, não tem tempo para investir na busca de pares sexuais diferentes. Por isso, “parece claro que o novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem-trabalhador não desperdice as suas energias na procura desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional [...]. O novo operário repetirá, de outra forma, o que ocorre nos vilarejos camponeses. A relativa firmeza das uniões sexuais camponesas está estreitamente ligada ao sistema de trabalho no campo”³⁹⁹.

Como visto, Gramsci identifica o americanismo como uma hegemonia que nasce da fábrica e, embora esse seja um traço fundamental de seu pensamento nos Quaderni, há, em especial, uma organicidade entre dimensão objetiva e subjetiva do arranjo do bloco histórico dos Estados Unidos. Neste caso, chegar a afirmar que tal poder hegemônico poder ser exercido “por uma minoria de intermediário, profissionais da política e da ideologia”⁴⁰⁰. Mas isso não significa que não se necessite de uma forma jurídico-política para o seu florescimento. Pelo contrário, ressalta que o americanismo requer a construção de um Estado Liberal, contudo “não como o liberalismo alfandegário ou da liberdade política efetiva, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que corroboram com meios próprios, como *sociedade civil*, para o próprio desenvolvimento histórico, no regida da concentração industrial e do monopólio”⁴⁰¹. E, ainda, como restou claro na questão anterior da luta contra o álcool, caso falhe o controle coercitivo e ideológico da fábrica, “as tendências ainda ‘privadas’ ou latentes, podem se tornar, a um certo ponto, ideologia de Estado, enxertando-se no puritanismo tradicional e apresentando-se como um renascimento da moral dos pioneiros, do ‘verdadeiro’ americanismo”⁴⁰². Portanto, um Estado Liberal em sua crueza concreta e não em modelos utopistas, isto é, que permite, simultaneamente, a

³⁹⁸ GRAMSCI, *§II Razionalizzazione della produzione e del lavoro (C). Quaderni del carcere*. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p.2166.

³⁹⁹ GRAMSCI, *§II Razionalizzazione della produzione e del lavoro (C). Quaderni del carcere*. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p.2167.

⁴⁰⁰ GRAMSCI, *§2 Razionalizzazione della composizione demografica (C). Quaderni del carcere*. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p.2146.

⁴⁰¹ GRAMSCI, *§6 Autarchia finanziaria dell'industria (C). Quaderni del carcere*. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p.2157.

⁴⁰² GRAMSCI, *§II Razionalizzazione della composizione demografica (C). Quaderni del carcere*. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p.2166-67

hegemonia de um moralismo puritano imposto coercitivamente via forma jurídica, bem como a livre criação e realização de monopólios econômicos.

Por sua vez, no âmbito nacional italiano, a resposta aos problemas causados pela guerra colonialista e à crise de acumulação de capital de 1929, encontra outros matizes por meio do fascismo e corporativismo. Seria, absolutamente equivocado afirmar que o tema do fascismo consiste em preocupação menor dentro dos *Quaderni*, uma vez que, embora não apareça explicitamente nos planos de trabalho, todo o excurso sobre a história italiana, em suas múltiplas facetas, tem como objetivo compreender e reagir a este fenômeno nocivo às classes subalternas. Mas não seria falso afirmar que, em termos de reflexões diretas/explicitas, provavelmente pelas condições carcerárias, a avaliação do mercado determinado da Itália possui muitíssimo menos considerações em relação ao americanismo.

Em primeiro lugar, Gramsci observa o movimento fascista, como já havia dito nos escritos políticos, como um subversivismo reacionário, que, embora uma parte de sua atuação estivesse situada no campo da ilegalidade, constituía, em essência, numa sustentação política em oposição à ruptura revolucionária do proletariado. Deste modo, “não poderia existir nenhuma ‘guerra civil’ entre o Estado e o movimento fascista, mas somente uma ação violenta e esporádica para modificar a direção do Estado e reformar seu aparato administrativo”. Nesta atuação político-militar, o movimento fascista sempre “esteve alinhado com o Estado, não contra ele, senão em forma metafórica e segundo a forma externa da lei”⁴⁰³.

Evidentemente, mesmo sendo um aliado das forças sociais regressivas, o fascismo provoca uma instabilidade e um rearranjo interno ao poder hegemônico e procura saídas/reformas no mercado determinado italiano de modo a reestruturar uma economia abalada pela guerra e sacudida pela crise mundial posterior. Nesse sentido, no *Caderno 10 (I)*, Gramsci a hipótese ideológica fascista apresenta-se como “uma revolução passiva no fato que, com a intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, seriam introduzidas modificações na estrutura econômicas mais ou menos profundas para acentuar o elemento do ‘plano de produção’, isto é, seria

⁴⁰³ GRAMSCI, §150 *Passato e Presente (B)*, **Quaderni del carcere..** Volume secondo. Quaderno 6..., 2007, p.808-09.

acentuada a socialização e a cooperação da produção sem tocar (limitando-se somente a regular e controlar) na apropriação individual e coletiva dos lucros”⁴⁰⁴.

Tal proposição fascista tinha no corporativismo, no campo econômico, a concepção para por em marcha uma “economia programada”, com “a promessa para introdução, na Itália, dos sistemas americanos de produção e trabalho mais avançados no mundo”⁴⁰⁵. A tese corporativista implicava enxergar a “corporação como um bloco industrial produtivo autônomo, destinado a resolver de maneira moderna e acentuadamente capitalista o problema de um ulterior desenvolvimento do aparato econômico italiano, contra os elementos semifeudais e parasitários da sociedade”⁴⁰⁶. Uma combinação entre polícia econômica (fator negativo) para repreender tanto individualmente como todo resquício do já regulado sindicalismo corporativo no aspecto produtivo e uma nova política econômica (fator positivo), que modernizaria a estrutura econômico-social a despeito dos velhos quadros do industrialismo e do arcaísmo da porção meridional.

Mas, na verdade, Gramsci não via indícios de uma política econômico-financeira do Estado que viesse a configurar como um instrumento de destruição da fossilizada classe vampiriza a receita orçamentária. Em sentido oposto, “o Estado cria novos acumuladores de capitais, promove as velhas formas de acumulação parasitária da poupança e tende a criar quadros sociais fechados. Na realidade, até agora a direção corporativa funcionou para sustentar situações periclitantes das classes médias e não para eliminá-las, e está tornando-se, pelos interesses constituintes que surgem sobre a velha base, uma máquina de conservação do atual estado de coisas e não uma mola de propulsão”⁴⁰⁷. Para Gramsci, o fundamental é que, independente do resultado dessa malfadada iniciativa autoritária, ela é eficaz ideologicamente de “manter o sistema hegemônico e as forças de coação militar e civil a disposição das classes dirigentes tradicionais”. Em uma síntese extraordinária, o marxista sardo afirma que tal “ideologia serviria como elemento de ‘guerra de posição’ no campo econômico internacional (a

⁴⁰⁴ GRAMSCI, §9 (C) **Quaderni del carcere**. Volume secondo, Quaderno 10 (La filosofia de Benedetto Croce – Parte I)..., 2007, p. 1228.

⁴⁰⁵ GRAMSCI, §6 *Autarchia finanziaria dell'industria* (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p.2153.

⁴⁰⁶ GRAMSCI, §6 *Autarchia finanziaria dell'industria* (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p.2155.

⁴⁰⁷ GRAMSCI, §6 *Autarchia finanziaria dell'industria* (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p.2157.

livre competência e a livre troca corresponderiam a guerra de movimento), assim como a revolução passiva o faz no campo político”⁴⁰⁸.

Ao observar o desenvolvimento e formação dos arranjos dos mercados determinados estadunidense e italiano, fica clara um acento na questão da subalternidade da economia internacional. As diferentes temporalidades, assumindo uma concepção de tempo polirítmico – Baratta, inclusive, salienta que Gramsci aproxima-se de “Benjamin, de uma concepção não linear de história e, portanto, oposta à ideologia burguesa de progresso”⁴⁰⁹ –, no campo nacional, identificada no fenômeno do *Mezzogiorno*, traspõem-se para as relações entre nações. Nesse sentido, Gramsci enxerga no americanismo, em oposição às classes parasitárias e que significam um peso extra à exploração do trabalho, certo progressismo. O mesmo não se pode dizer do corporativismo que se apresenta como modernização conservadora do velho pacto de classes. Mas, obviamente, isso não implica a adoção do americanismo como ideal de modelo civilizatório, nem isentar o contraponto que o avanço produtivo é associado a brutais condições de intensificação do trabalho e mortificação cultural. Faz, aliás, uma ressalva, ao grupos sociais condenados a construir a base material dessa nova ordem, “devem encontrar um sistema de vida ‘original’ e não de marca americana, para tornar ‘liberdade’ o que hoje é ‘necessidade’”⁴¹⁰.

Com estas breves considerações sobre os contornos da crítica da economia política gramsciana, foi possível demarcar a presença e a centralidade do trabalho/das relações de produção para constituição de sua teoria da hegemonia. Contudo, mais do que isso, será fundamental observar que, como toda categoria econômica está imbricada a categorias políticas, por sua vez, as categorias políticas também constituem, decisivamente, os aspectos produtivos. A historicidade do mercado determinado está estritamente conexa às configurações das forças sociais no Estado. Aqui, chega-se a grande tentação politicista, uma vez que, para Gramsci, não se trata de qualquer Estado, mas de uma nova abordagem categorial do poder: o Estado Integral/Ampliado.

⁴⁰⁸ GRAMSCI, §9 (C) **Quaderni del carcere**. Volume secondo, Quaderno 10 (La filosofia de Benedetto Croce – Parte I)...., 2007, p. 1229.

⁴⁰⁹ BARATTA, *Americanismo e Fordismo*, 2004, p.20

⁴¹⁰ GRAMSCI, §15 *Civiltà americana ed europea* (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 22...., 2007, p.2157.

3. As formas de ampliação do Estado nos Quaderni

Não há dúvidas que uma das grandes contribuições de Gramsci é o modo, como no desenrolar de suas notas, analisa uma nova morfologia do Estado. Uma leitura que é capaz de captar novos elementos da relação dialética entre sociedade política e sociedade civil daquela perenizada pelo potente ensaio pré-revolucionário de Lenin, *Estado e Revolução*, que a partir de extratos de Marx⁴¹¹, compreende a forma estatal como “um instrumento de conciliação de classe, [...] um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes”⁴¹². Sobretudo, ao ressaltar o papel exercido pela violência, compreende que “o Estado é uma força especial de repressão”⁴¹³. Mas, como debatido em capítulo anterior, é com o Lenin “estadista”, posterior a revolução de outubro, que o marxista sardo avança na direção de constituir uma nova articulação do poder, em que o Estado é elemento central.

A reconfiguração do conceito de Estado empreendida por Gramsci é sinuosa e fragmentada e a reconstituição do caminho trilhado até a compreensão de Estado Integral não é tarefa simples. Inclusive, o trabalho realizado por Perry Anderson, no famoso escrito *As Antinomias de Antonio Gramsci*, propõe uma interpretação filologicamente equivocada – em sua justaposição de notas de períodos anteriores em relação a posteriores –, que provoca, além de uma instabilidade conceitual permanente, o delineamento de um Gramsci dicotômico e de impasses teóricos com consequências deletérias para práxis revolucionária⁴¹⁴. Independente, portanto, da demarcação do fim

⁴¹¹ Em opúsculo, Luciano Gruppi entende que, neste escrito, “Lenin retoma integralmente a idéia de Marx segundo a qual o Estado é uma máquina para o exercício do poder, e afirma: todo Estado é uma ditadura de classe. [...] Partindo da noção de que ‘todo Estado, quaisquer que sejam suas formas, é uma ditadura’, se deduz a seguinte contraposição: a democracia burguesa, mesmo em sua forma mais avançada, é uma ditadura da minoria sobre a maioria: para a grande maioria do povo, não é uma democracia real, mas sim uma forma de opressão”. GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. Rio Grande do Sul: L&PM, 1986.p.55-56.

⁴¹² LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.35.

⁴¹³ LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução...**, 2007, p.35.

⁴¹⁴ Em importante ensaio, que oceanos de tinta já foram escritos dissecando seus erros, Perry Anderson indica três grandes modelos explicativos e antinômicos da teoria geral da hegemonia gramsciana. Para além dos problemas filológicos, não realiza uma leitura diacrônica dos fragmentário *Cadernos do Cárcere*, mas sim uma leitura dicotômica e reducionista. Em primeiro lugar, estrutura uma dualidade antidualética entre Leste (“Estado/Sociedade Civil, Coerção, Dominação e Movimento”) e Ocidente (Sociedade Civil/Estado, Consentimento, Hegemonia e Posição”). Na segunda solução de Gramsci, a sociedade civil é apresentada como contrapeso do Estado ou em equilíbrio com ele, e a hegemonia é distribuída entre o Estado – ou a ‘sociedade política’ – e a sociedade civil, sendo ela mesma redefinida

da oscilação categorial do conceito de Estado à noção de Estado Integral – “outono de 1930”⁴¹⁵ ou o “período crucial de 1931”⁴¹⁶ –, após o laboratório dos primeiros cadernos, “Gramsci procurou analisar a mútua interpenetração e o reforço da ‘sociedade política’ e da ‘sociedade civil’ (que se distinguem, uma da outra, metodologicamente, mas não organicamente) dentro de uma unificada (e indivisível) forma-estado”⁴¹⁷.

Essa nova constituição da noção de Estado, como já foi referido, Gramsci conceitua explicitamente no *Caderno 6* (composto quase em sua totalidade por notas B), quando, em grande ensaio geral, afirma a necessidade para a práxis política de compreender o estado como ele realmente é “no sentido integral: ditadura + hegemonia”⁴¹⁸. Essa tensão entre o exercício do poder através da força e do consenso, bem como o entrelaçamento/organicidade entre o dito estatal e o denominado privado, na verdade, já encontra lastro e projeções em apontamentos do *Caderno 1*, onde, ao retomar Hegel, afirma que “os partidos e as associações são a trama ‘privada’ do Estado”⁴¹⁹. Então, ainda no *Caderno 6*, Gramsci dá materialidade a essa concepção, pois considera que “nesta multiplicidade de sociedade particulares” é que se encontra o “aparato hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado entendido estritamente como aparato governativo-coercitivo”⁴²⁰.

Nesta via, ressignificando o conceito de Estado para além das suas características repressivas, Gramsci deixa uma pista germinal, desenvolvida por Buci-Glucksmann, ao defender uma compreensão de todos “os elementos constitutivos do

como combinando coerção e consentido”. Em outra compreensão antinômica, “há uma radicalização da fusão das categorias que aparecia de modo incipiente na segunda versão. Agora, não há simplesmente uma distribuição de hegemonia, síntese da coerção e do consentimento entre Estado e sociedade civil. [...] Pois nesta versão final, a própria distinção entre Estado e sociedade civil é suprimida”. Em conclusão, afirma que existem assimetrias definitivas nos Quaderni, aproximando de uma forma absolutamente equivocada a ideia da guerra de posição de Gramsci à estratégia de esgotando de Kautsky em oposição à Lenin. Para assim, afirmar que “no labirinto dos Cadernos do Cárcere, Gramsci perdeu seu caminho. Contra a sua própria intenção, pode-se extrair de sua obra conclusões que se afastam do socialismo revolucionário”. ANDERSON, Perry. *As antinomias de Gramsci*. In: **Afinidades Seletivas**. São Paulo: Boitempo, 2002, p.38-39; p.45; p.48-49 e p.91.

⁴¹⁵ FRANCIONI, L’*Officina gramsciana*..., 1984, p.199.

⁴¹⁶ FROSINI, Fabio. *De la mobilisation au contrôle : les formes de l’hégémonie dans les Cahiers de prison de Gramsci, Mélanges de l’École française de Rome - Italie et Méditerranée modernes et contemporaines*, 128, n. 2, 2016, pp. 1-15, p.2.

⁴¹⁷ THOMAS, Peter. *The Gramscian Moment: philosophy, hegemony and marxism*. Leiden: Boston: Brill, 2009, p.137.

⁴¹⁸ GRAMSCI, §155, *Passato e presente. Politica e arte militare (B)*. **Quaderni del carcere**. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p. 810-11.

⁴¹⁹ GRAMSCI, §47, *Hegel e l’associazionismo (B)*. **Quaderni del carcere**. Volume primo. Quaderno 1..., 2007, p.56.

⁴²⁰ GRAMSCI, §136, *Organizzazione delle società nazionali (B)*. **Quaderni del carcere**. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.800.

Estado em um sentido orgânico e mais amplo [largo] (Estado propriamente dito e sociedade civil”⁴²¹. A partir deste trecho, a marxista francesa cunha o termo que, inexistente no léxico dos *Quaderni*, mas incorporou-se tão intensamente, que é atribuído automaticamente ao próprio Gramsci: Estado Ampliado. Essa “ampliação do Estado passa portanto por uma incorporação da hegemonia e de seu aparelho ao Estado. [...] A problemática da ampliação do Estado será envolvida na de correlação de forças, e a sociedade civil será atravessada, do econômico ao ideológico, pela luta de classes”⁴²²

Uma das poucas vozes dissonantes a essa universalização conceitual é Peter Thomas, que considera a categoria de Estado Ampliado como “uma imprecisa formulação que introduz riscos de incompreensões conceituais, históricas e políticas do conceito Gramsciano”⁴²³. Em primeiro lugar, considera uma imprecisão conceitual a noção de que Gramsci amplia ou expande o conceito de Estado, pois isso implicaria em certa teleologia histórica de fagocitose da sociedade pelo Estado. Historicamente, Thomas não considera que tenha havido uma expansão do Estado no decorrer do século XIX, mas uma reconstituição do tecido de relações sociais e uma transformação de sua dimensão constitutiva. Por último, justifica que tal conceito direciona para necessidade de se trabalhar politicamente os aparatos do Estado formais, legitimando propostas eurocomunistas ou, curiosamente, também posições ultra-esquerdistas.

Apesar de considerar as colações de Thomas como críticas potentes, é necessário pensar que o conceito de Estado Integral, por si só, é um ilustre desconhecido de um “senso comum” gramsciano. Para apresentá-lo é necessário recorrer a toda filologia gramsciana e, ao final, aventar que se trata do conceito de Estado Ampliado sem suas deformações. Isto porque o conceito de Estado Ampliado, que encontra gérmen nos *Quaderni*, descolou-se, completamente, da interessante aproximação althusseriana proposta por Buci-Glucksmann. No mais, a noção de um Estado Ampliado significa uma nova elaboração morfológica do Estado em diferentes contextos do desenvolvimento do capitalismo e não, necessariamente, numa formulação unidimensional. Além disso, não parece correto afirmar que o século XIX e XX não expresse um protagonismo do Estado e a maior amplitude e diversificação de suas funções. Em resumo, obviamente, o conceito original expressa de forma fidedigna o

⁴²¹ GRAMSCI, §87 *Armi e religione (B)*. **Quaderni del carcere**. Volume secondo, Quaderno 6..., p. 763.

⁴²² BUCI-GLUCKSMANN. **Gramsci e o Estado...**, 1980, p.98-110.

⁴²³ THOMAS, **The Gramscian Moment...**,2009, p.139.

pensamento gramsciano, contudo, em virtude da própria recepção e historicidade do conceito de Estado Ampliado, eles serão tratados como sinônimos.

Nesse sentido, Liguori⁴²⁴ vê tal “ampliação” do Estado em duas grandes direções: 1) um redimensionamento da relação entre política e econômica – bastante discutida no item anterior em relação a presença da crítica da econômica política em Gramsci e suas expressões nos arranjos concretos derivados da crise orgânica do capital eclodida em seu período carcerário; 2) um novo desenvolvimento da relação sociedade política e sociedade civil, que emerge em todos os seus contornos a partir da metáfora especial Oriente-Occidente – está última que será discutida de forma não esquemática mais a frente.

No entanto, como foi dito anteriormente, nesta ontologia da práxis de Gramsci, para reconstituí-la em termos metódicos, é necessário partir de suas determinações mais simples. O bloco histórico não se move sozinho em abstrato. A mediação entre a relação governante/governado e dirigente/dirigida é mediada e consubstanciada por uma figura fundamental para Gramsci: o intelectual. A ressignificação do conceito de Estado e Intelectual se imbrica nesse caminho do simples ao complexo. Esse movimento fica claro em carta a Tania, onde o marxista sardo relata que “eu amplio muito o a noção de intelectual e não me limito a noção corrente [...] este estudo leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e economia de um dado momento) e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um certo grupo social sobre toda sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc)”⁴²⁵. É na construção da hegemonia social, como elo da materialidade ideológica e a concreção das forças objetivas, que a figura do intelectual atua.

3.1 A ressignificação da concepção de ideologia e centralidade dos intelectuais

Nesse novelo de múltiplos conceitos que Gramsci (re)formula para construir o mosaico de sua teoria geral da hegemonia possui lugar privilegiado a teorização sobre o

⁴²⁴ LIGUORI, **Roteiros para Gramsci...**, 2007, p.13-4.

⁴²⁵ GRAMSCI, *Carta a Tania em 7 de setembro de 1931. Cartas do Cárcere*. Volume 2..., 2005, p.84.

terreno demarcado pelo significante ideologia, onde os intelectuais exercem, especialmente, sua atividade organizativa e de materialização de convicções éticas, culturais e políticas. Embora, em Gramsci, pareça existir um maior consenso acerca dos traços essenciais que definem a questão da ideologia, a variação de significados presentes durante a trajetória de Marx causa inevitável abalo no processo de ressignificação gramsciano.

É argumento muito comum opor frontalmente, na tentativa de depuração sempre presente de Gramsci em relação a Marx, a noção de ideologia do revolucionário italiano ao conceito originário. Ocorre que, por uma impossibilidade objetiva, seja por não terem sido ainda publicados ou mesmo por dificuldades de acesso a tais obras, Gramsci sequer pode ter contato com todos os escritos, onde o conceito figura decisivamente no pensamento marxiano. O ponto é que a teoria da ideologia atravessa toda a produção Marx, coexistindo, conforme Eagleton— desde os *Manuscritos Econômicos Filosóficos* (1844), passando por *Ideologia Alemã* (1845), *Contribuição a Crítica da Economia Política* (1859), até *O Capital* (1867) —, dispersos em seus textos, quatro grandes sentidos multifacetados de tal categoria.

Nesse sentido, para Eagleton⁴²⁶, no itinerário marxiano, ideologia pode tanto significar um conjunto de crenças ilusórias ou socialmente alienadas, que se impõem como origem e fundamento da história, causando um estranhamento da humanidade em relação a sua realidade social efetiva (*Manuscritos de Paris*). Como também o conceito de ideologia pode abranger ideias que representam os interesses materiais da classe social dominante e que são úteis à manutenção de seu domínio no campo produtivo (*Ideologia Alemã*). Outra abordagem possível é a que abarca por completo todas as formas sociais envolvidas na luta de classes, o que também englobaria a consciência das forças politicamente revolucionárias (especialmente, o *Prefácio de 1859*). Há, ainda, uma última concepção que se centra no fetichismo da mercadoria, isto é, as mercadorias efetivamente exercem um domínio sobre as relações sociais, não se trata mais de uma questão de a realidade tornar-se invertida, mas de a consciência expressar a aparência invertida da própria realidade (*O Capital*).

Apesar das diferenças entre as concepções de ideologia presentes em Marx, no seio da tradição marxista, predominou o traço, que embora presente não é o único, da funcionalidade da ideologia enquanto forma negativa de ocultação no plano

⁴²⁶ EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Unesp: Boitempo, 1997, p.65-88.

gnosiológico e ético-político das reais contradições existentes na sociedade cindida em classes. Seria, portanto, “menos uma força ativa na constituição da subjetividade humana que uma máscara ou véu que impede um sujeito já constituído de compreender o que está diante dele”⁴²⁷. Mas o marxista sardo, observando as delimitações do percurso conceitual escavado por Eagleton, justamente, estrutura sua teoria materialista da ideologia com base nos potenciais presentes no *Prefácio de 1859* e que, igualmente, figurariam em outras obras fundamentais de Marx.

Nos *Cadernos do Cárcere*, o marxista sardo se põe, portanto, a desenvolver e ampliar as considerações já inscritas na trajetória de Marx. Prova disso, é que encontra guardada em várias passagens tal concepção negativa de ideologia também nos *Quaderni*⁴²⁸ e não, de pronto, uma utilização unívoca e original como muitas vezes se faz parecer. Por este caminho, Gramsci vai realizando a suprassunção do conceito, negando elementos que lhe parecem equivocados – em combate, particularmente, com Croce e a vulgata marxista – e ressaltando/elevando a outro patamar as possibilidades contidas na própria acepção marxiana.

Nunca é demais ressaltar, em uma das citações que parecem mais preñes de significações para o marxista sardo, pois a degluti e rumina em inúmeras ocasiões, que os sujeitos apenas reconhecem as contradições sociais no plano das ideologias. Em um desses exercícios, na conhecida nota 38 do *Caderno 4*, Gramsci afirma que “se deve recordar, igualmente a afirmação de Engels de que a economia é “em última análise” o motor da história [...], diretamente vinculada ao famoso prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, onde se diz que os homens ‘se tornam conscientes’ do conflito entre forma e conteúdo do mundo produtivo no terreno das ideologias”⁴²⁹. Em outro momento, no *Caderno 7*, quando fala especificamente sobre a validade das

⁴²⁷ EAGLETON, Terry. *Ideologia...*, 1997, p.86.

⁴²⁸ “Antes de mais nada, deve-se dizer que em Gramsci também está presente um uso negativo do termo, que chamaria de ‘napoleônico’. Vemos escrito: ‘Todo o resto é romance ideológico, é folhetim’ (Q1, 143, p.129); ‘Boullier, que se coloca de um puro ponto de vista ideológico, não compreende nada da questão’ (Q1, 144, p.129); [...] ‘como se aquilo que existiu e foi destruído não fosse igualmente *ideológico*, *abstrato*, *convencional*, etc.’ (Q2, 91, p.249); ‘cada grupo pode referir-se a um destes filões tradicionais, distinguindo entre fatos reais e ideologia’ (Q3, 62, p.342); ‘o *pensamento social* católico [...] enquanto elemento ideológico opiáceo’ (Q5, 7, p.546); ‘trata-se de *ideologia* de tendência prático-política unilateral, que não pode servir de fundamento para uma ciência (Q8, 27, p.958); ‘fanatismo ideológico’ (Q9, 104, p.1167); [...] ‘Compreender [...] a posição e as razões do adversário [...] significa precisamente ter se libertado da prisão das ideologias (no sentido negativo, de cego fanatismo ideológico)’ (Q10, II, 24, p.1263)”. LIGUORI, *Roteiros para Gramsci...*, 2007, p.87-88.

⁴²⁹ GRAMSCI, §38 *Rapporti tra struttura e superstrutture*” (A). *Quaderni del carcere*. Volume primo. Quaderno 4..., 2007, 462.

ideologias, lança mão de outras duas menções de Marx: a primeira de *O Capital*⁴³⁰, referindo-se a importância de “recordar a frequente afirmação de faz Marx sobre a ‘solidez das crenças populares’ como elemento necessário de uma determinada situação”; e a segunda, “muito significativa”, da *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*⁴³¹, consiste em que “uma convicção popular tem, frequentemente, a mesma energia que uma força material”⁴³².

A partir desses traços, Gramsci coloca-se a superar essa visão essencialmente gnosiológica da ideologia, caracterizada pela ressonante imagem da construção de uma “falsa consciência” sobre a percepção da realidade, entendendo-a, sobretudo, como uma expressão possível situada na esfera da constituição da subjetividade no contexto da luta de classes, isto é, apreendidas como “uma realidade objetiva e operante”⁴³³, um fenômeno ontológico-social. Assim, afirma que “ao termo ideologia dá-se, precisamente, o significado mais alto de uma concepção de mundo que se manifesta, implicitamente, na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual ou coletiva, ou seja, [responde] o problema de conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que, exatamente, essa determinada ideologia cimenta e unifica”⁴³⁴. A ideologia, então, constitui-se uma categoria operativa central no constructo gramsciano, pois é, com base em suas formulações nos seus diferentes extratos e níveis – epistemologicamente verdadeiras ou falsas –, que os homens formam suas concepções a respeito do mundo e adquirem uma consciência (ativa ou passiva) de suas posições sociais.

Em sua ontologia da práxis, a luta ideológica não é um momento secundário reduzido a uma proposição de desvelamento, pelo contrário, a dimensão subjetiva é elemento imprescindível no desenvolvimento de um modo de produção. Um bloco histórico sustenta-se na relação em “que, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias a forma – distinção de forma e conteúdo meramente didática –,

⁴³⁰ “O segredo da expressão do valor, a igualdade e equivalência de todos os trabalhos porque e na medida em que são trabalho humano em geral, só pode ser decifrado quando o conceito de igualdade humana já possui a *fixidez de um preconceito popular*”. MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 189, grifo nosso.

⁴³¹ “A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas *a teoria também se torna força material quando se apodera das massas*”. MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010, p.151, grifo nosso.

⁴³² GRAMSCI, §21 *Validità delle ideologie (B)*. **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 7..., 2007, p.869.

⁴³³ GRAMSCI, §15 *Croce e Marx (A)*. **Quaderni del carcere**. Volume primo. Quaderno 4..., 2007, p.436.

⁴³⁴ GRAMSCI, §12 (C). **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 11..., 2007, p.1380.

porque as forças materiais não seriam concebíveis historicamente sem forma e as ideologias seriam caprichos individuais destituídos de força material”⁴³⁵. Nesta teoria materialista da ideologia, decisivamente, não há espaço para considerar os processos ideológicos como um epifenômeno estrutural. Em essência, a grande questão é que “as formas ideológicas são formais de consciência reais, isto é, formas práticas de relação ativa com a realidade e, portanto, com a realidade (no sentido de potência e imanência) identificam-se”⁴³⁶. O plano de definição das alternativas à realidade dada não está fora do campo das ideologias, mas sim, como propôs Marx, o ‘terreno’ da disputa gnosiológica entre visões de mundo (critérios de verdadeiro ou falso, de práxis autêntica e especulação, etc.) encontra-se representado nas ideologias.

Para tanto, é necessário estabelecer categorizações, uma clivagem, sobre o multifacetado fenômeno ideológico. Pode-se estabelecer – mais uma vez, sem o desejo de fazer uma exposição acabada sobre o tema – dois grandes grupos de distinções: a primeira delas refere-se a maior ou menor organicidade com as classes sociais, dividindo-as em ideologias historicamente orgânicas e ideologias arbitrárias; já, por sua vez, a última, coincide com o grau de complexidade e fossilização na memória das massas: desde o senso comum à filosofia.

De forma sumária, então, no interior da constelação de ideologias produzidas pelos mais diferentes aparatos de hegemonia ou mesmo num esforço individual, para uma correta análise histórica, é fundamental visualizar os diferentes alcances e graus de profundidade das ideias no tocante a explicação/justificação de um conjunto de relações e sua capacidade de penetração nos extratos mais populares. O marxista sardo, desde o *Caderno 1* (§65), preocupa-se com as distintas formas e temporalidades das formas ideológicas em sua interposição. O senso comum, “a filosofia do homem da rua”⁴³⁷, consiste em construção mais rudimentar, de sedimentos que consolidam uma tradição popular, contudo, embora possua um tempo mais lento, não é imóvel ao trabalho ideológico e cultural. Há, também, a religião (popular) – que pode ser fonte ou se imbricar ao sendo comum enquanto “ideologia mais enraizada e difundida”⁴³⁸, mas também possui em seus quadros produção de alto valor filosófico – e folclore – “o

⁴³⁵ GRAMSCI, §21 *Validità delle ideologie* (B). **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 7..., 2007, p.869.

⁴³⁶ FROSINI, Fabio. *La “filosofia della praxis” nei Quaderni del Carcere di Antonio Gramsci*. **Isonomia**. Rivista de Filosofia, Urbino, 2002, p.30.

⁴³⁷ GRAMSCI, §18 *La tecnica del pensare* (A). **Quaderni del carcere**. Volume primo. Quaderno 4..., 2007, p. 439.

⁴³⁸ GRAMSCI, §41 *La scienza* (A). **Quaderni del carcere**. Volume primo. Quaderno 4..., 2007, p.466.

sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de vida”⁴³⁹ – no âmbito cultura popular. Por sua vez, a filosofia propriamente dita e a ciência são construções de grande complexidade, mas de pouca difusão no campo da conformação de subjetividade das massas.

A famosa tese de Gramsci que todos são filósofos não implica, de maneira alguma, em legitimar as crenças e a tradição popular como uma ideologia adequada à libertação das classes subalternas – apesar de admitir e ache importante trabalhar a mudança a partir de elementos positivos deste pensamento em migalhas: o bom senso. Pelo contrário, “ele percebe dramaticamente toda a inadequação do senso comum existente: com base no senso comum as classes subalternas não podem lançar um real desafio pela hegemonia, estão condenadas a permanecer subalternas”⁴⁴⁰. É um imperativo, portanto, sem perder o contato com o bom senso existente nas concepções de mundo mais radicadas, elaborar uma filosofia superior (filosofia da práxis) com o potencial de provocar um terremoto nas pequenas crenças populares e produzir uma nova subjetividade, um novo espírito de ruptura.

O marxista italiano atribui, igualmente, grande relevância à distinção entre ideologias historicamente orgânicas e arbitrárias, centrada em sua validade na conformação subjetiva das classes sociais “necessárias para certa estrutura” de um bloco histórico. Neste caso, as ideologias orgânicas representam as aspirações de grandes correntes históricas, classes ou grupos presentes na luta pela hegemonia social, legitimando-se pela capacidade de “organizar as massas [...] e formar o terreno em que os homens se movem, tomam consciência de sua posição, lutam”. Já as ideologias arbitrárias pertencem a pequenos grupos ou são iniciativas individuais mesmo, que têm pouca repercussão sobre a práxis social (polêmicas setoriais ou até academicistas), “mas nem estas são completamente inúteis, porque constituem o erro que se contrapõe à verdade e serve para afirmá-la”⁴⁴¹.

Com este norte sobre a teoria da ideologia em Gramsci, é possível compreender os porquês da intermitência, para além do mero sentido retórico da censura, de afirmar o marxismo como uma autêntica filosofia da práxis. O combate no campo ideológico se estende e irradia, por óbvio, mas não encontra sua verdadeira trincheira nas concepções populares (senso comum, religião, folclore), mas sim na mais

⁴³⁹ GRAMSCI, §12 (C). **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 11..., 2007, p.1375.

⁴⁴⁰ LIGUORI, **Roteiros para Gramsci...**, 2007, p.110.

⁴⁴¹ GRAMSCI, §19 *Ideologie* (B). **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 7..., 2007, p.869.

alta esfera da representação teórica de uma concepção de mundo: a filosofia. Portanto, há que se constituir uma verdadeira expressão ideológica orgânica das classes exploradas: uma filosofia da práxis dos subalternos (o marxismo). Por isso, para Gramsci, a própria teoria marxista consiste em uma ideologia, mas que não (deveria) negar suas contradições e sua finitude em torno do desenho de uma sociedade de classes. Ela mesmo seria parte da “superestrutura, o terreno em que determinados grupos sociais tomam consciência de seu próprio ser social, de sua própria força, de suas próprias obrigações, de seu próprio devir”⁴⁴².

Para Gramsci, o campo ideológico da sociedade de classes sempre está em constante contradição, geralmente, uma fragmentação de um consentimento passivo nos segmentos mais populares, mas organicamente organizados (conscientemente ou não) em torno da ideologia da classe dirigente, cujas frações também estabelecem um conflito interno. No sentido oposto, há a filosofia da práxis que “não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ao invés disso, é a teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter consenso e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas que querem educar-se a si mesmas na arte do governo e que possuem interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis”⁴⁴³.

A grande questão, portanto, seria como transcender a consciência empírica dos subjugados para uma consciência possível, potencialmente universal e transformadora capaz de orientar a prática dos homens em prol da construção de uma hegemonia proletária. Então, Gramsci nos oferece uma resposta baseada na atividade dos intelectuais como figura que fazem a mediação e construção de consensos entre dirigentes e dirigidos, bem como consubstanciam a relação entre governantes e governados. Transitam e comandam a sociedade política, mas nadam de braçadas na sociedade civil, como os grandes operadores do fenômeno ideológico. Um novo tipo de intelectual, portanto, que “deve mesclar-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’ [...] da técnica-trabalho chega à técnica-ciência e a concepção histórica humanista, sem a qual permanece como ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político)”⁴⁴⁴.

⁴⁴² GRAMSCI, §41 XII (C). **Quaderni del carcere**. Volume secondo, Quaderno 10 (La filosofia di Benedetto Croce – Parte II)...., 2007, p. 1319.

⁴⁴³ GRAMSCI, §41 XII (C). **Quaderni del carcere**. Volume secondo, Quaderno 10 (La filosofia di Benedetto Croce – Parte II)...., 2007, p.1320.

⁴⁴⁴ GRAMSCI. § 3 (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 12...., 2007, p.1551.

Obviamente, não há um tipo ideal de intelectual, uma vez que essa combinação entre especialista, comportando diversos saberes e atividades práticas, e a atividade política, situada em vários espaços de produção e da sociedade em geral, produz uma multiplicidade de intelectuais mais efetivo em seus determinados contextos concretos. Assim, como a divisão do trabalho exige qualificações de diferentes graus e maior ou menor função diretiva e de intelecção, a sociedade produzirá – a escola tem uma função fundamental neste ponto – um extrato variado de intelectuais: “em escalação mais elevado estão os criadores de diversas ciências, da filosofia, da arte, etc; mais abaixo estão os mais humildes ‘administradores’ e divulgadores da riqueza intelectual existente, tradicional, acumulada”⁴⁴⁵. Para explicar esse funcionamento orgânico de tais intelectuais, Gramsci lança mão de uma metáfora militar, que é um modelo de complexas graduações, mas que, no fim das contas, agem de forma uniforme e reproduzem os comandos dos setores superiores.

Os intelectuais, ao realizar sua atividade hegemônica, não se reduzem a dita sociedade civil e produção de consensos, eles, igualmente, pelos aparatos de governo trabalham ideologicamente e organizam a repressão. Deste modo, atuam, organicamente nesta dupla frente: “1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população a orientação incutida à vida social pelo grupo dominante fundamental, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) derivado do grupo dominante por sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina daqueles grupos que não consentem nem ativa e nem passivamente”⁴⁴⁶. Evidentemente, o momento predominante, da funcionalidade dos intelectuais como totalidade é a construção/conservação da hegemonia ideológica, mas nos momentos de crise, em que estes esforços diretivos ruírem, justificam no plano do consentimento e operacionalizam teoricamente e na prática um processo de violência duríssimo.

A respeito do lugar de classes que esse conjunto de intelectuais ocupa na esfera da hegemonia, o marxista sardo afirma que “cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais classes de intelectuais que conferem homogeneidade e consciência de sua própria função não somente no campo econômico,

⁴⁴⁵ GRAMSCI. § I (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 12..., 2007, p.1519.

⁴⁴⁶ GRAMSCI. § I (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 12..., 2007, p.1519.

mas também no social e no político”⁴⁴⁷. Estes intelectuais são orgânicos a produção e reprodução da hegemonia de uma classe dirigente articulada em determinado bloco histórico e “elaboram em seu desenvolvimento progressivo, em sua maior parte, especializações de aspectos parciais da atividade primitiva de tipo social novo que tal classe tem dado a luz”⁴⁴⁸.

Além desses grupos de intelectuais orgânicos vinculados diretamente a disputa de classes vivida na contemporaneidade de um modo de produção a vida, há “defasagens” na rotação do tempo histórico nacional e internacional, isto é, categorias de intelectuais preexistentes ou tradicionais que resistem e se resignificam, expressando-se, inclusive, “como representantes de uma continuidade histórica não interrompida pelos mais complicados e radicais câmbios das formas sociais e políticas”. Ao sobreviverem aos movimentos tectônicos da história, “os intelectuais tradicionais [...] vem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante”⁴⁴⁹. Um grupo que sua qualificação intelectual ou pelo local de resiliência histórica acaba por constituir-se em uma casta, uma espécie de poder aristocrático extemporâneo, que acaba por influir de forma conservadora sobre a práxis política e, não poucas vezes, sendo absorvido, em forma de aliança ou definitiva, pelas formas ideológicas da classe dirigente. Não à toa, pode-se utilizar como exemplos principais: os intelectuais da Igreja Católica, que transpassam a história da luta de classes e nacionalidades, e a burocracia de Estado, nela os próprios juristas, com sua posição genericamente idealista, mas sempre pragmaticamente a reboque da história.

Por conseguinte, fazendo uma relação de reciprocidade com as formas econômicas, Gramsci afirma que “as primeiras células intelectuais do novo tipo nascem com as primeiras células econômicas”⁴⁵⁰. Aqui, consegue-se ter a dimensão do eixo genético, proposto por Coutinho a partir da metódica marxiana, na teoria geral da hegemonia de Gramsci, pois novas formas de produção engendram, necessariamente, um corpo de intelectuais que promova, conquiste e expanda o poder hegemônico – articulado no átomo da relação entre dirigente/dirigido e governante/governando – antes em gestação. Uma hegemonia que, com atuação de vários batalhões de intelectuais, alarga o Estado e resignifica o entendimento sobre a sociedade civil.

⁴⁴⁷ GRAMSCI. § I (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 12..., 2007, p.1513.

⁴⁴⁸ GRAMSCI. § I (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 12..., 2007, p.1514.

⁴⁴⁹ GRAMSCI. § I (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 12..., 2007, p.1514-15.

⁴⁵⁰ GRAMSCI. § I (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 12..., 2007, p.1524.

3.2 O redimensionamento do Estado: o rechaço a dicotomia entre sociedade política e sociedade civil

As relações de força do conjunto da sociedade assumem formas distintas no decorrer das transformações dos blocos históricos e em seus diferentes arranjos internos ocasionais. A reflexão de Gramsci, elaborando um potentíssimo estudo da ideologia e dos intelectuais, vai à direção de responder a fissura nacional e internacional causada pela revolução russa e pelas inúmeras insurreições (frustradas, mas que deixam marcas) europeias. O alargamento do estado, embora abra possibilidades, para Gramsci, não é o resultado de um processo democratização do setor público e minimização da violência, mas a emergência de novas formas de resistência a processos revolucionários. Esses novos tentáculos do Estado apontam, conforme Liguori⁴⁵¹, para a esfera da economia e da sociedade civil.

Então, dentro da abordagem já mencionada de Cospito⁴⁵², pode-se visualizar uma ampliação do Estado tanto na dimensão objetiva como subjetiva das relações sociais. Deste modo, embora com menos menções do que a alquímica utilização da metáfora arquitetônica nos *Quaderni* (por exemplo: Q4, §49, Q12, §1 e Q10, II, §15), é mais coerente a tese de Badaloni, para quem, visando a formulação da integralidade da forma estatal, Gramsci recorre “a três esferas constitutivas da realidade social, que ele denomina ‘sociedade econômica’, ‘sociedade civil’ e ‘sociedade política’”. Trata-se de uma distinção metodológica, porque em qualquer sociedade todos os três momentos estão presentes. A predominância de um ou de outro, ou, de qualquer maneira, a forma pela qual eles se entrelaçam constitui as marcas de uma determinada sociedade”⁴⁵³. No mesmo caminho, Francioni que também vê essa constituição triádica no pensamento gramsciano, ressalta que “é, portanto, errôneo relacionar, em Gramsci, a sociedade civil somente com a sociedade política, porque isto é só um aspecto da teoria gramsciana do Estado pelo qual a pesquisa do consenso se contrapõe a força-construção”⁴⁵⁴.

No tocante a ampliação no que concerne à sociedade econômica – conceito utilizado, textualmente, em apenas duas notas (Q.10, II, §41.VI e Q.11, §52), “mas muito mais numerosas são as passagens em que introduz termos sinônimos, como *esfera*

⁴⁵¹ LIGUORI, **Roteiros para Gramsci...**, 2007, p.13-4.

⁴⁵² COSPITO, Giuseppe. *Estructura y Superestructura...*, 2001.

⁴⁵³ BADANOLI, Nicola. *Liberdade Individual e Homem Coletivo em Antonio Gramsci*. INSTITUTO GRAMSCI. **Política e História em Gramsci**. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.37.

⁴⁵⁴ FRANCIONI, **L’Officina gramsciana...**, 1984, p.193.

produtiva, mundo produtivo, mundo da produção e similares”⁴⁵⁵ –, o primeiro item foi bastante descritivo desse movimento. Em primeiro lugar, ao dispor que o marxista sardo realiza, apesar do menor ineditismo, uma verdadeira crítica da economia *política*, na medida em que as categorias econômicas, negando qualquer economicismo, operam imbricadas com as categorias políticas em sentido lato na conformação de um mercado determinado. Ainda, em concreto, analisou-se como tal poder hegemônico era constituído, a partir da crise orgânica do capital, nas expressões do americanismo-fordismo e fascismo-corporativismo.

Mas, para não dizer que não se falou de flores, para além desses grandes traços citados, dois elementos são muito interessantes, inclusive, se tirado do contexto e lido referindo-se ao Brasil, não causaria estranheza: 1) a crítica, em virtude de arranjos de aliança de classe, da existência de uma classe parasitária que vive dos altos juros de “poupança” remunerada pelas financeirização do Estado, impedindo o avanço de investimento nas forças produtivas pela falta de poupança nacional, e uma casta de funcionários estatais que recebem supersalários, transformando a administração do Estado em uma das fontes de parasitismo; 2) o Estado, em detrimento de teorias liberistas, seria o “maior organismo plutocrático” e possuiria uma “função primordial no sistema capitalista” de atuar “como empresa (holding estatal) que concentra as economias a serem postas a disposição da indústria e da atividade privada”, tendo, ainda, o ônus de prestar “socorro às grandes empresas em vias de falência ou em perigo; ou seja, a ‘nacionalização das perdas e dos déficits industriais’”⁴⁵⁶

Nesta relação entre a constituição da hegemonia e a conformação do mundo da produção, Gramsci, em sua ontologia da práxis, confere o aspecto de determinação última da sociedade econômica. A questão é que ela não poder ser entendida de forma inorgânica às outras esferas sociais sob pena de, praticamente, naturalizar uma relação social – daria razão à ideia de um Deus oculto. Assim, para o marxista sardo, “a primazia do econômico não é imediata e espontânea, mas mediada pela sociedade civil e a política”⁴⁵⁷.

Por sua vez, o alargamento do Estado em direção à sociedade civil com a consequente formação de um Estado Integral ou ampliado seja, quiçá, do arsenal categorial gramsciano, o conceito mais conhecido e mais esquematizado de forma anti-

⁴⁵⁵ FRANCIONI, L’*Officina gramsciana*..., 1984, p.192-3, grifos do autor.

⁴⁵⁶ GRAMSCI. §14 *Azioni, obbligazioni, titoli di Stato (C). Quaderni del carcere*. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p.2175-78.

⁴⁵⁷ BADANOLI, Nicola. *Liberdade Individual e Homem Coletivo em Antonio Gramsci*..., 1978, p.40.

dialética pelos intérpretes. Uma divisão ontológica dicotômica entre sociedade política, organizadora dos aparatos repressivos e que empreende seu poder pela dominação e força, em contraposição à sociedade civil, espaço de construção de acordos (passivos e ativos) pelos aparatos “privados” via ideologia, sendo o lugar da hegemonia e dos consensos. Há que se rechaçar, de pronto, esta leitura, pois, além de filologicamente não se sustentar nos escritos gramscianos, não alcança a genial inovação de Gramsci em captar uma nova morfologia do Estado no interior de sua teoria geral da hegemonia.

Em geral, mesmo o conceito mais surrado para definir o Estado Integral, se transcrito em algumas linhas anteriores, não permite esta visão dual: “Estamos sempre no terreno da identificação entre Estado e Governo,[...] deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que reportam a noção de sociedade civil (no sentido, que se poderia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia encorajada de coerção”⁴⁵⁸. É possível observar que o Estado, em contraposição a visão liberal (Estado X Sociedade Civil), que, justamente, é reproduzida, forma-se da soma entre os dois elementos: uma nova forma-Estado. Assim, “Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não apenas justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados”⁴⁵⁹. Trata-se, portanto, de uma distinção metodológica, como afirma Gramsci em várias passagens, mas, evidentemente, a organicidade destes dois campos não anula a sua especificidade, legalidade interna e função predominante.

Nesse sentido, Gramsci observa na sociedade política – também se refere enquanto “Estado-governo” (Q.7,§9), “Estado legal” (Q.7, §80), “Estado compreendido juridicamente (Q.7,§9 e Q.10, II, §41III), “Estado em sentido (r)estrito” (Q.26, §6) , etc. – a um “aparato governamental-coercitivo”⁴⁶⁰ muito próximo ao exercício do poder normativo (ponto que será abordado mais a frente). Neste espaço privilegiado de constituição do poder, situa-se o espaço formalmente legítimo de atuação política representativa entre governante e governado. Há, igualmente, toda uma ossatura para absorver e manipular os conflitos sociais a fim de manter a hegemonia, bem como opera na contenção diária, mas, sobretudo, em crises orgânicas, por meio do exercício da força (legal ou ilegal). Por estes motivos, não é incorreto dizer que na sociedade política há

⁴⁵⁸ GRAMSCI, §88 *Stato gendarme – guardiano noturno, ecc. (B). Quaderni del carcere*. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.763-64.

⁴⁵⁹ GRAMSCI, §10 *Machiavelli. Sociologia e scienza politica. (B). Quaderni del carcere*. Volume terzo. Quaderno 15..., 2007, p.1765.

⁴⁶⁰ GRAMSCI, §136 *Organizzazione delle società nazionali (B). Quaderni del carcere*. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.800

uma função predominante de dominação de classe, contudo se faz presente também funções de direção e hegemonia – o poder executivo, legislativo e judiciário são “órgãos de hegemonia política”⁴⁶¹. Afinal, as funções de governo, exercida pelos intelectuais orgânicos ou aliados tradicionais, pressupõem, além do potencial uso da força, a atividade de construir acordos políticos, consensos sociais e até mesmo planejar mecanismos de consolidar o poder hegemônico. Ora, trata-se de um Estado Ampliado ou Integral e não uma Sociedade Civil Ampliada ou Integral.

A respeito do conceito de sociedade civil em Gramsci, há um profundo e intenso debate gerado, sobretudo, a partir da importante intervenção de Norberto Bobbio sobre o tema. O tradicional filósofo italiano faz uma constatação verdadeira, mas dela tira conclusões bastante incongruentes, isto é, que o conceito de sociedade civil de Gramsci é qualitativamente diferente de Marx – para este estaria na “estrutura” e já, no tocante àquele, seria um fenômeno “superestrutural” – e, por conseguinte, realiza uma inversão da metáfora arquitetônica marxiana. Assim, “tanto em Marx como em Gramsci a sociedade civil [...] representa o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico. De modo que, em Marx, esse momento ativo e positivo é estrutural, enquanto em Gramsci é superestrutural”⁴⁶². Com esta interpretação, Bobbio, numa tacada só, embora negue esta conclusão, expelle Gramsci da tradição marxista, transformando-o num filósofo idealista que centra suas preocupações numa teoria culturalista das superestruturas.

Tal abordagem da sociedade civil acaba por reverberar mesmo em alguns intelectuais marxistas que negam expressamente tal formulação, pois ela apimenta uma tentação liberal de confrontar a figura do Estado, com corte weberiano de portador da violência legítima, à autonomia e criatividade da sociedade civil. Mas essa leitura antimarxista de Gramsci, ignora que a sociedade civil desenvolve-se em relação dialética com a sociedade política, tendo como momento predominante a constituição de nova morfologia de Estado e não sua negação. Este ponto está presente desde o *Caderno 1*, ainda num momento de instabilidade categorial, quando ao discutir Hegel e a experiência da revolução francesa, afirma “que os partidos e associações são como a ‘trama privada’ do Estado. [...] Governo com o consentimento dos governados, mas

⁴⁶¹ GRAMSCI, §81 *Egemonia (società civile) e divisione dei poteri. (B). Quaderni del carcere*. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.752.

⁴⁶² BOBBIO, *O conceito de sociedade civil...*, 1982, p.33.

com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se apresenta no instante das eleições”⁴⁶³

O marxista sardo vai desenhando, deste modo, uma nova compreensão da sociedade civil, realmente, inédita no interior da tradição marxista e que lhe permite novos instrumentais para compreender a dinâmica da sociedade política e econômica. Para Gramsci, então, a sociedade civil, em que pese organicamente articulada, tal como os outros momentos da sociedade enquanto totalidade, encontra sua materialidade e legalidade interna nos “aparatos ‘privados’ de hegemonia”⁴⁶⁴. Sem dúvida, isso denota uma função predominante da produção de consensos através das “organizações ditas privadas” ou aparatos privados (sempre entre aspas para romper com qualquer acepção liberal) – igrejas, sindicatos, escolas, imprensa, etc. – pelas classes dirigentes sobre todo o povo na arena da sociedade civil. A concretização de tal “aparato hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma forma de consciências e de métodos de conhecimento”⁴⁶⁵. Mas, igualmente, a sociedade civil pode ser palco de manifestações de grande violência e organizações que atuam na esfera da dominação – milícias ou organizações paramilitares. Certamente, tal fato não escapou ao olhar do marxista italiano, pois sofreu na carne a ascensão conservadora do fascismo, que se apoiava em mecanismos de dominação “públicos” e “privados”, entre legalidade e ilegalidade, com grande êxito político no entre guerras.

O Estado Integral ou Ampliado comporta, portanto, nas próprias palavras de Gramsci, “identidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política e, por consequência, identificação orgânica entre indivíduos (de um determinado grupo) e o Estado”⁴⁶⁶. Por estes motivos, a sociedade política e sociedade civil são um campo aberto ou completamente entrincheirado, dependendo das determinações históricas, da luta de classes, onde não se naturalizar as formas de expressão do poder em cada território. “Pois, liderança-hegemonia e dominação são concebidas menos como qualitativamente distintas uma da outra do que formas estratégicas diferencias de um poder político unitário”⁴⁶⁷. Esta segunda forma de ampliação do Estado não significa

⁴⁶³ GRAMSCI, §47 *Hegel l'associazionismo* (B). **Quaderni del carcere**. Volume primo. Quaderno 1..., 2007, p. 56.

⁴⁶⁴ GRAMSCI, §137 *Concetto di Stato* (B). **Quaderni del carcere**. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.801.

⁴⁶⁵ GRAMSCI, §12 (C) **Quaderni del carcere**. Volume secondo, Quaderno 10 (La filosofia de Benedetto Croce – Parte II)...., 2007, p.1250.

⁴⁶⁶ GRAMSCI, §142 *Nozioni enciclopediche e argomenti di coltura. L'iniziativa individuale* (B) **Quaderni del carcere**.. Volume secondo. Quaderno 8..., 2007, p.1028.

⁴⁶⁷ THOMAS, **The Gramscian Moment**...,2009, p.163.

um esfacelamento dos limites do Estado, se o Estado é integral, ele é também composto por suas partes distintas com suas lógicas de funcionamento próprias. E, para compreender estas esferas em sua autonomia e como parte de uma totalidade, Gramsci foca seus esforços no “delineamento da eficácia específica do Estado burguês como uma relação social e política – relações organicamente ligadas, mas que são, no entanto, distintas analiticamente para determinar sua intensidade específica e modo de produção”⁴⁶⁸

Há que se rechaçar, em suma, qualquer visão dicotômica da complexa equação entre sociedade política e sociedade civil, tampouco realizar, a partir disso, uma dicotomia ao quadrado desta relação com a sociedade econômica. Tal leitura dos textos gramscianos levam, na melhor das hipóteses, considerando aqui a pior uma apreensão liberal, a uma visão culturalista e movimentista da lição contida nos *Quaderni*. Uma teoria revolucionária que emerge “puramente” da sociedade civil, sem nenhuma ilusão com as formas de participação da sociedade política, que acaba, praticamente, transformado o “o conceito de hegemonia em Gramsci numa forma de ‘anti-política’” – um caminho de extinção das formas burguesas de poder sem um caminho transicional. Isto é, “a direta confrontação no terreno no Estado, que monopoliza a política (oficialmente) na sociedade burguesa, é adiada a um futuro que permanece, adequadamente, indeterminado”⁴⁶⁹. Além dessa posição política esquerdista, curiosamente, sob o mesmo fundamento equivocado, talvez a doença senil da primeira, desenvolve-se outra postura política relevante: um reformismo *tout court* de conquista gradual de posições na sociedade política através da produção de consensos na sociedade civil, que se reproduziriam em vitórias eleitorais dos setores subalternos. Mas todos os aspectos de ambas as posições se expressam melhor na metáfora espacial da ampliação da sociedade civil entre oriente e ocidente.

Os efeitos concretos da ampliação do Estado manifestam-se quando Gramsci dá um mergulho nas condições históricas do processo revolucionário e se utiliza de uma alegoria geográfica para designar os processos de formação e as capacidades de resistências das classes dominantes de um *Estado Oriental* – referindo-se em mais oportunidades a Rússia czarista – e de um *Estado Ocidental* – com menções claras à França pós-revolucionária e a própria situação contraditória da Itália. Este modo de analisar o contexto europeu não é exatamente uma novidade, uma vez que diferentes

⁴⁶⁸ THOMAS, *The Gramscian Moment...*, 2009, p.191.

⁴⁶⁹ THOMAS, *The Gramscian Moment...*, 2009, p.168.

estratégias revolucionárias eram pensadas no debate da II Internacional através desta dimensão geopolítica. Por outro lado, a descrição com base na metáfora militar típica das estratégias da guerra colonialista de 1914 do fenómeno do alargamento do Estado é, sem dúvida, um grande aporte. Assim, em famoso trecho, Gramsci analisa que “no Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma justa relação e, no tremor do Estado, reconhecia-se, de pronto, uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era só uma trincheira avançada, atrás do qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas”⁴⁷⁰.

Trata-se, certamente, de um par categorial mais concreto em relação à tríade sociedade económica, política e civil, porém ainda é uma teorização bastante abstrata, tendo a necessidade de traduções aos respectivos contextos nacionais. O problema é que, mais uma vez, não se apreendeu a categoria gramsciana ao conjunto de suas notas e se absolutizou os seus sentidos geopolíticos e conferiu-se aos conceitos uma rigidez monolítica. E, com isso, criaram-se receitas revolucionárias baseadas numa teleologia histórica totalmente avessa ao pensamento dialético gramsciano. Em oposição a esse esquematismo, deve-se entender a relação oriente e ocidente de três modos: 1) é uma forma geopolítica historicamente constituída e que se descola de seus referenciais geográficos; 2) é uma concreção de uma nova morfologia do Estado; 3) revela uma pluralidade de tempos históricos qualitativamente distintos e que estruturam arranjos políticos particulares em cada território nacional e em dimensão global para o exercício da hegemonia.

Não é necessário fazer voos teóricos muito altos para absorver o primeiro dos elementos, uma vez que bastaria apenas uma leitura atenta dos *Quaderni* para não naturalizar concepções históricas a posições geográficas, inclusive, relacionais. Então, o próprio Gramsci em nota metódica, defende que “as noções de ‘Ocidente e Oriente’ que não deixam de ser ‘objetivamente reais’, mas não demonstram ser outra coisa senão ‘uma construção convencional’, isto é, ‘histórico-cultural’ (em síntese, os termos ‘artificial’ e ‘convencional’ indicam fatos ‘históricos’, produtos do desenvolvimento da civilização, e não construções racionalistas arbitrarias ou individualmente

⁴⁷⁰ GRAMSCI, §16 *Guerra di posizione e guerra manovrata o frontale (B)*. **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 7..., 2007, p.866.

artificiais)”⁴⁷¹. Em seu período histórico, a partir de seu ponto de partida europeu, desta maneira, Gramsci realiza uma metáfora geopolítica para esmiuçar uma tendência de articulação do poder hegemônico entre sociedade política e civil para resistir aos ataques dos subalternos.

Mesmo a aproximação geopolítica, embora rica em sentidos em especial para a América Latina, na medida em que Gramsci sempre se preocupou com os setores periféricos e subalternos, se tomada isoladamente, pode levar a grandes erros interpretativos. E, tal fato, de modo algum passou despercebido por Gramsci, pois duas de suas principais preocupações histórico-concretas não se enquadram, perfeitamente, na noção de sociedades Orientais e Ocidentais: os Estados Unidos da América e a própria Itália. O caso do americanismo é sintomático, porque, em virtude de suas especificidades históricas, não possui uma fossilização de intelectuais tradicionais e uma ampla gama de mediações da sociedade civil na construção da hegemonia. Então, consiste em uma nação central no mercado mundial e, em termos geopolíticos, é a expressão do Ocidente propriamente dito, mas possui uma hegemonia que brota da sociedade econômica, quase que sem intermediação, à sociedade política. E, por outro lado, a Itália, um Estado europeu com uma história e instituições civis milenares e outras centenárias, possui territórios com um profundo atraso socioeconômico com relações semifeudais – a questão meridional.

Nesse sentido, embora o conceito possuindo inegável caráter geopolítico, a distinção entre sociedades orientais e ocidentais superam seus significados geográficos e políticos, assumindo um caráter morfológico. O marxista sardo aponta que “através do conteúdo histórico que se aglutinou ao termo geográfico, as expressões Oriente e Ocidente acabam por indicar determinadas relações entre complexos de civilizações distintas”⁴⁷². Por isso, para Frosini, “nos *Quaderni*, Gramsci estende a metáfora militar da passagem do assalto ao cerco, indicando uma complexa mudança morfológica, que envolve o cenário inteiro, o Oriente como Ocidente”⁴⁷³. Há uma mudança na intensidade da luta de classes, que geram, conforme as permanências históricas de cada

⁴⁷¹ GRAMSCI, §20 *Oggettività e realtà del mondo esterno* (C). **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 11..., 2007, p.1419.

⁴⁷² GRAMSCI, §20 *Oggettività e realtà del mondo esterno* (C). **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 11..., 2007, p.1420.

⁴⁷³ FROSINI, Fabio. *Egemonia. La rivoluzione che viene* – Concetti marxisti messi alla prova del presente. Libera Università Metropolitana (LUM), Roma, 7 dez. 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/2388482/Egemonia>. Acesso em: 3 Out. de 2016, p.12.

sociedade, arranjos distintos de sociedade civis, cada vez mais entrincheiradas, para manutenção de um bloco histórico em uma determinada realidade nacional.

A última das características fundamentais da distinção entre Oriente e Ocidente potencializa e dá mais um passo ao concreto dos fundamentos geopolíticos e de nova morfologia do Estado Integral delineada na teoria geral da hegemonia de Gramsci. Isto é, Gramsci não propõe uma contraposição, ao estilo liberal, entre o arcaico (autoritário) e o moderno (democrático), mas uma difícil tarefa de compreender a multiplicidade de temporalidades históricas que convivem nos blocos históricos nacionais e no próprio movimento global de acumulação do capital. Tal como é possível a articulação dialética entre mercados determinados, igualmente, ocorre diversos nexos de combinação entre força e consenso no interior do Estado Integral, sendo as categorias de ocidente e oriente referenciais morfológicos para empreender uma análise concreta de situações concretas na direção de projetar a estratégia correta de luta revolucionária dentro de um contexto geopolítico.

4. As diferentes estratégias de luta social decorrentes das transformações do exercício do poder hegemônico

Como se tem demarcado por todo itinerário da teoria geral da hegemonia gramsciana, seus esforços nos escritos políticos e carcerários, em que pese as relevantes transformações em seu pensamento, possuem um fio condutor em comum: a necessidade de se pensar a concretização de processos revolucionários eficazes, isto é, como traduzir o epocal acontecimento social de outubro de 1917 para outras nações, em especial, a italiana. É necessário repetir esse *leitmotiv* a exaustão, pois, para em seguida visualizar os (ab)usos e contrapontos da(s) teoria(s) crítica(s) do direito gramsciana(s), deve-se enquadrar o arsenal categorial gramsciano sob esse imperativo. E, justamente, sob esse aspecto da estratégia revolucionária, que se encontra outra grande polêmica do pensamento gramsciano: a partir da metáfora da luta de trincheiras da primeira grande guerra, quais os significados políticos do caminho da guerra de posição em relação à vitoriosa expressão da tomada de assalto ao Estado da revolução russa (guerra de movimento). Em resumo, qual resposta Gramsci dá ao problema de construir e colocar em ação uma consciência ativa das classes subalternas e que elas encontrem sucesso no objetivo de derrotar o adversário, conquistar a hegemonia no Estado Integral?

Na ontologia da práxis gramsciana, a célula inicial da construção de uma contra-hegemonia capaz de enfrentar as articulações engendradas pela ora classe dirigente está centrada no enfrentamento protagonizado pelos intelectuais. Mas os intelectuais orgânicos da insurgência proletária não consistem em sujeitos atomizados em uma sociedade civil fragmentada que peleiam na órbita discursiva, mas sim em atores políticos capazes de constituir idealmente e materializar organizações da classe trabalhadora a fim de avançar na conquista do Estado. Desta forma, “as perspectivas de mudança se colocam a partir do próprio esforço das classes dominadas em criar meios de organização política e cultural, em romper com a influência da classe dominante tomando progressivamente ‘consciência de sua própria personalidade histórica’, em buscar o apoio das classes potencialmente aliadas. Esta tarefa cabe ao partido político, organismo criado pelas próprias massas como instrumento de luta e de auto-educação, de elaboração e difusão de uma nova concepção de mundo”⁴⁷⁴.

Em metáfora bastante conhecida em relação a Maquiavel, o revolucionário sardo, em consonância com a tradição do “marxismo oriental”, confere uma centralidade irrenunciável na aglutinação e organização dos subalternos ao partido político revolucionário, o “Moderno Príncipe”. Assim, “o protagonismo do Novo Príncipe não poderia ser na época moderna um herói pessoal, mas o partido político, ou seja, em cada ocasião e nas diversas relações internas das diversas nações, aquele determinado partido que pretende (e é racional e historicamente fundado para este fim) fundar um novo tipo de Estado”⁴⁷⁵. Gramsci vê no partido um lugar de catarse, de superação de momentos econômico-corporativos, uma verdadeira “escola da vida estatal”⁴⁷⁶. É neste espaço de interação entre intelectuais de diversos ramos de especialidade, que se consegue elevar sua concepção de mundo para uma visão orgânica e radical em relação aos velhos modos de pensar e agir. Por isso, via filosofia da práxis, “pode-se dizer que os partidos são os elaboradores de novas intelectualidades integrais e totalizantes, isto é, o crisol da unificação de teoria e prática entendida como processo histórico real”⁴⁷⁷.

O moderno príncipe não opera tal como um sindicato, que é baseado na filiação contratual derivada de uma determinada atividade laboral, mas se constitui através de

⁴⁷⁴ SCHLESENER, **Hegemonia e Cultura**..., 2007, p.39.

⁴⁷⁵ GRAMSCI, §121 *Continua del Nuovo Principe (C)*. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1601.

⁴⁷⁶ GRAMSCI, §90 *Passato e presente. Stato e partiti (B)*. **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 7..., 2007, p.920.

⁴⁷⁷ GRAMSCI, §12 (C). **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 11..., 2007, p.1387.

adesões individuais e voluntárias transversais a classe trabalhadora, na medida em que pretende dirigir “organicamente ‘toda a massa economicamente ativa’[...] convertendo-a em consciência atual coerente e sistemática, bem como em vontade precisa e decidida”⁴⁷⁸ ou, ainda, o lugar de encontro “em que se agrupam germens de vontade coletiva que tendem a se fazer universais e totais”⁴⁷⁹. No entanto, a formação dessa reforma intelectual e moral de caráter nacional-popular – o importante solo da cultura nacional através do qual se forjam os desejos coletivos – não consiste em fenômeno meramente político, mas deve estar lastreada em um “programa de reforma econômica, inclusive, o programa de reforma econômica é precisamente o modo concreto em que se apresenta toda reforma intelectual e moral”⁴⁸⁰.

Neste ponto, para Gramsci, a questão central é constituir uma estratégia adequada, visando que o Moderno Príncipe, realmente, conjugue seus esforços na fundação de outro tipo Estado até uma sociedade regulada. O partido bolchevique havia sido vitorioso no cenário e conjuntura russa, mas, por outro lado, os demais partidos socialistas e comunistas fracassaram em seus intentos duramente. Não havia espaço para o autoengano, culpando as condições objetivas ou as ações individuais pela derrota monumental das classes subalternas. Então, nos *Quaderni*, coloca-se a teorizar as condições subjetivas da crise de hegemonia e as possibilidades de superação da estrutura de Estado de seu tempo. Aqui, portanto, no terreno da ampliação do Estado, Gramsci estrutura sua teoria do exercício do poder hegemônico a partir de um conjunto de formas de atuação, nas quais as noções de guerra de posição e movimento possuem um contorno predominante.

As formas de luta social delineadas por Gramsci, conforme exposição feita anteriormente, situam-se no campo das relações do Estado Integral. Portanto, o partido não é somente uma organização com vistas a construir consensos e formar uma hegemonia na sociedade civil – isto significaria cair no fetichismo liberal-jurídico das dicotomias sociais –, é, na verdade, um catalizador das forças subalternas para derrotar as classes dominantes entrincheiradas, em maior ou menor medida, no Estado. As forças contra-hegemônicas devem ocupar e disputar todos os flancos possíveis, inclusive, é fundamental tomar as rédeas da sociedade política. Afinal, a luta por hegemonia consiste no “processo pelo qual as forças sociais se integram no poder político de um

⁴⁷⁸ GRAMSCI, §12 (C). **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 11..., 2007, p.1387.

⁴⁷⁹ GRAMSCI, §1 (C), **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1558.

⁴⁸⁰ GRAMSCI, §1 (C), **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1561.

Estado existente e como o caminho pelo qual as classes subalternas devem aprender a viajar de uma maneira muito diferente para fundar seu próprio ‘estado não-estatal’”⁴⁸¹.

A partir destes pressupostos, é possível identificar o trabalho teórico de Gramsci como uma iniciativa para resistir e contra-atacar a um cenário de hegemonia da revolução passiva da classe dirigente europeia em larga escala. A formulação de uma estratégia capaz de reagir a um processo em que há uma combinação dialética entre renovação/restauração, isto é, “ao contrário de uma revolução popular, realizada a parte ‘de baixo’, jacobina, implica sempre a presença de dois momentos: o da ‘restauração’ (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical ‘de baixo para cima’) e o da ‘renovação’ (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes)”^{482 483}.

A revolução passiva é um rearranjo hegemônico em que existe uma “verdadeira” transformação conduzida pelo alto, uma vez que a “revolução-restauração” ocorre para a manutenção das classes dominantes no poder em detrimento das classes subalternas pela sua incapacidade de dirigir a sociedade a outro bloco histórico. O que não significa a total passividade das massas populares e a inexistência de algum consenso ativo, pelo contrário, tal “subversivismo” fraco impõe limites na reestruturação do modelo de acumulação, que se expressam do atendimento de determinadas demandas dos “de baixo”, em especial, aquelas que não modifiquem o essencial à ordem política e econômica. “Cria-se, assim, o consenso passivo e indireto das classes subalternas. O consenso esse que é reforçado pelo contínuo processo de *transformismo*, de absorção molecular pelas classes dominantes, dos elementos ativos dos grupos aliados como dos grupos adversários, o que permitiria a formação de uma classe dirigente em um contexto fixado pela restauração”⁴⁸⁴.

Nesse sentido, mesmo com a incapacidade recíproca de conduzir transformações a céu aberto (burguesia e proletariado), com a mediação do Estado, em configurações de aliança de classe diversas, a burguesia institui uma estratégia que é,

⁴⁸¹ THOMAS, *The Gramscian Moment*..., 2009, p.195.

⁴⁸² COUTINHO, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*..., 2012, p.198.

⁴⁸³ “[...] elas [as revoluções passivas] exprimem, talvez, o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares através de ‘restaurações que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de ‘restaurações progressivas’ ou ‘revoluções-restauração’ ou, ainda, revoluções ‘passivas’”. GRAMSCI, §41 XIV (C) *Quaderni del carcere*. Volume secondo. Quaderno 10 (La filosofia de Benedetto Croce – Parte II)..., 2007, p.1325.

⁴⁸⁴ BIANCHI, Álvaro. Revolução passiva: o futuro do pretérito, *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n.23, p. 34-57, 2006, p.47.

simultaneamente, defensiva e expansiva. Com a concessão de reivindicações dos subalternos, a burguesia consegue se defender das ondas de rebeliões ocorridas no século XIX e da aceleração da história provocada pela revolução de outubro de 1917 e, ao mesmo tempo, com variadas formas, consolidar e expandir o domínio burguês sobre o seu e a outros territórios. Com estes processos, visualiza-se a ascensão, consolidação e “defesa das condições fundamentais de existência e princípio [do bloco histórico burguês]: a primazia da política/hegemonia burguesa na direção do processo produtivo, do próprio Estado e, portanto, da cultura”⁴⁸⁵.

Chega, portanto, ser curioso como certos abusos de Gramsci acabam por situar a intensificação da revolução passiva como seu próprio programa gradualista e pacífico de construção do socialismo. Na realidade, a revolução passiva não é “senão o próprio reformismo molecular da burguesia, a antirrevolução passiva era, para Gramsci, o antirreformismo. A luta contra a revolução passiva era, desta maneira, uma luta contra as formas atuais de exercício da política”⁴⁸⁶. Ao revés, Gramsci analisa várias maneiras de formar e organizar a consciência ativa do proletariado, uma vez que as estratégias de tomada de assalto ao poder mostraram-se cada vez menos exitosas. Era necessário combinar táticas, repensar a atuação do partido, redesenhar os critérios de aliança, com o objetivo de derrotar a hegemonia burguesa, que se mostrava fragilizada em virtude de suas constantes crises.

Não há dúvida que a centralidade da análise gramsciana encontra-se na organicidade da formação da (contra-)hegemonia na sociedade econômica-política-civil através da metáfora militar entre guerra de posição e movimento. Mas, em Gramsci, desde o *Caderno 1*, a analogia entre luta política e luta militar se faz presente, tendo muitos outros elementos que serão importantes para avaliar o lugar do fenômeno jurídico nestas batalhas, em especial, o papel do “*arditismo*” e a ideia de “guerra de partisans” ou “guerra garibaldina”.

Em primeiro lugar, é fundamental negar, talvez, a recepção mais difundida da relação entre guerra de posição e movimento presente no pensamento crítico brasileiro, que é derivada da noção dicotômica rechaçada no item anterior, isto é, a imagem de um Gramsci estrategista de uma espécie de eurocomunismo, um caminho reformista para sociedades ocidentais complexas e democráticas. A responsabilidade em grande parte dessa compreensão de Gramsci é do valoroso Carlos Nelson Coutinho. Um das figuras

⁴⁸⁵ KANOUSSEI; MENA. **La revolución pasiva**: una lectura a los Cuadernos de la Cárcel..., 1985, p.126.

⁴⁸⁶ BIANCHI, **Arqueomarxismo**: comentários sobre o pensamento socialista..., 2013, p.185.

imprescindíveis, senão a maior responsável, na “popularização” do pensamento gramsciano no Brasil e tem como ponto alto de suas reflexões a aproximação ainda inconclusa da teorização contida nos *Cadernos do Cárcere* com a *Ontologia do Ser Social* de Lukács. Contudo, na esfera política, realiza uma anulação ou um adiamento ao infinito da relação entre guerra de posição e movimento. Em suas palavras, já amainadas por uma nova edição de sua obra, afirma que, com a ampliação do Estado, “no ‘Ocidente’, [...], as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços (‘guerra de posições’), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado”. Então, em “períodos marcados pela debilidade da organização de massas (onde se impunha a ‘guerra de movimento’, o choque frontal com o Estado-coerção) e períodos de mais intensa socialização da política (onde a *conquista paulatina de posições* ocupa lugar central na estratégia operária)”,⁴⁸⁷.

O impacto de tal interpretação é sentido com grande intensidade no marxismo brasileiro ainda hoje, talvez, inclusive, com ressonância em um oportunismo político que não faz justiça a Coutinho – o marxismo de Coutinho e a defesa da democracia como um valor universal foram muito importantes no desenvolvimento de certos extratos do Movimento Direito Alternativo. Entretanto, como já se enfeixou no capítulo II, o marxista sardo considera, reiterando em inúmeras passagens, desenvolver sua teoria da hegemonia em acordo com o pensamento leniniano – a partir de vários elementos que já haviam sido ensaiados em seus escritos como “estadista” –, mas que o revolucionário russo não teve tempo de levar a cabo. Ainda, pensar nas sociedades ocidentais como palco da construção do consenso via hegemonia civil ou “conquista paulatina” do Estado, leva de uma só vez ao esquerdismo ou reformismo, negando organicidade à estratégia da guerra de posições e seu intento revolucionário.

Ao contrário de conceituar a guerra de posição como um programa positivo para o Ocidente, Gramsci a compreende como o acirramento pleno da luta de classes, em virtude do entrincheiramento, cada vez mais ramificado, da hegemonia burguesa. Em trecho bastante explicativo sobre essa relação presente na primeira guerra, Gramsci alude que “na realidade, o exercito russo tentou a guerra de manobra e de penetração, especialmente no setor austríaco (mas também na Prússia ocidental) teve brilhantes

⁴⁸⁷ COUTINHO, **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político..., 2012, p.147 e p.149, grifo nosso.

sucessos, mas efêmeros. A verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo; sabe-se quantas perdas custou a obstinação dos Estados-maiores em não querer reconhecer que a guerra de posição era ‘imposta’ pela relação geral de forças presentes”⁴⁸⁸. A partir desta nota é possível retirar duas conclusões bastante explícitas: 1) guerra de posição e movimento não se excluem, dependendo, em sua combinação, do conjunto de relações de forças atuantes na sociedade em geral; 2) a guerra de posições não é uma estratégia libertária ou gradualista de luta por hegemonia social, mas acentua a dificuldade de se lutar num terreno projetado pelo inimigo para defender seu poder e que tem a tendência de se expandir em suas posições caso não encontre obstáculos verdadeiramente perigosos.

Aqui, chega-se a um ponto fulcral, em virtude da mudança profunda das relações de poder da sociedade – alterações representativas nas relações de produção, disputas por mercados determinados entre Estados, transmutação da geopolítica, rebeliões e revoluções causadas pelo fortalecimento das organizações dos subalternos, etc. –, ocorreu uma mutação morfológica do Estado com seu alargamento (entrincheiramento na sociedade civil). Portanto, igualmente, o cenário da luta revolucionária é realocado para outro terreno, onde uma tomada de assalto ao poder seja possível, porém com eficácia efêmera. Neste contexto, Gramsci realiza a sua famosa distinção entre *Oriente* e *Ocidente* para compreender, em suas temporalidades, o nível de entrincheiramento na sociedade civil das forças sociais da classe dirigente e o grau/intensidade de (des)equilíbrio da luta de classes na operação de cerco aos subalternos. Por tais motivos, a “concepção de ‘guerra de posição’ em Gramsci, assim como para Lenin e Trotsky, não consiste em um programa estratégico recomendado a ser adotado pelo proletariado. Em vez disso, reconhecia como uma nascente técnica de ‘biopoder’ empregada pela burguesia e, ao qual o proletariado, subalternamente confinado na sociedade civil burguesa, foi compelido a responder com uma estratégia política realista”⁴⁸⁹.

Para Gramsci, deste modo, a imposição da guerra de posição significa agir em Estados, “nos quais a ‘sociedade civil’ tornou-se uma estrutura muito mais complexa e resiste às irrupções catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra

⁴⁸⁸ GRAMSCI. §24 (C). *Quaderni del carcere*. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p. 1614-1615.

⁴⁸⁹ THOMAS, *The Gramscian Moment*..., 2009, p. 150.

moderna”⁴⁹⁰. Uma mobilização intensa de energias, predominante, localizada na sociedade civil, que “exigem sacrifícios enormes sacrifícios a massas imensas da população; por isso, é necessária uma concentração inaudita de hegemonia”⁴⁹¹. Ao contrário da visão esquemática, “a centralidade da ‘cultura’ [na guerra de posição] não é sinal de uma luta mais *democrática*, mas de uma luta mais *invasiva e total*, seja para derrotar o capitalismo na URSS, seja para defendê-lo no resto do mundo”⁴⁹².

A guerra de posição, como sintetizou Frosini, trata-se do exercício hegemônico de uma guerra total, invasiva e de uma fase culminante do capitalismo. Ainda, como já se pode intuir, o avanço das trincheiras da hegemonia burguesa significa o aprofundamento de sua direção sobre a sociedade seja em sincronicidade com uma revolução passiva ou por meio de contrarreformas⁴⁹³. Mas, apesar da luta se situar em campo inimigo, isso não significa delinear somente uma postura passiva e reativa por parte dos subalternos. Pois, como afirma Gramsci, na esfera “política o *cerco é reciproco*, não obstante todas as aparências e só o fato que o dominante alardeie todos os seus recursos demonstra quais cálculos faz do adversário”⁴⁹⁴. Os dominados devem constituir as suas próprias organizações de contra-hegemonia e cavar trincheiras nas dos inimigos de classe para bloquear seus avanços e sair de uma postura passiva para uma postura ativa, uma guerra de posição ofensiva.

Na avaliação de Gramsci, como o proletariado está longe de possuir uma maioria ativa esmagadora, não há possibilidade de escolher o terreno da luta política, assim é fundamental articular a ação política construindo contradições nas posições

⁴⁹⁰ GRAMSCI, §24 (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p. 1615.

⁴⁹¹ GRAMSCI, §138 *Passato e presente. Passagio dalla guerra manovrata (e dall’attacco frontale) ala guerra di posizione ache nem campo politico* (B). **Quaderni del carcere**. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.802.

⁴⁹² FROSINI, *Egemonia...*, 2012, p.12.

⁴⁹³ É, Coutinho, quem chama atenção para constituição e operacionalidade da categoria “contrarreforma” em Gramsci. Observa que o termo se desenha em alusão à resposta dada pela Igreja Católica, no Concílio de Trento, em relação à reforma protestante e suas implicações políticas e culturais. “Pode-se também registrar que Gramsci não apenas estende o termo a outros contextos históricos, mas busca ainda extrair dele algumas características que nos permitem, ainda que só aproximativamente, falar da criação por ele de um conceito”. COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: ensaio sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008, p. 97. Nos *Quaderni*, Gramsci delinea alguns elementos do conceito dizendo que a contrarreforma, “como todas as restaurações, não foi um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal, entre velho e o novo”. Ao contrário, então, da revolução passiva, que se vincula a uma ideia de “revolução-restauração”, a contrarreforma caracteriza-se, centralmente, pelo momento da “restauração” ou, inclusive com o aprofundamento de características novas e regressivas. GRAMSCI, §7 *Fonti Indirette. Le “Utopie” e i così detti “romanzi filosofici”* (B). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderni 15..., 2007, p.1752

⁴⁹⁴ GRAMSCI, §138 *Passato e presente. Passagio dalla guerra manovrata (e dall’attacco frontale) ala guerra di posizione ache nem campo politico* (B). **Quaderni del carcere**. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.802.

firmadas pela hegemonia burguesa. Embora não haja etapismos ou teleologia histórica traçada *a priori*, uma vez que cada situação concreta precipita uma combinação diferente de estratégias de luta, neste cenário entrincheirado da guerra de posições com hegemonia burguesa, o contra-arresto dos subalternos “deveria ter como objetivo a desarticulação da guerra de posição das classes dominantes”⁴⁹⁵. Para tanto, evidente, que há espaços mais ou menos privilegiados de uma guerra de posição ofensiva dos dominados, mas como se trata de um cenário de guerra total, uma espécie de guerra permanente às avessas, e nenhum local da sociedade (econômica-política-civil) está isento de forjar contradições à hegemonia burguesa.

Como o próprio Gramsci ilustra, na cartografia do campo de batalha, o lugar das trincheiras, onde está o grande contingente e se disputa posições, é na sociedade civil com seus aparatos “privados” e, por outro lado, como último bastião à tomada do poder situa-se a sociedade política materializada em seus aparatos repressivos. Mas, conforme discutido, isto é uma visão importante, porém esquemática. Há repressão e violência na sociedade civil tanto quanto existe construção de consensos na sociedade política, sendo que, em determinadas sociedades, a inversão dos fenômenos pode ser tão intensa a ponto de incinerar as linhas do mapa (guerra civil e estatolatria, por exemplo). O erro, portanto, consiste em criar rotas exclusivas da guerra de posição – a hegemonia só se disputa na sociedade civil ou só se disputa de forma paulatina pelos mecanismos de democracia formal. Ademais, todos os esforços em direção a uma hegemonia proletária são importantes e, por vezes, até heroicos, contudo uma guerra de posição quixotesca destituía de organicidade – o papel central do Moderno Príncipe – está fadada a um honroso fracasso.

Além disso, a predominância da guerra de posição em sociedades “ocidentais”, não significa uma anulação ou exclusão, conforme os próprias notas gramscianas aclaram, da guerra de movimento ou até a “tática imediata de pequenos grupos”⁴⁹⁶ do arsenal tático/estratégico da luta política. Assim, para Bianchi, “guerra de movimento e guerra de posição encontrar-se-iam assim em um nexo indissociável e diriam respeito a diferentes momentos da luta pela afirmação de uma nova ordem política e social”⁴⁹⁷. Mais uma vez, não se trata a guerra de posição o fermento para o dia do confronto final via guerra de movimento. Definitivamente, isso não é um fatalismo do modelo

⁴⁹⁵ BIANCHI, *O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política...*, 2008, p.24, p.205.

⁴⁹⁶ GRAMSCI, §155 *Passato e presente. Politica e arte militare (B). Quaderni del carcere*. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.810.

⁴⁹⁷ BIANCHI, *O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política...*, 2008, p.24, p.205.

revolucionário gramsciano. Pode acontecer, justamente, o contrário, isto é, a conquista da sociedade política, inclusive por via eleitoral, mas possuir uma hegemonia muito frágil na sociedade civil – fenômeno descrito por Gramsci como Estatolatria⁴⁹⁸, mas não deve ser visto com “fanatismo teórico e ser concebido como ‘perpetuo’”⁴⁹⁹.

O ponto chave é conceber a guerra de posição como uma morfologia de luta social que pode transmutar-se por exigências históricas em outros modelos. E, no interior, do arsenal gramsciano, há dois outros tipos de expressão de guerra militar traduzida para o campo político menos citados, que são, especialmente, interessantes para se falar do direito posteriormente: arditismo⁵⁰⁰ e “guerra de partisans” ou “guerra garibaldina”⁵⁰¹. Ambas são táticas utilizadas em momentos de desvantagem numérica ou estratégica num campo de batalha e, assim, por essas características, guardam grande capacidade de analogia com a luta dos intelectuais orgânicos subalternos na esfera jurídica.

Os *arditi* (os mais ousados) eram um agrupamento tático de elite italiano, que durante a primeira guerra mundial tinha, entre outras ações de risco, a importante função de romper com as linhas inimigas. Eles “descongelavam” a guerra, sendo especialistas, em conjunturas, em assaltar as trincheiras adversárias e abrir espaço para uma guerra de movimento do grosso da infantaria. Ao contrário do que pareceria a primeira vista, para Gramsci, o fenômeno do arditismo transparece um contexto de um exército debilitado e desmotivado, sendo tal formação tática tem efetividade como ponta de lança de um importante contingente militar, do contrário só restaria aos *arditi* derrota e fuga. Por isso, a relevância desta organização militar é menor nas guerras de movimento, onde há embates abertos e campanhas, constituindo o “verdadeiro arditismo, ou seja, o arditismo moderno, é próprio da guerra de posições”⁵⁰².

⁴⁹⁸ “Para alguns grupos sociais que, antes de constituir uma vida estatal autônoma, não tiveram um amplo período de desenvolvimento cultural e moral próprio e independente (como na sociedade medieval e nos governos absolutos que se fazia possível pela existência jurídica dos Estados ou ordens privilegiadas), um período de estatolatria é necessário e inclusive oportuno: esta ‘estatolatria’ não é mais que a forma normal da ‘vida estatal’, de iniciação, ao menos, na vida estatal autônoma e na criação de uma ‘sociedade civil’ que não foi historicamente possível criar antes do acesso a vida estatal independente”. GRAMSCI, §130 *Nozioni enciclopediche e argomenti di coltura. Statolatria. (B), Quaderni del carcere.* Volume secondo. Quaderno 8..., 2007, p.1020.

⁴⁹⁹ GRAMSCI, §130 *Nozioni enciclopediche e argomenti di coltura. Statolatria. (B), Quaderni del carcere.* Volume secondo. Quaderno 8..., 2007, p.1020.

⁵⁰⁰ GRAMSCI, §133 *Arte militare e arte politica (B). Quaderni del carcere.* Volume primo. Quaderno 1..., 2007, p.120.

⁵⁰¹ GRAMSCI, §155 *Passato e presente. Politica e arte militare (B). Quaderni del carcere.* Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.810.

⁵⁰² GRAMSCI, §133 *Arte militare e arte politica (B). Quaderni del carcere.* Volume primo. Quaderno 1..., 2007, p.120., 121.

Em sua tradução para o campo da política (não-militar), os *arditi* representam um extrato de intelectuais com funções especializadas, forjar movimentos e executar ações arriscadas (seja na legalidade ou ilegalidade). Mas estas habilidades só são empregadas com sucesso na conquista por hegemonia, se tais intelectuais ou grupos agem no interior de uma organização complexa e regular, porque senão seriam uma tropa de elite sem exército. O arditismo, portanto, como tática de luta, embora seja típica da guerra de posição, pode potencializar a guerra de movimento também, mas Gramsci crítica tal ousadia como uma estratégia permanente ou autonomista. Em suas palavras, na “realidade, luta-se contra essas degenerações de falsos heroísmos e de pseudoaristocracias estimulando a formação de blocos sociais homogêneos e compactos que expressem um grupo de intelectuais, de *arditi*, uma sua própria vanguarda, que reagem sobre o bloco para desenvolvê-lo e não só para perpetuar o seu domínio”⁵⁰³.

Outra questão refletida é sobre a estratégia dos partisans [guerrilhas], que não podem ser confundida, para o marxista sardo, com a tática do arditismo, pois “estas formas de luta são próprias de minorias (débeis, mas exasperadas) contra maiorias bem organizadas: enquanto que o arditismo moderno pressupõe uma grande reserva, imobilizada por diversas razões, mas potencialmente eficiente, que o sustenta e alimenta com partes individuais”⁵⁰⁴. Por isso, Gramsci não despreza a guerra de partisans como um elemento importante de resistência, contudo compreender que pequenas tropas possam num esforço heroico vencer grandes contingentes ou alcançar hegemonia é um erro de avaliação sobre a conjuntura e um desconhecimento a respeito da real natureza do Estado.

Por sua vez, a “guerra garibaldina” (que é um aspecto superior da guerra de partisans) enquadra-se neste mesmo esforço virtuoso e de exaltação de minorias contra maiorias mais bem organizadas. Então, o marxista sardo compreende que esse voluntarismo heroico pode ser entendido de duas maneiras: numa concepção mais pueril, que “teoriza a si mesmo como forma orgânica de atividade histórico-política e se exalta com frases que não são outra coisa que uma transposição da linguagem do super-homem individuo a um conjunto de ‘super-homens’ (exaltação das minorias ativas como tal)” e, outra mais potente e rica em significado revolucionário, que consiste no “voluntarismo ou garibaldinismo concebido enquanto um momento inicial de um

⁵⁰³ GRAMSCI, §18 *Machiavelli. Voluntarismo e garibaldinismo (C). Quaderni del carcere*. Volume terzo. Quaderno 14..., 2007, p.1676.

⁵⁰⁴ GRAMSCI, §133 *Lotta politica e guerra militare (B). Quaderni del carcere*. Volume primo. Quaderno 1..., 2007, p.123.

período orgânico a preparar e desenvolver, em que a participação orgânica, como bloco social se dá de forma completa”⁵⁰⁵. Assim, tal como o ardistismo, embora aqui com um horizonte mais estratégico, poderia ser pensado como um fomento de uma atividade de vanguarda política ou/e militar.

Em suma, o desenvolvimento deste rico arsenal categorial gramsciano, que nem de perto foi esgotado aqui, é todo voltado para esmiuçar a materialidade e as transformações inauditas do mundo do capital, mas, sobretudo, para revolucionar esse mundo que explora e subjuga em condições terríveis boa parte das classes subalternas. A imanência e humanismo gramsciano sempre vertem em direção de novos modos de traduzir o passado a um futuro de libertação. O ponto é que, curiosamente, uma esfera de mediação de social imprescindível nesse movimento teórico de Gramsci, tal como em boa parte do marxismo, foi deixada de lado: o direito. Trata-se sempre de uma leitura secundária ou uso instrumental. É claro que, no itinerário da poderosa teoria geral da hegemonia de Gramsci, não há uma teoria e filosofia do direito estruturada de forma tradicional, tampouco uma sociologia jurídica nos moldes “científicos”, contudo há inúmeras passagens com ricos e criativos elementos, bem como também importantes interdições para análise do sistema jurídico. Não se pode casar uma teoria ampliada do Estado com uma interpretação típica do marxismo vulgar no pensamento do marxista sardo, mas também não interessa, em sua filologia viva, buscar uma suposta interpretação verdadeira contra os esforços teóricos e da práxis jurídica realizada até aqui. É preciso ver o direito em contraponto.

⁵⁰⁵ GRAMSCI, §155, *Passato e presente. Politica e arte militare (B). Quaderni del carcere*. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p. 810.

IV

A polifonia do direito e seus contrapontos no itinerário de Antonio Gramsci

Em 1975, ano de publicação da edição crítica dos *Quaderni* de Gramsci, na própria cena política italiana, Bobbio, com a clareza e a capacidade de sistematização habituais de seus escritos, fustiga o pensamento marxista com duas publicações da revista *Mondoperaio* do PSI – “Existe uma doutrina marxista do Estado?” e “Quais as alternativas para democracia representativa?”. O filósofo liberal, no contexto do derretimento da vulgata stalinista e da aproximação política com os comunistas, realiza duas grandes provocações que, sob o risco da simplificação, podem resumir-se em uma grande tese: não existe uma teoria (geral) marxista da política.

Isto significa que, para Bobbio, uma teoria política em sua completude deve responder a duas espécies de questões: “o problema de ‘quem’ governa (base na qual a tipologia das três formas de governo, de um, dos poucos e dos muitos, percorreu os séculos) e o problema de ‘como’ (segundo o qual a classificação meramente descritiva das formas de governo se sobrepôs àquela prescritiva das formas boas e formas más). E não há dúvidas sobre o fato de que dos dois problemas o mais importante tenha sido sempre o segundo, não o primeiro”⁵⁰⁶. Contudo, ainda segundo Bobbio, Marx e Engels, bem como boa parte do marxismo, tinham uma concepção negativa da política e não objetivavam a formação de uma nova institucionalidade, mas a destruição de toda forma de dominação mediada pela forma política alienada (o tema da extinção do Estado). “Mas isso não nos exime de tomar conhecimento de que suas indicações sobre o problema das instituições foram sempre genéricas, sumárias, e o que é mais grave, irreais, e que portanto sua teoria do Estado é incompleta, faltando-lhe justamente aquela parte que induz a muito reconhecer, com razão, que uma verdadeira e própria teoria socialista do Estado não existe”⁵⁰⁷.

⁵⁰⁶ BOBBIO, Norberto. *Existe uma doutrina marxista do Estado?* In: BOBBIO, Norberto; BOFFA, Massimo; CERRONI, Umberto; et al. **O Marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.28.

⁵⁰⁷ BOBBIO, *Existe uma doutrina marxista do Estado?*, **O Marxismo e o Estado...**, p. 29.

Além disso, no interior do mesmo debate, complementando o argumento, afirma que os marxistas não possuem uma genuína teoria sobre a democracia e, na verdade, possuem apenas uma fetichização da experiência dos conselhos em torno da democracia direta, que, para Bobbio, não podem substituir por completo esferas de representação política. Assim, “o erro no qual sempre caíram os teóricos da democracia industrial é o de acreditar na possibilidade de resolver a democracia política na democracia econômica, o autogoverno dos cidadãos no autogoverno dos produtores”⁵⁰⁸.

Na mesma esteira, três anos depois, o mesmo Bobbio, disparou outra crítica que ainda ressoa no âmbito da crítica marxista do direito, isto é, tal como afirmara em relação ao Estado, há “o reconhecimento da insuficiência, do caráter incompleto, da inexistência, ao menos até agora, de uma teoria marxista do direito, [que] provém às vezes dos próprios marxistas, ou seja, daqueles que creem possível elaborar uma teoria marxista do direito e se esforçam para fazer isso”⁵⁰⁹. Inclusive, impele aos marxistas de realizar definições e distinções adequadas. Afinal, o direito é um fenômeno normativo do Estado? Há diferenças entre direito privado e público e, caso sim, estariam situados no plano da estrutura ou superestrutura?

Então, no âmbito do compromisso histórico⁵¹⁰ – o acordo do PCI, PSI e Democracia Cristã –, o competente filósofo italiano coloca os marxistas nas cordas. Logo na terra de Gramsci? O curioso é que muitas respostas potentes surgiram à polêmica provocada por Bobbio, mas todo o arsenal gramsciano apenas, aqui, exposto em parte – a teoria materialista do poder –, foi pouquíssimo utilizado como contrafogo a

⁵⁰⁸ BOBBIO, Norberto. *Quais as alternativas para a democracia representativa?* In: BOBBIO, Norberto; BOFFA, Massimo; CERRONI, Umberto; et al. **O Marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.54.

⁵⁰⁹ BOBBIO, Norberto. *Marx e a teoria do direito*. In: **Nem com Marx, nem contra Marx**. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p.210.

⁵¹⁰ “É necessário lembrar sempre as razões de fundo que nos levaram a elaborar e a seguir aquela estratégia política que Togliatti chamou ‘a avançada da Itália para o socialismo da democracia e na paz’. É sabido que as origens dessa elaboração se encontram no pensamento e na acção de Antonio Gramsci e do grupo dirigente que à volta dele se reuniu e trabalhou no rasto dos seus ensinamentos. [...] A democracia cristã foi obrigada a abandonar a linha e a perspectiva do centro-direita. Tal sendo a realidade da Democracia Cristã e o ponto em que se encontra hoje, é claro que a tarefa de um partido como o nosso, não pode ser senão a de isolar e derrotar drasticamente as tendências que contam ou podem ser levadas a tentar contar com a contraposição ou quebra vertical do país [...] A gravidade dos problemas do país, as ameaças sempre cheias de aventuras reaccionárias e a necessidade de abrir finalmente para a Nação um caminho seguro de desenvolvimento económico, de renovação social e de progresso democrático, fazem com que seja sempre mais urgente e necessário o momento em que se chegue àquilo que pode ser definido como o novo grande ‘compromisso histórico’ entre as forças que recolhem e representam a grande maioria do povo italiano”. BERLINGER, Enrico. *Alianças Sociais e alinhamentos políticos*. BERLINGER, Enrico; BUFALINI, Paolo; CECCHI, Otanno. **O Compromisso Histórico**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.

seus ataques. Evidente, que se pode atribuir essa ausência a uma delimitação do objeto de discussão a Marx propriamente, contudo a obra do marxista sardo foi tangenciada, quando não deixada em segundo plano totalmente, pela linha de frente do pensamento gramsciano (Umberto Cerroni, Valentino Gerratana, Pietro Ingrao, etc.). Apenas Giuseppe Vacca coloca Gramsci no *front* pra valer, ao afirmar que “nos ‘*Quaderni del carcere*’, há mais que o embrião de uma doutrina marxista do Estado: existe o núcleo de uma teoria do Estado a nível do capitalismo desenvolvido”⁵¹¹. Uma teoria do Estado, que é, na verdade, uma teoria da revolução da sociedade burguesa, o que “é bem diferente de uma ausência de uma doutrina do Estado. É apenas uma teoria da política fundada de maneira diferente, ligada à teoria da história e nela incorporada, não dividida pelo método típico abstrativo das ciências jurídicas e políticas”⁵¹².

Por sua vez, no campo da intersecção do direito e marxismo, muitas respostas foram dadas, tanto por um viés mais teórico, de certa reconstituição e recuperação marxiana e marxista dos extratos sobre o direito, quanto dos movimentos estruturados em torno de uma práxis jurídica emancipatória. Lamentavelmente, em muitos momentos, teoria e práxis rivalizaram e não juntaram forças na disputa e potencialização deste legado. No entanto, um silêncio estranhíssimo se faz ainda sentir, isto é, a respeito da presença de uma teoria gramsciana do direito propriamente dita e não a apenas usos ocasionais e arbitrários. O estranhamento deve-se a imagem mais recepcionada do marxista italiano no mundo, o denominado “teórico das superestruturas”. Pois isto implicaria, por consequência, em uma teorização sobre um dos principais nexos “superestruturais” da sociedade capitalista: o direito.

Tal ausência, certamente, é uma conjunção de muitos fatores difíceis de precisar. Mas um elemento pode ser, de pronto, descartado: a insuficiência de referências ou citações sobre o direito em Gramsci. Caso se delimite a investigação ao significante “direito”, há mais de uma dezena de menções importantes, sobretudo, com feições de originalidade: a noção de um “direito ampliado”⁵¹³. Inclusive, se a busca for expandida para o termo “jurídico(a)” e “lei” as citações passam das centenas, por óbvio, com variados graus de importância. De outra parte, como ficará explícito daqui por diante, outro ponto relevante é o fato de uma reconstrução diacrônica do texto

⁵¹¹ VACCA, Giuseppe. *Discorrendo sobre socialismo e democracia*. BOBBIO, Norberto. *Existe uma doutrina marxista do Estado?* In: BOBBIO, Norberto; BOFFA, Massimo; CERRONI, Umberto; et al. **O Marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.166.

⁵¹² VACCA, *Discorrendo sobre socialismo e democracia*, **O Marxismo e o Estado**..., 1979, p.168.

⁵¹³ GRAMSCI, §7 (C), **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1566.

gramsciano não condiz, definitivamente, com uma interpretação que compreenda o direito como o espaço privilegiado e democrático da guerra de posição numa chave de leitura reformista e gradualista ao socialismo – a legitimação da chamada estratégia eurocomunista.

Para romper com essa tradição de estudos parciais, é preciso avaliar o itinerário gramsciano desde os seus escritos políticos até a produção dos *Cadernos do Cárcere*. Colocar um tijolo nessa reconstituição que, sem sombra de dúvida, é tarefa de um trabalho coletivo. Assim, é necessário a partir de passagens principais categorizar a formação de frentes de uma teoria crítica do direito em Gramsci. Neste ponto, é indispensável um esclarecimento extra. Não há razão, dentro de uma crítica jurídica marxista, para efetuar, gnosiologicamente, uma separação do estudo do que o direito é (teoria do direito), do que ele efetivamente é (sociologia do direito) e o que ele deve-ser (filosofia do direito). Tal separação abstrata supõe um direito, enquanto mediação social absolutamente autônoma, dissociado de qualquer relação de interdeterminação com a totalidade social e, sendo assim, passível de ser conhecido em seu funcionamento autopoietico; por sua vez, também estabelece um campo da relação normativa e como atua precisamente na realidade, possibilitando um cientificismo positivista; assim como produz, por conseguinte, uma reflexão valorativa sobre o seu devir completamente externa num fetichismo hipostasiante. Uma divisão como esta interdita qualquer debate sobre o que o direito é, enquanto relação social no interior de uma totalidade orgânica, e o que ele poderia vir-a-ser em contraste com o que é de fato num determinado contexto histórico.

Evidente, que os campos disciplinares de análise do fenômeno jurídico continuam coexistindo em suas especificidades e distinções, isto é, como Gramsci gostava de repetir, trata-se de uma separação metodológica, mas, em nenhum caso, gnosiológica. Mas, aqui, não se está buscando fundar em suas peculiaridades uma teoria, uma filosofia, uma sociologia e uma história do direito gramsciana a partir deste trabalho – e nem se fosse o intento, talvez, seria possível. A questão é tracejar, em um sentido amplo, uma teoria crítica do direito presente no constructo da teoria geral da hegemonia formulada por Gramsci, inicialmente, em sua juventude, até sua última expressão desenvolvida nos *Quaderni* como um *work in progress*.

Além disso, apesar de ter demarcado as linhas vermelhas do pensamento gramsciano, em detrimento de uma postura inquisitorial, optou-se por realizar uma

leitura em contraponto. A proposta de Baratta de uma filologia vivente, em que se possam encontrar consonâncias e dissonâncias em relação ao *cantus firmus* gramsciano, que por si só, já é polifônico. A grande consonância presente, que não pode ser comprovada ou negada documentalmente, é uma sincronia (inaudita) gigantesca entre a teoria crítica do direito de Piotr Stutchka e o Antonio Gramsci dos *Quaderni*. Outras consonâncias e dissonâncias também serão exploradas em contraponto: o Lukács de História e Consciência de Classe; algumas teses de Evgeny Pachukanis e Bernard Edelman; o direito insurgente de Boaventura de Sousa Santos e Roberto Lyra filho; elementos do *uso alternativo do direito* italiano e espanhol; a crítica jurídica de Oscar Correias; os usos do Movimento Direito Alternativo (Edmundo Arruda e Amilton Bueno de Carvalho)

1. Entre a legalidade e a ilegalidade: os contornos da luta revolucionária nos escritos políticos de Gramsci

Se a obra principal de Gramsci, *Quaderni del Carcere*, não alcançou um grau de sistematização pretendido pelo próprio autor em sua jornada inconclusa de reestruturação em cadernos especiais, restando fragmentada em potentes notas mais ou menos agrupadas, o mesmo não se poder dizer de seus escritos pré-carcerários. Neles, por sua própria natureza de intervenção política imediata, não havia sequer o aventar de um projeto de organicidade teórica, os conceitos eram forjados pela necessidade de responder a dilemas concretos do projeto revolucionário em curso e mesmo das miudezas da práxis cotidiana do movimento operário.

A grande marca desse período histórico é a construção teórica para orientar uma estratégia e o exercício do poder pelo proletariado, e não, propriamente, embora existam elementos e traços que possam ser capturados, de uma teoria (geral) materialista do Estado. A noção de hegemonia em Gramsci já se faz presente *in statu nascendi* neste momento, que encontraria seu momento culminante de laboratório da práxis e aceleração da história na experiência fértil das lutas sociais, apesar da grande derrota, no cenário biênio vermelho. Posteriormente, o marxista italiano já possui a leitura que não serão mais anos de ascensão do movimento comunista e que o modelo

revolucionário russo não poderia ser transposto facilmente. Seriam anos de formulação e resistência até o ápice do cerco com sua prisão em 1926.

É possível observar facilmente que esses anos demarcados por sua produção política mais imediata, não são tempos de “normalidade” institucional. Trata-se de um hiato temporal atravessado pela primeira guerra mundial, por insurreições operárias, pela ascensão do fascismo, que destruiria qualquer aspiração de uma luta “democrática” com a formalização da ilegalidade dos partidos comunistas em 1926. Portanto, há que sublinhar que, antes da prisão, os anos mais férteis em que se poderia flertar e teorizar entre a luta no âmbito institucional e na ilegalidade se deram até 1922 (ano da marcha sobre Roma). Após este fato as reflexões sobre o direito diminuem sensivelmente e apenas são retomadas com força no desenvolvimento da teoria da hegemonia nos *Quaderni*.

Nesse sentido, dentro da imensidão de textos de conjuntura, pode-se extrair três graus de contribuições para a análise do fenômeno jurídico: 1) a discussão em torno de um consenso sobre um programa mínimo de direitos liberais com os partidos da ordem, mas que não pode se tornar em fetiche ou programa máximo; 2) a tese sob a limitação de uma luta jurídica através de formais contratuais (em especial, o sindicato), bem como o conflito entre uma legalidade industrial e sua negação através de outra normatividade – o coração teórico deste período; 3) a análise, sobretudo, na luta política reacionária a dinâmica entre legalidade e ilegalidade (subversivismo reacionário), porém incipiente em termos de crítica do direito no sentido geral.

1.1. Do programa mínimo dos direitos liberais ao programa máximo socialista no laboratório da práxis de Gramsci

Desde seu período de formulação mais precoce, Gramsci sempre andou no fio da navalha. Isso não significa dizer que Gramsci negasse posturas radicais ou mais pragmáticas. Na verdade, ele queria potencializar uma síntese entre as duas posições políticas que se faziam dominantes na disputa interna do PSI naquele momento. De alguma forma, o reformismo lhe parecia uma doença senil do maximalismo e, invertendo os termos, o maximalismo uma doença infantil do reformismo. Num contexto de guerra imperialista, onde quem, de fato, sangrava nas trincheiras eram os

trabalhadores, a ele parecia, mesmo ainda muito jovem, impensável a incapacidade dos socialistas em se posicionar frente aos problemas reais. Em resumo, deve-se possuir a potência da radicalidade, mas, igualmente, é obrigatório ser efetivo em sua práxis política na vida do povo.

Esta contradição transparece na instabilidade do conceito de utopia, uma vez que é muito clara, até repetitiva, sua negação a qualquer tipo de utopismo, que implicaria na adoção de uma abordagem teleológica da história, “em não conseguir conceber a história como livre desenvolvimento, em ver o futuro como uma solidez já emoldurada, em crer nos planos pré-estabelecidos”⁵¹⁴. A história, para Gramsci, era aberta e, desde seus primeiros escritos, não dava espaço a determinismos. No entanto, é curioso, como ao negar qualquer visão fatalista, mas projetando dentro das possibilidades reais entrevistas em sua realidade, aos mais reformistas e taticistas, defender um projeto revolucionário socialista o situaria ao lado dos utopistas. Inclusive, ironizando os mais conservadores, se coloca dentro do programa político da “utopia leninista”⁵¹⁵.

É nesse intricado debate que surge, já em seus primeiro escritos, uma marca que carregaria até os *Quaderni*, não considerará o direito enquanto um conjunto de princípios de justiça ahistóricos, um direito natural, embora já veja, embrionariamente, sua capacidade propulsão ideológica. Assim, para o marxista sardo, “o defeito orgânico das utopias está todo aqui: acreditar que a previsão possa ser previsão de factos, enquanto só o pode ser de princípios ou de máximas jurídicas. *As máximas jurídicas (o direito é a moral actuada) são criações dos homens como vontade*. Se quiserem dar a esta vontade uma certa direcção, ponham-lhes como finalidade o que só pode sê-lo”. Ainda, avalia que a revolução francesa não lutava pela constituição da ordem capitalista em abstrato, mas “queriam actuar os direitos do homem, queriam que fossem reconhecidos os componentes da colectividade determinados direitos”⁵¹⁶

Então, direito não significa qualquer ideal de justiça absoluta, porque “se alguma coisa esta guerra eliminou com certeza foi a velha concepção da justiça absoluta, que se impõe por si e não tem necessidade de canhões ou de baionetas para se manter”⁵¹⁷. Nesse sentido, o direito não é mera normatividade formal, tampouco é

⁵¹⁴ GRAMSCI, *Utopia...*, 1976, p.266.

⁵¹⁵ GRAMSCI, *Depois do Congresso...*, 1976, p.282.

⁵¹⁶ GRAMSCI, *Três Princípios, Três Ordens...*, 1976, p.114, grifo nosso.

⁵¹⁷ GRAMSCI, *O Sílabo e Hegel...*, 1976, p.75.

moralismo abstrato e sem força. O marxismo sardo, portanto, opera em proximidade de com um conceito bastante tradicional de luta pelo direito⁵¹⁸ e exalta, num dos seus primeiros escritos de intervenção, onde falava em uma neutralidade ativa, que a “cômoda posição de uma neutralidade absoluta não nos faça esquecer a gravidade do momento e não faça que nos abandonemos, nem sequer por um instante, à ingênua contemplação e renúncia budista de nossos direitos”⁵¹⁹.

Embora não faça nenhuma inovação no campo da crítica do direito, em particular no que se refere à forma jurídica, Gramsci formulara um programa mínimo sob os quais não se poderia ter grandes ilusões: os direitos liberais. “As afirmações do liberalismo são ideias-limites que, reconhecidas racionalmente necessárias, se transformaram em ideias-força, realizaram-se no Estado burguês, serviram para suscitar a este Estado uma antítese do proletariado e desgastaram-se. *Universais para burguesia, não o são suficientemente para o proletariado. Para a burguesia eram ideias-limite, para o proletariado são ideias mínimas*”⁵²⁰. Deste modo, o marxista sardo salienta a insuficiência do programa liberal, até porque não é constituinte ao projeto político de sua classe, visto que pressupõe a exploração de grandes massas trabalhadoras, contudo não o rechaça como um conjunto de abstrações, materializadas em direitos, totalmente desnecessárias para a luta proletária.

Por isso, compreende o liberalismo enquanto uma “formula que compreende toda uma história de lutas, de movimentos revolucionários para a conquista das liberdades individuais. É a *forma mentis* que se foi criando através destes movimentos”. Tal convicção ideológica, expressada nos processos de reivindicação, residiria “na livre manifestação das próprias convicções, na livre explicação das forças produtivas e legislativas do país”⁵²¹. Tais direitos não provêm de milagres políticos ou abstrações vazias, eles são resultados de “lutas políticas na rua e que o direito à livre afirmação de todas as energias é um direito conquistado e não um direito natural”⁵²².

⁵¹⁸ Embora seja imprecisão afirmar que se trata de uma concepção inspirada em Ihering, pela falta de menção direta ou fontes, há uma notável semelhança: “A vida do direito é uma luta: luta dos povos, do Estado, das classes, dos indivíduos. [...] Todos os direitos da humanidade foram conquistados na luta: todas as regras importantes do direito devem ter sido, na sua origem, arrancadas àquelas que a elas se opunham, e todo o direito, direito de um povo ou direito de um particular, faz-se presumir que se esteja decidido a mantê-lo com firmeza” IHERING, Rudolf von. **A luta pelo direito**. São Paulo: Forense, 2006, p.1.

⁵¹⁹ GRAMSCI, *Neutralidade Ativa e Operante...*, 1976, p.69.

⁵²⁰ GRAMSCI, *Três Princípios, Três Ordens...*, 1976, p.115, grifo nosso.

⁵²¹ GRAMSCI, *Três Princípios, Três Ordens...*, 1976, p.116, grifo do autor.

⁵²² GRAMSCI, *Três Princípios, Três Ordens...*, 1976, p.117.

O programa liberal integral, para Gramsci, num Estado despedaçado pela guerra, atravessado pelos monopólios e pelo “atraso” industrial, pode se constituir em um programa mínimo para os socialistas. Contudo, jamais num programa máximo, uma vez que, tal expressão ideológica, propõe “um Estado que idealmente está acima das competições de classe, do cruzamento e choque dos agrupamentos que compõem a realidade econômica e tradicional [...]; existe apenas como modelo utópico mas este seu ser é precisamente uma miragem que o torna robusto e o transforma numa força de conservação”⁵²³.

Para Gramsci, neste estágio de desenvolvimento de sua teoria, o direito comportaria a condensação das lutas sociais na ordem burguesa. Por esta via, em seu programa legítimo, “os socialistas não devem substituir ordem por ordem. Devem instaurar a ordem em si. A máxima jurídica que eles querem realiza é: *possibilidade de actuação integral da própria personalidade humana, concedida a todos os cidadãos*. Com o concretizar desta máxima, caem todos os privilégios constituídos. Concede-se a máxima liberdade com o mínimo de pressão”. Um princípio que lembra bastante a formulação de Marx na *Crítica ao Programa de Gotha*⁵²⁴, mas que, como se falou a pouco, possui um potencial utópico concreto *a la* Bloch gigantesco. Contudo, Gramsci termina o parágrafo afirmando: “Isto, repetimos, não é utopia. É universal e concreto, pode ser actuado pela vontade. É princípio de ordem, da ordem socialista”⁵²⁵.

Para explicar essa luta de classes estruturada em direitos, Gramsci, em interessante artigo, *A Tua Herança* de 1918, utiliza um dos principais institutos jurídicos de acumulação de propriedade como uma metáfora político-jurídica: o direito de herança. Compara a noção de herança burguesa, estruturada em torno da transmissão de propriedade privada entre gerações, a uma herança proletária gerada pelas conquistas de lutas sociais de gerações cristalizadas na história. Assim, “os teus ascendentes, que fizeram a revolução contra o feudalismo, deixaram-te, em herança, o direito à vida (não te podem matar arbitrariamente: parece-te coisa pequena?), a liberdade individual (para

⁵²³ GRAMSCI, *Três Princípios, Três Ordens...*, 1976, p.115.

⁵²⁴ “Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: ‘De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!’”. MARK, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012, p.33.

⁵²⁵ GRAMSCI, *Três Princípios, Três Ordens...*, 1976, p.119, grifo nosso.

te prenderem deves ser julgado culpado de um crime), o direito de movimento para trabalhar numa terra em vez de noutra”. Além das heranças da tradição liberal, a luta dos trabalhadores também tem deixado outra morfologia de heranças: “a liberdade de fazer greve, a liberdade de associar-te com outros para discutir os teus interesses imediatos e para te propores, em comunhão com outros, o objetivo maior da tua vida: a liberdade para ti ou, pelo menos, para os teus descendentes”⁵²⁶.

Por esta via, Gramsci defende que o proletário deve trabalhar em prol da única herança que, realmente, importa para construir as alternativas históricas de libertação da classe como um todo: “em vez de uma propriedade individual, preocupa-te em deixar maior possibilidade para o advento da propriedade coletiva, da liberdade para todos, para que todos sejam iguais em relação ao trabalho, ao instrumento de trabalho”⁵²⁷. Tais “direitos hereditários” estão, estritamente, ligados a uma ampliação de participação em três frentes de luta político-cultural/hegemônica: a maior adesão e unidade nos sindicatos, o reforço à organização do Partido Socialista e, por fim, um incremento no patrimônio intelectual com associações culturais.

Além desta característica em gestação de uma contraposição entre um direito proletário em contradição contra um direito burguês, que será aprofundada sob outros termos no período do *Biennio Rosso*, Gramsci visualiza o imbricar de temporalidades históricas no cenário italiano – afinal, “sou meridional”⁵²⁸ como afirmara a Mussolini. Pois, como o capitalismo ainda não estava suficientemente desenvolvido na Itália, essa dinâmica não se aplica imediatamente – vide sua posição política sobre o livre-cambismo. Por conseguinte, “a lei é uma incrustação moderna sobre o edifício antigo, não é o produto de uma evolução econômica, é um produto do mimetismo político internacional, de uma evolução intelectual do direito, não do instrumento de trabalho”⁵²⁹. Aqui, uma consonância germinal da polifonia gramsciana (o direito como política, ideologia e economia em rotação) com o que se esmiuçarà o contraponto (inaudito) principal de sua teoria jurídica: o pensamento de Piotr Stutchka.

Mas, antes do acontecimento do *L'Ordine Nuovo*, escrevendo ao *Avanti*, Gramsci começa a perceber, que mesmo o programa mínimo não está em vigência na “ordem jurídica” italiana e a guerra só veio a explicitar este fato. O marxista sardo

⁵²⁶ GRAMSCI, *A Tua Herança...*, 1976, p.213-14.

⁵²⁷ GRAMSCI, *A Tua Herança...*, 1976, p.214.

⁵²⁸ GRAMSCI, *A Intervenção no Parlamento Sobre a Maçonaria...*, 1978, p.38.

⁵²⁹ GRAMSCI, *A Intransigência de Classe e a História Italiana...*, 1976, p.232.

define a Itália como um “País de Polichinelo”. Levanta que a discussão entre “os doutrinários de direito constitucional” a respeito da “fórmula que defina o Estado italiano” é sem sentido nos enquadramentos tradicionais (parlamentarista, absolutista, etc.). Pois, na verdade, consiste em um “Estado de Polichinelo, é o domínio do arbítrio, do capricho, da irresponsabilidade, da desordem imanente, geradora, cada vez mais, de asfixiantes desordens”⁵³⁰.

E, para categorizar esse cenário de autocracia generalizada em que as leis foram suspensas, utiliza *en passant*, um conceito que não retornará com maior acento em seus escritos posteriores, a categoria de “Estado de sítio permanente”. Uma ideia muito explorada na teoria constitucional e política num momento imediatamente posterior, em especial, com o Carl Schmitt⁵³¹ e Walter Benjamin⁵³². Então, dirá, descrevendo a situação social, que se trata do “país da desordem permanente, da censura permanente, do *estado de sítio permanente*, ainda que decretos e disposições particulares anunciem, confirmem, repitam, advirtam, assegurem. Existe ainda um Estado? Existe ainda leis gerais? Existe ainda uma hierarquia de autoridade que efetivamente consiga obter obediência dos subalternos?”⁵³³. A nova ordem da “desordem”, que se delineia nesse interim de guerra e crise social, explicita para Gramsci a conformação de um terreno de luta diferente com suas potencialidades e também um campo minado de grandes dificuldades.

Ao chegar a esse ponto de degradação do tecido social, qualquer estratégia institucional (mais ou menos reformista) afigura-se como, aí sim, como expressão utopista. Gramsci, contando com informações sobre a real dimensão da irrupção soviética, observa que a insatisfação social do pós-guerra e a conjuntura dos trabalhadores italianos possibilitariam a construção de outra estratégia, visando alcançar o programa máximo socialista. Era necessário fomentar uma insurgência que

⁵³⁰ GRAMSCI, *O País de Polichinelo...*, 1976, p.301-2.

⁵³¹ “O Estado de exceção é sempre distinto da anarquia e do caos, no sentido jurídico sempre subsiste uma ordem, ainda que esta ordem não seja jurídica. A existência do Estado deixa neste ponto consolidada sua superioridade sobre a validade da norma jurídica. A decisão se libera de todas as travas normativas e se torna absoluta em sentido próprio. SCHMITT, Carl. **Teología Política**. Madrid: Trota, 2009, p.17-18.

⁵³² A tradição dos oprimidos ensina-nos que ‘o estado de exceção’ em que vivemos é a regra. Temos de chegar a um conceito de história que corresponda a essa ideia. Só então se perfilará diante dos nossos olhos, como nossa tarefa, a necessidade de provocar o verdadeiro estado de exceção; e assim a nossa posição na luta contra o fascismo melhorará. BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2002, p.16.

⁵³³ GRAMSCI, *O País de Polichinelo...*, 1976, p.301-2.

viria das unidades fabris e formular, com inspiração no acontecimento dos conselhos soviéticos, outra práxis política capaz de constituir uma normatividade proletária.

1.2. A Luta Hegemônica entre Legalidade Industrial e Legalidade Proletária no Biennio Rosso

O denominado *Biennio Rosso* ou Biênio Vermelho, como já discutido no primeiro capítulo, consiste em um momento de aceleração da história italiana, quando, a partir das organizações políticas emergentes da fábrica, entraram num processo de confronto direto (uma legítima guerra de movimento) com a aliança entre a burguesia débil italiana e o baronato rural representado pelo Estado monárquico. Na esteira da revolução de outubro, que parecia anunciar a boa nova da concretização do espectro socialista em toda Europa, Gramsci, embora não fosse um operário, engajou-se diretamente na luta dos conselhos operários, sobretudo, a partir de seu grande aparato hegemônico de luta político-cultural: *L'Ordine Nuovo*.

Neste curto período histórico, certamente, é o mais rico em menções e ensaios teóricos sobre o direito antes de sua obra principal, os *Quaderni*. Dentro da estratégia hegemônica expressa pelo programa do *L'Ordine Nuovo* a partir da insurgência dos conselhos operários, o embate e o poder constituinte de uma nova ordem “jurídica” torna-se um problema de primeira ordem. Um confronto forjado, principalmente, na parte setentrional industrializada da Itália (Turim, em especial), que, tem como pano de fundo, a noção de dualidade de poderes, tal como compreendera Lenin no processo da revolução soviética, em 1917, ao explicar a existência de um poder paralelo ao central, dispondo “que ao lado do Governo Provisório, o governo da *burguesia*, se formou *outro governo*, ainda fraco, embrionário, mas indubitavelmente existente de facto e em desenvolvimento: os Sovietes de deputados operários e soldados”⁵³⁴.

Mesmo antes do golpe editorial dado por Gramsci e Togliatti na publicação que seria a voz do biênio vermelho, começam já a figurar elementos sobre a necessidade de um outro direito. Em *A Medida da História*, afirma que a revolução social se concretiza de fato, “quando dá vida e se incarna num Estado tipicamente proletário, defensor do

⁵³⁴ LENINE, Vladimir Ilich. Sobre a dualidade poderes. In: LENINE, Vladimir Ilich. **Obras escolhidas** (V.2). São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p.17.

direito proletário, que desenvolve as suas funções essenciais como emanção da vida e da força proletárias”⁵³⁵. Nos números posteriores, essa preocupação só se acentua, por exemplo, na edição da virada programática, no artigo *Democracia Operária*, coloca o imperativo de as massas estarem “preparadas e capazes para o exercício do poder, difundir-se-ia uma consciência dos deveres e dos direitos do camarada e do trabalhador, concreta e eficiente porque gerada espontaneamente pela experiência viva e histórica”⁵³⁶. E, ainda anterior a uma reflexão mais estruturada que se daria em 1920, afirma que, para combater a posição de privilégio que orbita a propriedade privada, “vós estareis fortalecidos com *um outro direito*, o do trabalho que, depois de ter sido por séculos instrumento nas mãos dos seus exploradores, pretende hoje redimir-se, dirigir-se por si próprio”⁵³⁷.

A partir desses escritos, portanto, aparece de maneira recorrente à concepção da necessidade hegemônica de, com a formação de uma dualidade de poderes, forjar com todas as forças uma normatividade para além da burguesa (por muitas vezes, mas isso não uma regra, denominada como direito proletário). Contudo, enquanto pressuposto de tal forma jurídica, precisa-se lembrar como Gramsci compreendia no período os principais organizações do âmbito econômico e político das classes subalternas: o sindicato, os conselhos operários e os partido político.

No âmbito econômico, em que pese a evidente importância dos sindicatos profissionais e suas confederações na melhoria das condições de trabalho e salariais, Gramsci as compreende como “o tipo de organização proletária específico do período da história dominado pelo capital. Num certo sentido, pode-se sustentar que é parte integrante da sociedade capitalista e tem uma função que é inerente ao regime de propriedade privada. [...] Os operários tiveram que obedecer às leis férreas da necessidade geral, tornando-se mercadores da sua única propriedade, a força de trabalho e a inteligência profissional”⁵³⁸. De outra parte, os conselhos operários representam um órgão embrionário do Estado proletário, onde os trabalhadores assumem a direção do processo produtivo e vislumbram um modelo alternativo de produção. Assim, a existência dos Conselhos dá aos operários a directa responsabilidade da produção, leva-

⁵³⁵ GRAMSCI, *A Medida da História...*, 1976, p.301-2.

⁵³⁶ GRAMSCI, *Democracia Operária...*, 1976, p.340.

⁵³⁷ GRAMSCI, *Aos Delegados de Secção das Oficinas Fiat-Centro e Brevetti...*, 1977, p.27, grifo nosso.

⁵³⁸ GRAMSCI, *Sindicalismo e Conselhos...*, 1977, p.42-43.

os a melhorarem o seu trabalho, instaura uma disciplina consciente e voluntária, cria a psicologia do produtor, do criador da história”⁵³⁹.

Na esfera política, os sindicatos e os partidos – este em sua forma tradicional – possuem claros limites por instituírem-se a partir da forma contratual (associações voluntárias). No caso da representação sindical, Gramsci é mais incisivo quanto as suas possibilidades políticas, uma vez que, em sua essência, “não pode ser instrumento de renovação radical da sociedade: pode oferecer ao proletariado burocratas experientes, técnicos especialistas em questões industriais de índole geral, não pode ser base do proletário”. Na verdade, é um instrumento limitador, mas partícipe da implementação do grau de exploração do trabalho, isto é, regulamenta e não destrói as relações capitalistas.

Por seu turno, os partidos já tem um sentido mais ambíguo no pensamento do marxista sardo – a formulação completa e coerente de sua função de Moderno Príncipe amadurece após a derrota dos conselhos. Mas, aqui, no biênio vermelho, Gramsci atribui ao partido socialista características contraditórias, ao que parece, uma mistura de análise concreta – a função contraproducente que o PSI teve no levante conselhistas (o que é) –, ressaltando sua impotência parlamentar e uma mais abstrata referente à função de galvanizador das forças revolucionárias (o que deveria ser). Então, mesmo sendo uma forma de associação voluntária, “o problema concreto imediato do Partido Socialista é, portanto, o problema do poder, é o problema dos modos e das formas pelos quais seja possível organizar toda a massa dos trabalhadores italianos numa hierarquia que organicamente culmine no partido, é o problema da construção de um aparelho estatal, que no seu âmbito interno funcione democraticamente”⁵⁴⁰.

Por conseguinte, para Gramsci, entre tais modelos de participação e constituição do político, os conselhos são, sobretudo, formas seminais de Estado. Uma forma de associação histórica que se equipara a expressão democrático parlamentar dos Estados, visto que se os homens, no último, fazem parte por sua condição “universal” de cidadania obrigatoriamente, já, no primeiro, por sua característica intrínseca de produtor. Nesse sentido, o marxista sardo considerava os intentos reformistas via parlamento, absolutamente, esgotados – “os operários e camponeses de vanguarda [...] fizeram tudo o que podia fazer numa sociedade democrática, numa sociedade

⁵³⁹ GRAMSCI, *Sindicalismo e Conselhos...*, 1977, p.45.

⁵⁴⁰ GRAMSCI, *O problema do poder...*, 1977, p.81.

configurada politicamente”. O “sistema dos conselhos dos operários e camponeses” significa uma abertura a potência constituinte de uma nova sociedade, pois encarna “tanto o governo do poder industrial como o governo do poder político, isto é, que são instrumentos da expulsão dos capitalistas do processo de produção e instrumentos da supressão da burguesia, como classe dominante, de todas as instituições de controlo (sic) e centralização econômica da nação”⁵⁴¹.

Chega-se, portanto, ao cerne da questão sobre a dialética entre uma legalidade industrial produzida pela hegemonia burguesa e uma legalidade proletária irrompida pela vontade criadora dos conselhos, em um elemento muito interessante para observar o pensamento jurídico de Gramsci em contraponto. Aqui, poderá se visualizar, por óbvio com mais de meio século de antecedência em alguns casos, uma dinâmica de emergência de uma legalidade insurgente provinda das relações produtivas libertadas pelo movimento operário. Uma construção que será consonante com Stutchka, mas também o é com Roberto Lyra Filho – apesar de enfatizar um leque de contradições para além da central ao trabalho – e também com Boaventura de Sousa Santos – mas não este que inunda a academia brasileira, mas o de *Justiça Popular, Dualidade de Poderes e Estratégia Socialista*. Além disso, outras notas consonantes e dissonantes no mesmo conjunto, a leitura de Bernard Edelman, de matiz pachukaniana, da legalização da classe operária via instrumentos legais guarda muita proximidade com a interpretação gramsciana do período.

Então, nesta fase conselhistas de Gramsci, concebe que a luta estruturada em torno dos sindicatos e, inclusive, do Partido Socialista hegemonizado pela lógica burguesa de conciliação via parlamento e acordos trabalhista, significa uma opção pela “democracia burguesa, não pela democracia operária”. Por esta via, os representantes esta formas de associação política “procurarão, de qualquer maneira, dirigir a força parlamentar a favor da acção sindical, ou melhor, substituir uma pela outra e passar assim de vitória em vitória”⁵⁴². Tal situação implica a predominância do momento sindical e o caminho reformista/conformista nas bases da classe operária num momento de crise fulminante do pós-guerra.

Nesse sentido, Gramsci salienta, dentro deste contexto, a incapacidade de levar a cabo uma revolução proletária de organizações de tipo voluntário e contratual, tais

⁵⁴¹ GRAMSCI, *O problema do poder...*, 1977, p.81.

⁵⁴² GRAMSCI, *As Eleições...*, 1977, p.74.

como os sindicatos e os partidos políticos, pois são “organizações nascidas no campo da democracia burguesa, nascidas no campo da liberdade política, como afirmações e como desenvolvimento da liberdade política”. Elas, naturalmente, por tratarem da luta diária dos trabalhadores e possuir seus representantes diretos, que, de fato, no decorrer dos processos históricos, alcançaram alguma melhoria de vida para os subalternos, serão compreendidas como os portadores materiais da possibilidade de articular um processo revolucionário. Reconhecendo um período de hegemonia burguesa, igualmente, nas alternativas políticas formuladas pelas organizações proletárias no contexto de um estado de sítio permanente, defende que “o desenvolvimento real do processo revolucionário acontece subterraneamente, na obscuridade da fábrica e na obscuridade das multidões exterminadas que o capitalismo submete às suas leis”⁵⁴³.

A insurgência, deste modo, é gerada no campo da produção, na disciplina da fábrica, no local privilegiado da exploração de classe, em que pode emergir, autenticamente, outra forma democrática. Para o marxista sardo, “o processo revolucionário actua onde o operário não é nada e quer vir a ser tudo, onde o poder do proprietário é ilimitado, é poder de vida e de morte em relação ao operário, à mulher do operário, aos filhos do operário”. É dessa organização política autônoma dos operários que virá a fonte de libertação, numa tacada só, de sua alienação do trabalho e política. “A classe operária afirma assim que o poder industrial, que a fonte do poder industrial deve voltar à fábrica, põe novamente a fábrica, do ponto de vista operário, como forma em que a classe operária se constitui em novo corpo orgânico determinado, como célula de um no Estado, o Estado operário, como base de um novo sistema de Conselhos”⁵⁴⁴.

Os conselhos, por esta via, captando a organicidade dos subalternos, dão vasão ao surgimento de formas econômicas e sociais de transição socialistas e, por conseguinte, é fonte de produção de uma normatividade a ela correspondente. Então, “As leis do Estado operário deve ser postas em execução pelos próprios operários: só assim o Estado operário não corre o risco de cair nas mãos de aventureiros e politiqueiros, não corre o risco de se tornar uma contrafacção do Estado burguês”⁵⁴⁵. Em suma, para o marxista sardo, o movimento dos conselhos gerados pelo biênio vermelho, seria uma espécie de tradução italiana da experiência acumulada da estratégia contra-hegemônica soviética durante a revolução de outubro.

⁵⁴³ GRAMSCI, *O Conselho de Fábrica...*, 1977, p.156.

⁵⁴⁴ GRAMSCI, *O Conselho de Fábrica...*, 1977, p.157-159.

⁵⁴⁵ GRAMSCI, *Partido de Governo e Classe de Governo...*, 1977, p.126.

Mas, como a construção de tal normatividade não necessita aguardar o momento catártico final da tomada de assalto dos palácios, ela deve ser construída na batalha política e cultural na cotidianidade dos conselhos e se estrutura como um contrapoder dentro da hegemonia burguesa. Uma legalidade insurgente que nega a legalidade industrial imposta pelo poder burguês, configurando-se em mais um exercício de tradutibilidade, talvez, até mais de importação sem a devida análise de conjuntura nacional, da estratégia dos soviets. Sobre o tema, o grande ensaio, onde tal teorização está esboçada com mais elementos explicitamente, é o *Sindicatos e Conselhos* de 1920. Neste escrito, ele contrapõe os dois vetores de produção jurídica do trabalho enquanto alienação e como representação de potência de vida: os sindicatos e os conselhos respectivamente.

Em primeiro lugar, sobre a legalidade industrial ou burguesa, Gramsci não a observa como exercício voluntarista do poder político, mas uma mediação social que tem origem direta na exploração da força de trabalho. E, a partir disso, estabelece, em sua contradição, uma legalidade instituída em consonância com a reprodução do mais-valor. E, um dos elementos fundamentais para efetivação de tal lógica, é o sindicato, que, para o marxista sardo, “é a forma que a mercadoria-trabalho assume e só pode assumir em regime capitalista quando se organiza para dominar o mercado: esta forma é uma secretaria constituída por funcionários, técnicos da organização (quando são técnicos), especialistas (quando o são) na arte de concentrar e guiar as forças operárias”,⁵⁴⁶.

Essa função de conduzir as grandes massas operárias a “contrair pactos”, “assumir compromisso”, significa a redução dos conflitos inerentes às relações de produção a uma forma contratualizada e pacificada pelas instituições burguesas. Desta maneira, subsume a contradição a uma obrigação do “empresário a aceitar uma legalidade que é condicionada pela confiança que o empresário tem na solvibilidade do sindicato, pela confiança que o empresário tem na capacidade de o sindicato obter, por parte das massas operárias, o respeito das obrigações contraídas”,⁵⁴⁷.

É evidente que a legalização da atividade de trabalho foi um avanço em relação a total desregulamentação das relações laborais, contudo a “legalidade industrial melhorou as condições da vida material da classe operária, mas ela não é mais do que

⁵⁴⁶ GRAMSCI, *Sindicatos e Conselhos* (1920)..., 1977, p.161.

⁵⁴⁷ GRAMSCI, *Sindicatos e Conselhos* (1920)..., 1977, p.162.

um compromisso que foi necessário aceitar, que será necessário suportar até que as relações de força forem desfavoráveis à classe operária”⁵⁴⁸. Mas, em que pese o sindicato possa e deva atuar estrategicamente para impor outra lei no âmbito das relações de trabalho, Gramsci observa que, “na realidade italiana, o funcionário sindical concebe a legalidade industrial com coisa perpétua. [...] Nestas condições, a disciplina sindical não pode deixar de ser um serviço prestado ao capital; nestas condições, cada tentativa para subordinar o Conselho ao sindicato só pode ser julgada reaccionária”⁵⁴⁹. Em outro texto sobre o mesmo tema de 1919, chega a afirmar que “a natureza essencial do sindicato é de concorrência, não é comunista”⁵⁵⁰.

De outra parte, no ponto contraditório da legalidade industrial, esta a negação de tal forma legal da padronização capitalista das relações de produção representada pela atividade insurgente de autogestão dos conselhos operários – com o objetivo de chegar ao mundo rural, mas que foi sufocada na fragorosa derrota do biênio vermelho já descataada. É bom que se diga, que em *Sindicatos e Conselhos* particularmente, não há nenhuma menção a uma legalidade proletária ou direito proletário, mas sim a ininterrupta ideia de negação da normatividade burguesa. No entanto, em escritos imediatamente anteriores e posteriores a noção de um direito proletário e lei proletária figuram com força, deste modo não parece equivocado em falar de uma legalidade proletária ou insurgente como integrantes da teorização presente neste período.

Então, em sua morfologia distinta, “o conselho é a negação da legalidade industrial, tende a aniquilá-la a cada instante, tende incessantemente a conduzir a classe operária para a conquista do poder industrial, a fazer com que a classe operária passe a ser a fonte do poder industrial”⁵⁵¹. Como órgãos de representação pública, “os Conselhos de Fábrica têm a sua lei em si próprios, não podem e não devem aceitar a legislação dos organismos sindicais que eles pretendem renovar fundamentalmente, como finalidade imediata. Do mesmo modo, o movimento dos Conselhos de Fábrica quer que as representações operários sejam emanção directa das massas e estejam ligadas à massa por um mandato imperativo”⁵⁵². Afirma, ainda, o “sistema dos Sovietes” acabam por criar “um novo órgão de direito público” para “dar forma

⁵⁴⁸ GRAMSCI, *Sindicatos e Conselhos* (1920)..., 1977, p.162.

⁵⁴⁹ GRAMSCI, *Sindicatos e Conselhos* (1920)..., 1977, p.165.

⁵⁵⁰ GRAMSCI, *Sindicatos e Conselhos* (1919)..., 1977, p.43.

⁵⁵¹ GRAMSCI, *Sindicatos e Conselhos* (1920)..., 1977, p.162.

⁵⁵² GRAMSCI, *O programa de “Ordine Nuovo”* (II)..., 1977, p.188.

dinâmica à fluida e incandescente massa social e restaurar uma ordem na geral na perturbação das forças produtivas”⁵⁵³.

A questão central, portanto, nessa relação de poder dual de normatividades oriundas do processo produtivo, é que o sindicato coloca-se como um “elemento da legalidade e deve propor-se fazê-la respeitar pelos seus organizados”⁵⁵⁴, vez que só assim entrelaça uma relação de confiabilidade contratual com a burguesia. No sentido oposto, a forma dos conselhos, “pela sua espontaneidade revolucionária, tende a desencadear a cada momento a guerra de classes”, impulsionando a construção de um poder socialista com base na retomada das forças sociais alienadas na produção. Em resumo, nas palavras de Gramsci, o conselho desejaria sair, em todos os momentos, da legalidade industrial: o Conselho é a massa explorada, tiranizada, obrigada ao trabalho servil, e por isso tende a universalizar cada rebelião, a dar valor e alcance resolutivo a cada seu acto de poder. O Sindicato, como integralmente responsável pela legalidade, tende a universalizar e perpetuar a legalidade”⁵⁵⁵.

No biênio vermelho, com o delinear uma estratégia hegemônica de tomada do poder a partir dos movimentos fabris, Gramsci coloca um relevo considerável na tarefa de dar vazão plena à força normativa insurgente do trabalho vivo. Deve-se analisar que, desde os seus primeiros escritos, mas aqui ganha outro nível categorial, o direito em nenhum momento é considerado ou definido de maneira normativista, pelo contrário afirma o direito como uma relação social decorrente da organização econômica do trabalho na sociedade capitalista. Mas que não se resume a ela, uma vez que outra forma de estruturação da economia daria origem ao surgimento de uma normatividade não-alienada, que, por vezes, chama de direito proletário. Na verdade, é até um imperativo, para a estratégia conselhistas de Gramsci, a derrubada desta legalidade e a insurgência de outra.

É neste ponto que se é capaz de vislumbrar as abordagens em contraponto, numa leitura de onde a consonância é predominante, com autores que fizeram menções explícitas e se utilizaram das categorias do pensamento do marxista sardo nesta estratégia de insurgência de um direito que brota de outras relações de produção: Boaventura Sousa Santos e Roberto Lyra Filho. Além disso, há a grande consonância ou

⁵⁵³ GRAMSCI, *O Partido Comunista (II)*..., 1977, p.202.

⁵⁵⁴ GRAMSCI, *Sindicatos e Conselhos* (1920)..., 1977, p.162.

⁵⁵⁵ GRAMSCI, *Sindicatos e Conselhos* (1920)..., 1977, p.163.

mesmo sincronidade com o pensamento de Stutchka, que será analisado especificamente junto aos *Quaderni*.

O sociólogo português nesse pensar em contraponto, pensa a hegemonia alargando a noção de uma legalidade alternativa e dualidade de poderes para além das forças instituintes provinda diretamente do campo da produção. Pensa que a formulação, a partir da provocação já referida de Bobbio, de “uma sofisticada teoria marxista do direito” pressuporia o emprego do direito “na medida em que a gradual transformação do Estado é concebida como uma gradual destruição da forma capitalista do Estado e como uma emergência também gradual na nova forma socialista de Estado”. Coisa que não ocorre nas diversas estratégias reformistas, que tenderam “na prática a esquecer sua finalidade estratégica, quer dizer, a transformação e destruição do Estado capitalista, concentrando-se em reformas sociais, que, no fundo, estabilizassem de fato o Estado capitalista”⁵⁵⁶.

A originalidade de Boaventura consiste nesta ampliação pluralista da forma jurídica com base em seus estudos empíricos da realidade das favelas brasileiras. Nelas, ele enxerga que “embora precário, o direito de Pasárgada representa uma legalidade alternativa à legalidade estatal burguesa e, neste sentido, também representa o exercício, embora fraco, de uma forma alternativa de poder”⁵⁵⁷. Mesmo com essas diferenças, em sua inspiração leniniana/gramsciana, considera concebível aplicar o conceito de poder dual, nesta forma enfraquecida, à relação desigual entre o direito de Pasárgada e o direito do asfalto.

No exercício criativo de compor sua própria teorização estruturada na realidade europeia e com um pé na brasileira, aquele Boaventura sustenta a necessidade de estruturar uma teoria marxista refinada capaz de superar as barreiras da hegemonia burguesa. Sobretudo, a partir da perspectiva de dualidade de poderes superar a legalidade burguesa e constituir uma legalidade alternativa à forma burguesa de poder. Até aqui consonâncias, com o que próprio Gramsci colocará sobre outros termos posteriormente. Contudo, há um descolamento que se aprofundará nas obras posteriores do pensador português, que afasta o direito da determinação fundamental do trabalho (uma normatividade do trabalho) para abordá-lo como um fenômeno mais plural em

⁵⁵⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Justiça popular, dualidade de poderes e estratégia socialista*. In: FARIA, José Eduardo (org.). **Direito e Justiça**. São Paulo, Ática, 1989, p.187.

⁵⁵⁷ SANTOS, *Justiça popular, dualidade de poderes e estratégia socialista*..., 1989, p. 201.

suas manifestações do ponto de vista da cultura dos oprimidos, que, por assim dizer, o afastam dessa concepção do biênio vermelho e mais tarde do próprio marxismo.

Por sua vez, Lyra Filho, uma heterodoxa e engenhosa figura da teoria crítica do direito brasileira, tem como uma importante base de seu pensamento o Boaventura acima citado. Mas, para criar a sua ontologia marxista do direito, baseia-se e faz uso de, praticamente, todas as grandes ontologias marxistas do século XX: a *Ontologia do Ser Social* de Lukács, captando-a enquanto um esforço materialista de captar a essência do direito em sua profunda historicidade e articulação dialética; a partir de Bloch em sua *Ontologia da Esperança*, extrai a noção de utopia concreta baseada na categoria de possibilidade presente nas latências da realidade, abordando às potencialidades de um direito que ainda-não-é; por último, de maior interesse para este trabalho, recoloca a centralidade da ideia de práxis estruturada em torno da teoria da hegemonia em Gramsci, observando que há uma batalha entre normatividades para além de sua expressão estatal.

Em sua ontologia dialética do direito, Lyra estabelece um contínuo fluxo de contradições sociais em lutar por hegemonia, em que o direito tem papel muito relevante. Para sua formulação teórica, a saída, não consiste em optar por “um Direito Natural, mesmo de conteúdo mutável, pois este mantém, de toda sorte, um idealismo antidialético, ou no sentido abstrato e desligado da práxis, ou no sentido de antinômico, irresolúvel na totalização e devenir. Também não se trata, é óbvio, de um positivismo”⁵⁵⁸. Tal antítese ideológica só se dissolverá, “quando for buscado, *no processo histórico-social*, aquele estalão [a incorporação das ontologias marxistas]. Mas isto não importa em identificar, simplesmente, Direito e processo histórico e, sim, procurar nesse o aspecto peculiar da *práxis jurídica*, como algo que surge na vida social e fora dela não tem qualquer fundamento ou sentido”⁵⁵⁹. Uma dialética social do direito que “abrange, não apenas a formação jurídica visando a estabelecer padrões de controle social, mas o impulso jurígeno, que visa a delinear uma postura crítica e fixar padrões de *mudança*. E isto inevitavelmente gera uma pluralidade de ordenamentos em conflito e competição, cuja raiz está na infra-estrutura e na divisão da sociedade em classes”⁵⁶⁰.

⁵⁵⁸ LYRA FILHO, Roberto. **Razões de Defesa do Direito**. Brasília: Editora Obreira, 1981, p.24-25.

⁵⁵⁹ LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. São Paulo: Brasiliense, 2006, p.57-8.

⁵⁶⁰ LYRA FILHO, Roberto. **Para um direito sem dogmas**. Porto Alegre: Fabris, 1980, p. 31.

Outro desenvolvimento, da ideia de insurgência embrionariamente presente no *Biennio Rosso*, que tomaria outra forma nos *Quaderni*. Lyra Filho, por óbvio, não é um herdeiro da tradição conselhistas, mas possui uma consonância com Gramsci ao visualizar dois direitos que nascem da fábrica em colisão. É também herdeiro, apesar da pluralidade de embates sociais existentes e por ele sublinhado em detrimento dos marxistas tradicionais, apoia-se, igualmente, na noção dualidade de poderes – “o ‘poder dual’ (isto é, mais de um poder social na dialética de conflito)”⁵⁶¹, uma vez que reconhece a centralidade da contradição gerada pela alienação do trabalho. Contudo, ao pensar a alternatividade ao direito burguês como a constituição de outro direito possível calcado na luta dos oprimidos em suas virtualidades utópico-concretas, equipara o direito à forma jurídica um caráter positivo/libertador, como representação da justiça social. É, justamente, esta questão que o afasta de Gramsci e o faz constituir um *sui generis* jusnaturalismo histórico derivado da normatividade produzida/reivindicada pelos diversos grupos e movimentos sociais.

Por fim, uma questão interessante, de uma consonância na análise – aqui, uma brutal antecipação – da ideia de legalização da classe operária via sindicatos enquanto forma contratual de gestão do valor-trabalho, que seria, posteriormente, desenvolvida com muito mais vigor na análise de matiz pachukaniana de Bernard Edelman. Como já demonstrado, para Gramsci, os sindicatos seriam formas contratuais delimitadas pela formação profissional de submeter às lutas operárias a uma lógica da legalidade industrial, que, embora conferisse ganhos reais, só atrelava mais o trabalhador no processo de extração de mais-valor.

De maneira geral, evidentemente com vasto material empírico e abordando o fenômeno do direito de greve com grande particularidade, a tese geral de Edelman estava, embrionariamente, presente nestes escritos de intervenção política de Gramsci. Pode-se observar tal consonância, na afirmação do marxista francês, quando avalia que “o poder que a burguesia pode reconhecer ao sindicato não pode exceder estes limites; podemos entender melhor que este poder só pode se exercer com a condição de não colocar em questão o contrato de trabalho e o direito de propriedade, bem como o homem e o mercado”⁵⁶². E, acrescenta, “a burguesia ‘apropriou-se’ da classe operária; ela lhe impôs seu terreno, seu ponto de vista, seu direito, sua organização do trabalho,

⁵⁶¹ LYRA FILHO, *O que é direito...*, 2006, p.88.

⁵⁶² EDELMAN, Bernard. *La légalisation de la classe ouvrière*. Tome 1: Enterprise. Paris: Christian Bourgois Editeur, 1978, p.29

sua gestão. Restava-lhe apropriar-se da ‘organização da classe operária enquanto classe’ (Engels), quer dizer, dos sindicatos operários”⁵⁶³. Não é demais repetir, as consonâncias não suprimem as dissonâncias, a obra de Edelman é muito mais exaustiva e portadora de outras teses de influência althusseriana, contudo esses diálogos inauditos mostram o quanto há ainda a escavar na teoria marxista do direito e como se pode encontrar museus de grandes novidades em autores contemporâneos.

Após o biênio vermelho, todas essas potentes expressões de uma crítica do direito presentes subestimados escritos políticos de Gramsci perdem amplitude. A preocupação de Gramsci não mais gira em torno de estratégias possíveis no campo da legalidade ou o momento histórico da mobilização de uma legalidade proletária advinda de células de outro modo de produzir a vida. O período é de recuo e de recuo brutal. Uma das consequências da derrota da insurreição dos conselhos operários foi a ascensão de uma resposta violenta e autoritária do bloco histórico em perigo: o fascismo. Então, nesses anos, até o seu encarceramento, as reflexões jurídicas, pela própria incapacidade até de um uso tático do direito, fica bloqueada. Contudo, elementos, mesmo que incipientes, sobre a formação da luta política reacionária entre a legalidade e ilegalidade (subversivismo reacionário).

1.3. O eclipse das teorizações sobre a práxis jurídica na resistência ao fascismo

Pensar uma teoria marxista do direito como parte de uma estratégia para conquistar hegemonia na sociedade italiana pressuporia um mínimo de institucionalidade democrática, onde houvesse uma disputa, mesmo que tática, do processo legislativo e interpretativo de tais leis. Ocorre que, com a derrota da insurreição operária, aconteceu um esfacelamento progressivo da legalidade de outrora, com a exteriorização de uma conjuntura conceituada por Gramsci enquanto um Estado de sítio permanente, tendo seu culminar na ascensão do subversivismo reacionário fascista.

Mas entre 1920 e 1922, ainda pairava nas fileiras revolucionárias a noção de que, mesmo com a frustração do intento operário no biênio vermelho, vivia-se tempos de ofensiva por parte do proletariado. Inclusive, um esforço de alinhamento com as

⁵⁶³ EDELMAN, *La légalisation de la classe ouvrière...*, 1978, p.141.

resoluções da Internacional Comunista, mas nesta questão, provavelmente sob a influência das teses maximalistas, pensava-se numa estratégia de confronto direto. Neste período, ainda havia alguma luta de posições política em âmbito parlamentar e suas instituições no plano regional, bem como discussões entre estratégias reformistas ou insurrecionais: a ideia de tomada do poder ainda fazia parte do imaginário subalterno. A leitura e o tamanho do retrocesso político que viria ainda nublava o horizonte histórico do movimento socialista.

A este respeito já se falou um bocado, mas cumpre ressaltar que é neste período, contraditando as tendências reformistas e menos ousadas do Partido Socialista, que, em janeiro de 1921, os ordinovistas juntamente ao grupo liderado por Bordiga fundam o emblemático Partido Comunista Italiano. Mas que só seguirá a estratégia de frente única formulada pela IC anos mais tarde, compreendendo ainda estarem colocadas as condições para uma irrupção proletária. Basta notar, após a fundação do PCI, como ainda as eleições eram um momento representativo, não só de condensação de energias políticas ou pedagógicas, mas de disputa de poder pelos aparatos de Estado, mesmo que seja com a intenção ou discurso que construir uma nova ordem pela falência iminente das balizas anteriores.

Em texto de maio de 1921, *Socialista ou Comunista?*, Gramsci alterna uma série de motivos para se votar no PSI ou no PCI nas eleições que se avizinhavam, estruturando-os, em geral, na relação de colaboracionismo com as instituições burguesas ou no fortalecimento de alternativas políticas de caráter revolucionário. Mas, em uma passagem, externa um ponto importante sobre a imagem que possuía daquele curto período histórico, ao dizer que “pensem os proletários quais são as condições do momento presente. Pensem que a guerra abriu a maior crise que a história recorda, crise que não é um governo ou dum Estado mas dum regime e do mundo dos patrões. Observem os proletários como desde que esta crise se abriu e quanto mais ela se torna aguda, tanto mais se revela que a tática seguida nos anos da paz e da tranquilidade não serve nada para o momento actual”⁵⁶⁴. E, arremata, vislumbrando o eclipse da própria legalidade burguesa de então, afirmando que “o aumento do número de deputados, o acréscimo do poder das organizações e a conquista de dois mil municípios levaram os burgueses a armarem-se, a perseguir com as armas os operários e os camponeses, a incendiar as suas casas, a destruir as suas instituições, a reduzir inteiras regiões a um

⁵⁶⁴ GRAMSCI, *Socialista ou Comunista?*..., 1977, p.299.

regime que é pior do que o da escravidão, *porque já não há lei, já não há direito fora da lei do punho e do bastão e o direito da pistola* apontada à cara dos trabalhadores e contra o peito das suas mulheres e dos seus filhos”⁵⁶⁵.

Já desde 1921, antes da marcha sobre Roma, Gramsci já salientava aqueles elementos descritos como um “Estado de Polichinelo”, isto é, uma autocracia generalizada e conivente com ações ilegais de certos grupos. É neste ambiente político que se irradia o feixe pútrido do fascismo, que “nos seis meses da atividade militante, carregaram-se de uma pesadíssima bagagem de actos delituosos que permanecerão impunes”, uma vez que “especialmente os corpos da segurança pública” “e da magistratura se tornaram cúmplices morais e materiais” dos fascistas. Além disso, preparados para consolidar sua violência civil, os “fascistas possuem, disseminados em todo território nacional, depósitos de armas e munições em tal quantidade que seria pelo menos suficiente para constituir um exército de meio milhão de homens”⁵⁶⁶.

O marxista sardo, embora também acredite na possibilidade de uma aliança entre liberais e socialistas para conter o fascismo, alerta, com estes traços, que a dinâmica do fascismo não é, predominantemente, parlamentar. Na verdade, a sua grande força, está na capacidade de “macaquear” (mimetizar) as manifestações de massa do proletariado via pequena-burguesia e campesinato, bem como sua atuação envolta numa estratégia consciente de demonstração de força no campo da ilegalidade. Por isso, alerta aos socialistas a real possibilidade de ocorrência de um golpe de estado a partir de subversivismo reacionário.

O próprio líder fascista ao falar no Parlamento, exaltando seu passado revolucionário, “usou talvez uma só palavra exacta, quando, a propósito do seu modo de conceber os conflitos político e de agir, falou de ‘blanquismo’ [...]. O ‘blanquismo’ é a teoria social do golpe de mão, mas, pensando bem, a subversão mussoliniana não tinha recebido de senão a parte material”. O fascismo, então, apresenta-se, claramente, com seus atos ilegais e violentos contra qualquer expressão da política proletária como um bastião dos interesses comuns do bloco histórico agrário-industrial italiano, mas, ao mesmo tempo, como uma ameaça a sua condução política mediata. Aos socialistas e comunistas, por sua vez, tratava-se da expressão mais violenta da reação, que combina legalidade com ilegalidade sem pudor algum, um subversivismo reacionário capaz de

⁵⁶⁵ GRAMSCI, *Socialista ou Comunista?...*, 1977, p.299.

⁵⁶⁶ GRAMSCI, *Socialistas e Fascistas...*, 1977, p.301.

condenar, com um golpe de Estado, à clandestinidade até a mais resignada das forças políticas.

Ainda no *L'Ordine Nuovo* (agosto de 1921), sobre essa questão, Gramsci escreve, provavelmente, o texto de intervenção mais direto a respeito da dinâmica em torno da fetichização da luta jurídico-política do período – não por acaso, intitulado de *Legalidade*. Neste texto germinal, Gramsci observa a elasticidade do conceito de legalidade, uma vez que “para cada governo, tudo o que se manifesta no campo da acção contra ele ultrapassa os limites da legalidade. E, todavia, pode dizer-se que a legalidade é determinada pelos interesses da classe que detém o poder em qualquer sociedade. Na sociedade capitalista, a legalidade é representada pelos interesses da classe burguesa”. Mas a normatividade burguesa, com suas concessões de cidadania aos trabalhadores, institui uma democracia formal, que, em seus nexos, “*aparentemente* a legalidade foi assumindo o aspecto de um conjunto de normas livremente reconhecidas por todas as partes de um agregado social. Houve então alguém que trocou a substância pela forma e deu, portanto, vida à ideologia liberal-democrática”⁵⁶⁷.

Neste ponto, o marxista sardo realiza uma distinção muito interessante quanto às dimensões do fenômeno jurídico, distinguindo-a em seu aspecto formal ou aparente (conjunto de normas produzidas pelo estado) e substancial ou concreto (relativo ao interesse de classe). Em suas palavras, os “olhos dos ingênuos ideólogos da democracia liberal [...] nunca tinham tido em conta que a legalidade apresentava duas faces: uma interna, a substancial; a outra externa, a formal”⁵⁶⁸. Os elementos formais definidos, sobretudo, pela extensão da noção de sujeito de direito e o exercício do sufrágio universal, bem como, em sua face substancial acumula, dentro de um determinado contexto, o alcance da positivação de determinados conteúdos referentes ao equilíbrio da luta de classes.

É a confusão entre estas faces que causam a ilusão de um progresso ininterrupto de ampliação substancial de direitos por meio da forma do sufrágio universal. Evidentemente, a concessão de tais conteúdos normativos, sem a tomada de poder, esbarra no elemento substancial em concreto dos interesses limites da burguesia. “A realidade mostrou, da maneira mais evidente, que a legalidade é uma só, existe até onde se concilia com os interesses da classe dominante, isto é, na sociedade capitalista,

⁵⁶⁷ GRAMSCI, *Legalidade...*, 1977, p.359, grifo nosso.

⁵⁶⁸ GRAMSCI, *Legalidade...*, 1977, p.360, grifo nosso.

com os interesses da classe patronal”⁵⁶⁹. Para o marxista sardo, que tal ilusão jurídica fascine os liberais para implementação de seu programa máximo era de se esperar, mas que mistifique os socialistas e comunistas para justificar uma estratégia apenas baseada nas formas institucionais burguesas consiste em um engano injustificável.

Os próprios acontecimentos italianos desmentiam qualquer possibilidade deste calibre, vez que “quando o sufrágio e o direito de organização se tornaram meios de ofensa contra a classe patronal, esta renunciou a toda a legalidade formal e obedeceu apenas à sua verdadeira lei, à lei do seu interesse e da sua conservação”. Pois, nos municípios em que os partidos operários triunfaram, “um a um, foram retirados violentamente à classe operária; as organizações foram dissolvidas com o uso da força armada; a classe operária e camponesa foi expulsa das suas posições, das quais ameaçava demasiado a existência da propriedade privada. Surgiu assim o fascismo, o qual se *afirmou e impôs fazendo ilegalidade a única coisa legal*”⁵⁷⁰. Assim, Gramsci estabelece uma dialética na própria legalidade burguesa entre uma lei aparente (estruturada no estado) e a lei real (derivada dos interesses materiais do bloco dominante) – vai deixando pistas que seriam desenvolvidas em sua teoria geral da hegemonia nos *Quaderni*.

Após a tomada de poder de fato pelos fascistas em 1922, ainda que respeitando certa liturgia democrática, o real poder fogo estava nas suas milícias armadas paraestatais. Mas até a total ilegalidade de todos os movimentos de oposição que tiveram o estopim em 1926, a restrição às atividades oposicionistas não eram pelo menos na legalidade aparente ilegais. No entanto, quando deputado em 1925, Gramsci em debate com o próprio Mussolini sobre um projeto de lei que visa incriminar as organizações secretas (maçonaria), acusa o governo fascista de perseguição sistemática pelos aparatos de repressão do Estado e pelo seu braço miliciano civil. Assim, brada que, na verdade, “a lei é feita especialmente contra as organizações operárias. Perguntamos porque é que há meses, sem que o Partido Comunista tenha sido declarado associação criminosa, os carabineiros predem os nossos camaradas cada vez que os encontram reunidos em numero de, pelo menos, três... Na realidade, o aparelho policial do Estado considera já o Partido Comunista como uma organização secreta”⁵⁷¹[...]”

⁵⁶⁹ GRAMSCI, *Legalidade...*, 1977, p.360.

⁵⁷⁰ GRAMSCI, *Legalidade...*, 1977, p.360, grifo nosso.

⁵⁷¹ GRAMSCI, *A Intervenção no Parlamento Sobre a Maçonaria...*, 1978, p.37-38.

Começa a se impor, com o diagnóstico correto da situação italiana, um debate não sobre como fazer emergir uma legalidade proletária, mas quais os meios de resistir ao subversivismo reacionário fascista. O marxista sardo faz uma crítica muito grande ao fetiche de lutar no campo da legalidade a qualquer custo mesmo quando as condições concretas arbitram o contrário. Dispara, em especial, a posição de seus aliados mais próximos os socialistas, pelo fato de que o “Partido Socialista confessa abertamente ter renunciado a todas as conquistas no campo legal; afirma já não sequer um partido de reformas graduais e de *conquistas morais*; contenta-se em obter, por parte do governo, as garantias elementares para a segurança e a incolumidade pessoal das massas camponesas”⁵⁷².

Não se trata, no entanto, de um peculiar purismo da luta clandestina em oposição ao instrumentalismo da normatividade burguesa, mas uma leitura concreta que pedia ações conjuntas – a estratégia da frente única – e ações legais ou ilegais, dependendo do acirramento das relações concretas, até porque é está a dinâmica dos fascismos. Então, é impossível cultivar “a ilusão de resolver a luta contra o fascismo no terreno parlamentar, esquecendo que a natureza fundamental do governo fascista é a de uma ditadura armada, não obstante todas as insígnias constitucionais que procura colar à Milícia Nacional. Esta, por outro lado, não eliminou a acção do terrorismo e da ilegalidade: o fascismo, na sua verdadeira essência, é constituído pelas forças armadas operando diretamente por conta da plutocracia capitalista e dos agrários”⁵⁷³. Por isso, para abater o fascismo é necessário atuar, igualmente, no plano da ilegalidade e partir para a ação direta em uma aliança com hegemonia proletária.

Toda essa discussão possui um contraponto, neste caso mais uma espécie de sincronia, no ensaio *Legalidade e Ilegalidade de História e Consciência de Classe* de Lukács (1920). Nele, o marxista húngaro coloca que, perante as contingências históricas, o “cretinismo da legalidade” e o “romantismo da ilegalidade” são duas doenças, igualmente, nocivas para o movimento revolucionário e para táticas de resistência ao reacionarismo. “Em muitos revolucionários honestos, no exagero romântico da ‘ilegalidade’ e na busca inútil da possibilidade ‘ilegal’: não conseguiam sentir a revolução como algo legítimo e que tinha, o direito de criar uma ordem jurídica

⁵⁷² GRAMSCI, *Um governo qualquer...*, 1977, p.81.

⁵⁷³ GRAMSCI, *A crise da pequena burguesia...*, 1977, p.111.

própria”⁵⁷⁴. Por outro lado, também a aceitação total do terreno da legalidade instituída, significa a submissão completa a “ordem estatal e jurídica”, baseando-se “no fato de que sua existência e a validade de suas regras não problematizadas, mas simplesmente aceitas”. Deste modo, ao se contrapor a legalidade capitalista, “a ‘oposição’ tenta modificar as leis legalmente, preservando a validade das antigas leis até as novas se tornaram válidas, ou acaba promovendo uma transgressão isolada das leis em casos particulares”⁵⁷⁵.

Então, em consonância como Gramsci, Lukács considera que na ação política do proletariado, há uma “esterilidade da aplicação exclusiva da ‘ação direta’ antiparlamentar, assim como a esterilidade dos debates sobre a preferência de um método em relação a outro demonstram que ambos, de maneira semelhante, embora em sentidos contrários, estão presos a preconceitos burgueses”⁵⁷⁶. É verdade que o “Prof. Lukács”, como Gramsci se referia a ele, neste escrito, aborda uma ideia de ofensiva proletária, contudo, em relação à resistência ao fascismo, o mesmo pode ser dito. Aproveitar-se na maior medida do possível de ações legais, em que se reconhecer que a verdadeira força/violência se encontra na violência da sociedade civil – elemento já aqui presente e que guarda continuidade nos *Quaderni* em contraposição a leitura estruturada somente em torno do consenso.

A questão central é que a radicalidade da violência fascista só se aprofunda após as eleições de 1924 em direção à consolidação de uma ditadura fascista, colocando, praticamente, todos às esferas de organização proletária na ilegalidade. Então, nas *Teses de Lyon*, Gramsci descreve tal situação, em que “o controle das associações impede qualquer forma permanente ‘legal’ da organização das massas. A nova política sindical tira à Confederação do Trabalho e aos sindicatos de classe a possibilidade de concluir acordos para os excluir do contacto com as massa que se tinham organizado à sua volta. A imprensa proletária foi suprimida. O partido de classe do proletariado, reduzido à vida plenamente ilegal”⁵⁷⁷. Nesse sentido, essa dialética entre legalidade e ilegalidade fica tão esgaçada, que, curiosamente, depois a própria legalidade formal vira uma bandeira mínima de unidade entre todas as forças antifascistas. Contudo, Gramsci até o último momento exerceu, dentro de intensa

⁵⁷⁴ LUKÁCS, Georg. *Legalidade e Ilegalidade*. In: **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.485.

⁵⁷⁵ LUKÁCS, *Legalidade e Ilegalidade...*, 2003, p.471-472.

⁵⁷⁶ LUKÁCS, *Legalidade e Ilegalidade...*, 2003, p.479.

⁵⁷⁷ GRAMSCI, *A Situação Italiana e as Tarefas do PCI (Teses de Lyon)...*, 1978, p.238.

repressão também sua luta legal enquanto parlamentar, tendo sido aprisionado no exercício efetivo de sua atividade.

2. As formas de um direito ampliado nos Quaderni: um contraponto com a crítica do direito de Piotr Stutchka.

A epopeia dos caminhos que levaram a produção, as edições (a arquitetônica) e a divulgação/recepção dos *Quaderni* foi já alvo de intensa discussão já neste trabalho. Um único ponto é interessante repisar: o aprisionamento de Gramsci fez o seu trabalho dar um salto qualitativo em termos categoriais, que, talvez, a intensa atividade política derivada das tarefas organizativas não possibilitasse. No cárcere, o marxista italiano pôde ir além da intervenção política cotidiana e, até por necessidade de censura, plainar sobre conceitos mais abstratos e metáforas traduzíveis a diferentes contextos históricos e culturais – isso não significa, como se verificou, negar a grande potência teórica de seus escritos de juventude, que dão origem ao conceito de hegemonia e se refratam por todos os *Quaderni*. Em poucas palavras, em que pese à dor impensável da privação de liberdade e da degradação de sua saúde, tais condições materiais conduziram, até como forma de viver, à formulação de sua teoria geral da hegemonia.

O grande objetivo, aqui, é compreender, dentro da polifonia de citações sobre o direito nos *Cadernos*, o que significa um conceito chave que aparece, pela primeira vez, em nota A, em março de 1930⁵⁷⁸, e melhor delineado, como nota C, em maio de 1932: a noção de um direito ampliado. Na primeira redação, Gramsci aproxima a ideia da positividade do poder de uma forma jurídica com outra amplitude para construir uma nova civilização – inclusive como função do partido político, “do moderno príncipe”, que não estará presente na segunda escrita. Então, nas palavras do marxista sardo: “No moderno príncipe, a questão do homem coletivo, isto é, do ‘conformismo social’, que representa o objetivo de criar um novo nível de civilização [...], questão esta que também está na ‘natureza’ do direito segundo uma nova concepção do Estado, realista e

⁵⁷⁸ A datação está de acordo com a proposta exposta por Cospito relacionada à Edição Nacional dos *Quaderni*. Cf. COSPITO, Giuseppe. *L'Edizione Nazionale dei Quaderni del Carcere. Laboratoire italien*, n.18, 2016. Disponível em: <http://laboratoireitalien.revues.org/1049> . Acesso em: 3 Out. de 2016.

positiva”⁵⁷⁹. Em sua segunda escrita, no *Caderno 13*, Gramsci fala, definitivamente, na ideia já contida no *Caderno 8*, da necessidade de um alargamento do direito: “Questão do ‘homem coletivo’ ou do ‘conformismo social’. Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a civilização e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparato econômico de produção [...] *Questão do ‘direito’, cujo conceito deverá ser ampliado*, nele incluindo aquelas atividades que hoje são compreendidas na fórmula do ‘indiferente jurídico’ e que são de domínio da sociedade civil, que atua sem ‘sanções’ e sem ‘obrigações’ taxativas”⁵⁸⁰.

A questão que já estava presente em 1930, portanto, se torna ainda mais límpida em 1932, isto é, a noção de um Estado Integral implica, do mesmo modo, a reconfiguração da forma jurídica com a ampliação do conceito de direito. Um significante que assume na teoria geral da hegemonia outros contornos e, por consequência, outras possibilidades enquanto espaço de luta revolucionária antes e após a batalha pela conquista dos aparatos de Estado.

Alguns acentos do período dos escritos de intervenção política imediata são elementos constituintes como ponto de partida para essa nova concepção acerca do direito: 1) o direito é uma relação social específica derivada das contradições do mundo da produção (legalidade industrial); 2) o direito é norma imposta pelo Estado com força coativa (legalidade aparente ou formal); 3) o direito é uma forma ideológica (legalidade substancial dos interesses de classe com seus respectivos programas) e cultural (uma moral em ação). Todos esses elementos dispersos pelos textos pré-carcerários aparecem de forma mais homogênea, apesar de igualmente fragmentada, pelos *Quaderni*.

É neste ponto que a textura gramsciana, o seu *cantus firmus* polifônico, encontra na teoria marxista do direito de Piotr Ivanovitch Stutchka um contraponto de alta consonância. O marxista sardo, além de acompanhar com atenção as ações políticas em desenvolvimento da revolução de outubro, como delegado da IC, viveu na União Soviética entre 1922 e 1923, embora tenha passado alguns meses internado por suas condições de saúde, retornando, brevemente para uma reunião da IC em 1925. Não há nenhum indício material de um contato direto de Gramsci com a principal obra de

⁵⁷⁹ GRAMSCI, §8 *Machiavelli. Il moderno Principe. (A) Quaderni del carcere..* Volume secondo. Quaderno 8..., 2007, p.972.

⁵⁸⁰ GRAMSCI, §7 (C), *Quaderni del carcere*. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1566, grifo nosso.

Stutchka, *A Função Revolucionária do Direito e do Estado: Teoria Geral do Direito* de 1921 – que era bastante popular à época –, nem mesmo com seus escritos de intervenção cotidiana, contudo, parece pouco provável pelo grau de importância política de Stutchka no alto comando da revolução soviética e a posição compartilhada na Internacional Comunista, que não tenham tido contato ao menos pessoal.

No interior das discussões sobre os encaminhamentos jurídico-políticos no comunismo de guerra, a figura de Stutchka já alcança papel um proeminente como um jurista de notável envergadura, mas, sobretudo, um político de grande importância durante a revolução de outubro. Tornou-se o primeiro Comissário do Povo para a Justiça do governo revolucionário comandado por Lenin, sendo posteriormente, ainda vice-comissário da Justiça, Presidente do Tribunal Supremo da R.S.F.S.R, Diretor do Instituto do Direito Soviético, Membro da Internacional Comunista, etc.. Nesse sentido, Stutchka “pertence à primeira geração de juristas que amadurecem no curso do próprio movimento político e não acadêmicos que ‘casam’ o marxismo com a própria formação intelectual tradicional”⁵⁸¹.

Então, Stutchka conjuntamente com Pachukanis serão os juristas soviéticos mais representativos do denominado “lúcido intervalo”⁵⁸², isto é, o período de contra-hegemonia ao positivismo jurídico em que, com base na necessidade revolucionária de elaborar uma teoria do direito marxista para dar respostas a dinâmica concreta da sociedade em (des)construção, constituiu-se uma teoria geral acerca do fenômeno jurídico orientada, em sua totalidade, a partir do método marxiano com vistas para extinção dessa forma de mediação histórica do metabolismo do capital.

Outro estudo, que se desenvolve com diferente metódica, levado a cabo por Alessandro Octaviani, defende que “Antonio Gramsci, estava atento a este debate [em especial, o pachukaniano] e desenvolveu, em seu peculiar e rico sistema, uma contribuição interessante, que merece ser tateada”⁵⁸³. Parece pouco crível tal tese, uma vez que sua principal obra só se populariza depois de sua publicação em 1924 e sua

⁵⁸¹ CERRONI, Umberto. **O Pensamento Jurídico Soviético**. Lisboa: Europa-America, 1976, p.55.

⁵⁸² “O governo provisório, ao se encarregar do poder depois da revolução, inaugurou uma era de saneamento da Magistratura, que tem se denominado ‘lúcido intervalo’ na vida jurídica Russa”. Esse momento de efervescência criativa finda com o avanço progressivo do cerco stalinista. Nesta fase, sob a batuta de Vichinsky, ocorre o retorno ao normativismo e o fortalecimento da tese de um Estado e Direito socialista. JIMÉNEZ DE ASÚA, Luis. **Derecho Penal Soviético**. Buenos Aires: TEA, 1947, p.53.

⁵⁸³ OCTAVIANI, Alessandro. **Hegemonia e Direito: uma reconstrução do conceito de Gramsci**. 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade De São Paulo, São Paulo, 2005, p.9.

relevância acadêmica e política se acentua nos anos posteriores, momento em que Gramsci não residia na Rússia e, posteriormente, restou encarcerado e com grande limite de acesso a materiais. No entanto, não se pode descartar tal proposição totalmente, embora haja pouca afinidade sincrônica entre ambos os pensamentos em sua organicidade como ficará claro. Por outro lado, embora não se possa afirmar documentalmente, tampouco descartar, no que tange a obra do primeiro grande jurista soviético, Stutchka, há uma incrível sintonia em suas linhas gerais, que serão exploradas em contraponto.

Para tanto, para efeitos de sobreposição das duas texturas, é mais interessante fazer uma exposição geral da dialética das formas do direito presente no pensamento de Stutchka, que são, sumamente, parecidas com os 3 flancos abertos no período dos escritos políticos e que sustentam a base da ampliação do direito sobre o signo da hegemonia. Com esta metódica do diálogo, mesmo que Stutchka não haja tido nenhuma influência real no pensamento gramsciano – e, evidentemente, isso é uma possibilidade –, a lógica do contraponto entre essas leituras em consonância potencializa e sistematiza muito os traços deixados pelo marxista sardo.

2.1 O contraponto da dialética das formas do direito em Stutchka

A discussão jurídica do período soviético inicia-se pela premência de reestruturação do complexo jurídico, tanto no âmbito formal, quanto material após a vitória revolucionária. Enquanto timoneiro dessa fase de reformulação – Comissário do Povo para Justiça –, Stutchka encaminha o Decreto Nº. 1, que dispõe a respeito de uma reforma do funcionamento dos tribunais. Nele consta, sobre a vigência da legislação, que “os tribunais Locais decidem as causas em nome da República Russa e guiam-se, em suas decisões e sentenças, pelas leis dos governos derrubados, apenas na medida em que essas não tenham sido ab-rogadas pela Revolução e não contradigam *a moral revolucionária e a consciência jurídica revolucionária*”⁵⁸⁴.

No entanto, a democratização do aparelho jurídico conferindo poder aos soviets, com o predomínio de uma solução desburocratizada e local ao critério político

⁵⁸⁴ STUTCHKA, Piotr. **Direito de Classe e Revolução Socialista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2001, p.116, grifo nosso.

de classe, não representou a formação de uma crítica marxista do/ao fenômeno jurídico na etapa do comunismo de guerra. Pelo contrário, a invocação de um critério material normativo baseado na “moral revolucionária e a consciência jurídica revolucionária” não implicou que “a concepção marxista revolucionária do direito saiu vitoriosa; não: não podia vencer porque não existia, e acabou sendo vitoriosa a ficção do direito intuitivo”⁵⁸⁵.

Como figura central no processo revolucionário, ainda na fase do comunismo de guerra, Stutchka realiza outro grande esboço no campo normativo de sua formulação teórica que seria ampliada e desenvolvida em seus escritos posteriores, em virtude da promulgação dos *Princípios Fundamentais de Direito Penal da RSFSR de 1919*. Essa breve sistematização surge como meio de defender a revolução dos inimigos de classe e contornar as possíveis infrações ocorridas durante a prevalência da ditadura do proletariado, isto é, explícita, em seu Art.3º, que o intento desta normatização é “pela repressão proteger o sistema de relações sociais correspondentes aos interesses dos trabalhadores organizados enquanto classe dominante na transição do capitalismo para o comunismo durante a ditadura do proletariado”⁵⁸⁶.

Apesar de o elemento central dos *Princípios Fundamentais de 1919* consistir no estabelecimento de diretriz para realização do controle social soviético, tal estrutura normativa transcende e muito o âmbito da dogmática penal. Pois, para reestruturar os aparatos repressivos de Estado, seria indispensável conceituar, com a provisoriedade característica de um tempo de guerra, uma concepção geral sobre a função revolucionária do direito. Assim, transbordando para uma teoria geral do direito, demarcou-se, em seu Art.1º, que “o direito é o sistema (ordem) de relações sociais que correspondem aos interesses da classe dominante e que são garantidos pelo seu poder organizado”⁵⁸⁷.

Tal conceito de direito formulado sob a pressão das transformações revolucionárias surge como uma primeira aproximação “marxista” do fenômeno jurídico no contexto soviético, conservando-se enquanto elementos sintetizador, que sua obra principal, *A Função Revolucionária do Direito e do Estado: Teoria Geral do*

⁵⁸⁵ STUCKA, Petr Ivanovich. **Direito e Luta de Classes**: teoria geral do direito. São Paulo: Academica, 1988, p.114.

⁵⁸⁶ *Rukovodyashchiye Nachala Po Ugolovnomu Pravu R.S.F.S.R.* Disponível em: <<http://pravo.levonevsky.org/baza/soviet/sssr7311.htm>>. Data de acesso: 15 de jul. de 2016.

⁵⁸⁷ *Rukovodyashchiye Nachala Po Ugolovnomu Pravu R.S.F.S.R.* Disponível em: <<http://pravo.levonevsky.org/baza/soviet/sssr7311.htm>>. Data de acesso: 15 de jul. de 2016.

Direito, desenvolverá. Nesse sentido, Stutchka afirma, neste livro traduzido ao português como *Direito e Luta de Classes*, que “em conjunto considero ainda hoje válida a definição do Comissariado do Povo para Justiça, porque inclui os principais componentes do conceito do direito em geral, e não só do direito soviético. O seu principal mérito consiste em colocar, pela primeira vez, o problema do direito em geral sobre uma base científica, renunciando a uma visão puramente formal e vendo no direito um fenómeno social, que muda com a luta de classes, e não uma categoria eterna”⁵⁸⁸.

A continuidade de tal conceituação do direito significava uma negação do subjetivismo voluntarista de Petrazitsky⁵⁸⁹ no que se refere à “consciência jurídica” presente no Decreto Nº.1, bem como uma crítica ao positivismo jurídico e a possibilidade da conciliação jurídico-normativa das contradições sociais em torno de um direito socialista – socialismo jurídico de Menger ou, até mesmo, um pluralismo/institucionalismo à Duguit. Pois, os *Princípios Fundamentais de 1919*, inscrevem o direito enquanto uma forma histórica de mediação social intrinsecamente ligada com a luta/divisão de classes e possuindo como um dos elementos intrínsecos a historicidade.

Ao analisar a definição de direito ora proposta, pode-se analisar como Stutchka insere o campo jurídico como um dos elementos principais da dinâmica do capitalismo. Observa o direito, não como uma forma abstrata ou subjetiva, mas como uma forma específica das “relações sociais”, que se vinculam aos “interesses da classe dominante” – não há recursos a interesses públicos/universais, mas interesses contraditórios de uma sociedade cindida no campo da produção –, sendo tutelado pelo “poder” historicamente “organizado” desta classe representado, em geral, pela Forma-Estado.

⁵⁸⁸ STUCKA, Pêtr. **Direito e Luta de Classes: teoria geral do direito...**, 1988, p.16-17.

⁵⁸⁹ Tal concepção encontra origem, embora alcance vestes vermelhas sob a teoria de Reisner, sobretudo, no pensamento de um jurista pré-revolucionário chamado Petrazitsky. Ao conceber o direito, essencialmente, como um fenómeno ideológico, concebe-se “uma teoria ao mesmo tempo antitradicionalista e aberta às perspectivas de um pluralismo sociológico, como também às de uma resolução do fenómeno jurídico no voluntarismo do grupo (direito intuitivo) e, em última análise, na política”. CERRONI, **O Pensamento Jurídico Soviético...**, 1976, p.48. O recurso ao intuicionismo de Petrazitsky acaba por conferir, subjetivamente, legitimidade político-jurídica para a aplicação/formação de um direito de acordo com a moral revolucionária. Embora, Stutchka, assumisse a inspiração contingente desta teoria e suas notórias limitações, ressaltava que o “conceito de ‘consciência jurídica’, ‘revolucionária’ primeiro e depois ‘socialista’, assumido no curso da revolução, graças à adjetivação adicionada, daria um conteúdo de classe completamente novo e real, que não conserva nada em comum com a ‘ideia eterna do direito’”. STUCKA, Pêtr. *Il cosiddetto diritto sovietico*. In: **La Funzione Rivoluzionaria del Diritto e dello Stato e Altri Scritti**. Torino:Einaudi, 1967, p.425.

Aprofundando o ponto de partida para um contraponto com a ampliação do direito proposta por Gramsci, o jurista soviético compreenderá as “relações sociais” como a mediação social estabelecida pelos trabalhadores no âmbito da produção, bem como as relações estabelecidas de apropriação e troca. Deste modo, “as relações de produção e de troca são as relações primárias, enquanto as relações de apropriação, isto é, as relações jurídicas para não falar das relações morais [...] são unicamente relações derivadas; isto não impede, por outro lado, que desempenhem um papel importante em determinadas condições e em determinados períodos históricos”⁵⁹⁰.

Ao compreender o direito articulado com as transformações materiais da sociedade, observa-se o fenômeno jurídico como uma forma social engendrada historicamente em virtude da divisão de classes estabelecida no âmbito da produção. Essa contradição surgida nos processos produtivos – luta de classes – reverbera nas formas sociais que tem esse elemento enquanto momento predominante. Sendo assim, no âmbito material do direito (conteúdo), os “interesses da classe dominante” assumem um papel fundamental – recurso muito semelhante a diferenciação usada no período do biênio vermelho e na discussão sobre legalidade substancial posteriormente nos escritos políticos de Gramsci. Mas, explicita que, quando “falamos de interesse de classe, certamente, não nos referimos à simples soma dos interesses individuais; este interesse é antes um elemento que impõe a sua marca à totalidade da luta de uma certa classe. É o foco onde se reflete o interesse vital de uma certa classe. Este interesse existe objetivamente, independente da vontade dos próprios membros da classe, e o grau de consciência que uma classe tem do seu interesse é um fenômeno puramente histórico”⁵⁹¹.

Por sua vez, nem de longe há uma identidade do direito ao Estado moderno em Stutchka, o “poder organizado” de classe na Forma-Estado e consubstanciado pela norma positivada é uma das expressões, das mais importantes, sem dúvida, do direito enquanto relação social, contudo, evidentemente, não o esgota. “O Estado em geral e no seu conjunto, realmente monopoliza a tutela e regularização do direito. Sob este aspecto, falamos naturalmente, do Estado em geral, e nele incluímos todo o seu aparelhamento, sem excluir sequer o autogoverno local, do qual se procura frequentemente inferir artificialmente um esquema particular de democracia que se

⁵⁹⁰ STUCKA, **Direito e Luta de Classes**: teoria geral do direito..., 1988, p.39.

⁵⁹¹ STUCKA, **Direito e Luta de Classes**: teoria geral do direito..., 1988, p.47.

contrapõe ao Estado”⁵⁹². Trata-se de uma face do direito – ou da legalidade como afirmara Gramsci –, mas isso não o reduz a um pensador normativista.

Outra importante característica do conceito de direito delineado pelo jurista russo, que estrutura a dinâmica entre os componentes anteriores, é o conceber enquanto um sistema de relações. “Em geral, damos o nome de sistema à unificação de diversas unidades num único complexo ordenado e vimos que, neste caso, o elemento unificador é determinado pelo interesse de classe, ou em concreto, pelo tipo de apropriação, de propriedade, que lhe corresponde”⁵⁹³. Há, portanto, uma construção de uma concepção de direito em movimento articulado em suas formas: relações sociais (econômicas), interesse de classe (ideologia) e poder organizado (Estado). Sendo assim, “enquanto em todos os outros sistemas tínhamos um só princípio determinante, um centro único (Marx empregava neste sentido o termo francês *Pivot*), em torno do qual gira todo o sistema, no direito existem dois, ou, mesmo três”⁵⁹⁴.

O jurista soviético constrói sua grande obra *A Função Revolucionária do Direito e do Estado* a partir de um método marxiano não restrito à famosa alegoria entre base e superestrutura presente no *Prefácio de 1959*. Deste texto, extrai-se uma perspectiva materialista importante para gênese de uma teoria marxista do direito, pois dele é possível visualizar que “na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas forças relações de produção constitui a *estrutura econômica da sociedade*, a base real sobre a qual se eleva uma *superestrutura jurídica e política* e à qual correspondem *formas sociais determinadas de consciência*”⁵⁹⁵. Embora tal metáfora tenha sido utilizada por muito tempo enquanto justificativa teórica para explicações mecanicistas da relação entre base e superestrutura, não com a inventividade de Gramsci em sua teoria da hegemonia ao sacar a categoria de bloco histórico, Stutchka, igualmente, não resvala em tais determinismos e formula uma concepção complexa da dialética interna do próprio direito e dele com a sociedade.

Nesta questão que reside a dialética das formas do direito, pois Stutchka trabalhará sua aproximação à totalidade complexa do direito estruturado também com

⁵⁹² STUCKA, **Direito e Luta de Classes**: teoria geral do direito..., 1988, p.64.

⁵⁹³ STUCKA, **Direito e Luta de Classes**: teoria geral do direito..., 1988, p.68.

⁵⁹⁴ STUCKA, **Direito e Luta de Classes**: teoria geral do direito..., 1988, p.68-69.

⁵⁹⁵ MARX, **Contribuição à crítica da economia política**..., 2008, p.45.

base na *Introdução de 1857 (Grundrisse)* – como Pachukanis fará posteriormente em outra obra germinal *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. Isto é, não terá uma leitura determinista da dinâmica entre base-superestrutura, uma vez que “Marx e Engels não são pura e simplesmente ‘causalistas’: procedem partindo do desenvolvimento dialético de tudo que existe”⁵⁹⁶. Desta maneira, “é evidente que Marx e Engels davam a palavra ‘superestrutura’ somente um sentido metafórico e não o sentido estritamente arquitetônico de edifício com diversos andares. Nós, baseando-nos no Prefácio à Crítica, em que Marx contrapõe à propriedade formas específicas de garantia (justiça, política, etc.) podemos dizer que inclui na base o sistema de relações sociais, enquanto expressão jurídica das relações de produção, enquanto que na superestrutura inclui a sua forma abstrata (a lei e a ideologia)”⁵⁹⁷.

O direito, então, compõe-se como um sistema de relações sociais estruturado em três formas/pivots, sendo uma concreta (expressão da relação econômica) e duas abstratas (lei positivada pelo Estado e Ideologia Jurídica). “A forma jurídica concreta da relação, coincide com a relação econômica, enquanto a forma abstrata, proclama na lei, pode não coincidir e chega frequentemente a diferenciar-se muito da relação econômica. Além disso, existe uma terceira forma que, segundo uma conhecida expressão de Petrazickij, podemos chamar de forma ‘intuitiva’: a ‘emoção’ psíquica interna, que o indivíduo sente nas diversas relações sociais, o juízo que emite sobre elas sob o ponto de vista da ‘justiça’, da ‘consciência jurídica interna’, do ‘direito natural’ etc., ou, por outras palavras, da *ideologia*”⁵⁹⁸. Deste modo, o jurista russo pôde observar que, além de o direito não ser um epifenômeno da forma econômica, em determinados contextos históricos, há a possibilidade de sua veste estatal ser decisiva na conformação das relações de produção ou até mesmo sua dimensão ideológica levar à (des)legitimação da totalidade social.

É, para compreender a interdeterminação dessas formas que constituem a totalidade do direito, que Stutchka lança mão do conceito de desenvolvimento desigual presente nos *Grundrisse*. Pois, nos *Manuscritos de 1857-58*, em termos metódicos, Marx observa que há uma relação desigual entre o desenvolvimento da produção material e da produção espiritual, ressaltando que “o ponto realmente difícil [de compreender] é: a maneira como as relações de produção seguem, como relações

⁵⁹⁶ STUCKA, **Direito e Luta de Classes**: teoria geral do direito..., 1988, p.75.

⁵⁹⁷ STUCKA, **Direito e Luta de Classes**: teoria geral do direito..., 1988, p.76-77.

⁵⁹⁸ STUCKA, **Direito e Luta de Classes**: teoria geral do direito..., 1988, p.79

jurídicas, um desenvolvimento desigual. Assim, por exemplo, a relação entre o direito privado romano (isto é menos válido para o direito penal e o direito público) e a produção moderna”⁵⁹⁹. Tal “‘nova escrita’ invocada introduz, portanto, as noções decisivas de contratempo ou de não-contemporaneidade. [...] Esse anacronismo e contratempo surpreenderão aqueles que se contentam com a rígida ‘correspondência’ entre infra-estruturas e superestruturas do Prefácio de 1859 à *Contribuição à crítica da economia política*”⁶⁰⁰.

A partir dessa negação do determinismo econômico, Stutchka visualiza que, no interior do desenvolvimento da totalidade histórica, há um desligamento, defasagem, discordância, ‘relação desigual’ e ‘desenvolvimento desigual’ entre produção material e produção artística, entre relações jurídicas e relações de produção – absolutamente aplicável à relação entre as formas abstratas e concreta que possuem o direito. Assim, em particular para o fenômeno jurídico, pode-se compreender que “uma formação social concreta não é redutível à homogeneidade da relação de produção dominante.[...] Cada qual tem seu ritmo e temporalidade próprios”⁶⁰¹.

Nesse sentido, a questão é, se toda relação econômica é contextualmente uma relação jurídica, como se dá a relação desigual entre a forma concreta e as duas formas abstratas? Stutchka coloca que “entre elas existe, naturalmente, uma recíproca influência de uma sobre a outra e, como já foi dito, na doutrina a discussão é precisamente sobre a qual delas cabe a primazia. Nós reconhecemos uma primazia incondicionada e imediata à primeira [forma concreta]. Esta influi sobre as outras duas formas abstratas, por um lado, enquanto é um fato, e, por outro, mediante um reflexo; porém, o seu caráter jurídico depende, apesar de tudo, das outras duas formas, cuja influência pode, por vezes, resultar decisiva”⁶⁰². Entre os momentos do direito, portanto, há uma relação de determinação recíproca, pois se é verdade que é a partir de sua forma concreta que o direito encontra sua funcionalidade na reprodução do capital, também é igualmente real que somente através de suas formas abstratas que o capital se realiza nas formas de circulação e apropriação.

⁵⁹⁹ MARX, Karl. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política** (GRUNDRISSE) 1857~1858. I, II e III. México: Siglo XXI, 2007, p.31, grifo nosso.

⁶⁰⁰ LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx..., 1979, p.41.

⁶⁰¹ BENSÂID, Daniel. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.40.

⁶⁰² STUCKA, **Direito e Luta de Classes**: teoria geral do direito..., 1988, p.80.

Assim concebido, então, com o desenvolvimento do direito enquanto uma esfera de mediação social específica no capitalismo, todas suas três formas tornam-se complexos singulares com uma autonomia relativa e legalidade própria. “No sistema das relações concretas, esta unidade, este caráter de sistema, é produzida, em parte, em virtude do próprio curso do desenvolvimento econômico e, em parte, em virtude da pressão exercida pelo poder da classe dominante (não só por meio da lei, mas mediante todo o seu aparato). Porém, a própria forma abstrata (II) revela, por meio da codificação, da interpretação etc., a tendência para uma coordenação no sistema particular e específico [...] Por último, também a forma ‘intuitiva’, a ideologia, se configura de um modo sistematizado. Depois que estes três sistemas se constituíram como sistemas, passaram a se influenciar mutuamente entre si”⁶⁰³. Por esta via, em virtude de sua relação desigual, tais formas do direito podem assumir um caráter de não-correspondência e figurar como momento predominante em determinada temporalidade histórica.

A dialética das formas do direito de Stutchka representa a primeira grande aproximação a uma teoria do direito marxista no contexto da revolução de outubro. Se ela foi ou não apropriada direta ou indiretamente por Gramsci em seu pensamento nos *Quaderni* é difícil precisar, mas o ponto é o pensador italiano acompanhava os debates da IC no “comunismo de guerra” e, em seu final e na “fase de recuo ao direito burguês”⁶⁰⁴ presenciou diretamente a influência de Stutchka na guerra de posição no interior do Estado Soviético. Na fórmula disposta em seu corpo categorial – a forma concreta e as duas abstratas – em rotação no centro nervoso da contradição de classes, variando, embora se assuma o condicionamento ineliminável da forma concreta, o *pivot* dessa articulação conforme as contingências históricas da luta de classes, o jurista soviético acaba por formular uma teoria ampliada do direito.

⁶⁰³ STUCKA, **Direito e Luta de Classes**: teoria geral do direito..., 1988, p.81.

⁶⁰⁴ O próprio Stutchka, no curso de tal “lúcido intervalo”, em 1927, delineia três fases do direito soviético após a revolução de outubro: “1) a fase da destruição e do chamado comunismo de guerra; 2) a fase do recuo ; 3) a fase do novo avanço em direção ao socialismo com base na NEP ou, para expressar-se em forma jurídica, baseado no direito soviético”. STUCKA, Pëtr. *Tre fasi del diritto sovietico*. In: **La Funzione Rivoluzionaria del Diritto e dello Stato e Altri Scritti**. Torino:Einaudi, 1967, p.450.

2.2 O pulsar da hegemonia: a nova morfologia do Direito nos *Quaderni*

Na monumental teoria materialista do poder constituída nos *Cadernos do Cárcere*, o direito, como espaço de mediação social e produção de hegemonia, possui um lugar representativo, embora bastante subestimado. É de se supor, como em qualquer categoria do espectro gramsciano, uma dificuldade de leitura e reconstituição, bem como, aquilo que alguns teóricos consideram por si só uma virtude, uma polifonia inerente a sua estrutura de construção. Mas mesmo sem ainda sem percorrer esse caminho, a partir das notas citadas, pode-se observar, desde já, que o ponto central consiste no delineamento de uma nova morfologia do direito (ampliado) sob o imperativo da extensão do conceito de Estado.

Em Gramsci, como debatido no capítulo anterior, há uma superação dos entraves deterministas colocados pela metáfora arquitetônica entre base e superestrutura. Nos *Quaderni*, intensifica-se uma alternativa, como aventando por Cospito, entre forças sociais objetivas e subjetivas, que formam a sociedade em uma divisão triádica: sociedade econômica, sociedade política e sociedade civil. Portanto, há forças objetivas e subjetivas operando em todas essas esferas da sociedade, que, como sempre insiste o marxista sardo, consistem numa divisão metodológica, porque, em essência, imbricam-se em sua organicidade no conceito analítico de bloco histórico.

É neste ponto que a consonância com o pensamento de Stutchka é fundamental, pois o jurista soviético, igualmente, esforça-se por superar os rastros metódicos do *Prefácio de 1859*. E, quando fala em formas do direito (1 concreta e 2 abstratas com diferentes *pivots* a depender da determinação histórica), entra em profunda sintonia com a ampliação do direito que Gramsci provoca no desenvolvimento de suas reflexões.

Se já nos escritos políticos, há um desenho parecido com o de Stutchka, quando se falou em uma legalidade industrial, legalidade formal e legalidade substancial, por sua vez, nos *Quaderni*, também se pode visualizar a ampliação de três formas do direito no cenário da teoria da hegemonia: 1) uma forma jurídica, herdeira da noção de legalidade industrial, que opera dialeticamente a partir da sociedade econômica, isto é, uma forma jurídica correspondente com os arranjos das forças sociais que estruturam o mercado determinado; 2) uma forma jurídica (lei) representante no

poder hegemônico de instituir uma norma jurídica imposta pelo Estado em sentido (r)estrito, mas que mantém a conflitualidade frente à emergência de outras normatividades no seio da sociedade civil; 3) uma forma jurídica que se compõe enquanto um fenômeno ideológico e cultural, tanto no sentido de representação de grandes grupos sociais (ideologia orgânicas) quanto noções de certos indivíduos ou grupos (ideologia arbitrárias), bem como representações cristalizadas de uma noção de justiça (ideologia tradicional).

Antes de abordar tais formas em suas especificidades, é preciso demarcar dois elementos transversais a toda elas: a função principal cumprida pelo direito enquanto mediação social no Estado Integral sob hegemonia de uma classe dirigente e a maior amplitude que o direito deve abranger, para além do espaço tradicional da teoria marxista centrada no aparato repressivo da sociedade política, ao entrelaçar-se com outros tipos de normatividade própria da sociedade civil conceituada como zona de “indiferença jurídica”.

Em primeiro lugar, o modo como se desenvolve o conceito de direito é bastante revelador, pois embora já tenha escrito – com uma primeira grande menção em março de 1930 (Q.6, §84), mas com um expressivo conjunto de notas entre 1931 e 1932, que desenvolvem a forma ampliada de direito –, quando ,em abril de 1932 (Q.8, §62), realiza uma síntese do que seria uma noção renovadora da esfera jurídica acaba falando de uma “concepção de direito penal”⁶⁰⁵. Mas, em nova redação (entre maio e novembro de 1933), já consolidada, definitivamente, sua investigação, superando a preocupação repressiva predominantemente, e fala em “uma concepção de direito que deve ser, essencialmente, renovadora”. Fazendo relação com a doutrina do Estado Integral, defende que “se todo Estado tende a criar e manter certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outras, o direito será o instrumento para este fim (junto a escola e outras instituições e atividades) e deve ser elaborado para que seja conforme a sua finalidade, para que seja maximamente eficaz e produtivo de resultados positivos”⁶⁰⁶.

⁶⁰⁵ GRAMSCI, §62 *Machiavelli. (A) Quaderni del carcere..* Volume secondo. Quaderno 8..., 2007, p.978. (Abril de 1932)

⁶⁰⁶ GRAMSCI. §11 (C). *Quaderni del carcere.* Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1570. (junho/julho de 1932).

O direito em sua forma mais estrita, igualmente, possuía elementos de constituição de consenso, afinal nenhum regime se sustenta em médio prazo na violência permanente e no controle sobre a vida dos corpos. Contudo, em sua forma ampliada, “o germen de todo ‘problema jurídica’” é o de “assimilar a fração mais avançada de todo um agrupamento: é um problema educação de massa, de sua ‘conformação’ segundo as exigências do fim a se alcançar”. Colocando um componente de classe, arremata que “precisamente está é a função do direito no Estado e na Sociedade; através do ‘direito’ o Estado faz ‘homogêneo’ o grupo dominante e tende a criar um conformismo social que seja útil a linha de desenvolvimento do grupo dirigente”⁶⁰⁷.

Em linhas gerais, já se pode compreender a tarefa fundamental cumprida pela forma jurídica na afirmação da hegemonia, uma vez que, conforme Gramsci, possui como papel essencial a constituição de um conformismo (seja ativo ou passivo das massas), bem como dar um remédio legal e repressivo ao inconformismo ocasional ou organizado organicamente. Nesse sentido, a aparência do direito, em seu aspecto ideológico, visa expressar toda a sociedade, mas, na realidade, ele é uma mediação estratégica da “classe dirigente, que ‘impõe’ a toda a sociedade aquelas normas de conduta que estão mais ligadas a sua razão de ser e ao seu desenvolvimento. A função máxima do direito é esta: pressupor que todos os cidadãos devem aceitar livremente o conformismo assinalado pelo direito, enquanto que todos podem vir a ser elementos da classe dirigente; o direito moderno traz, implicitamente, a utopia democrática do século XVIII”⁶⁰⁸.

O direito, portanto, atua entre “o Estado e a sociedade civil” com funções positivas de produzir um conformismo social combinando força e consenso em sua atividade hegemônica. Porém, a produção da hegemonia jurídica é construída, como foi salientado, também na sociedade civil, isto é, o marxista sardo não assume uma posição normativista nem de longe. Neste ponto, há que se compreender uma categoria que figura na nota 7 do *Caderno 13*, onde aparece a noção de um direito ampliado, mas que também figura em outras notas quando se fala desse alargamento do direito (Q.6, 84, p.757 e Q.6, 98, p.773): a zona de indiferença jurídica.

⁶⁰⁷ GRAMSCI, §84 *Passato e presente. Continuità e tradizione. (B). Quaderni del carcere*. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.757. (Março de 1930)

⁶⁰⁸ GRAMSCI, §98 *I costumi e le leggi (B). Quaderni del carcere*. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.773. (Março e Agosto de 1931)

Tal ampliação do direito implica em dizer que “a atividade geral do direito [...] é mais ampla que a atividade puramente estatal ou governativa e inclui também a atividade diretiva da sociedade civil, naquelas zonas que os técnicos do direito chamam de *indiferença jurídica*, ou seja, a moralidade e os costumes em geral”. Então, no Estado integral o direito significa a “esfera do direito positivo tecnicamente entendido e espontâneo e livre (*mais estritamente ética*) naquelas zonas em que a ‘coação’ não é estatal, mas de opinião pública, de ambiente moral etc”⁶⁰⁹.

Aqui, uma intersecção do seu pensamento jurídico que é marcante nesta ampliação, um apreensão parcial e inusitada do institucionalismo jurídico de Santi Romano, que Gramsci, provavelmente, extrai “tendo em conta um ensaio de Arnaldo Volpicelli sobre Santi Romano, publicado, em duas partes, no ano de 1929, nos números 1 e 6 dos ‘*Nuovi studi di Diritto, Economia e Politica*’”⁶¹⁰. O pluralismo jurídico conservador do jurista siciliano, curiosamente, naquele contexto de ascensão fascista, se opunha a doutrina corporativista do esgotamento da produção de normatividade por parte da sociedade civil ou sua dissolução total no Estado autoritário. Para Romano, havia zonas irrelevantes ou indiferentes juridicamente em relação Estado, visto que o “todo ordenamento jurídico é uma instituição e, vice-versa, toda instituição é um ordenamento jurídico”⁶¹¹. Deste modo, existem instituições (empresas, sindicatos, movimentos, partidos, universidades, igrejas, etc.) da sociedade civil que constituem sua própria normatividade em complementaridade, à revelia (indifferentemente) ou mesmo em contraposição ao Estado. Então, para Frosini, “a noção de indiferente jurídico ajuda a evitar, porque pluraliza, realisticamente, o Estado em uma série de organismos que não são somente diversos, mas no limite também estão competindo, reconhecendo, contudo, o seu pertencimento à esfera do direito”⁶¹². Por esta via, Gramsci atribui vida normativa à sociedade civil – por vezes, dando o conceito de direito propriamente, mas, na grande maioria das passagens, falando em ética, moral, costumes, etc. –, mas considerando que o direito positivo enquanto uma representação do Estado ampliado é a forma hegemônica e dominante de mediação, manipulação e imposição de conflitos.

⁶⁰⁹ GRAMSCI, §84 *Passato e presente. Continuità e tradizione. (B). Quaderni del carcere*. Volume segundo, Quaderno 6..., 2007, p.757, grifo nosso. (Março de 1930)

⁶¹⁰ FROSINI, Fabio. **Quaderno 6 e Quaderno 7**. Seminário sulla Storia dei Quaderni Del Carcere. International Gramsci Society (IGS), Itália, 4 jul. 2014. https://www.academia.edu/9179412/International_Gramsci_Society__Italia._Seminario_sulla_storia_dei_Quaderni_del_carcere_di_Antonio_Gramsci_Quaderno_6_e_Quaderno_7. Acesso em: 3 Out. de 2016, p.19.

⁶¹¹ ROMANO, Santi. **O Ordenamento Jurídico**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008, p.78

⁶¹² FROSINI, **Quaderno 6 e Quaderno 7**..., 2016, p.19.

O reconhecimento destes poderes instituintes na sociedade civil não implica afirmar uma concepção politicista em que as forças sociais minimamente representativas nos aparatos “privados” encontrarão eco na legislação estatal como uma instância neutra de regulação social. Nada mais longe disso. Entender a existência de um direito ampliado significa uma tentativa hegemônica das classes dirigentes de maximizar sua eficácia normativa a espaços que antes possuíam outros meios de solucionar seus conflitos e organizar sua vida a despeito do direito legislado. Seja com a fagocitose de tais “ordenamentos”, uma coexistência com dominância ou hegemônica, até uma tolerância útil (seja legal ou ilegal), isto é, a ampliação do direito não significa o alargamento de espaços democráticos e a aceitação plural de outras expressões de “civilização”, mas um mecanismo de aumento de controle e de produção de conformismos sociais potencialmente até menos violento.

Nesse sentido, para Gramsci, certas leituras consideradas realistas afirmam que a lei só se torna efetiva, na medida em que é a materialização de um costume já vivido pela sociedade. Mas tal “opinião vai contra a história real do desenvolvimento do direito, que sempre exigiu uma luta para sua afirmação e que em realidade é uma luta para criação de um novo costume”⁶¹³. E, em períodos em que figura no horizonte a crise orgânica de hegemonia, é fato que, com o aumento da desigualdade e o borbulhar do inconformismo social, certas reivindicações ou costumes vão sendo agregados à lei, contudo isto consiste em “coisa muito diferente: trata-se de reprimir e sufocar um *direito nascente* e não de conformar”⁶¹⁴. Portanto, Gramsci assume a possibilidade da insurgência de um direito dos subalternos com a libertação deste poder constituinte⁶¹⁵, que possui a capacidade de destruir as próprias formas jurídicas enquanto trincheiras, onde a luta social acontece cercada pelas casamatas e artilharias.

⁶¹³ GRAMSCI, §98 *I costumi e le leggi* (B). **Quaderni del carcere**. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.773. (Março e Agosto de 1931)

⁶¹⁴ GRAMSCI, §98 *I costumi e le leggi* (B). **Quaderni del carcere**. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.773. (Março e Agosto de 1931)

⁶¹⁵ “O paradigma do poder constituinte, ao contrário, é aquele de uma força que irrompe, quebra, interrompe, desfaz todo equilíbrio preexistente e toda continuidade possível. O poder constituinte está ligado à idéia de democracia, concebida como poder absoluto[...] o poder constituinte representa igualmente uma extraordinária aceleração do tempo. A história concentra-se num presente que se desenvolve com ímpeto, as possibilidades compreendidas num fortíssimo núcleo de produção imediata. Sob este ponto de vista, o poder constituinte está estreitamente ligado ao conceito de revolução” NEGRI, Antonio. **O poder constituinte**: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro : DP&A Editora, 2002, p.21-22.

A partir destes pressupostos fundamentais (função do direito e os espaços do direito para além da sociedade política), pode-se aclarar melhor a dialética de suas formas em sua organicidade – os *pivots* para usar o termo de Stutchka –, expondo para fins metodológicos cada âmbito de funcionamento específico do direito, mas que se constituem, evidentemente, como uma totalidade dentro do conceito de direito ampliado.

Uma dos elementos genéticos na formação de um direito específico é, sem dúvida, sua necessária articulação com as relações de produção de um mercado historicamente determinado. Este ponto foi ruminado com uma insistência não usual nos trabalhos gramscianos, justamente, para se compreender que a avaliação de inexistir uma relação de correspondência direta entre formas produtivas e outras formas sociais, não resulta por parte de Gramsci em renúncia dos pressupostos fundamentais da crítica da economia política marxiana e seu intento revolucionário.

Em sua economia crítica, Gramsci coloca como uma categoria central de análise das relações produtivas a noção de mercado determinado, cujo conceito exprime uma abstração historicamente determinada da totalidade das atividades econômico-concretas e forças de classe, que desenvolvem a potência do trabalho no aparato de produção de uma sociedade, regendo-se por leis tendenciais próprias ao estágio de desenvolvimento do mundo do capital no período. Assim, ainda tentando complexificar o *Prefácio de 1859*, define mercado determinado como “determinada relação de forças sociais em uma determinada estrutura do aparato de produção garantida por uma determinada superestrutura jurídica”⁶¹⁶.

Mas, sobre essa forma “concreta” do direito ou mais imediatamente atrelada aos arranjos do mercado determinado, o *Caderno 22* (Americanismo e Fordismo) trará traços definitivos em duas direções: romper com essa ideia, que ainda aparece de certa correspondência entre o econômico e o jurídico (Abril de 1932), do direito como garantidor de uma relação dada pelos aparatos de produção, bem como a noção que o direito, conforma o sujeito, produzindo uma subjetividade adequada ao trabalho.

Na primeira nota do *Caderno 22*, quando Gramsci coloca os problemas mais importantes do Americanismo (como contraface também o Fascismo) afirma “se o

⁶¹⁶ GRAMSCI, §128 *Scienza economica* (A). **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 8..., 2007, p.1018. (Abril de 1932).

desenvolvimento tem origem no seio do mundo industrial e produtivo, ou advém de forma, pela constituição sólida e cuidadosa de uma armadura jurídica formal que guie os desdobramentos necessários do aparato produtivo”⁶¹⁷. Deste modo, Gramsci desarma a naturalização do fenômeno econômico e a concepção de seu livre desenvolvimento sem intervenção do Estado. Pelo contrário, os diversos modos de produção só se constituem enquanto tal através da invenção de uma forma político-jurídica – ganhando o direito uma legalidade própria de forma plena no mundo capitalista –, visto que o próprio liberalismo “é uma ‘regulamentação’ de caráter estatal também, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva [pelo direito]: é um fato de vontade consciente de seus próprios fins e não a expressão espontânea, automática do fato econômico”⁶¹⁸.

Ao falar das condições do americanismo e uma tradução à italiana para realizar uma rápida industrialização, Gramsci afirma que “a forma jurídica é uma das condições, não a única condição e nem a mais importante. *É apenas a mais importante das condições imediatas*. A americanização requer um dado ambiente, uma determinada estrutura social – *ou a vontade decidida de criá-la* – e um certo tipo de Estado”⁶¹⁹. O direito, portanto, pode impulsionar a criação das condições econômicas via Estatolatria, bem como, obviamente, tem o papel de regular as situações já presentes. Mas, além disso, impõe uma disciplina da fábrica para constituição de uma subjetividade operária adequada a extenuante rotina do fordismo. Uma normatização, a ampliação do direito, que só se torna direito legislado na incapacidade de incutir e controlar os operários. Evidente, aqui, uma imbricação também com a forma ideológica, contudo trata-se de um controle econômico da vida dos sujeitos.

Como já restou claro, nunca uma das formas do direito opera sozinha, embora possua a especificidade de um fator constituinte, quando não fundamental, no arranjo da sociedade econômica. Entretanto, aqui, se contraditarmos, com o pensamento de Pachukanis⁶²⁰, que procura a especificidade da forma jurídica em si na

⁶¹⁷ GRAMSCI. §1 (B). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p.2140.

⁶¹⁸ GRAMSCI. §18 *Alcuni aspetti teorici e pratici dell’ “economismo” (C)*. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 13..., 2007, p.1590. (entre maio de 1932 e novembro de 1933)

⁶¹⁹ GRAMSCI, §6 *Autarchia finanziaria dell’industria (C)*. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 22..., 2007, p.2157.

⁶²⁰ A relação social de troca entre sujeitos de direito assume especificamente a forma jurídica – relação social objetiva –, sendo que o vínculo entre essas diferentes unidades econômicas da sociedade civil é constituído através de um acordo mútuo de vontades independentes celebradas pelos contratos. Este outro lado da relação entre os produtos do trabalho tornados mercadorias é a relação jurídica. “A relação jurídica é como que célula central do tecido jurídico e é unicamente nela que o direito realiza o seu movimento real. Em contrapartida o direito, enquanto conjunto de normas, não é senão uma abstração

complementaridade entre sujeito de direito e mercadoria mediada por uma relação contratual, a relação proposta por Gramsci é mais generalista. Até neste ponto uma consonância com o pensamento de Stutchka⁶²¹, que é, particularmente, criticado por não visualizar a especificidade do direito frente a outros tipos de normatividade social.

A outra forma jurídica que compõe o direito enquanto fenômeno orgânico é a expressão mais corriqueira: a norma jurídica imposta pelo Estado em sentido (r)estrito. Em não poucas vezes, quando Gramsci refere-se a ossatura institucional do Estado faz uma espécie de simbiose falando em Estado legal” (Q.7, §80), em “Estado compreendido juridicamente (Q.7,§9 e Q.10, II, §41III), mas, não negando a possibilidade da construção de hegemonia nesses espaços como já debatido, mas acentua a ideia de sua materialização num “aparato governamental-coercitivo”.

Contra toda impostura da perenização de uma filosofia jusnaturalista e a legitimidade eterna de um direito natural (mesmo que seja popular), o marxista sardo identifica que as “leis civis e estatais são um produto de uma atividade humana, que estão estabelecidas pelos homens e podem ser mudadas pelo homem para os fins de seu desenvolvimento coletivo”. E, coloca em abstrato, “a lei civil e estatal ordena os homens de modo historicamente mais adequado para dominar as leis da natureza [concebida aqui no sentido (in)orgânico e não social], ou seja, para facilitar seu trabalho, que é o modo próprio do homem de participar ativamente na vida da natureza para transformá-la e socializa-la cada vez mais profunda e extensamente”⁶²². Neste trecho, além da negação de uma concepção do direito enquanto justiça, mas enquanto decisão política tomada democraticamente ou não pelos homens, há uma dualidade, que pode ser apenas ocasional, visto que não se repete posteriormente, entre lei civil e lei

sem vida”. PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovitch. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Academica, 1988, p.47.

⁶²¹ “O desenvolvimento histórico da normatividade jurídica, do ponto de vista do conteúdo de classe, é, na sua colocação, posto em primeiro plano relativamente ao desenvolvimento lógico e dialético da própria forma (por outro lado, é preciso salientar que, ao comparar-se a terceira com a primeira edição, notar-se-á naturalmente que o autor na sua terceira edição deu muito mais atenção às questões da forma jurídica). Além disso, Stucka procedeu apenas em função do seu ponto de partida, isto é, em função de uma concepção do direito que faz dele, em essência, um sistema de relações de produção e de troca. Se, à primeira vista, se considera o direito como a forma de toda e qualquer relação social, então pode dizer-se *a priori* que as suas características específicas passarão sem serem percebidas”. PACHUKANIS, **Teoria geral do direito e marxismo**..., 1988, p.20.

⁶²² GRAMSCI. § 2 *Osservazioni sulla scuola: per la ricerca del principio educativo (C)*. **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 12..., 2007, p.1540-1541. (julho e agosto de 1932).

estatal. Embora não haja maiores esclarecimentos dos porquês da distinção, ela localiza-se no *leitmotiv* de um direito que não é apenas produção exclusiva do Estado.

Em outro texto de um período próximo, em desacordo com um excessivo “intelectualismo” e utopismo no campo da filosofia jurídica, Gramsci toma como elemento decisivo para uma análise materialista do direito compreender a normatividade positivada (“Constituições estatais > leis > regulamentos”), sendo, portanto, ela em seus “regramentos e inclusive em sua aplicação (feita em virtude de circulares) o que indica a estrutura política e jurídica real de um país e de um Estado”⁶²³. Aqui, inclusive, captando um elemento central desde a escola da exegese, mas por vezes negligenciado na crítica marxista, que é a norma jurídica estatal no seu processo de interpretação e aplicação. Então, em que pese a forma jurídica do Estado em sentido (r)estrito ter uma materialidade/lógica própria e uma capacidade dirigente, “o caráter utópico de alguns deles se devia ao fato de que pensavam fosse possível introduzir a igualdade econômica com leis arbitrárias, com um ato de vontade, etc.”⁶²⁴. Portanto, o socialismo não será instituído pela tomada dos palácios e a edição de um decreto, é preciso derrotar o adversário profundamente em todas as esferas do poder.

E uma das formas decisivas do direito é sua face ideológica, na medida em que, no sentido geral, produz uma ilusão/visão jurídica de mundo, subsumindo os conflitos sociais em um conformismo social, e, no sentido específico, gera, há séculos, oceanos de tinta sobre a sua suposta autonomia, estruturação e relação com a justiça, que transbordam o saber especializado e é absorvido gradualmente pelo senso comum de uma dada sociedade. Esta forma, por óbvio, possui a companhia das baionetas, mas, em tempos de aparente paralisia social no campo das trincheiras, o duelo das penas, sobre a hegemonia sobre os signos linguísticos e como os sujeitos se reconhecem na luta social, é um local de batalha dos mais relevantes.

A preocupação com a forma de captura ideológica do direito já se encontra nas primeiras linhas do *Caderno 1* no combate que é transversal aos seus escritos carcerários em oposição a influência da Igreja Católica, principalmente, nos setores mais populares. Em nota 4 de junho de 1929, quase como um programa de estudos, enuncia que “seria interessante uma investigação que demonstrasse a estreita relação

⁶²³ GRAMSCI, §180 *Passato e presente. Le grandi idee. (B). Quaderni del carcere*. Volume secondo. Quaderno 8..., 2007, p.1051. (março e abril de 1932).

⁶²⁴ GRAMSCI, §12 *Stato e società regolata (B). Quaderni del carcere*. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.693. (dezembro de 1930)

entre a religião e os ‘princípios imortais’”. Coloca que o motor do direito natural francês começou uma “heresia”, “uma cisão doutrinal dentro de uma mesma mentalidade e concepção geral” ⁶²⁵. Conclui, dizendo, que todos esses princípios jusnaturalistas foram contrapostas pelo realismo da doutrina da força.

A questão é que Gramsci, quando se contrapõe aos jusnaturalistas teológicos e sua expressão positivada no direito canônico, não está a enfrentar fantasmas ou se posicionando no campo do ideário específico da filosofia do direito. Na verdade, como o próprio Gramsci aconselhara, em uma guerra, certamente, a melhor estratégia é atacar o flanco mais fraco do adversário para quebrar suas defesas, contudo no plano ideológico deve-se enfrentar o que há de mais avançado ou solidificado entre as massas, pois o resto cai como um castelo de cartas. Por isso, quando enfrenta o jusnaturalismo, expressões do corporativismo, a própria vulgata marxista, ele está em conflito com ideologias tradicionais e orgânicas – também há citações a ideologias arbitrárias, que lia e emitia pequenos juízos, entretanto não tem força social para constituir a forma jurídica ideológica em um sentido forte–, que possuem materialidade em organizações da sociedade civil e movimentam posições sociais de um grande extrato da sociedade.

No que tange a esse confronto no campo de um direito ampliado em seu aspecto ideológico e materializado nos aparatos “privados” e “públicos” de hegemonia, é interessante uma nota em que Gramsci, analisando a formação dos intelectuais italianos na alta Idade Média, observa um confronto por hegemonia jurídica entre formas jurídicas que representavam diversos interesses de classe no período. Ele descreve os acontecimentos deste momento histórico a partir da queda do direito romano com as invasões bárbaras e sua redução a um direito costumeiro em conflito com o direito longobardo; o surgimento do direito canônico que alça condição de direito particular, de uma organização da sociedade civil, a direito estatal; o renascimento do direito romano e sua expansão via a cultura jurídica produzida pelas universidades. Todas essas contradições no plano hegemônico “não se produzem de golpe e simultaneamente, mas estão ligadas a um desenvolvimento histórico geral (fusão dos bárbaros com as populações locais, etc.)”, adquirindo uma grande “importância na economia jurídica das novas formações estatais”⁶²⁶

⁶²⁵ GRAMSCI, §4 *Diritto naturale e cattolismo* (A). **Quaderni del carcere**. Volume primo. Quaderno 1..., 2007, p.7. (junho de 1929)

⁶²⁶ GRAMSCI, §4 *Per la formazione delle classi intellettuali italiane nell'alto Medioevo* (B). **Quaderni del carcere**. Volume primo. Quaderno 3..., 2007, p.367. (agosto de 1930)

O relevante neste contexto não é avaliar a avaliação da história do direito italiano delineada nos *Quaderni*, mas como se desenvolveu, após séculos de intolerância e perseguição, o reconhecimento do cristianismo enquanto um *jus sacrum/jus canonicum* pela sociedade política, mas, ao mesmo tempo, não plenamente integrada a ela. Por esta via, acabou por se “reduzir o direito romano a um puro direito costumeiro” e instituindo um “dualismo de poder que terá seu pleno desenvolvimento na Idade Média”⁶²⁷. O marxista sardo analisa a formação de outros direitos a partir da ideologia tradicional (direito romano e direito canônico) e ideologias orgânicas (direito lombardo e direito germânico), bem como situadas e tendo sua reprodução em diferentes espaços do estado ampliado. Em suma, o direito não é um fenômeno estatal, nem fruto de voluntarismos políticos, mas representam conjuntos sociais que se organizam sob a direção de uma classe dirigente e expressam um determinado arranjo de um modo de produção.

Por último, ainda sobre a forma ideológica, para demonstrar como esses elementos não são citações esporádicas e nem citações secundários ou isoladas, quase quando não tinha mais fôlego, nos primeiros meses de 1935, no *Caderno 27*, retoma a ideia germinal no *Caderno 1* e, ao falar do direito natural revolucionário francês, esboça um conceito, praticamente, o conceito que viria a ser denominado de direito natural de combate por Michel Mialle. Pois considera que o jusnaturalismo antropológico supera seu espectro religioso em virtude de seus “princípios serem superiores historicamente (enquanto expressam exigências novas e superiores) [...], ou seja, que se baseiam na realidade efetiva da força e da luta”⁶²⁸.

A partir disso realiza uma crítica àqueles no âmbito da ciência jurídica que visam separar o conteúdo e a forma do direito natural revolucionário ou de combate, cauterizando seu potencial crítico do direito estabelecido (“reivindicações concretas de caráter político-econômico-social”) e enxertando “coisas passadas e ‘historicamente’ superadas e eliminadas”. Vê que tal concepção tinha pouca influência, contudo nota a existência de “correntes populares de ‘direito natural’, ou seja, aquele conjunto de opiniões e crenças sobre os direitos próprios que circulam ininterruptamente nas massas populares, que se renovam continuamente sob o impulso das condições reais de vida e

⁶²⁷ GRAMSCI, §4 *Per la formazione delle classi intellettuali italiane nell’alto Medioevo* (B). **Quaderni del carcere**. Volume primo. Quaderno 3..., 2007, p.369-370. (agosto de 1930)

⁶²⁸ GRAMSCI. §2 *‘Diritto naturale’ e folklore* (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 27..., 2007, p.2315.

da espontânea confrontação entre o modo de ser das diversas classes sociais”⁶²⁹. Fala, assim, de um “conceito de direito popular”, que “por causa de intelectuais incontroláveis e capilares, bem como uma série de conceitos difundidos pelas correntes laicas do direito natural, convertem-se em ‘direito natural’, pelas mais dispares e estranhas contaminações, inclusive, certos programas e proposições afirmadas pelo ‘historicismo’. Dentre a “hierarquia” de complexidade das formações ideológicas, tal direito compõe-se de “uma massa de opiniões ‘jurídicas’ populares, que assumem a forma do ‘direito natural’ e são o ‘folclore’ jurídico”⁶³⁰.

Na teoria geral da hegemonia, portanto, uma interpretação do fenômeno jurídico, lido a partir do contraponto de Stutchka, permite compreender como o direito é um elo fundamental na materialização do poder com a constituição de uma subjetividade operária e conformista com a sua condição na sociedade. O direito, em suas formas, comporta tanto momentos de dominação quanto de hegemonia, em que pese a ampliação do espectro do direito a fim de obter supremacia sobre outras formas de normatividade vise, exatamente, exercer menos os mecanismo de dominação. O que, deste modo, não representaria nenhum potencial emancipatório, mas uma formulação de hegemonia/dominação completa, de passividade absoluta.

No mais, é interessante compreender que, evidentemente, o imperativo do mercado determinado em seus arranjos históricos condicionam as características do direito enquanto totalidade (a normatividade que produz o trabalhador e permite a sua circulação, a norma jurídica representada pelo aparato de governo e sua forma ideológica predominante). Contudo, há uma consonância até nos exemplos, dependendo das condições concretas, uma das duas formas “abstratas” podem assumir papéis preponderantes. Mesmo aqui, não há determinismos. O marxista sardo dá dois exemplos pontuais: a respeito do americanismo e do fascismo, em que a norma estatal coloca as condições e induz o desenvolvimento das relações de produção, realizando um contratempo no que tange às forças produtivas; e, sobre a revolução francesa, em que a forma ideológica hegemônica do direito, uma ideia-força de justiça liberal, descola completamente das teorias que produziam a legitimação do regime, fermentando o

⁶²⁹ GRAMSCI. §2 ‘*Diritto naturale*’ e *folclore* (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 27..., 2007, p.2316.

⁶³⁰ GRAMSCI. §2 ‘*Diritto naturale*’ e *folclore* (C). **Quaderni del carcere**. Volume terzo. Quaderno 27..., 2007, p.2316.

inconformismo social. Atribui, assim, ao direito ampliado a configuração de um direito da classe dirigente, mas sempre em disputa em todas as esferas.

3. A questão dos usos do direito no cenário das estratégias/táticas para transição a uma sociedade regulada

Nos *Quaderni*, então, o direito em suas formas consiste, claramente, em uma forma alienada de regulação dos conflitos de uma determinada sociedade. Mas a composição específica do arranjo que constituirá o direito em sua totalidade depende diretamente da relação de forças sociais presente no cimentar de um bloco histórico. Então, dependendo do contexto nacional e internacional, há um papel proeminente de uma forma jurídica sobre a outra – por exemplo, no caso brasileiro, tem-se uma inflação normativa estatal imensa agregada ao movimento que se desenha após a constituinte de uma generalizada flexibilização de direitos, a prevalência progressiva da dimensão interpretativa e um aumento de possibilidades de transacionar direitos bilateralmente e no âmbito coletivo na sociedade civil – o avanço de normatividades para além do aparato governativo-coercitivo vinculado à *lex mercatoria*. As faces que o direito ampliado pode assumir são muitas, mas, a não ser em momentos de crise de hegemonia, de forma geral, a forma jurídica situa-se como um campo minado do conservadorismo, cuja função predominante está na reprodução e conformação do poder no mundo do capital.

É neste ponto que, tal qual a crítica da economia política, Gramsci não se afasta de outra pedra de toque do pensamento marxista: a noção de historicidade e finitude da forma jurídica. Na “sociedade regulada”, como Gramsci nomeava, em virtude da censura, a projeção de uma sociedade comunista sem classes, há que se extinguir as formas sociais alienadas, destruindo, portanto, os elementos essenciais de produção e reprodução das condições objetivas e subjetivas de uma sociedade regida pelo imperativo do mais-valor. É representativo que o marxista sardo tenha escolhido o termo *regulada* para se referir ao horizonte comunista, pois a sociedade, sendo regulada, possui a implicação de estar associada a alguma forma de normatividade para além do capital.

A caracterização da sociedade regulada aparece em muitas poucas passagens por todos os *Quaderni*, figurando, predominantemente, no *Caderno 6* e em textos B. Mas, apesar dessa escassez, que é característica da tradição marxiana em ojeriza ao utopismo idealista, é possível a partir destes fragmentos retirar alguns elementos fundamentais para compreensão dos significado e alcance da noção da extinção da sociedade política e, por conseguinte, da forma jurídica nos contornos assumidos através da “universalização” da hegemonia burguesa.

Nesse sentido, para Gramsci, “Marx inicia intelectualmente uma era histórica que, provavelmente, durará séculos, ou seja, até a desapareção da sociedade política e o surgimento de uma sociedade regulada”⁶³¹. Como já indica neste trecho, a construção de uma sociedade comunista não é uma tarefa geracional, tampouco realizada por um ato de vontade imediato, na realidade demanda um longo processo de superação das diversas formas de alienação, entre elas a política e a jurídica. Evidentemente, sem a socialização dos meios de produção, qualquer tentativa de abolicionismo de tais instituições implica utopismo ou a submissão a outras formas de hegemonia. Mas, neste ponto, como extrai Coutinho, o pensamento gramsciano parece preocupar-se, claramente, com o imperativo da socialização da política, isto é, com a efetiva democratização das formas de poder para que, conjuntamente ao esforço de destruição das formas de sujeitamento no interior das relações de produção, ocorra o dismantelamento de uma sociedade hierarquizada via mecanismos de dominação política – a difícil extinção ou transmutação das relações sociais derivadas da lógica governante-governado e dirigente-dirigido.

O marxista sardo defende a reapropriação das forças sociais alienadas no desenvolvimento do modo de produção capitalista, portanto, nesta direção, “o elemento Estado-coerção pode se imaginar extingível, na medida em que se afirmam elementos cada vez mais visíveis da sociedade regulada (ou Estado ético ou sociedade civil)”. Esta verdadeira obra de engenharia social revolucionária não resulta em uma concepção idealista, que considera “todos os homens realmente iguais e, por conseguinte, igualmente racionais e morais, isto é, capazes de aceitar a lei espontaneamente, livremente e não por coerção, como imposta por outra classe, como coisa externa a

⁶³¹ GRAMSCI, §33 *Posizione del problema (B)*. **Quaderni del carcere**. Volume secondo. Quaderno 7..., 2007, p.882.

consciência”⁶³². Na verdade, constitui-se em processo de longa duração e não isento de muitas contradições, em que o “Estado será igual a Governo e, Estado se identificará com a sociedade civil [...], ou seja, de uma organização coercitiva que tutelará o desenvolvimento dos elementos de uma sociedade regulada em continuo incremento e, portanto, reduzindo gradualmente suas intervenções autoritárias e coativas”⁶³³.

Esta noção de transição socialista baseada na construção progressivamente consensual dos produtores associados, em um movimento de reabsorção via sociedade civil, choca-se duramente com o modelo estalinista de burocratismo nas tomadas de decisão e fortalecimento brutal do aparato coercitivo do Estado proletário – “desde o momento em que existe o Estado-classe não pode existir a sociedade regulada a não ser como metáfora”⁶³⁴. Mesmo quando Gramsci admite uma função interventiva do Estado a fim de constituir uma hegemonia civil, frisa que “esta ‘estatolatria’ não deve ser abandonada a si mesma, não deve, especialmente converter-se em fanatismo teórico e ser concebida como ‘perpetua’: deve ser criticada, precisamente, para que se desenvolva e produza novas formas de vida estatal [...] que não se torne um ‘governo de funcionários’”⁶³⁵. Coloca, ainda, no que parece ser uma clara referência as mudanças de orientação na União Soviética, que, numa sociedade de transição, “o partido dominante não se confunde organicamente com o governo, mas é um instrumento para a passagem da sociedade civil-política à ‘sociedade regulada’, enquanto absorve em si a ambas, para superá-las (não para perpetuar a contradição)”⁶³⁶.

Neste período, há uma mutação/superação também da forma jurídica, sendo que “nesta realidade que é um continuo movimento, não se pode criar um direito constitucional, do tipo tradicional, mas somente um sistema de princípios que afirmem como o objetivo do Estado o seu próprio fim, a sua própria desapareição, isto é, a reabsorção da sociedade política na sociedade civil”⁶³⁷. Sobre o direito de transição são apenas essas breves linhas deixadas pelo marxista sardo, mas diante de todas essas

⁶³² GRAMSCI, §88 *Stato gendarme – guardiano noturno, ecc. (B). Quaderni del carcere*. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.764.

⁶³³ GRAMSCI, §88 *Stato gendarme – guardiano noturno, ecc. (B). Quaderni del carcere*. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.764.

⁶³⁴ GRAMSCI, §12 *Stato e società regolata (B). Quaderni del carcere*. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.693.

⁶³⁵ GRAMSCI, §130 *Nozioni enciclopediche e argomenti di coltura. Statolatria. (B), Quaderni del carcere..* Volume secondo. Quaderno 8..., 2007, p.1020-21.

⁶³⁶ GRAMSCI, §65 *Giornalismo (B). Quaderni del carcere*. Volume secondo, Quaderno 6..., 2007, p.734.

⁶³⁷ GRAMSCI, §127 *Machiavelli (B). Quaderni del carcere*. Volume primo. Quaderno 5..., 2007, p. 662

reflexões no sentido geral, capta-se a necessidade da formação de uma nova institucionalidade na sociedade civil na duríssima guerra de posição a ser travada mesmo estando no exercício do poder. É necessário derrotar o adversário por completo, não basta converter sua supremacia em sociedade política, deve-se cristalizar um novo senso comum e formular novas formas sociais capazes de desenvolver o potencial humano. Por isso, “o fim do Estado não implica nele a ideia – generosa, mas utópica – de uma sociedade sem governo”⁶³⁸ e, pode-se acrescentar, sem normatividade.

Este aspecto da teoria gramsciana é, absolutamente, negligenciado por grande parte dos “usos” de categorias isoladas, em especial no que se refere ao pensamento jurídico crítico. O *leitmotiv* da extinção da alienação política e jurídica é secundarizado por uma interpretação que transforma a condição de guerra total e capilarizada em programa de conquista gradual de posições pela via da legalidade, isto é, transformam uma das principais trincheiras do poder burguês – por vezes, possuindo uma tradição de cultura jurídica “autônoma” milenar – no campo privilegiado da luta política e social (postura representada pelos diversos reformismos jurídicos).

Mesmo uma força política recente, demarcada pela heterodoxia em seus discursos e estratégias, o partido espanhol *Podemos*, que se constitui mais como uma frente do que como um *Moderno Príncipe*, reconhece, apesar de sua imensa batalha na sociedade civil (novas mídias e o espaço tradicional do debate televisivo) para ascender a um espaço representativo na sociedade política, a importância de se lutar no campo político-jurídico por novos espaços de protagonismo dos subalternos, mas que esse é o terreno mapeado para a derrota de uma força insurgente.

O principal líder do *Podemos*, Pablo Iglesias, em reflexão publicada pouco após da criação do instrumento que se pretende como uma aglutinação dos movimentos sociais gerados pela grande crise social espanhola (15M), dialogando com o Gramsci dos escritos políticos e dos *Quaderni*, afirma que “é difícil não olhar a política como um jogo de xadrez já iniciado em que, a partir de determinadas regras, e embora as peças não estejam repartidas de forma equitativa, é preciso demonstrar habilidade e astúcia para jogar com os meios disponíveis”. No entanto, salienta que “jamais se deve perder

⁶³⁸ COUTINHO, *Gramsci...*, 2012, p.141.

de vista que os poderosos não renunciam a todos os seus privilégios quando são derrotados no tabuleiro de xadrez, mais sim quando caem no ringue de boxe”⁶³⁹.

Então, até essa força política tão camaleônica em seu modo de agir, na figura de seu secretário-geral, afirma a necessidade de se realizar a luta institucional, mas sem cair na ilusão jurídica que é logo resolvida pela violência legal ou ilegal. E, para além dos idealismos, ao falar especificamente sobre o direito, expõe: “a realidade demonstra que o que define o Estado [de Direito] como maior agente político é, pelo contrário, a sua capacidade de incumprimento (sic) das suas próprias leis”⁶⁴⁰. Em geral, tal desobediência ou é realizada com aberta tolerância dos órgãos jurídicos (como no caso das diversas expressões do fascismo) ou, ainda pior, constituída de forma deliberada pelo poder judiciário.

Nesse sentido, negar o reformismo jurídico ou o socialismo jurídico não significa rechaçar, de pronto, toda e qualquer articulação nas formas delineadas por Gramsci do direito. Tal passo seria, contraditoriamente, aderir a uma espécie de maximalismo jurídico, pois, ao realizar uma crítica radical ao direito muitas vezes correta inclusive, no plano da práxis, acaba-se por realizar uma purificação às avessas, retirando a possibilidade de uma práxis jurídica insurgente pelo fato de a disparidade de armas ser abissal. Evidentemente, uma estratégia ou tática particular às formas jurídicas não podem estar dissociadas de um projeto hegemônico geral de transformação sociedade. Ela deve ser parte constituinte, que, dependendo do contexto histórico nacional, pode assumir maior ou menor importância no processo de lutas sociais. Um esforço isolado de certos grupos ou mesmo de forma individual, para além do relevante valor quixotesco, levará a heroicas derrotas.

Dois importantes exemplos de movimentos jurídicos que se alinham com autonomia relativa e certa organicidade a projetos hegemônicos de transformação da sociedade é o *Uso Alternativo del Diritto* na Itália (a efervescência em torno do PCI) e o Movimento Direito Alternativo (o bloco social que se atrelava ao surgimento do Partido dos Trabalhadores). Além de, por óbvio, o MDA em grande medida tenha se inspirado no movimento italiano, ambas expressões tem muitos elementos coincidentes: são formados após a ruína de regimes autoritários que deixam seus escombros jurídicos;

⁶³⁹ IGLESIAS TURRIÓN, Pablo. **Disputar a Demoracia**. Política para Tempos de Crise. Lisboa: Bertrand Editora, 2015, p.36.

⁶⁴⁰ IGLESIAS TURRIÓN, **Disputar a Demoracia**. Política para Tempos de Crise..., 2015, p.45.

possuem uma pluralidade de concepções sobre os seus limites e alcances teóricos, embora o *Uso Alternativo* tenha uma clara vinculação com o marxismo e o MDA apenas parte de seus teóricos e militantes; por fim, como o transformismo sofrido pelos seus projetos hegemônicos gerais, transmutaram-se para teorias liberais.

Além desses elementos, outro ponto de convergência fundamental foi a influência gramsciana de Togliatti e Coutinho respectivamente. Deste modo, “a ideia de revolução armada para a tomada do poder, exportada pelos comunistas do Leste europeu, foi abandonada e, em seu lugar, optou-se por um resgate da teoria de Antonio Gramsci, principalmente por sua *tática* de guerra de posição”⁶⁴¹. Nas palavras de um dos grandes estudiosos e militantes do MDA, o “eurocomunismo adaptou-se às condições socioeconômicas locais, e como estratégia para chegar ao poder empenhou-se em conquistar posições não só na sociedade civil, mas também nas instituições estatais, aí se incluindo o Direito, ou o aparato jurídico oficial”⁶⁴².

Sobre o *uso alternativo del diritto*, conforme alerta Lédio Andrade, é fundamental esclarecer uma recepção curiosa feita no próprio seio do MDA, que não se trata de um concepção formulada por juízes e reduzida à uma alternativa no campo hermenêutico, como o próprio nome pode deixar a induzir. Na realidade, embora houvesse um protagonismo dos magistrados, foi um movimento mais amplo que teve abrangência também entre professores, advogados e estudantes, bem como adepto de um reformismo “forte”. Assim, “o uso alternativo do direito não significa a utilização dos métodos tradicionais, de técnicas de argumentação mais difundidas e valorizadas para ‘submeter o ordenamento a orientações políticas opostas’ as dominantes”. Ao contrário, nega-se a idealização de novas funções para instituições associadas às classes dirigentes e objetiva-se “devolver aos sujeitos reais a dignidade de protagonistas sem intermediários do acontecimento histórico que estão implicados [...] uma racionalidade que se amplia, em que os interlocutores já não são unicamente os juristas e juízes, senão também os cidadãos, os trabalhadores, os oprimidos: que um dos objetivos a realizar é o de promover novas práticas coletivas”⁶⁴³.

⁶⁴¹ ANDRADE, Lédio Rosa de. **Manual de Direito Alternativo**. São Paulo: Conceito Editorial, 2011, p.231.

⁶⁴² ANDRADE, **Manual de Direito Alternativo...**, 2011, p.231.

⁶⁴³ BARCELONA, Pietro; COTTURRI, Giuseppe. **El estado e los juristas**. Barcelona: Editorial Fontanella, 1976, p.262.

O *Uso Alternativo* produz uma cena política no âmbito jurídico de bastante ebulição e debates sobre as possibilidades do direito a partir de uma abordagem marxista. Realizam encontros acadêmicos para discutir a conjuntura jurídica, esboçavam tentativas de aproximação entre teoria e prática da crítica jurídica e, inclusive, elaboraram, em seus congressos, princípios e programas de ação.

Tal corrente teórico-política, para além do que ficou cristalizado em um senso comum teórico sobre o tema, não é a apenas um voluntarismo interpretativo a partir de uma ética dos oprimidos, mas debateu, profundamente, com a perspectiva de uma renovação do marxismo, a capacidade de intervenção na realidade jurídica no modo de produção capitalista. Desta forma, Cerroni argumenta que, “na verdade, cada instrumento político-jurídico é utilizável em sentido alternativo, mas somente desde que esteja clara a análise crítica materialista da totalidade dos mecanismos capitalistas que repousa sobre a apropriação privada de mais-valor”⁶⁴⁴.

Outro grande expoente da *Magistratura Democrática* italiana, que, mais a frente seria um dos líderes teóricos mais importantes de sua virada liberal, Luigi Ferrajoli considera que o programa central de “uma jurisprudência alternativa está em alcançar a consciência [...] que a justiça burguesa, para além da igualdade formal de tratamento, que é capaz de assegurar, é também uma *justiça de classe* que opera e consente uma desigualdade substancial da ordem social”⁶⁴⁵. Com seu enfoque mais voltado ao plano da interpretação, Ferrajoli que tanto no plano do conteúdo quanto no do método a técnica jurídica está entrelaçada, ineliminavelmente, com o conflito por hegemonia social. Por esta via, “assim como os juízes autodenominados apolíticos e independentes exercitam, através das suas múltiplas ligações com o poder, a hegemonia política e cultura da classe dominante, por sua vez, os juízes vinculados com as classes populares farão sentir a contraposição da hegemonia política e cultural das classe subalternas”⁶⁴⁶.

No interior do movimento, desde seus primeiros congressos, já se tinha consciência das contradições em assumir, em consonância com o projeto reformista do

⁶⁴⁴ CERRONI, Umberto. *Il problema della teorizzazione dell'interpretazione di classe del diritto borghese*. BARCELLONA, Pietro (Org.). **L'uso Alternativo del diritto**. I. Scienza giuridica e analisi marxista. Roma: Editori Laterza, 1973, p.12

⁶⁴⁵ FERRAJOLI, Luigi. *Magistratura democratica e l'esercizio alternativo della funzione giudiziaria*. BARCELLONA, Pietro (Org.). **L'uso Alternativo del diritto**. I. Scienza giuridica e analisi marxista. Roma: Editori Laterza, 1973, p.113.

⁶⁴⁶ FERRAJOLI, *Magistratura democratica e l'esercizio alternativo della funzione giudiziaria...*, 1973, p.122.

PCI, um reformismo jurídico. Na intersecção de um processo de socialização econômica via avanços democráticos na sociedade civil e sociedade política, Biagio de Giovanni via o reformismo jurídico como “um momento interno em direção a construção de uma relação entre democracia e a perspectiva do socialismo [...] um ponto de vista das classes subalternas”⁶⁴⁷. Contudo, em concreto, coloca na mesa os limites de tal concepção e rechaça uma visão triunfalista, ao advertir que “sabemos bem o tamanho das dificuldades que nos movemos, bem como o quanto é ampla a capacidade da formação econômica dominante de ‘dirigir’ as suas próprias contradições, sobretudo em um nível onde a história passada é toda ou quase toda de seu lado”⁶⁴⁸.

O movimento que girou em torno da concepção do *Uso Alternativo del Diritto* enterrou-se nos riscos de assumir o terreno do adversário enquanto o seu campo privilegiado de batalha, transformando uma condição defensiva e expansiva do adversário como o seu campo de ataque. Com o esmagamento da concepção eurocomunista, nada restou a não ser defender um programa mínimo garantista liberal contra os ataques do espectro fascista.

Por sua vez, o Movimento Direito Alternativo, especificamente no Brasil, assumiu um contorno mais multifacetado que sua inspiração italiana, reunindo profissionais de todos os campos do direito e das mais variadas posições ideológicas. No entanto, compartilha um elemento fundamental com o *uso alternativo del diritto*, que é condição para, realmente, fazer tremer as trincheiras adversárias, enquadrar-se numa tentativa de tradução de uma estratégia geral pós-redemocratização das esquerdas, em especial, as organizações que orbitam o Partido dos Trabalhadores. Não se trata, aqui, de analisar todas as especificidades ou analisar a pulverização desta relevante iniciativa no campo político brasileiro, mas tão somente escrever, breves linhas, sobre a utilização do pensamento gramsciano e a “formulação” de seu aparato categorial estratégico/tático por parte do movimento.

A primeira grande questão é a influência direta das categorias gramscianas através de um Gramsci interpretado por Carlos Nelson Coutinho. O importante gramsciano brasileiro era figura quase que permanente nos grandes congressos a respeito do Direito Alternativo. E, de sua relevante obra, extraiu-se a sua característica

⁶⁴⁷ GIOVANI, Biagio de. *Significato e limiti del 'riformismo' giuridico*. BARCELLONA, Pietro (Org.). **L'uso Alternativo del diritto**. I. Scienza giuridica e analisi marxista. Roma: Editori Laterza, 1973, p.266.

⁶⁴⁸ GIOVANI, *Significato e limiti del 'riformismo' giuridico...*, 1973, p.268.

mais questionável, que consiste em sua formulação política, isto é, a ideia de um Gramsci como o grande estrategista da guerra de posição enquanto um programa de reformas para o ocidente e sua análise concreta brasileira da democracia como valor universal. Por sua vez, o seu estudo sistemático do marxista sardo combinado com uma incrível criatividade filosófica derivada do seu vasto conhecimento sobre o que se está produzindo de mais avançado no marxismo mundial não teve tanta relevância.

Analisando, dois dos principais formuladores do MDA, o magistrado Amilton Bueno de Carvalho e o professor Edmundo Lima de Arruda Junior, ambos utilizam como categoria instrumental para articular a práxis jurídica a categoria de intelectual gramsciana. Nesse sentido, Arruda Junior, que possui estudos mais exaustivos sobre a obra de Gramsci, defende que o Direito Alternativo parte “da tipologia dos intelectuais proposta por Gramsci [...] pela identificação funcional dos intelectuais. Todos os homens são intelectuais mais nem todos desempenham a função de intelectuais. [...] Ela é complexa e conflitiva, pois os intelectuais concebem-se como autônomos nas suas atividades técnicas e sociais. Pois bem, os operadores jurídicos, magistrados, advogados, procuradores, auditores, fiscais, promotores de justiça, assistentes jurídicos, o pessoal da administração da justiça, todos, podem ser pensados como intelectuais”⁶⁴⁹. Por sua vez, embora não seja declaradamente um gramsciano, Carvalho opõe também um jurista tradicional a um jurista orgânico, sendo o primeiro alguém destinado a “a conservar o velho sistema de dominação, isto é: para conhecer e aplicar as normas ditadas pelos dominantes”, bem como o segundo “é deixar de ser mero agente reproduzidor de práticas consagradas. É criar novas soluções desmascarando injustiças”⁶⁵⁰.

O mais problemático é o resultado da teoria da práxis gerada por estas expropriações pela interpretação de Gramsci. O magistrado gaúcho, mais próximo da teologia da libertação do que do marxismo, propõe como horizonte utópico um jusnaturalismo de caminhada – uma espécie jusnaturalismo histórico de afirmação de direitos como uma “luta de destruição da lei para sua construção”⁶⁵¹. Já Edmundo, combinando Gramsci com autores liberais (“nossa opção por *Gramsci* não dispensa a interlocução com as contribuições presentes na teoria social atual, como a de Rawls e

⁶⁴⁹ ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de. **Direito Moderno e Mudança Social**. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 1997, p.61.

⁶⁵⁰ CARVALHO, Amilton Bueno de. **Magistratura e Direito Alternativo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1996, p.53-55.

⁶⁵¹ CARVALHO, **Magistratura e Direito Alternativo**..., 1996, p.54

Habermas”⁶⁵²) e aprofundando o traço reformista de Coutinho, embora traga alguns elementos ensaísticos interessantes na década de 90, acaba por formular um projeto de transição consensual/comunicativo de uma nova racionalidade jurídica no que denominou de “guerra de posição ampliada” – um Gramsci social-liberal. Mas, como a história se repete é como tragédia, igualmente paralela a ruína ideológica do PT, ambos os autores passaram a assumir posições próximas ao liberalismo e abertamente garantistas no campo da teoria e filosofia do direito.

É lugar comum afirmar que o Movimento Direito Alternativo teve grande influência na prática jurídica, mas pecou em suas formulações teóricas. Não parece ser o caso, ainda que se possa discordar das formulações de vários dos seus expoentes, possuem um impulso criativo inegável. A questão central é que o movimento, de fato, não possuía uma direção ou uma ideologia orgânica capaz de, realmente, articular em termos estratégicos a práxis jurídica. Notável que, talvez, uma das grandes contribuições teóricas do direito alternativo, isto é, o mapeamento tático das suas áreas de atuação continuem a reverberar na crítica jurídica até hoje (a tríade entre direito alternativo em sentido estrito/Instituinte Negado; positivismo de combate/Instituído Sonegado e Uso Alternativo do Direito/Instituído Relido).

Embora ambos os movimentos tenham fracassado, até porque os projetos que alimentavam o potencial transformador sucumbiram, a ousadia de pensar a resistência e o desbloqueio da política para passar a uma guerra de posição ofensiva não parece estar na agenda dos grandes partidos político à esquerda, tampouco no imediatismo dos movimentos sociais. E, não há dúvidas, que a esfera jurídica é um momento importantíssimo em contextos de derretimento da hegemonia em revoluções passivas, contrarreformas ou golpes de Estado (basta observar o caso venezuelano com o entrincheiramento do chavismo em seu Tribunal Supremo de Justiça e a atuação do Supremo Tribunal Federal brasileiro). Não basta resistir só na rua, deve-se, dentro dos limites impostos pela forma política e jurídica, também articular o cerco recíproco à classe dirigente.

Evidente que não trata de um m impulso politicista e voluntarista para fazer prevalecer no campo interpretativo e acadêmico os interesses subalternos, que se poderia denominar, na esteira das táticas presentes no arsenal gramsciano, de *arditismo jurídico*. Isto é, os *arditi* como agrupamentos táticos de elite, típicos da guerra de

⁶⁵² ARRUDA JUNIOR, **Direito Moderno e Mudança Social...**, 1997, p.147.

posição, pois são especializados em operações ousadas (uma vanguarda), mas que, se não acompanhada de um exército regular, caminharão para uma missão honrada e suicida. No direito, talvez, nada defina melhor as tentativas da teoria crítica marxista do direito atual, que uma postura de *arditi* sem exército regular.

Pensar o direito em Gramsci, provavelmente, exija outros contrapontos aqui não esmiuçados ou mesmo a formulação original de uma grande tradução latino-americana a respeito dos contornos da relação desigual entre as diversas formas jurídicas. Entre tantos impasses, apenas uma certeza no que tange ao desenvolvimento de uma relação orgânica entre teoria e prática nas críticas marxistas ao direito: urge superar o “equilíbrio catastrófico” entre reformismo jurídico e maximalismo jurídico.

Conclusão

Contra o Reformismo e o Maximalismo Jurídico

Desde seus escritos políticos, Gramsci sempre navegou na contracorrente, embora não fosse ainda uma figura proeminente no Partido Socialista Italiano, fato que só ocorrera anos depois, sentia um grande estranhamento com as duas tendências principais da organização: sobre os reformistas, pensava que, embora representassem um programa gradual de conquista de direitos e, junto aos sindicatos, melhoras nas condições de trabalho, tornavam-se alicerces da ordem ao não apreender o caráter contraditório e o terreno minado do fetiche da legalidade; por sua vez, em relação aos maximalistas, compartilhava sua leitura radical da sociedade no plano teórico, mas não estava de acordo com uma espécie de fatalismo revolucionário, que expressava uma impotência no campo da práxis política, reverberando, muitas vezes, em purismo ou abstencionismo.

Este dualismo paralisante das forças sociais que buscam projetar um processo revolucionário socialista, em que pese suas diferenças no campo tático, pode ser traduzido perfeitamente para o estado da arte das teorias críticas do direito ou mesmo críticas do direito – como preferam se denominar. Há, sem dúvida, um potente instrumental marxista, em especial de matriz pachukaniana, para analisar a especificidade da forma jurídica na sociedade capitalista – trabalhos riquíssimos em desenvolver elementos embrionários do jurista soviético –, mas que são profundamente incapazes de formular uma estratégia específica ou mesmo táticas para resistir na práxis jurídica à pulverização do programa mínimo – tal como denominara Gramsci em seus escritos políticos. Por outro lado, quando ainda são reformistas por convicção – é bom que se diga, no atual contexto, um reformismo consequente aproxima-se, figurativamente, quase de um bolchevismo –, como as condições objetivas não permitem, batalham pela manutenção de direitos liberais: o programa mínimo converte-se em programa máximo. E, do ponto de vista teórico, ruminam a tradição eurocomunista europeia em ruínas ou se fascinam com um “novo” constitucionalismo latino-americano. Isto, ainda, quando não se reduzem a liberais progressistas.

É claro que este estudo não supera tal contradição subjetiva no âmbito da crítica jurídica, nem poderia ter essa pretensão, até porque não se tratam de ideologias arbitrárias, mas são expressões (respostas/sobrevivências) dos escombros das teorias críticas do direito da década de 1980-1990. Na verdade, é reler Gramsci que desafia a constituir um pensar em movimento capaz de analisar a materialidade do poder e, simultaneamente, projetar uma práxis político-jurídica realista e eficaz para intervir nas situações concretas decisivamente de maneira orgânica. De modo algum, é suficiente, tendo claro o terreno de uma crítica marxista do direito, formular uma refinada teoria que vai à gênese dos fenômenos na sociedade capitalista, mas que se estendem como consequência teórica a um imobilismo ou na impossibilidade de se construir, pelo menos, formas orgânicas de resistir dentro da esfera jurídica – uma práxis meramente reativa. Igualmente, um voluntarismo bem intencionado, um praxismo dissociado de uma crítica social sólida e correta, por vezes até antiteórico, leva a derrotas retumbantes. Como já se afirmou no decorrer do trabalho, o maximalismo jurídico soa como doença infantil do legalismo reformista, bem como um reformismo *tout court* de conquista de posições lentas na sociedade política representa uma doença senil do maximalismo.

Por isso, neste período brasileiro em que as manobras jurídicas, em aparência, apresentam-se de maneira errática e a liturgia, que conferia certa legitimidade pelo procedimento, é substituída por uma pornochanchada, deve-se fazer um monumental esforço teórico para compreender os seus nexos hegemônicos mais profundos, não caindo na retórica vazia de uma denuncia da exceção. Então, retornar a Gramsci, para captar os elementos sua teoria geral da hegemonia, particularmente, em sua relação com as formas do direito, pode trazer contribuições, se bem traduzidas, mesmo que limitadas, para análise concreta e formulação de uma estratégia para a esfera jurídica no tempo presente.

Para trilhar esse caminho, curiosamente, muito pouco pisado, da questão do direito em Gramsci, teve-se que enfrentar um primeiro grande desafio: como e a partir de qual método ler os textos caracterizados pela fragmentação em toda sua trajetória? A primeira grande opção foi alargar o objeto de estudo para além dos *Quaderni* e fazer uma leitura cuidadosa também de seus escritos políticos. Mas analisar as coisas como um todo não significa ser capaz de analisá-las enquanto totalidade. Deste modo, pelo menos no que se refere ao direito, atentou-se ao método genético-diacrônico, tomando

as datações propostas por Giuseppe Cospito à Edição Nacional, combinando, com certa “indisciplina”, à lógica do contraponto delineada por Giorgio Baratta.

Mesmo com estas ferramentas hermenêuticas, interpretar o pensamento de Gramsci não consiste em exercício metodológico técnico de reconstituição conceitual, até porque o texto, sobretudo na forma e conteúdo polifônico que ele se organiza, tem uma elasticidade de significações possíveis em seus diversos contextos históricos. Evidente, não se trata aqui de defender uma expropriação e um uso desordenado das categorias gramscianas, mas, para o marxismo, a grande potência de uma ideologia é a capacidade de se adequar a diferentes momentos e culturas, traduzindo, em sua filologia viva, a mensagem revolucionária de origem.

O ponto é que percorrer o itinerário de sua teoria da hegemonia implicou num posicionamento político interpretativo constante do início ao fim do texto. Um equilibrista sentiria náuseas no marejar de seus artigos e notas. E, certamente, a posição central que se desdobra em todos os argumentos secundários é que o marxismo gramsciano é, profundamente, revolucionário e seu *leitmotiv*, com e para além de Lenin, está no imperativo de engendrar meios para derrotar a classe dirigente que impõe hegemonicamente uma condição de exploração aos trabalhadores do mundo. Mas Gramsci complexifica as categorias analíticas, formando um verdadeiro arsenal, que permite compreender uma nova morfologia social acentuada, especialmente, com a vitória da revolução de outubro de 1917.

Tal mudança já era visualizada enquanto estratégia política desde sua “contraditória formação juvenil”, observou-se que, nos escritos políticos gramscianos, estava presente, mesmo que o significante ainda não houvesse aparecido propriamente, a teoria social de uma estrutura de poder, onde a classe dirigente exercia seu predomínio através de uma combinação entre produção de consensos e violência. E, portanto, derrotar a organização repressiva não era o bastante, a “guerra” revolucionária também se travava no ambiente cultural. Sem impor uma vitória expressiva no campo ideológico ao adversário, inclusive assimilando extratos não orgânicos de seu projeto, o terreno da contrarrevolução ou reação estaria semeado.

A partir desta constatação com a grande derrota no cenário europeu e o assustador avanço do subversivismo reacionário fascista, Gramsci resta encarcerado e lá, apesar de todas as mazelas de sua condição de saúde e trabalho, produz a obra de sua vida, *Os Cadernos do Cárcere*. Nos *Quaderni*, de fato, passo a passo, a teoria da

hegemonia, aumentando sua capilaridade de conceitos e transcendendo o cenário italiano, assume ares “generalistas” (Gerratana) e constitui-se enquanto uma autêntica teoria materialista do poder (Liguori). Em sentido geral, tal como intuiu Coutinho em sua complementaridade com a obra última de Lukács, formula uma potente Ontologia materialista da práxis que faltava ao marxista húngaro.

Ao adentrar no arsenal de categorias de Gramsci, pretendeu-se demarcar de modo bastante insistente que, embora as grandes inovações teóricas gramscianas venham do espectro político realmente, Gramsci fincava-se nos marcos da crítica da economia política marxiana, inclusive, trabalhando a partir de um conceito, deduzível dos textos de Marx, de mercado determinado. Assim, em sua economia crítica, ressalta o papel da projeção política também no cenário das relações de produção e intenta solucionar os determinismos provocados pela vulgata marxista a partir das linhas presentes no *Prefácio de 1859* – o fatalismo da metáfora arquitetônica entre base e superestrutura – a partir do conceito de bloco histórico. Tal categoria não representa um cenário necessário de aliança de classes para um socialismo democrático, mas uma ressignificação teórica de como compreender a totalidade das relações sociais – sociedade econômica-política-civil – de um contexto singular.

É no interior da noção de bloco histórico, a partir de uma transfiguração do conceito de intelectual como o mediador da relação entre governante-governado e dominante-dominado, que o marxista sardo empreende o alargamento de sua noção de Estado, englobando também a denominada sociedade civil. Contudo, mais uma vez urge ressaltar, que se tratam de distinções metodológicas (no plano da teoria do conhecimento), abstrações para melhor se aproximar da realidade, e não separações do ponto de vista ontológico. Dito isto, rechaçou-se qualquer abordagem dicotômica, produzindo uma dualidade nociva para a práxis política entre Estado em sentido (r)estrito – aparato governativo-coercitivo, força e dominação – e Sociedade Civil – aparato “privados” de hegemonia, consenso e hegemonia. Some-se a este esquematismo, a noção antidualética de uma forma de Estado típica do Oriente (Estado forte, sociedade civil gelatinosa, dominação e guerra de movimento) e outra característica do Ocidente (Estado como último bastião, sociedade civil complexa, hegemonia e guerra de posição).

A ampliação do Estado, para Gramsci, não se configura como um fenômeno positivo de aumento da democracia e que, portanto, possibilitaria entoar a guerra de

posição como um programa de reformas graduais ao socialismo pela construção progressiva da hegemonia na sociedade civil. Na verdade, a ampliação do Estado significaria uma resposta morfológica do poder hegemônico à tomada de assalto ao poder pelas revoluções e rebeliões proletárias, tornando o aparato de governo e coerção apenas a última casamata de defesa. Ocorre, utilizando-se da metáfora militar da grande guerra imperialista, uma rotação na estratégia social de supremacia de classe através do “entrincheiramento” do exercício da hegemonia nos espaços antes não associados ao Estado (escola, igrejas, imprensa, associações, etc.), de modo que a tomada violenta do aparato do Estado em sentido (r)estrito seja uma possibilidade mais distante, contudo, mesmo que aconteça, terá uma eficácia muito limitada.

A guerra de posição no Estado Integral, portanto, não é o território do ápice das conquistas legais e democráticas do proletariado, mas, conforme Frosini, o culminar do acirramento da luta de classes e a construção de uma forma de guerra total e capilarizada das classes dirigentes instituídas, dependendo da conjuntura, via revolução passiva ou períodos de contrarreforma. Neste cenário de guerra total, não há exclusividade ou delimitação de certas expressões do exercício do poder em cada espaço de mediação social do Estado, isto é, na sociedade política predomina a dominação, contudo também em seus espaços institucionais também se concentra a produção de consensos e, por sua vez, na sociedade civil, com seus aparatos “privados” de hegemonia, sem dúvida é o lugar privilegiado da luta ideológica, porém, no próprio momento histórico em que o marxista sardo atuou, o grande motor da violência fascista estava nas milícias privadas. Mas é claro que estes lugares do conflito não são isentos de contradição e possibilidades para a insurgência de caráter nacional-popular ou mesmo socialista. Cabe ao proletariado organizar novas estratégias nesta guerra de cerco recíproco para confrontar-se nas trincheiras inimigas e consolidar as suas, bem como, no limite, desbloquear totalmente os dispositivos da guerra de posição imposta pelas classes dirigentes e colocar a história em movimento.

Nesse sentido, situar-se em um contexto de guerra de posição não é uma escolha, mas uma imposição com regulações cada vez mais alienadas dos processos políticos e de reivindicação social. Aqui, deste modo, chega-se à problemática pouco explorada do redimensionamento e funcionalidade exercida pelo direito no interior dessa mudança morfológica da conjuntura.

Há uma preocupação que não é residual sobre o direito no itinerário da teoria geral da hegemonia de Gramsci. Pôde-se observar que desde os seus primeiros escritos políticos a representação da batalha política entre reformistas e maximalistas era traduzida para o campo do delineamento de uma proposta teórica e prática a respeito da forma jurídica. Os textos de intervenção imediata, embora estejam destinados a intervir na conjuntura, são ricos em elementos criativos, que guardarão marca em sua polifônica composição dos *Quaderni*.

Em qualquer estratégia política revolucionária que se assuma enquanto correta para conquistar hegemonia, definitivamente, de uma forma outra, passará por uma relação intensa com o fenômeno jurídico (uma negação completa, uma suprassunção, um uso tático, o único caminho adequado, etc.). E, com Gramsci, não foi diferente, pois, num primeiro momento vê a possibilidade de, em aliança com setores liberais progressistas, defender um programa mínimo, mas com o horizonte de construção político-cultural de um programa máximo socialista – já ensaiando uma posição de superação da falsa dualidade entre reformistas e maximalistas. Por sua vez, no período do Biênio Vermelho, com a deterioração do próprio programa mínimo e com o impacto causado pela revolução russa, o marxista sardo põe em ação uma intensa batalha cultural para instituir uma dinâmica de assalto ao poder pela via “soviética”, delineando um confronto entre uma legalidade industrial e uma legalidade proletária (ou falava em apenas na negação da legalidade burguesa). Por fim, com a impactante derrota do levante operário, começa a teorizar a respeito dos alcances e limites da (i)legalidade, não fetichizando, como diria Lukács, nem um “romantismo da ilegalidade”, muito idealizando um “cretinismo da legalidade”. Gramsci, então, acaba por fazer uma distinção muito interessante entre a legalidade formal (instituída via norma estatal) e a legalidade substancial (estruturada nos interesses comuns da classe dirigente), que implica em dizer que a primeira pode ser suspensa a qualquer momento em caso de perigo à destruição da legalidade, verdadeiramente, dominante.

Compreender esta trajetória é, absolutamente, fundamental para ser capaz de extrair do, igualmente, fragmentado texto dos *Quaderni* toda sua potencialidade crítica e revolucionária. Pois, no período pré-carcerário, já aparece um ensaio geral da formulação em contraponto (para além de outras esboçadas) que se assumiu enquanto chave de leitura central pra compreender o direito nos *Cadernos*: a consonância com a

dialética das formas do direito de Stutchka (forma concreta/ legalidade industrial, forma abstrata I/legalidade formal e forma abstrata II/legalidade substancial).

Por esta via, ao compreender o direito em contraponto com a teoria marxista do direito de Stutchka, foi possível apreender em todas as suas potencialidades o desdobramento do caráter analítico destas três formas no desenvolvimento da teoria geral da hegemonia de Gramsci nos *Quaderni* em um grau de complexidade e “sistematização” muito maior que nos escritos anteriores.

O ponto central foi avaliar o significado do conceito de direito ampliado descrito por Gramsci de um modo bastante instável conceitualmente. Para tanto, como pressuposto, antes de entrar em suas formas específicas, esmiuçou-se duas grandes características gerais do direito em sua totalidade: constituir através de suas formas específicas um conformismo social (ativo ou passivo) dos subalternos em relação a sua condição de vida e compreender que a ampliação do direito, operada através de um diálogo tangente com o institucionalismo de Santi Romano, significa alargar a zona de influência das formas do direito compostas pela classe dirigente, hegemonizando outras formas de normatividade social presentes na sociedade civil.

Do ponto de vista da especificidade de suas formas, Gramsci aprofunda os ganchos delineados no período de seus escritos políticos. Em sua forma concreta estruturada em torno do desenvolvimento da sociedade econômica, o marxista sardo associa o papel da forma jurídica como um afiançador e mesmo formador de arranjos de mercados historicamente determinados e em sua capacidade de conformar uma subjetividade operária para o desenvolvimento industrial. O outro momento, mais tradicional, embora negando uma concepção normativista, considera um dos fatores centrais do mundo jurídico a sua expressão enquanto norma emanada pelo Estado, que não se expressa somente como um momento repressivo, mas produção de consensos na manipulação do conflito via a transmutação de lutas sociais em lutas jurídicas. A última de suas formas, talvez a mais germinal em elementos criativos, é a sua face ideológica, em que Gramsci compreende a coexistência de formas ideológicas do direito em disputa hegemônica na sociedade civil e sociedade política pela hegemonia da regulação dos conflitos em uma sociedade. Todas as três formas compõe a organicidade de um direito ampliado, sendo que, em diferentes contextos, uma destas pode assumir a função de momento predominante (*pivots* como diria Stutchka).

A respeito da práxis jurídica ressaltou-se uma característica decisiva, mas, profundamente esquecida em suas análises: a defesa da historicidade e finitude da sociedade política e seu aparato governativo-coercitivo. Portanto, o marxista sardo, do mesmo modo que a crítica do direito mais radical defende, igualmente, a extinção da forma jurídico-política abertamente. Agora, isso não implica em relegar a práxis jurídica a um momento secundário, isto é, em seus diferentes contextos, o proletariado tem que ser capaz de articular estratégias de resistência e de transposição de uma guerra de posição defensiva para um momento ofensivo. Não se está aqui, a sustentar que a alternativa virá dos gabinetes universitários sem massa – o que se denominou de arditismo jurídico –, trata-se de um trabalho coletivo, que necessita estar envolvido em um intelectual coletivo, um Moderno Príncipe. Um organismo partidário – de novo tipo? – capaz de destravar o equilíbrio catastrófico das análises marxistas do direito entre reformismo e maximalismo jurídico.

Referências

- ANDERSON, Perry. *As antinomias de Gramsci*. In: **Afinidades Seletivas**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ANDRADE, Lédio Rosa de. **Manual de Direito Alternativo**. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de. **Direito Moderno e Mudança Social**. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 1997.
- BADANOLI, Nicola. *Liberdade Individual e Homem Coletivo em Antonio Gramsci*. INSTITUTO GRAMSCI. **Política e História em Gramsci**. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BALIBAR, Étienne. **A filosofia de Marx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- BARATTA, Giorgio. **Antonio Gramsci em contraponto**: diálogos com o presente. São Paulo: Unesp, 2011.
- BARATTA, Giorgio. **As rosas e os Cadernos** – o pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BARCELONA, Pietro; COTTURRI, Giuseppe. **El estado e los juristas**. Barcelona: Editorial Fontanella, 1976.
- BENSAÏD, Daniel. **Os irreduzíveis**: teoremas de resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2002.
- BERGAMI, Giancarlo. **Il Gramsci di Togliatti e l'altro**: l'autocritica del comunismo italiano. Firenze: Le Monnier, 1991.
- BERLINGER, Enrico. *Alianças Sociais e alinhamentos políticos*. BERLINGER, Enrico; BUFALINI, Paolo; CECCHI, Otanno. **O Compromisso Histórico**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.
- BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci**: Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008.
- BIANCHI, Alvaro. **Arqueomarxismo**: comentários sobre o pensamento socialista. São Paulo: Alameda, 2013.

BIANCHI, Álvaro. Revolução passiva: o futuro do pretérito, **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n.23, p. 34-57, 2006.

BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Vol. 1. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005.

BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Vol. 2. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2006.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BOBBIO, Norberto. *Existe uma doutrina marxista do Estado?* In: BOBBIO, Norberto; BOFFA, Massimo; CERRONI, Umberto; et al. **O Marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

BOBBIO, Norberto. *Quais as alternativas para a democracia representativa?* In: BOBBIO, Norberto; BOFFA, Massimo; CERRONI, Umberto; et al. **O Marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

BOBBIO, Norberto. *Marx e a teoria do direito*. In: **Nem com Marx, nem contra Marx**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

BOOTHMAN, Derek. *Traduzione e traducibilità*. In: FROSINI, Fabio; LIGUORI, Guido (coord.). **Le parole di Gramsci**: per um lessico del Quaderni del carcere. Roma: Carocci, 2004.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

BUCCI-GLUCKMANN, Christine. **Gramsci e o Estado**: por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARVALHO, Amilton Bueno de. **Magistratura e Direito Alternativo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1996.

CERRONI, Umberto. **O Pensamento Jurídico Soviético**. Lisboa: Europa-America, 1976.

CERRONI, Umberto. *Il problema della teorizzazione dell'interpretazione di classe del diritto borghese*. BARCELLONA, Pietro (Org.). **L'uso Alternativo del diritto**. I. Scienza giuridica e analisi marxista. Roma: Editori Laterza, 1973.

CLAUDIN, Fernando. **Eurocomunismo y Socialismo**. Madrid: Siglo XXI, 1977.

CLEMENTE, Pietro. *Per Giorgio Baratta. Prove d'orchestra*. **LARES** – Rivista quadrimestrale di studi demoetnoantropologici, Firenze, n.3, anno. LXXVII, p.445-458, 2011.

COSPITO, Giuseppe. *Egemonia*. In: FROSINI, Fabio; LIGUORI, Guido (coord.). **Le parole di Gramsci**: per um lessico del Quaderni del carcere. Roma: Carocci, 2004.

COSPITO, Giuseppe. *Estructura y Superestructura. Un intento de lectura diacrónica de los cuadernos de la cárcel*. **Cinta de Moebio**. Revista de Epistemología de Ciencias Sociales, No. 10, 2001, p.58-63.

COSPITO, Giuseppe. *L'Edizione Nazionale dei Quaderni del Carcere*. **Laboratoire italien**, n.18, 2016. Disponível em: <http://laboratoireitalien.revues.org/1049> . Acesso em: 3 Out. de 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Introdução*. In: GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Introdução*. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Os conceitos políticos de Gramsci segundo Valentino Gerratana*. In: **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: ensaio sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008.

DEL ROIO, Marcos. **Os prismas de Gramsci**: a fórmula política da frente única (1919-1936). São Paulo: Xamã, 2005.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim**. A construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Hegemonia: racionalidade que se faz história*. DIAS, Edmundo Fernandes et alli. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xama, 1996.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos*. DIAS, Edmundo Fernandes et alli. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xama, 1996.

DI BIAGIO, Anna. *Hegemonia Leninista, Hegemonia Gramsciana*. In: AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio; VACCA, Giuseppe (Orgs.). **Gramsci no seu tempo**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

DOSSE, François. O traje do presidente Braudel. In: LOPES, Marco Antônio. **Fernand Braudel**: tempo e história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EDELMAN, Bernard. **La légalisation de la classe ouvrière**. Tome 1: Enterprise. Paris: Christian Bourgois Editeur, 1978.

FERRAJOLI, Luigi. *Magistratura democratica e l'esercizio alternativo della funzione giudiziaria*. BARCELLONA, Pietro (Org.). **L'uso Alternativo del diritto**. I. Scienza giuridica e analisi marxista. Roma: Editori Laterza, 1973.

FERNÁNDEZ BUEY, Francisco. Gramsci no mundo de hoje. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIORI, Giuseppe. **A vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRANCIONI, Gianni. **L'Officina gramsciana**: ipotesi sulla struttura dei "Quaderni del carcere". Napoli: Bibliopolis, 1984.

FRANCIONI, Gianni. Como lavorava Gramsci. In: GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere - Edizione Anastatica dei Manoscritti**. A cura de Gianni Francioni. V.1. Cagliari: L'Unione Sarda, 2009.

FRANCIONI, Gianni. *Lectura diacrónica de los «Cuadernos de la cárcel» de Gramsci*, **Memoria**, (México), n. 102, agosto 1997, pp. 41-49.

FROSINI, Fabio. **Gramsci e la filosofia**: saggio sui Quaderni del cárcere. Roma: Carocci, 2003.

FROSINI, Fabio. *Hacia una teoría da hegemonia*. In: MODONESI, Massimo (Coord.). **Horizontes Gramscianos**. Estudios en torno al pensamiento de Antonio Gramsci. Mexico: UNAM, 2013.

FROSINI, Fabio. *De la mobilisation au contrôle : les formes de l'hégémonie dans les Cahiers de prison de Gramsci*, **Mélanges de l'École française de Rome - Italie et Méditerranée modernes et contemporaines**, 128, n. 2, 2016, pp. 1-15.

FROSINI, Fabio. *La "filosofia della praxis" nei Quaderni del Carcere di Antonio Gramsci*. **Isonomia**. Rivista de Filosofia, Urbino, 2002.

FROSINI, Fabio. *Egemonia. La rivoluzione che viene* – Concetti marxisti messi alla prova del presente. Libera Università Metropolitana (LUM), Roma, 7 dez. 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/2388482/Egemonia>. Acesso em: 3 Out. de 2016.

FROSINI, Fabio. *Sulla "traducibilità" nei "Quaderni" di Gramsci*, **Critica marxista**, 6, pp. 29-38, 2003.

FROSINI, Fabio. *As rosas e os Cadernos em contraponto*. In: BARATTA, Giorgio. **Antonio Gramsci em contraponto**: diálogos com o presente. São Paulo: Unesp, 2011.

FROSINI, Fabio. **Quaderno 6 e Quaderno 7**. Seminario sulla Storia dei Quaderni Del Carcere. International Gramsci Society (IGS), Itália, 4 jul. 2014.

https://www.academia.edu/9179412/International_Gramsci_Society__Italia._Seminario_sulla_storia_dei_Quaderni_del_carcere_di_Antonio_Gramsci_Quaderno_6_e_Quaderno_7. Acesso em: 3 Out. de 2016.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

FURTER, Pierre. **Dialética da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GERMINO, Dante. Interpretando Gramsci. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GERRATANA, Valentino. **Gramsci**. Problemi di metodo. Roma: Riuniti, 1997.

GERRATANA, Valentino. Prefazione. In: GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Volume primo. Turim: Giulio Einaudi, 2007.

GIOVANI, Biagio de. *Significato e limiti del 'riformismo' giuridico*. BARCELLONA, Pietro (Org.). **L'uso Alternativo del diritto**. I. Scienza giuridica e analisi marxista. Roma: Editori Laterza, 1973.

GUZZONE, Giuliano. **Il problema scientifico dell'economia nel pensiero di Antonio Gramsci** (1916-1933). 300 p., Tese. Dipartimento di Filosofia. Università di Pisa. Pisa. 2015.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

IGLESIAS TURRIÓN, Pablo. **Disputar a Demoracia**. Política para Tempos de Crise. Lisboa: Bertrand Editora, 2015.

JIMÉNEZ DE ASÚA, Luis. **Derecho Penal Sovietico**. Buenos Aires: TEA, 1947.

KANOUSI, Dora; MENA, Javier. **La revolución pasiva: una lectura a los Cuadernos de la Cárcel**. México D.F.: Universidad Autónoma de Puebla, 1985.

KRÄTKE, Michael R. Gramsci and the Renewal of the Critique of Political Economy. **Historical Materialism**. Disponível em: <http://www.marxforschung.de/docs/080101kraetke.pdf>. Acesso em: 3 Out. de 2016.

KRATKE, Michael. *Antonio Gramsci's Contribution to a Critical Economics*. In: **Historical Materialism**, Vol. 19, No. 3, nov de 2011, p. 63-105.

GARCÍA LINERA, Álvaro. **Discurso de Aceptación del Doctorado Honoris Causa en la La Universidad Nacional de Cuyo**. Realizando em Mendoza (AR) durante o

dia 27 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.universidad.com.ar/upload/discurso-de-acceptacion-del-doctorado-honoris-causa-de-alvaro-garcia-lineral.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

IHERING, Rudolf von. **A luta pelo direito**. São Paulo: Forense, 2006.

KOHAN, Néstor. *Gramsci e Marx: hegemonia e poder na teoria marxista*. **Revista Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, vol.10, 1 semestre de 2007, pp.15-70.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LENIN, V.I. *Democracia Obrera y Democracia Burguesa*. In: **Obras Escogidas en Doce Tomos**. Tomo II (1902-1905). Moscou: Editorial Progreso, 1975.

LENIN, V.I. *Dos Tacticas de la Socialdemocracia en la Revolucion Democratica*. In: **Obras Escogidas en Doce Tomos**. Tomo III (1905-1912). Moscou: Editorial Progreso, 1976.

LENIN, V.I. *Sobre los sindicatos, el momento actual y los errores del camarada Trotski*. In: **Obras Escogidas en Doce Tomos**. Tomo XI (1920-1921). Moscou: Editorial Progreso, 1973.

LENINE, Vladimir Ilich. Sobre a dualidade poderes. In: LENINE, Vladimir Ilich. **Obras escolhidas** (V.2). São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

LENIN, V. I.. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LIGUORI, Guido. **Genesi e struttura dei Quaderni del carcere di Gramsci**. Seminario dell'8 ottobre 2013. Laboratorio permanente di studi gramsciani dell'Unical. Disponível em: <https://laboratoriogramscianounical.files.wordpress.com/2013/11/genesi-e-struttura-dei-quaderni-del-carcere-di-gramsci-g-liguori.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

LIGUORI, Guido. *Los estudios gramscianos hoy*. In: MODONESI, Massimo (Coord.). **Horizontes Gramscianos**. Estudios en torno al pensamiento de Antonio Gramsci. Mexico: UNAM, 2013.

LYRA FILHO, Roberto. **Razões de Defesa do Direito**. Brasília: Editora Obreira, 1981.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LYRA FILHO, Roberto. **Para um direito sem dogmas**. Porto Alegre: Fabris, 1980.

LOSURDO, Domenico. **Antonio Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, Georg. *Legalidade e Ilegalidade*. In: **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, György. **Lenin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARCUSE, Hebert. **Soviet Marxism**: a critical analysis. New York: Columbia, 1969.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2001.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARK, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (GRUNDRISSE) 1857~1858**. I, II e III. México: Siglo XXI, 2007

MELLO, Eduardo Granzotto. *Entre a pequena e a grande política: a cidadania a partir de Gramsci*. **Petardo**: Anuário Pet, v. 1, p. 67-95, 2006.

MÉSZÁROS, Istvan. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MORDENTI, Raul. **“Quaderni dal Carcere” di Antonio Gramsci**. Torino: Einaudi, 1996.

NATOLI, Claudio. *Grande Guerra e Renovação do Socialismo nos Escritos do Jovem Gramsci (1914-1918)*. In: AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio; VACCA, Giuseppe (Orgs.). **Gramsci no seu tempo**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

NEGRI, Antonio. **O poder constituinte**: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro : DP&A Editora, 2002.

OCTAVIANI, Alessandro. **Hegemonia e Direito: uma reconstrução do conceito de Gramsci**. 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade De São Paulo, São Paulo, 2005.

PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovitch. Teoria geral do direito e marxismo. São Paulo: Academica, 1988.

PIOTTE, Jean Marc. **La pensee politique de Gramsci**. Paris: Anthropos, 1970.

PONS, Silvio. *O Grupo Dirigente do PCI e a “Questão Russa” (1924-1926)*. In: AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luiz Sérgio; VACCA, Giuseppe (Orgs.). **Gramsci no seu tempo**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p.169.

PORTANTIERO, Juan Carlos. **Los usos de Gramsci**. Mexico D.F.: Folios, 1981.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Rukovodyashchiye Nachala Po Ugolovnomu Pravu R.S.F.S.R. Disponível em: <<http://pravo.levonevsky.org/baza/soviet/sssr7311.htm>>. Data de acesso: 15 de jul. de 2016.

RAGAZZINI, Dario. **Leonardo nella società di massa**: teoria della personalità in Gramsci. Bergamo: Moretti Honegger, 2002.

ROMANO, Santi. **O Ordenamento Jurídico**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SAID, Edward. **Culture and Imperialism**. New York: Vintage Books, 1994.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. Bueno Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Justiça popular, dualidade de poderes e estratégia socialista*. In: FARIA, José Eduardo (org.). **Direito e Justiça**. São Paulo, Ática, 1989.

SASSOON, Anne Showstack. **Gramsci's politics**. Minneapolis: University of Minnesota, 1987.

SANTUCCI, Antonio. **Antonio Gramsci 1891-1937**: guida al pensiero e agli scritti. Roma: Riuniti, 1987.

SCHLESENER, Anita Helena. **Revolução e Cultura em Gramsci**. Curitiba: Ed.UFPR, 2002.

- SCHLESENER, Anita Helena. **Antonio Gramsci e a Política Italiana**: pensamento, polêmicas, interpretação. Curitiba: UTP, 2005.
- SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e Cultura**: Gramsci. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.
- SCHLESENER, Anita Helena. *Algumas considerações sobre a linguagem em Gramsci*. **Textos SEAF**, Curitiba, vol.4, p.7-13, 1983.
- SCHMITT, Carl. **Teología Política**. Madrid: Trota, 2009.
- STUCKA, Pëtr. **Direito e Luta de Classes**: teoria geral do direito. São Paulo: Academica, 1988.
- STUCKA, Pëtr. Il cosiddetto diritto sovietico. In: **La Funzione Rivoluzionaria del Diritto e dello Stato e Altri Scritti**. Torino: Einaudi, 1967.
- STUCKA, Pëtr. *Tre fasi del diritto sovietico*. In: **La Funzione Rivoluzionaria del Diritto e dello Stato e Altri Scritti**. Torino: Einaudi, 1967.
- STUTCHKA, Piotr. **Direito de Classe e Revolução Socialista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2001.
- TEXIER, Jacques. *Gramsci, theoretician of the superstructures*. In: MOUFFE, Chantal (edit.). **Gramsci and Marxist Theory**. London: Routledge, 1979.
- THOMAS, Peter. **The Gramscian Moment**: philosophy, hegemony and marxism. Leiden: Boston: Brill, 2009.
- TOGLIATTI, Palmiro. *Antonio Gramsci capo della classe operaia italiana*. In: **Scritti sur Gramsci**: a cura di Guido Liguori. Roma: Riuniti, 2001.
- TOGLIATTI, Palmiro apud COUTINHO, Carlos Nelson. *Introdução*. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- TOGLIATTI, Palmiro. **Antonio Gramsci**. Lisboa: Seara Nova, 1975.
- TOGLIATTI, Palmiro. A política de unidade nacional dos comunistas. In: **Socialismo e Democracia**. Obras Escolhidas (1944-1964). Rio de Janeiro: Muro, 1980.
- TOGLIATTI, Palmiro. **O caminho italiano para o socialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- TROMBETTI, Gustavo Apud FRANCIONI, Gianni. Como lavorava Gramsci. In: GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere - Edizione Anastatica dei Manoscritti**. A cura de Gianni Francioni. V.1. Cagliari: L'Unione Sarda, 2009.
- VACCA, Giuseppe. *Discorrendo sobre socialismo e democracia*. BOBBIO, Norberto. *Existe uma doutrina marxista do Estado?* In: BOBBIO, Norberto; BOFFA, Massimo;

CERRONI, Umberto; et al. **O Marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Obras de Gramsci:

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Volume primo. Quaderni I-5 (1929-1932). Turim: Giulio Einaudi, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Volume secondo. Quaderni 6-II (1930-1933). Turim: Giulio Einaudi, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Volume terzo. Quaderni I2-29 (1932-1935). Turim: Giulio Einaudi, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Volume quarto. Apparato critico. Turim: Giulio Einaudi, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. Volume 1: 1926-1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. Volume 2: 1931-1937. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Oprimidos e Opressores*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *Neutralidade Ativa e Operante*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *Socialismo e Cultura*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *Utopia*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *Depois do Congresso*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *O Sílabo e Hegel*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *A Intransigência de Classe e a História Italiana*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *A Tua Herança*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *Três Princípios, Três Ordens*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, *Intransigência-Tolerância, Intolerância-Transigência*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *Notas sobre a Revolução Russa*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *Os Maximalistas Russos*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *A revolução contra “O Capital”*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *A Crítica Crítica*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *O Nosso Marx*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *A medida da história*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *Democracia operária*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976. (Em colaboração com Togliatti)

GRAMSCI, Antonio. *A conquista do Estado*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *O País de Polichinelo*. **Escritos Políticos**. Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. *O programa de “Ordine Nuovo” (II)*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *O programa de “Ordine Nuovo” (I)*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Sindicalismo e Conselhos*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio., *Sindicatos e Conselhos (1920)*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Sindicatos e Conselhos (1919)*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *O problema do poder*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *As Eleições*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *O conselho de fábrica*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Os revolucionários e as eleições*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Primeiro: Renovar o Partido*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Para uma Renovação do Partido Socialista*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Partido de Governo e Classe de Governo*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *O Partido Comunista (II)*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Pobre Partido Comunista*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *O Povo dos Símios*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Socialistas e Fascistas*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Aos Delegados de Secção das Oficinas Fiat-Centro e Brevetti*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Subversão Reaccionária*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Socialistas e Fascistas*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Socialista ou Comunista?* **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Os Dois Fascismos*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Legalidade*. **Escritos Políticos**. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Ensinamentos. Escritos Políticos*. Volume III. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Contra o pessimismo. Escritos Políticos*. Volume III. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Um governo qualquer. Escritos Políticos*. Volume III. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *A crise da pequena burguesia. Escritos Políticos*. Volume III. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *A Crise Italiana. Escritos Políticos*. Volume III. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Problemas de Hoje e de Amanhã. Escritos Políticos*. Volume III. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *A Queda do Fascismo. Escritos Políticos*. Volume III. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Sim, A Hora da Coerência. Escritos Políticos*. Volume III. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *O Significado e os Resultados do III Congresso do Partido Comunista d'Italia . Escritos Políticos*. Volume IV. Lisboa: Seara Nova, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *A Intervenção no Parlamento Sobre a Maçonaria. Escritos Políticos*. Volume IV. Lisboa: Seara Nova, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Oportunismo e Frente Única. Escritos Políticos*. Volume IV. Lisboa: Seara Nova, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *A Situação Italiana e as Tarefas do PCI (Teses de Lyon). Escritos Políticos*. Volume IV. Lisboa: Seara Nova, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Soviético. Escritos Políticos*. Volume IV. Lisboa: Seara Nova, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *A Questão Meridional. Escritos Políticos*. Volume IV. Lisboa: Seara Nova, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Maximalismo e Extremismo. Escritos Políticos*. Volume 2 (1921-1926). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.312.

GRAMSCI, Antonio. *Filantropia, Boa Vontade e Organização. Scritti Giovanili* (1914-1918). Turim: Einaudi, 1975.